

FORUM

# Sociológico

CESNOVA · G.T. MUNDOS SOCIAIS, TRAJECTÓRIAS E MOBILIDADES

SÉRIE II Nº 18 · 2008



## INTERS TÍCIOS

*Explorando os*

## URBANA NOS

Organização

ANDREA MUBI BRIGHENTI  
RICARDO CAMPOS

FORUM

# Sociológico

CESNOVA – G.T. MUNDOS SOCIAIS, TRAJECTÓRIAS E MOBILIDADES

SÉRIE II Nº 18 · 2008

*Dossiê:*

## **Explorando os *interstícios urbanos***

*Organização de:* Andrea Brighenti e Ricardo Campos

**Fundador** Moisés Espírito Santo

**Director** Miguel Chaves

**Vice-Director** João Sedas Nunes

**Conselho de Redacção** Ana Alexandre Fernandes | ENSP-UNL; Patrícia Pereira | FCSH-UNL; João Pedro Silva Nunes | ISCTE; João Sedas Nunes | FCSH-UNL; José Alberto Simões | FCSH-UNL; José Manuel Resende | FCSH-UNL; Miguel Chaves | FCSH-UNL; Luís Vicente Baptista | FCSH-UNL; Maria Leonor Sampaio | FCSH-UNL

**Colaboradores neste número** Inês Vieira, João Carlos Martins

**Conselho Editorial** Alain Bourdin | IFU-Paris 8; Ana Nunes de Almeida | ICS-UL; Anália Torres | ISCTE; António Firmino da Costa | ISCTE; Carlos Miguel Ferreira | ULHT; Graça Índias Cordeiro | ISCTE; Hugo Mendes | Min. Educ.; Isabel Dias | FLUP; Joan Josep Pujadas | URV, Tarragona; João Gonçalves | FCSH; João Teixeira Lopes | FLUP; Jose Luís Veira | UDC, A Coruña; Loïc Wacquant | Univ. Califórnia, Berkeley-USA; Luc Boltanski | EHESS-GSPM, Paris; Luís Rodrigues | FCSH-UNL; Manuel Carlos Silva | ICS-Univ. Minho; Maria Alice Nogueira | FE-UFMG Brasil; Maria Manuel Vieira | ICS-UL; Nicolas Dodier | EHESS-Paris; Patrick Rayou | IUFM-Créteil; Rui Telmo Gomes | OAC-Lisboa; Tim Sieber | Univ. Massachusetts-Boston; Virgínia Coelho | FCSH-UNL

**Logotipo e Capa** Carolina Basto

**Editor** CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa  
Grupo de Trabalho: Mundos Sociais, Trajectórias e Mobilidades  
Edifício I&D, Avenida de Berna, nº 26  
1069-061 Lisboa  
Telefone: 00351 21 790 83 00 (ext. 1488)  
Fax: 00351 21 790 83 08  
Email: [forum@fcsch.unl.pt](mailto:forum@fcsch.unl.pt)  
Site: [www.revistaforumsociologico.com](http://www.revistaforumsociologico.com)

**Apoios** A publicação deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**Execução** Papiro-Relevo, Unipessoal, Lda.

**Depósito Legal** N.º 64682/93

**ISSN** 0872-8380

---

## ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Forum Sociológico* foi fundada em 1992, através da criação do Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica (IEDS), por iniciativa de alguns professores do Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, então em curso na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Uma primeira série foi publicada até 1995 e tinha como projecto editar pequenos textos relativos a pesquisas em curso, fomentando discussões e debates em torno de questões candentes das Ciências Sociais.

Após este primeiro ciclo de publicações a revista esteve inactiva durante cerca de três anos. No decurso do ano lectivo 1998-1999, uma equipa renovada de professores e investigadores mobilizou-se para a reactivar. Apesar das dificuldades logísticas e financeiras, foi possível concretizar este projecto, que entroncou na criação da Unidade de Investigação da FCSH-UNL Fórum Sociológico – Centro de Estudos.

A 2.<sup>a</sup> Série da revista *Forum Sociológico*, iniciada em 1999, manteve os objectivos inicialmente definidos e propôs-se ainda acentuar o seu cunho científico, atributo fundamental para a sua afirmação pública. Esta série conhece agora uma nova fase, suscitada pela fusão institucional em que embarcou a unidade de investigação a que estava ligada. Actualmente, a revista é uma publicação do recém-criado *Grupo de Trabalho Mundos Sociais, Trajectórias e Mobilidades* do Centro de Estudos em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA) e sendo disponibilizada online no endereço [www.revistaforumsociologico.com](http://www.revistaforumsociologico.com).

A *Forum Sociológico* pauta-se por habituais padrões internacionais de edição, nomeadamente submetendo as propostas de publicação que lhe são apresentadas a árbitros científicos (*referees*) conceituados que avaliam a qualidade dos artigos a publicar.

Preside ainda à revista a ideia de que se constitua como fórum permanente de discussão, debate e reflexão sobre a sociedade portuguesa mas também sobre outras sociedades, dando lugar à crítica científica e fundamentada. Neste sentido, a revista acolhe artigos assinados por investigadores de múltiplas orientações e filiações institucionais e científicas, que por via do seu trabalho dêem mostras de se comprometerem com o progresso da razão científica em ciências sociais.

---



## ÍNDICE

Editorial .....	7
<b>Dossiê: EXPLORANDO OS INTERSTÍCIOS URBANOS</b>	
Introdução: Explorando os interstícios urbanos <i>Andrea Mubi Brighenti e Ricardo Campos</i> .....	11
Interstícios urbanos e o conceito de espaço exterior positivo <i>Maria Rosália Guerreiro</i> .....	13
Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência? <i>Luís Mendes</i> .....	21
Espaços e práticas intersticiais de poder e resistência em Cardiff, País de Gales <i>Ana Gonçalves</i> .....	29
Participação e apropriação do espaço público – Um estudo de caso num <i>Barrio</i> de Caracas <i>Inês Zuber</i> .....	39
(Com) fusão na cidade: <i>Tag</i> , <i>Ácido</i> e <i>Diamante</i> <i>Luciano Spinelli</i> .....	49
Prácticas creativas y de intervención: el Rap político en la Cova da Moura, Lisboa <i>Eduarne de Juan</i> .....	59
<b>OUTROS TEXTOS</b>	
Imagens de um destino turístico: o caso de Cabo Verde <i>Maria do Carmo Lorena Santos</i> .....	69
Diferenças ou desigualdades: que condições sócio-históricas para a produção de capital cultural? <i>Bernard Lahire</i> .....	79
<b>DOCUMENTOS</b>	
A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em transformação <i>Domingos Vaz</i> .....	89
Eyes Wide Shut: (Re)situando a questão da Exclusão Social <i>Leonidas K. Cheliotis</i> .....	103



## EDITORIAL

Este é o segundo número da *Forum Sociológico* depois da revisão gráfica a que a revista foi sujeita e que, cremos, a modernizou e tornou esteticamente mais atractiva. No mais, mantém-se a opção que já vai sendo a marca da revista: cada número contempla um dossiê temático e/ou problemático que constitui o seu “prato forte”.

Desta vez o dossiê organizado por Andrea Mubi Brighenti e Ricardo Campos – que conta com uma introdução autónoma, justificando que aqui, neste Editorial, sejamos contidos a precisá-lo – retoma um dos objectos ao mesmo tempo mais consolidados e historicamente essenciais da sociologia: a cidade. Nem por sobre Georg Simmel durante muito tempo ter perdurado a aura de *auteur maudit* da sociologia (talvez por praticar uma sociologia muito arredia a abordagens positivistas) se pode hoje ignorar o carácter fundador para a própria disciplina do clássico ensaio de 1903 *Die Großstädte und das Geistesleben* que versa a relação entre a vida na metrópole e certas configurações mentais (mais exactamente certos fenómenos anímicos) que ela tipicamente engendra. Simmel vem ainda ao caso para grifar que o dossiê que *explora os interstícios urbanos* acerca a realidade cidadina a partir de ângulos disciplinares e portanto teóricos nem sempre convergentes; certamente vinga uma *pauta de heterogeneidade*. Lembra José Machado Pais (2002: 29) que “na sociologia simmeliana [...] tudo parece provisório, interino, experimental; nada nos é dado como um produto acabado ou integrado num sistema único e totalitário”. Ora, de certo jeito o dossiê inscreve-se nessa tradição; também ele, considerado no seu conjunto, nos oferece leituras, interpretações, representações da “realidade mas abstraindo-se voluntariamente da totalidade da mesma, de modo a que os fragmentos focados possam ser mais bem iluminados” (Pais, 2002: 29).

Como é de lei, há vida na revista além do dossiê. Este número integra mais quatro textos, dois artigos e outros dois publicados sob o escudo de *documentos*. Uma segunda vez se releva a pluralidade temática e problemática que permeia o dossiê.

Considerando primeiro os artigos, Maria do Carmo Lorena Santos propõe uma incursão pela

sociologia do turismo anotando, entre regularidades representacionais de sorte promocional, os paradoxos em que o discurso publicitário se enreda quando se detém em paragens longínquas e paradisíacas (ou pitorescas) como Cabo Verde: a *diferentia specifica* do arquipélago afinal compõe-se dos predicados e emblemas que, na visão turística, servem para classificar qualquer destino “exótico”. A diferença, ou melhor, as narrativas ao mesmo tempo fantasiosas e reveladoras da diferença aplanam-se então num tráfico de categorias incapazes de romper o véu da *doxa* turística.

Por seu lado, Bernard Lahire discute a relação entre diferenças culturais e desigualdades culturais, ou, para sermos mais rigorosos, as condições sociais que favorecem a conversão de diferenças culturais e dos bens e práticas que as objectivam em índice de capital cultural; que as submetem portanto a uma lógica de hierarquização e poder cultural, em suma: de distinção. Mas o autor não dissocia esta discussão dum outra referente ao declínio da cultura literária e artística, designadamente em contraponto com a emergência da cultura científico-tecnológica. Duma à outra, quer dizer, a propósito daquelas condições e destas variações Lahire introduz a noção de *desejabilidade colectiva*. É nesta que radica a transformação das diferenças culturais em desigualdades culturais; não podemos deixar de apreciar as flutuações de *desejabilidade colectiva* das culturas académicas para por seu turno explicar a modificação histórica da correlação de forças entre elas.

No primeiro dos documentos publicado neste número, Domingos Vaz recupera a questão urbana. Fá-lo observando as representações sobre a cidade da Covilhã, em tempos, quando constituía um enclave industrial pujante no interior do país, conhecida por a *Manchester portuguesa*, numa óptica que combina uma abordagem sócio-histórica (ou não fossem as condensações urbanas ao mesmo tempo espaços de sedimentação de memória construída e de manifesta inscrição física da história) e uma acuidade para os efeitos de posição designadamente profissional que sujeitam os protagonistas dos processos urbanos. Esta óptica, que organiza a matriz a partir da qual o autor restitui as modificações que a cidade conheceu em especial nas últimas décadas, abre ainda

para os desafios e dilemas que, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a urbe covilhanense hoje em dia enfrenta.

Esse lastro de *conhecimento que informe a acção* também pulsa no texto Leonidas K. Cheliotis sobre a exclusão social, porventura o texto mais denso e intelectualmente exigente deste número. Inquietando-se em simultâneo com a exclusão social como conjunto de processos de marginalização colectiva realizada em vários tabuleiros sociais (económico, político, cultural) e como instrumento do conhecimento científico sobre a vida em sociedade, Cheliotis embarca numa digressão original que destaca as operações cognitivas de produção de seres moralmente inferiores como peça-chave que medeia e suporta o envolvimento, emocionalmente confortável, em condutas de exclusão. No limite, dos *seres moralmente inferiores* pode até ser subtraída a qualidade humana, fazendo transparecer aí claramente a forma *preliminar* da exclusão: uma exclusão cognitiva da *ordem moral* de pertença à espécie humana. Assim, uma teoria plena da exclusão social que pretenda apreender

as manifestações *físicas* da exclusão nunca poderá ser dissociada do processo sócio-histórico, sempre inacabado e potencialmente reversível, de inclusão naquela ordem moral.

Aqui está, sumariamente apresentado, o "miolo" deste número desta "nossa" revista que leva no título a sociologia mas que tem feito e continuará a fazer questão de se abrir para outras disciplinas científicas da área das ciências sociais e humanas. Esperamos que cativem. Resta-nos pois o convite. À leitura (e à) crítica.

João Sedas Nunes

### Bibliografia

- PAIS, J. M. (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- SIMMEL, G. (2004), "As metrópoles e a vida mental", *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 75-94.

Dossiê

---

**Explorando os *interstícios urbanos***



# INTRODUÇÃO: OS INTERSTÍCIOS URBANOS

---

Andrea Mubi Brighenti

■ Departamento de Sociologia, Universidade de Trento (andrea.mubi@gmail.com)

Ricardo Campos

■ Centro de Estudo das Migrações e Relações Interculturais, Universidade Aberta (rmocampos@yahoo.com.br)

Os artigos reunidos neste número da revista *Forum Sociológico* são provenientes de um encontro científico internacional organizado pelo grupo de pesquisa *On Walls* e realizado em 2009 na cidade de Lisboa. *On Walls* é um colectivo multidisciplinar composto por investigadores que têm desenvolvido pesquisa em torno da definição e apropriação social dos suportes urbanos por parte de diferentes agentes (*designers*, arquitectos, publicitários, muralistas, *graffiti writers*, planificadores urbanos, etc.), tendo particularmente em consideração a importância do espaço público como território de interacção e comunicação visual. Fenómenos como o *graffiti*, a publicidade, a arte pública, a cultura visual urbana, entre outros, têm constituído matéria de estudo e de publicações diversas. No contexto das suas actividades este colectivo publicou recentemente uma colectânea de ensaios sob o título *The wall and the city* (Brighenti, 2009), que reúne alguns dos contributos procedentes do evento com o mesmo título acolhido pela cidade de Trento em 2008.

A iniciativa realizada em Lisboa em 2009 sob o título *Interstices: carving and painting urban environments*, tinha por objectivos: (a) fortalecer a reflexão teórica em torno das questões centrais trabalhadas pelo grupo de pesquisa, alargando a discussão a outros intervenientes do meio académico, científico e cultural; (b) debater objectos empíricos que, de alguma forma, contribuíssem para um melhor entendimento dos fenómenos urbanos contemporâneos.

Propusemo-nos, por isso, centrar o debate na ideia de *interstício*, convidando académicos, cientistas, artistas e urbanistas a exporem diferentes concepções e representações da cidade, tendo em particular atenção uma problematização em torno dos seus interstícios. Vislumbrávamos este conceito como crucial para pensarmos os hiatos urbanos, os espaços vazios e não regulados, as dinâmicas periféricas e criativas que acontecem à margem dos poderes e dos normativos dominantes. Entendíamos os interstícios como resultado de processos de fabricação do espaço, como um produto peculiar

de certas formas de apropriação do território. Deste ponto de vista a cidade pode ser apreendida como um recurso estratégico tomado pelos diferentes agentes. Este é o palco privilegiado onde acontecem múltiplas manifestações individuais e colectivas que resultam do conflito e negociação entre poderes e interesses plurais. Interessava-nos, dentro deste quadro, entender a forma como os territórios são apropriados por actores destituídos de poder – ou ocupando posições mais periféricas ou residuais –, com o intuito de dar visibilidade a práticas e discursos alternativos, resistentes e contra-hegemónicos. É, tantas vezes, nos interstícios que se inventam novas fórmulas de cidadania e de expressão cultural, revelando como o espaço é criativamente usado e transformado pelos cidadãos.

Os artigos que compõem este número foram seleccionados tendo em consideração um duplo propósito que, no fundo, presidiu à organização do seminário internacional. Procurámos, por um lado, abrir um fórum de discussão de natureza multidisciplinar que fomentasse o intercâmbio de visões e o diálogo de ideias, tirando partido daquilo que tantas vezes escasseia no debate científico: a diluição das rígidas fronteiras disciplinares. Por outro lado, buscámos garantir que esta pluralidade científica fosse acompanhada por uma variedade de metodologias e objectos empíricos, oferecendo ao leitor diferentes cenários para questionar os interstícios urbanos.

Este dossiê é, por isso, bastante heterogéneo. Em primeiro lugar, os autores provêm da Antropologia, da Geografia, da Sociologia, da Arquitectura e dos Estudos Culturais, transportando para o debate dissemelhantes patrimónios teóricos e quadros de interpelação da realidade. Em segundo lugar, invocam escalas de análise distintas, sendo que alguns apontam para uma discussão em torno de tendências urbanas de grande amplitude, como sejam o impacto das políticas neoliberais na cidade, enquanto outros se dirigem para uma exploração micro-sociológica de certas práticas e artefactos urbanos, como sejam o *rap* político de bairro ou o *graffiti* cravado nas superfícies metropolitanas. Por

último, alguns autores optam por uma disposição mais implicada no debate político e ideológico sobre as transformações metropolitanas, quando outros adoptam uma postura mais descritiva e neutral.

Apesar da grande diversidade de abordagens e métodos há um número significativo de tópicos que são partilhados pelos autores. A temática que claramente se destaca é a dos usos e apropriações do espaço público urbano. Seja através de uma análise morfológica do ambiente projectado e construído (Maria Rosália Guerreiro), seja a partir do lugar destinado aos movimentos urbanos de resistência (Luís Mendes) e aos conselhos comunais em Caracas (Inês Zuber) ou, ainda, através das práticas criativas e periféricas do *graffiti* e do *rap* político (Luciano Spinelli, Eburne de Juan), o espaço público parece ser preocupação comum às distintas linhas de pesquisa. Todos os investigadores revelam a importância política do espaço público urbano num contexto em que se debatem e contestam as suas funções e fronteiras. Factores políticos, económicos e também tecnológicos têm contribuído para transformações significativas no espaço urbano. A ambição democrática que preside à ideia de espaço público tem sido questionada. O que os artigos coligidos para este número revelam é que, para entender processos como os de gentrificação, renovação urbana, segregação, vigilância ou resistência, teremos de os questionar a partir dos mecanismos através dos quais o espaço público tem sido pensado e tomado pelos diferentes agentes e entidades (públicas e privadas).

Distintas ópticas de leitura, abordagens metodológicas e terrenos empíricos garantem uma leitura multifacetada da cidade contemporânea. Lisboa, Paris, Cardiff ou Caracas são alguns dos lugares citados pelos autores dos artigos, convidando o leitor a viajar por uma pluralidade de contextos geográficos e sociais. O artigo que inaugura este dossiê é da autoria de Rosália Guerreiro e pretende ser uma reflexão sobre os interstícios urbanos na perspectiva da arquitectura. Não deixa de ser curiosa a inclusão de um texto desta natureza a abrir um dossiê numa publicação científica que se situa no campo científico da sociologia. É, por isso, de alguma forma uma provocação que lançamos ao leitor, uma invocação de outros referentes científicos e disciplinares que se situam em latitudes tão diferentes e que de forma tão evidente ajudam a fabricar aquilo que é objecto constante das nossas interrogações, a cidade. Como vê a arquitectura a cidade habitada e

os seus interstícios? Como pensa a relação entre a dimensão do edificado e da materialidade do espaço e a adaptação humana dos lugares?

O texto de Luís Mendes debruça-se sobre os movimentos sociais de resistência aos novos produtos imobiliários urbanos que resultam da gentrificação de determinadas zonas centrais da cidade. Através de um discurso crítico o autor avalia o impacto deste processo no tecido social e urbano, examinando a capacidade de implicação dos indivíduos na contestação a estes mecanismos de produção da cidade. Na sequência deste artigo Ana Gonçalves traz-nos a experiência da renovação da frente ribeirinha da cidade de Cardiff, executada com o propósito de converter a paisagem urbana num cenário de usufruto turístico e de consumo visual, patenteando claramente como o território urbano se torna lugar de conflito simbólico, envolvendo o silenciamento de parte da memória social e cultural da cidade em benefício da *espectacularização* do espaço.

Os três artigos que se seguem remetem para estudos de caso localizados em que os agentes sociais protagonizam formas singulares de intervenção no espaço público, adaptando-o, contestando-o ou tomando-o como palco para o exercício de cidadania. Inês Zuber retrata a forma como os conselhos comunais, numa cidade altamente fragmentada e assimétrica do ponto de vista socioeconómico como Caracas, contribuem para o resgate e organização colectiva do espaço público; Luciano Spinelli oferece-nos uma abordagem inovadora dos circuitos dos jovens que inscrevem *tags* nas cabines telefónicas parisienses, convertendo a cidade num território comunicativo subterrâneo e polifónico; por último, Eburne de Juan debruça-se sobre a capacidade de intervenção artística e ideológica dos jovens de um bairro marginalizado às portas de Lisboa que transformam o *rap* num poderoso veículo de expressão e capacitação social.

As transformações urbanas a que temos assistido nas últimas décadas são de tal forma amplas e significativas que tornam urgente um debate público alargado sobre os caminhos e projectos para a cidade do futuro. Enquanto cientistas e académicos devemos contribuir para esse debate proporcionando dados empíricos e formulações teórico-metodológicas que contribuam para melhor entender as dinâmicas urbanas e, conseqüentemente, para pensar as concepções de cidade. Esperamos que o conjunto de textos aqui reunidos contribua para essa missão.

# INTERSTÍCIOS URBANOS E O CONCEITO DE ESPAÇO EXTERIOR POSITIVO

---

Maria Rosália Guerreiro

■ Departamento de Arquitectura e Urbanismo, ISCTE-IUL (rosalia.guerreiro@iscte.pt)

## Resumo

Tal como nos tecidos orgânicos, cujos arranjos celulares delineiam espaços intersticiais de várias formas e funções, também numa cidade a organização dos edifícios dá origem a espaços do mesmo tipo. Em linguagem arquitectónica, estes espaços designam-se habitualmente por negativo, ou seja, o fundo sobre o qual os edifícios (forma) assentam. Tal facto tem levado à atribuição de menor importância ao desenho dos espaços intersticiais na cidade moderna. Nas cidades ditas orgânicas, forma e fundo quase não se distinguem, ou melhor os dois distinguem-se como forma. Assim, do ponto de vista urbano tem muito interesse tomar como objecto de estudo, ou seja, como forma, o espaço de fundo definido pelos edifícios – interstícios urbanos. O carácter positivo destes espaços traduz-se numa qualidade estrutural fundamental para sua vivência e utilização.

**Palavras-chave:** edifício vs interstício, forma vs fundo, positivo vs negativo

## Abstract

As an organic tissue, the interstitial spaces of various shapes and functions outlined by cellular arrangements, also the organization of buildings in a city leads to spaces of the same type. In architectural language, these areas are called 'the negative', which means the background by opposition of the shape of the buildings. This fact has led to diminishing the importance of the design of interstitial space in the modern city.

In organic cities, shape and background are hardly distinguished, or by another words the two stand out as shape. Thus, it has great interest from the urban point of view, to study the quality of these interstitial spaces. The positive nature of these spaces is reflected in a structural quality essential for their experience and use.

**Keywords:** building vs interstitium, shape vs background, positive space vs negative space

## Introdução

O conceito de interstício é uma oportunidade para estudos interdisciplinares. O meu interesse nesta temática emerge da área do urbanismo e olha para a cidade como um objecto de arquitectura. O termo tem origem na biologia e é muito adequado para o estudo dos espaços urbanos orgânicos que tiveram um crescimento progressivo, espontâneo, que tem uma aparência irregular e aparentemente caótica.

Do ponto de vista urbano, tem muito interesse tomar como objecto de estudo, ou seja, como forma, o espaço de fundo definido pelos edifícios. Este aspecto tem grande influência na qualidade

estrutural do espaço urbano e conseqüentemente na sua apropriação por parte das pessoas.

Nesta forma de organização, irregular mas coerente, a geometria euclidiana, instrumento fundamental para a arquitectura, perde o pé, ganhando terreno o conhecimento desenvolvido noutras ciências, como a física e a biologia. Esta perspectiva de ordem em arquitectura, que se aproxima da ordem na natureza, caminha junto com a mudança do paradigma racionalista e cartesiano para uma visão holística e sistémica do mundo, bem como duma aproximação cada vez maior entre arte e ciência.

O objectivo deste trabalho é dar a conhecer a qualidade estrutural dos espaços urbanos orgâ-

nicos, comparativamente com outros modelos de cidade, e o modo como essa qualidade interfere no uso desses mesmos espaços pelas pessoas. Sendo este o modelo de cidade que mais interessa na actualidade aos profissionais de planeamento pela sua forte componente ecológica, esboça-se aqui uma resposta operativa ao modo como podem ser analisados e projectados e qual o seu sentido prático na actualidade.

### *Interstício: uma analogia com o espaço*

Interstício, em biologia, refere-se à pequena área, orifício ou espaço existente na estrutura de um órgão ou tecido orgânico. É o espaço intercalar entre as células, moléculas, órgãos, etc. A noção estende-se a várias escalas.

Em arquitectura, por analogia, usamos o conceito de interstício para designar o espaço não edificado resultante da disposição e agregação dos edifícios. Em linguagem arquitectónica estes espaços designam-se por negativo ou vazios, por contraponto ao espaço edificado, positivo ou cheio.

Esta analogia nasceu da comparação daquelas cidades designadas orgânicas, espontâneas, não planeadas ou irregulares, cuja organização se assemelha profundamente a um organismo vivo e estendeu-se aos vários tipos de cidade em geral. Tal como nos tecidos orgânicos, cujos arranjos celulares delinham espaços intersticiais de várias formas e funções, também numa cidade dita orgânica os edifícios dão origem a espaços do mesmo tipo (Figura 1).

Em arquitectura, as designações «positivo» e «negativo» têm porém a conotação de forma e de fundo, respectivamente. Estas designações só por si denunciam a importância do edifício enquanto objecto de desenho. Tal facto tem levado a atribuição de menor importância ao espaço intersticial resultante da organização dos edifícios, ou seja, ao espaço público, aquele que colectivamente mais valorizamos na cidade.

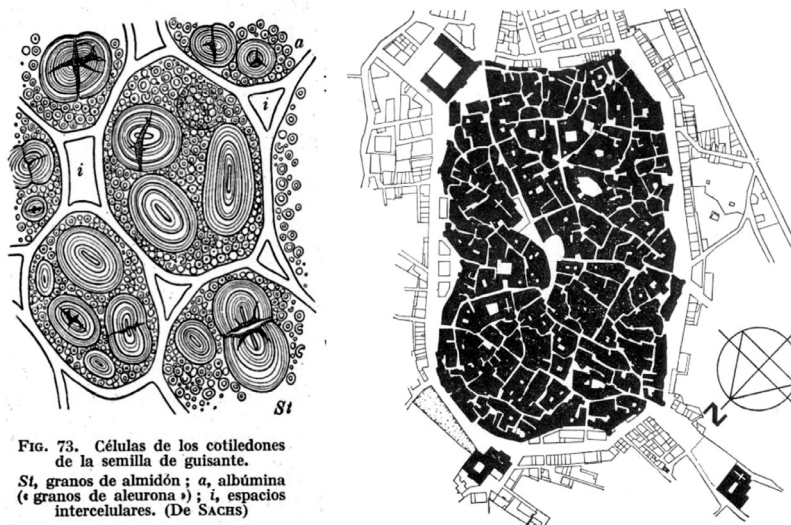
Assim, e para além dos factores habitualmente enunciados para explicar o estado caótico das nossas cidades, especulação imobiliária, pobreza, acessibilidade, etc., verificamos que existe também uma crise de percepção do espaço intersticial enquanto forma, ou seja, enquanto objecto de planeamento e de desenho.

### *Interstício e o conceito de espaço exterior positivo*

A arquitectura é uma palavra estranha: usamo-la tanto para descrever a aparência das coisas, como na arquitectura barroca, como para referir a estrutura da matéria ou das células, ou claro da estrutura da cidade como um objecto material (Hillier; 1989: 5).

Com o objectivo de compreender melhor a estrutura física das nossas cidades tendemos a organizar as variáveis urbanas em dois grupos opostos: o espaço edificado que se percebe como forma ou cheio e o espaço não edificado (interstício) que se percebe como fundo ou vazio. Acontece que o fundo ou espaço não edificado tem também

**Figura 1** ▶ À esquerda, arranjo celular da semente da ervilheira, com os respectivos espaços intersticiais, a branco ou vazios. À direita, morfologia urbana duma cidade orgânica (Martina Franca, Itália), com os edifícios a preto (positivo) e os espaços intersticiais a branco ou vazios (negativo).



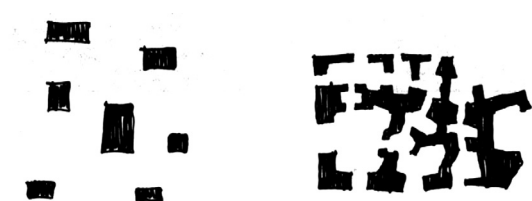
**FIG. 73.** Células de los cotiledones de la semilla de guisante. St, granos de almidón; a, albúmina (« granos de aleurona »); i, espacios intercelulares. (De SACHS)

ele uma forma visual, cuja qualidade, dimensão e escala derivam por completo da definição dos seus limites por elementos formais: como nos diz Ching, "a forma arquitectónica resulta do encontro entre a massa e o espaço" (Ching; 1998: 95).

Neste contexto, segundo Christopher Alexander existem dois tipos de espaço exterior: negativo e positivo. Um espaço é negativo quando os edifícios estão colocados de tal modo que o espaço resultante é apenas residual. Um espaço exterior é positivo quando tem uma forma distinta e coerente tão importante como as formas dos edifícios que o rodeiam (Alexander; 1977: 518).

Segundo o autor, estes dois tipos de espaço têm planos geométricos completamente distintos. Observando a Figura 2 à esquerda, identificamos um espaço exterior negativo porque os edifícios nos aparecem como figura e o espaço exterior como fundo e não existe reverso. Observando a mesma figura à direita, identificarmos um espaço exterior positivo porque edifícios nos aparecerem como figuras e o espaço exterior também nos aparece como figura contra o fundo formado pelos edifícios. Dizemos então que o plano tem reverso figura-fundo (ver também Figura 3).

**Figura 2** ▶ Edifícios que criam espaço exterior negativo onde vemos os edifícios como figura e o espaço exterior como fundo (esquerda) e edifícios que criam espaço exterior positivo existindo reverso figura-fundo (direita) (Alexander, 1977: 518).



*Buildings that create negative, leftover space . . . buildings that create positive outdoor space.*

**Figura 3** ▶ Reverso figura-fundo: Duas caras e um jarrão (Ching, 1998: 94).

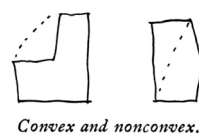


*¿Dos caras o un jarrón?*

Segundo o mesmo autor, outra forma de definir a diferença entre espaços exteriores positivos e negativos é pelo seu grau de convexidade e de enclausura.

Conforme podemos verificar na Figura 4, um espaço é convexo quando uma linha juntando quaisquer dois pontos dentro do próprio espaço permanece totalmente dentro desse mesmo espaço. Contrariamente, quando a linha sai para fora desse espaço o mesmo não é convexo.

**Figura 4** ▶ Espaços convexos (direita) e espaços não convexos (esquerda) (Alexander; 1977: 519).



*Convex and nonconvex.*

Positive spaces are partly enclosed, at least to the extent that their areas seem bounded (even though they are not, in fact, because there are always paths leading out, even whole sides open), and the "virtual" area which seems to exist is *convex*. Negative spaces are so poorly defined that you cannot really tell where their boundaries are, and to the extent that you can tell, the shapes are *nonconvex*.



Num espaço exterior positivo existe sempre algum grau de enclausura dada pelos edifícios à sua volta. Existem situações em que o mínimo de edifícios colocados em pontos determinantes permitem fazer a leitura virtual da linha de contorno desse mesmo espaço.

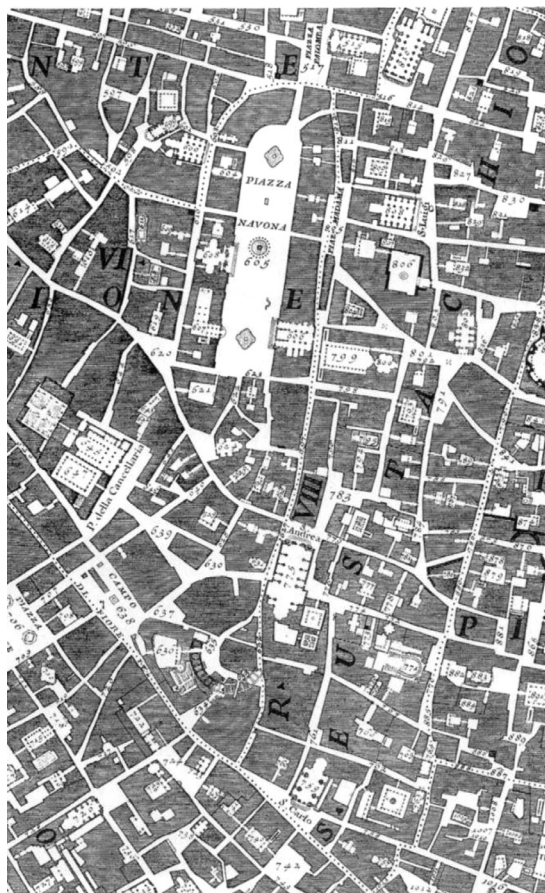
Como podemos observar na Figura 1, este conceito de espaço exterior positivo está presente nas estruturas naturais e na estrutura da cidade orgânica. Tal como nas geometrias da natureza, não existem espaços residuais, tudo é programado para uma função específica.

Penso que não será difícil demonstrar que as pessoas se sentem mais confortáveis em espaços intersticiais «positivos» do que nos «negativos», sendo a apropriação destes últimos muito difícil ou mesmo impossível. Esta será talvez a melhor lição a retirar das cidades-organismo enquanto modelo de (re)construção de novos ambientes urbanos.

O conceito de espaço positivo é muito importante para o estudo da cidade enquanto objecto de arquitectura. Acredita-se que essa forma substancial em si própria é a maior contribuição para a formação duma unidade urbana coerente e coesa com alguma capacidade de auto-regulação. Digamos que "a natureza positiva do espaço é necessária para preservar a unidade do sistema" (Alexander; 2002: 261).

A planta de Nolli de Roma do séc. XVIII, que aparece na Figura 5, é o arquétipo deste tipo de espaço de que se vem falando. Nesta planta, tal como na Figura 1 (direita), cada bocadinho de espaço, rua, praça, edifícios e até os espaços públicos interiores é exclusivamente positivo: "não existe parte deste todo que não tenha uma forma definida e positiva. É uma compilação de entidades definidas, cada uma delas definida e substancial em si própria" (*idem*: 174).

**Figura 5** ▶ Planta de Nolli para Roma (Séc. XVIII). Centenas de espaços positivos (Alexander, 2002: 173).



• The Nolli plan of Rome: hundreds of positive spaces

Como se constroem então este tipo de espaços? Qual o seu sentido na actualidade? Como planeá-los e projectá-los? A estas questões referir-me-ei no final deste trabalho. Por agora, apenas saliento que estas formas são o resultado dum processo e o produto do desenho duma colectividade, onde cada lugar, cada rua, praça ou edifício foram concebidos com significado e propósito.

### *Modelos de cidade e caracterização dos seus interstícios*

A forma que uma cidade deve assumir é uma questão muito antiga. Kevin Lynch, no seu último livro, *The Good City Form* (1981), faz uma classificação de três teorias a que chama modelos normativos: modelo cósmico, modelo de cidade-máquina e modelo orgânico ou biológico (Lynch; 1981: 75-98).

O modelo *cósmico*, ou o da cidade sagrada, de que a China e a Índia nos forneceram os exemplos mais desenvolvidos, toma o plano da cidade como uma interpretação do universo e dos deuses (Figura 6). Este modelo, dado o seu forte poder psicológico, influenciou fortemente o ideal da cidade da Renascença e do Barroco como forma de expressão do poder.

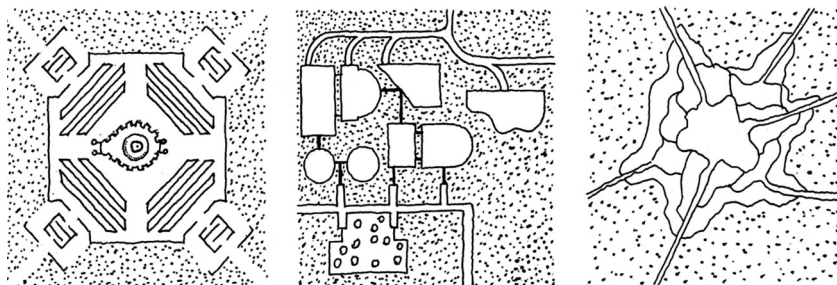
O desenho do espaço intersticial é algo muito importante e simbólico neste modelo de cidade. Os espaços públicos caracterizam-se pelos grandes eixos monumentais, o encerramento, o domínio exercido do superior sobre o inferior, o centro sagrado, o significado dos pontos cardeais, devido às suas relações com o Sol e com as estações do ano. Prevalece a quadrícula regular e a organização espacial por hierarquia. Domina a ordem, a precisão, a forma clara e o controlo perfeito do espaço. Pela importância que é atribuída ao desenho do espaço público, a sua forma tem normalmente um carácter positivo e supostamente um poderoso efeito psicológico, estabilizador de comportamentos e de união dos seres humanos.

Segundo Kevin Lynch, "o poder psicológico destes dispositivos não pode ser assim tão facilmente posto de lado – os eixos, recintos, grelhas, centros e polaridades são funções da experiência humana comum e do modo como são construídas as nossas mentes. Assim, estas influências são impactos reais da forma das cidades, para o bem ou para o mal e devem ser tomadas em consideração em qualquer teoria normativa" (*idem*: 81).

No modelo *máquina*, o conjunto da cidade desenvolve-se por adição. Não tem qualquer significado mais abrangente; é simplesmente a soma das respectivas partes autónomas e indiferenciadas com funções e movimentos claramente diferenciados – é um plano como uma racionalidade explícita. Centra-se portanto no zonamento, na separação ordenada das actividades e nos transportes, nos processos de produção, na saúde dos trabalhadores e nos serviços públicos.

Apesar de actualmente este modelo parecer triunfante, ele não é uma concepção moderna: "foi particularmente útil sempre que os aglomerados populacionais tiveram um carácter temporário, tiveram de ser construídos à pressa, ou foram construídos com objectivos claros, limitados e práticos,

**Figura 6** ▶ À esquerda, cidade cósmica: um diagrama espacial de hierarquia social. Ao meio: a cidade-máquina: a construção funcional de partes interligadas. À direita, a cidade orgânica: um organismo vivo indivisível. In Spiro Kostof, *The City Shaped*, p. 15.



tal como se pode ver em muitos locais com origens coloniais. O objectivo habitual era distribuir terras e recursos mais rapidamente, e proporcionar uma melhor distribuição no acesso a estes terrenos. São exemplos as colónias gregas, colónias romanas, bastides, Nova Iorque – ilha de Manhattan, a cidade radiante de Le Corbusier, disposições em grelha e cidades lineares” (*idem*: 83).

Mas os espaços intersticiais produzidos por este modelo de cidade, ao contrário do modelo anterior e do seguinte, não têm um carácter positivo e, conseqüentemente, são apenas espaços residuais entre os edifícios. A importância da forma do edifício em detrimento da forma do espaço exterior tem levado necessariamente à concepção deste tipo de cidade, de que são exemplo inúmeros conjuntos urbanos das nossas periferias. Neste modelo o espaço público tem sempre um carácter secundário. O conflito do carro e do peão é constante e o desconforto bioclimático também não convida à permanência nesses locais cuja função deveria ser a vida colectiva.

Por fim, o *modelo orgânico* ou biológico, que olha para a cidade como um organismo vivo, uma noção que surgiu com a ascensão da biologia nos séculos XVIII e XIX e que foi uma reacção à tensão provocada pela industrialização do século XIX. Apesar de o modelo orgânico ter tido menos influência na construção de cidades do que os dois paradigmas anteriores, é a perspectiva mais utilizada pelos actuais profissionais de planeamento, por ser também aquela que melhor incorpora os conceitos actuais de sustentabilidade e de ecologia.

Esta cidade tem um tamanho ideal, um limite claro e uma autonomia própria. Tal como um organismo vivo, não altera a sua dimensão pela simples extensão, dilatação ou adição indefinida das partes; antes reorganiza a sua forma à medida que muda de dimensão. A forma e a função do conjunto são complexas, não podendo ser compreendidas apenas pelo conhecimento específico das partes, uma vez que estas funcionam em sistema. Por outro lado,

apesar de ter um limite bem definido, não é fácil dividi-la internamente. O organismo na sua globalidade é dinâmico mas é um dinamismo homeostático, ou seja, que tende para o equilíbrio. É a perspectiva dum modelo auto-regulador que também se repara a si próprio.

Exemplos deste tipo de cidades são as cidades-jardins de Ebenezer Howard; é também o modelo das cidades tradicionais pré-industriais de crescimento espontâneo ilustrado por muitas cidades portuguesas.

Como vimos antes, a analogia entre este modelo de cidade e um tecido orgânico é muito grande – a forma e a função estão indissoluvelmente ligadas. Na natureza não há desperdício, não existem estruturas ou espaços residuais – tudo tem uma função específica. Portanto, os espaços intersticiais têm um carácter positivo, uma qualidade estrutural inigualável. São espaços anatómicos mas também dinâmicos, que podem mudar de aspecto ao longo do ano com o devir do ciclo solar e das estações, o que provoca alterações no seu aspecto e conseqüentemente no seu uso. São estes espaços os mais bem-sucedidos, os mais apropriados e os que têm mais vida. As praças, pracetas ou pequenos largos, os becos e as ruelas que caracterizam este padrão orgânico de espaços positivos são ainda hoje um exemplo de espaços públicos bem-sucedidos na função a que se destinam – o uso colectivo. Por outro lado, o interior dos quarteirões, os pátios e os quintais, também eles interstícios, são um complemento importante da vida das cidades e representam microcosmos organizados dentro da malha urbana compacta característica das urbes tradicionais do Mediterrâneo.

Normalmente estes espaços apresentam uma geometria irregular mas que é coerente e conectada – o que é diferente das formas irregulares não coerentes e não conectadas. Posto isto, não podemos estar mais em desacordo com algumas afirmações habituais sobre a cidade orgânica como um exemplo de profunda desordem urbanística.

Neste contexto, podemos afirmar que os modelos de cidade enunciados correspondem a dois paradigmas ou formas de pensamento diferenciado. Um profundamente racional, cartesiano, baseado no conhecimento das partes como no modelo de cidade-máquina. O outro, sistémico ou holístico, baseado no conhecimento do todo, como no modelo de cidade organismo, que aborda problemas complexos como as estruturas orgânicas.

### Desenhando o interstício urbano

Procuraremos agora responder de um modo operativo à questão levantada inicialmente. Como se constrói então este tipo de espaços? Qual o seu sentido na actualidade? Como planeá-los e projectá-los? Como transformar os espaços exteriores negativos tão característicos da nossa cidade contemporânea em espaços positivos?

A resposta encontra-se nos trabalhos desenvolvidos por Christopher Alexander, o mesmo autor que identificou o conceito de espaço exterior positivo. Procuraremos de forma sucinta e operativa responder a estas questões mostrando aqui alguns aspectos do seu trabalho e método.

As Figuras 7 e 8 representam dois tipos de cidade muito diferentes, que se poderiam comparar ao modelo máquina, no primeiro caso, e ao modelo organismo, no segundo caso, conforme elucidámos acima. No primeiro caso, estamos na presença duma típica cidade moderna americana (Berkeley), que bem poderia ser certas periferias de Lisboa. No segundo caso, estamos perante um projecto para a mesma área, cujo objectivo é dar mais vida a este espaço, ou seja, torná-lo mais orgânico. Mantendo tanto quanto possível os edifícios pré-existentes, transforma-se o espaço negativo em espaço positivo, pela adição ou subtracção de edifícios, criando assim um sistema de reverso figura-fundo.

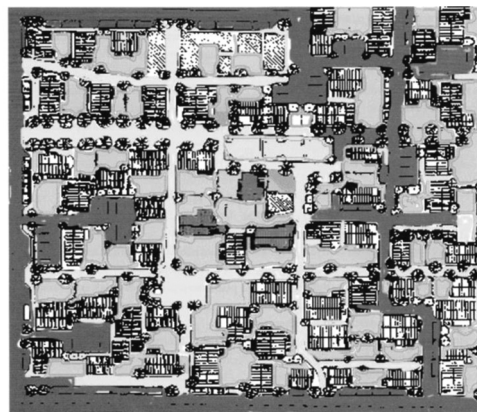
As cores representam os diferentes *layers* de ocupação do terreno: Branco – espaço para peões, incluindo praças e caminhos ou passeios; Cinzento-claro – jardins privados ou públicos ou semi-privados; Cinzento-escuro – rede viária, incluindo estacionamento. Além disso, ainda temos o *layer* dos *Edifícios*, que inclui a habitação, o comércio e os serviços. Segundo o autor deste projecto, o carácter fundamental dum bairro depende do modo como estes quatro elementos são articulados, da mesma forma que uma molécula orgânica tem as suas características em função da articulação dos seus quatro elementos (o carbono, hidrogénio, oxigénio e nitrogénio). A leitura por *layers* dos diferentes elementos dá-nos à partida e em simultâneo uma visão do todo e das partes, que por sua vez também são todos, no caso da Figura 8 (Alexander; 2005: 288).

**Figura 7** ▶ Padrão espacial de cidade com fraca qualidade de vida urbana. Típica cidade moderna americana (Berkeley). Grande percentagem de terreno atribuído à rede viária (cinzento-escuro), passeios mínimos e descontínuos (branco), jardins privados (cinzento-claro) que circundam os edifícios (Alexander, 2005: 288).



AN UNHEALTHY PATTERN: THE 20TH-CENTURY NORM. This drawing and the one on the opposite page are drawn to the same scale. The gross quality of this drawing reflects the gross quality of the environment it portrays: a few blocks in a typical 20th-century American city. As in any American neighborhood, there are massive swaths of road cutting through the neighborhood (red); the pedestrian built is minimal, on the obliquely drawn discontinuous sidewalks (yellow). The gardens (green) for the most part are wasted as they surround the gray (houses) in areas too small to be used.

**Figura 8** ▶ Padrão espacial de cidade com elevada qualidade de vida urbana. Contrasta a área anterior (Figura 7) imaginada agora com base no modelo da cidade organismo e do conceito de espaço exterior positivo. Mantendo o mesmo número de fogos, a distribuição e a percentagem de espaço público (branco), rede viária (cinzento-escuro) e espaço verde (cinzento-claro) é completamente diferente do plano anterior: maior continuidade e quantidade do espaço público, redistribuição do espaço verde de uma forma coerente e uma rede viária minimizada e descontinuada a favor do peão (Alexander, 2005: 289).



A NEW KIND OF NORM: A HEALTHY PATTERN: An imaginary neighborhood, about 450 feet by 600 feet, with some 65 houses, and perhaps 200 persons, at a density of about 10 dwellings to the acre. The drawing shows relative amounts of yellow, red, green, and gray which are quite different from the previous plan. There are large amounts of yellow, the green is coherently shaped, the red is minimized and discontinuous. In part, this plan simulates the process generated by the principles defined in the following pages. Christopher Alexander and Saul Pirkards, Center for Environmental Structure, 1996.

As Figuras 7 e 8, representam a mesma área, com a mesma densidade, o mesmo número de fogos, o mesmo número de carros, e no entanto elas apresentam-se com um padrão completamente diferente. Poder-se-á dizer que o primeiro tipo de cidade prima pelo seu individualismo e descontinuidade – a rede viária é invasiva, os passeios são estreitos e os espaços verdes são privados, diminuindo assim a oportunidade para o contacto humano e a vida colectiva. Os edifícios, mesmo respeitando um alinhamento, não conseguem gerar espaços exteriores de qualidade por melhor que seja a sua arquitectura. No segundo caso, a cidade prima pelo colectivismo e pela continuidade através da criação de espaços públicos segregados dos automóveis, contínuos e hierarquizados e a agregação dos espaços verdes numa forma mais sustentável. A disposição dos edifícios procura conformar os espaços exteriores de uma forma positiva, com formas definidas, coerentes e com funções específicas. É dada primazia aos espaços pedonais (brancos) que através da sua continuidade e subsidiariedade formam uma estrutura hierarquizada (um sistema).

O padrão espacial de cidade representado na Figura 8 é pois inspirado no modelo orgânico ou biológico, cuja qualidade dos interstícios urbanos passa pelo carácter positivo dos seus espaços exteriores. A validade deste modelo na actualidade e eventualmente no futuro residirá na sua intemporalidade.

### Conclusão

Uma primeira evidência que resulta deste trabalho relativamente aos interstícios urbanos é que estes podem ser de dois tipos: apenas espaços residuais e sem forma (negativos) ou espaços com forma (positivos), onde toda a porção de espaço tem um significado próprio e uma função específica, tal qual as estruturas da natureza. Esta diferenciação repercute na forma como as pessoas apropriam o espaço urbano; muito mais intensa nos espaços

públicos com carácter positivo e com grande dificuldade nos espaços com carácter negativo.

Verifica-se também que os interstícios urbanos positivos estão associados essencialmente ao modelo de cidade orgânica. Esta qualidade estrutural, que está também presente nos tecidos dos seres vivos, falha redondamente nas grandes expansões urbanas recentes, caracterizadas pelo carácter residual dos seus espaços exteriores.

Por último, mostrámos como é que estes espaços residuais podem ser convertidos em espaços positivos. Para tanto é necessário (mas também em princípio suficiente) mudar o paradigma de fazer cidade, tomando como objecto de estudo o espaço público em lugar do edifício. A malha urbana que assim se vai cerzindo, pontualmente, localmente, cirurgicamente, torna-se com o tempo uma estrutura urbana mais orgânica e auto-reguladora e portanto com mais vida.

### Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, C. (2005), "A Vision of a Living World", *The Nature of the order: An Essay on the Art of Building and the Nature of the Universe*, Volume 3, Berkeley California, The Center for Environmental Structure.
- ALEXANDER, C. (2002), "The Phenomenon of Life", *The Nature of the order: An Essay on the Art of Building and the Nature of the Universe*, Volume 1, Berkeley California, The Center for Environmental Structure.
- ALEXANDER, C. (1977), *A Pattern Language*, New York, Oxford University Press.
- CHING, F. (1998), *Forma Espacio y Ordem*, Barcelona, Ediciones Gustavo Gili.
- KOSTOF, S. (1999), *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, London, Thames and Hudson.
- LINCH, K. (1981), *A Boa Forma da Cidade*, Colecção Arquitectura & Urbanismo, Lisboa, Edições 70.



# GENTRIFICAÇÃO E A CIDADE REVANCHISTA: QUE LUGAR PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DE RESISTÊNCIA?

---

Luís Mendes

■ Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras (luis.mendes@ceg.ul.pt)

## Resumo

A propósito do dismantelamento das políticas de assistência pública de que o neoliberalismo dos governos urbanos se tem vindo a revestir; e de como a crise do *welfare state* está associada também à afirmação de intenções conservadoras, responsáveis pela produção de transformações no governo da cidade, discutiremos o conceito de cidade revanchista. Este denuncia como o discurso “regenerativo” da gentrificação funciona como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, desviado do auxílio aos mais carenciados, funciona como subsídio aos mais ricos (Banca, instituições financeiras, grandes grupos económicos e de construção civil, etc.). O objectivo específico deste artigo é o de discutir o papel que cabe aos movimentos sociais urbanos na resistência aos novos produtos imobiliários fabricados pelas várias tendências de regeneração urbana na cidade contemporânea, especialmente na gentrificação da cidade centro.

**Palavras-chave:** Gentrificação, regeneração urbana, movimentos sociais urbanos, cidade revanchista.

## Abstract

The concept of the revanchist city will be discussed at the light of the dismantling of public assistance policies as a characteristic of neoliberal urban governments. The welfare state crisis, responsible for the production of urban governance transformation, will also contribute to the study of this concept. Besides, this concept shows how the regeneration discourse of gentrification functions as a mechanism of legitimising power and mobilising great public investment that is used to subsidise the richest ones, instead of benefiting those in need. Finance, great economical groups, civil construction groups, entrepreneurs, and governors, among others, contribute to this social polarisation. In this context, the objective of this paper is to discuss the role of urban social movements in the resistance to new housing products promoted by different urban regeneration trends in the contemporary city, especially in the gentrification of the city centre.

**Keywords:** Gentrification, urban regeneration, urban social movements, revanchist city.

## Introdução

Os primeiros sintomas da crise do *welfare state* começaram a manifestar-se por volta de meados dos anos 70. A partir de então, a gradual desagregação do modelo predominante de intervenção pública fez-se paralelamente à superação do fordismo pelo pós-fordismo, tornando cada vez mais difícil para o Estado reunir os recursos necessários para garantir a intervenção da despesa pública ao mesmo ritmo que se atingira em anos anteriores. À precariedade

da situação laboral dos trabalhadores mais desqualificados e dos grupos sociais mais desfavorecidos, acumulou-se a desregulação do mercado de habitação e do uso do solo urbano, que tende a valorizar um padrão mais aleatório na produção temporal e espacial dos acontecimento urbanos e o fabrico de uma segregação residencial a escalas mais finas. Este padrão é produto social do jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização. O governo urbano orienta-se por um modelo gestor (gestão estratégica

importada do meio empresarial) em que o uso dos recursos públicos se faz para atrair investimento, o fornecimento dos serviços passa a fazer-se pelo mercado e pelo sector privado e são valorizadas as parcerias público-privadas.

A propósito do desmantelamento das políticas de assistência pública como tentativa de incutir alento à iniciativa económica dos privados, de que o neoliberalismo dos governos urbanos das cidades de países de capitalismo desenvolvido e maduro se tem vindo a revestir; e de como a crise do *welfare state* está associada também à afirmação de intenções conservadoras, responsáveis pela produção de transformações no governo da cidade, discutiremos o conceito de cidade revanchista, de acordo com Neil Smith (1996). Este conceito denuncia como o discurso "regenerativo" da gentrificação no âmbito de políticas urbanas de valorização da imagem da cidade, ainda que vise a fixação da população já existente, a modernização do tecido económico, o aumento do emprego e o crescimento económico; não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carenciados, funcionando como subsídio aos mais ricos (Banca, instituições financeiras, grandes grupos económicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.).

Neste contexto, o objectivo deste artigo é o de discutir o papel que cabe aos movimentos sociais urbanos na resistência aos novos produtos imobiliários fabricados pelas várias tendências de regeneração urbana na cidade contemporânea, especialmente na gentrificação da cidade centro. Tratando-se de um ensaio teórico e exploratório desta problemática, desprovido de fundamentação empírica directa, o texto segue uma metodologia hipotético-dedutiva, pelo que a sua construção parte de postulados ou conceitos já estabelecidos na literatura consultada, através de um trabalho lógico de relação de hipóteses, que configura, a nosso ver, uma possível perspectiva de interpretação dos fenómenos em estudo. Argumentaremos que a ocupação ilegal de propriedades vagas ou desocupadas à margem da ordem estabelecida (ou melhor, contra ela) e a oposição ao desalojamento têm o seu ponto de partida numa crise estrutural do alojamento. Todavia, não se podem considerar estas acções como uma simples resposta mecânica a uma ausência de habitação, sendo que se trata de um processo social estreitamente ligado à relação dialéctica entre as relações de classe e as estratégias políticas para a habitação no centro da cidade. Concluiremos com a ideia de que os actores desta luta urbana apenas exercem um domínio parcial das mudanças que suscitam ou que se esforçam por inflectir, caso não se insiram numa acção concertada e integrada politicamente.

### *Crise do Estado-Providência, ofensiva neoliberal e a produção da cidade revanchista*

Neste ponto apresentam-se as principais transformações ocorridas nos princípios de organização do sistema económico e de regulação que marcaram a transição do regime de acumulação fordista apoiado no keynesianismo, dominante nos países e metrópoles ocidentais entre o pós-Segunda Guerra Mundial e os anos 70, para o regime de acumulação flexível, que se inscreve num quadro económico largamente marcado pelo neoliberalismo e que, em grande parte, como veremos, explica a emergência, proliferação e reforço das tendências da gentrificação nas últimas décadas do século XX.

Nos anos 60 e 70, a expansão e consolidação do Estado-Providência deram-se no sentido da diversificação da oferta estatal de bens e serviços sociais e da elevação do valor dos benefícios e da qualidade da oferta. A persistência da desigualdade e a emergência de novas procuras parecem ter sido em larga medida contra-atacadas pela consolidação e expansão dos direitos sociais, tendo sido esta a época da discriminação positiva, dos programas de combate à pobreza, da melhoria dos serviços sociais e do fomento do valor dos benefícios e transferências. O pacto fordista e o *welfare state*. O fordismo representou indiscutivelmente algo mais do que um modelo de desenvolvimento económico. Na verdade, a natureza desse modelo favoreceu a emergência de um conjunto bem definido de actores sociais e reuniu as condições para a criação de esquemas típicos de regulação das relações entre eles. A partir dos anos 40 do século XX, o Estado tornou-se um protagonista importante na intervenção assistencial junto dos segmentos da população mais desfavorecida. Esta intervenção generalizou-se e difundiu-se, embora em diversas modalidades e intensidades geograficamente díspares, em quase todos os países desenvolvidos. Tornou-se popular a expressão *welfare state* para designar a orientação da política estatal em que o poder organizado se emprega deliberadamente para modificar o movimento das forças de mercado em pelo menos três direcções: garantindo aos indivíduos e às famílias um rendimento mínimo; reduzindo o grau de insegurança e colocando os indivíduos e as famílias em condições de enfrentar determinadas contingências sociais (por exemplo, a doença, a velhice, o desemprego), que, de contrário, conduziriam a crises individuais e familiares; assegurando que sejam oferecidos a todos os cidadãos os melhores padrões possíveis de uma gama moderada dos serviços sociais (Mela, 1999).

As políticas keynesianas acompanharam e estimularam a urbanização fordista – no ver de Ascher (1998), ou a urbanização do período da

Modernidade Universal, na leitura de Harvey (1989) – desenvolvendo uma cidade do “bem-estar” (do *welfare state*), de forma a assegurar o pacto fordista entre patronato e assalariados, de maneira a que a ordem social se mantivesse e o sistema capitalista se reproduzisse. Tal era conseguido através do estímulo estatal à economia por via do financiamento público dos equipamentos colectivos e da habitação social e favorecendo a industrialização das actividades de construção e de obras públicas através de encomendas maciças e repetitivas. No entanto, esta forma de produzir o espaço urbano e toda a coerência fordista estão, actualmente, em crise (Ascher, 1998).

Os primeiros sintomas da crise do *welfare state* começaram a manifestar-se por volta de meados dos anos 70, se bem que não se produza em todos os países, nem simultaneamente, nem com ritmo similar. A partir de então, a gradual desagregação do modelo predominante de intervenção pública fez-se paralelamente à superação do fordismo pelo pós-fordismo, tornando cada vez mais difícil para o Estado reunir os recursos necessários para garantir a intervenção de despesa pública ao mesmo ritmo que se atingira em anos anteriores. À inevitável precariedade da situação laboral dos trabalhadores mais desqualificados e dos grupos sociais mais desfavorecidos, acumulou-se a desregulação do mercado de habitação e do uso do solo urbano, que tende a valorizar um padrão mais aleatório na produção temporal e espacial dos acontecimentos urbanos. Este padrão é simplesmente produto social do jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização, e não tanto das condições locais em termos de distância ao centro ou a zonas de emprego, do nível local do comércio, de equipamentos ou da qualidade do ambiente. O governo urbano orienta-se por um modelo gestor (gestão estratégica importada do meio empresarial) em que o uso dos recursos públicos se faz para atrair investimento, o fornecimento dos serviços passa a fazer-se pelo mercado e pelo sector privado e são valorizadas as parcerias público-privadas (Hall, 1998).

Ao Estado produtivista e bastante interventivo, embora com variantes consoante os países, sucedeu um Estado que procurou transferir muitos serviços para a esfera privada (transportes, habitação, redes de distribuição de comunicações e de electricidade...), acentuando a ideia, quantas vezes aparente, de efectuar uma regulação mais eficaz das actividades económicas (através de legislação, de fiscalização, da instalação de comissões reguladoras do mercado bolsista, das telecomunicações, etc.). Este mesmo Estado, que nos anos 80 e 90 foi marcado pelo quadro de referências neoliberal que ainda hoje tem um peso significativo (Smith, 1989; Pimenta de Faria, 2002), reforçou as lógicas competitivas de carácter

territorial (Domingues, 1996; Peck e Tickell, 2002) e das políticas de habitação (Wexler, 1996, 1999). À crise das grandes cidades que marcou o final do ciclo económico do pós-guerra, sucedeu uma nova política urbana, muito mais orientada para o mercado e, portanto, marcada pelas lógicas da promoção do consumo, da competitividade entre metrópoles, do protagonismo dos actores privados no processo de planeamento e de produção da cidade (Ley, 1980; Barata Salgueiro, 1999; Hall e Hubbard, 1996).

É um facto que associado aos primeiros sintomas da crise do *welfare state* e emergência do neoliberalismo, por volta dos anos 80, mas sobretudo 90 e recentes em Portugal, designadamente à desagregação daquele modelo de intervenção pública, esteve a origem de novas e crescentes desigualdades sociais, que tendem a agravar-se com a tendência vigente dos países de desenvolvimento mais avançado para regredirem da fiscalidade directa para a indirecta, ou, pelo menos, para reforçarem a pressão fiscal sobre os rendimentos do trabalho em benefício dos rendimentos do capital. A propósito do dismantelamento das políticas de assistência pública como tentativa de incutir alento à iniciativa económica dos privados, de que o neoliberalismo dos governos urbanos se tem vindo a revestir; e de como a crise do *welfare state* está associada também à afirmação de intenções conservadoras, responsáveis pela produção de transformações radicais no governo da cidade, Smith defende o conceito de cidade revanchista, referindo:

“Las enormes subvenciones concedidas al capital mundial; la destrucción y el desmantelamiento sistemático de servicios públicos (por ejemplo, la educación) y la crisis de la reproducción social; y las nuevas ambiciones políticas de las ciudades en la economía global. [...] El argumento general que deseo plantear aquí es que la ciudad revanchista [...] forma parte de todo un nuevo régimen de desarrollo desigual que encaja con el nuevo globalismo. Conjuntamente con una mayor represión política, representa elementos centrales de un nuevo régimen de desarrollo desigual que se vuelve cada vez más visible en las economías capitalistas avanzadas”. (2005: 75)

Imbuído de um papel de intervenção e crítica social, Smith (1996) denuncia que o discurso “regenerativo” da gentrificação no âmbito de políticas de valorização da imagem do espaço urbano ainda que vise a fixação da população já existente, a modernização do tecido económico, o aumento do emprego e o crescimento económico; a verdade é que não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última

análise, é desviado do auxílio aos mais carenciados, funcionando como subsídio aos mais ricos (Banca, instituições financeiras, grandes grupos económicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.). Parte-se da dedução preliminar de que na sociedade capitalista o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês (sob domínio das classes dominantes) e existe para servir os interesses do capital e não da maioria social. O mesmo pode ser dito do Estado, que, mesmo sob o disfarce liberal e formalmente voltado (no sentido de discurso teórico) para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da "classe burguesa", isto é, dos grupos de maior estatuto social e económico e dos interesses do capital (Lefebvre, 1968).

As intervenções públicas que provocam valorização do espaço urbano desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas. A selectividade dos investimentos favorável à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção à "cidade da maioria", com particular gravidade para as áreas mais carenciadas onde se concentram os mais desfavorecidos (Brenner e Theodore, 2002; Jessop, 2002). É a emergência da cidade "revanchista" produzida pela ofensiva neoliberal e tese que Smith tem explorado mais recentemente (1996, 2001, 2002). O autor desvendou, desta forma, a máscara social de compreensão e "bondade institucional" inerentes a estes recentes produtos imobiliários da nova gestão urbana, argumentando como estes promovem uma lógica de controlo social favorável à reprodução do capital e às classes dominantes.

### *Os movimentos sociais urbanos de resistência às novas formas de gentrificação*

Segundo Savage e Ward (1993), para que haja gentrificação no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: i) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade. Já Neil Smith insiste no facto de o processo de gentrificação resultar, em parte, do desenvolvimento

irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo de acumulação de capital. O abandono e a degradação da cidade centro, de acordo com o autor, cria justamente a futura oportunidade de valorização e negócio imobiliário nos bairros centrais, tornando-os atractivos para o investimento público e privado e para a exploração de mais-valias resultantes da diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central (Smith, 1979, 1987)<sup>1</sup>.

Desde há cerca de 30 anos, o conceito de gentrificação vem assim designar este novo processo de recomposição (e substituição) social verificado no espaço urbano, ligado muitas vezes a acções de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades, mediante investimentos estatais ou privados. Na verdade, indica um processo de emburguesamento de bairros históricos, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa ou mesmo uma transformação nesse sentido de bairros anteriormente conotados de maneiras diferentes. Trata-se de um fenómeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia dos espaços de *habitat* populares das áreas antigas centrais, que implica expulsão dos antigos residentes, logo segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Estas tendências são muito evidentes numa extensão do conceito de gentrificação a casos de renovação e regeneração, levadas a cabo por diversos agentes de produção do espaço urbano, já caracterizados por Lefebvre (1974): os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, as empresas e os cidadãos.

A gentrificação não é um fenómeno novo, contudo as suas actuais formas distinguem-se dos primeiros episódios pontuais que se restringiam à cidade centro. As principais diferenças entre as novas formas de gentrificação dos anos 90 e a forma clássica do fenómeno do início dos anos 70 são a escala e a extensão. Diversos estudos urbanos nos últimos quinze anos têm relacionado o processo de gentrificação com as numerosas intervenções de renovação e regeneração urbanas verificadas ao longo dos anos 80 e 90 em muitas cidades e por vezes favorecidas ou mesmo incentivadas pelas intenções políticas neoliberais dos governos urbanos (Hackworth, 2007).

A gentrificação, nestes casos, sofre mutações, pois deixa de estar única e exclusivamente associada à reabilitação urbana e passa a estar cada vez mais ligada à regeneração ou mesmo à renovação de inteiros bairros de habitação, situados no centro ou nas suas proximidades e na sua substituição por conjuntos de construções de luxo, integrados, com serviços qualificados, ou outras modalidades

de residências de alta qualidade, novos produtos imobiliários destinados a camadas de rendimentos elevados (Davidson e Lees, 2005; Lees, Slater e Wily, 2008).

Smith (1996, 2001, 2002) deixa claro que os projectos de regeneração urbana, que suportam a promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/fixação da população de menor estatuto socio-económico já anteriormente residente nos bairros históricos alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o *filtering up* que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto socio-económico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação sócio-espacial nas áreas onde o fenómeno tem lugar. Nestes termos, ao mesmo tempo que produto social e meio, o espaço é também instrumento da acção, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re)centralização do poder. O desenvolvimento de parcerias público-privadas que neste quadro é frequente desenhar-se constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações estratégicas de controlo, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. Tudo isto à custa dos investimentos em serviços locais de consumo colectivo. É que se, em última análise, a atracção e o crescimento propiciados pela gentrificação a todos beneficiam, em primeiro lugar ganham os promotores imobiliários e as empresas, muito frequentemente à custa da expulsão dos residentes e das empresas mais débeis dos lugares requalificados, lançados por via desta (des)valorização num processo de exclusão e de marginalidade sócio-espacial. Algo directamente correlacionado com modelações ideológicas que visam a manutenção da reprodução social das classes de maior estatuto socio-económico.

Neste processo, Castells (1978) ressalta a crise estrutural que atravessa o sistema capitalista após a crise petrolífera, o que limita os investimentos públicos por falta de recursos financeiros à disposição do Estado. Perante o emagrecimento das receitas, o Estado vê-se forçado a adoptar políticas de contracção de investimento, correspondendo-lhe na razão inversa a aceleração da crise urbana. Sem recursos financeiros necessários para responder às necessidades em matéria de alojamento, transportes e equipamentos sociais da população, o Estado tenderá a concentrar o investimento nas funções urbanas necessárias ao regime capitalista. Face às contradições urbanas geradas pela omnipresença da

crise económica e financeira, outra coisa não seria de esperar do que o recrudescimento dos movimentos reivindicativos urbanos, fazendo depender a capacidade transformadora destes movimentos da articulação com a luta de classes e com o processo de política urbana local daí resultante, como aconteceu com os movimentos populares de luta por casa e pelo direito à cidade no pós-25 de Abril em Portugal.

Historicamente praticadas por populações sem voz e sem capacidade de se fazerem ouvir, as ocupações em geral e as de casas vagas em particular, que aconteceram e ainda acontecem em Portugal – sejam elas motivadas ou não por movimentos sociais urbanos anti-gentrificação – ficam muito aquém do movimento de *squatters* que muitos países conheceram desde o pós-guerra (Castells, 1973; Schecter, 1978; Pruijt, 2003). As ocupações constituem nesses países uma resposta às políticas desenfreadas de reestruturação e reabilitação dos bairros centrais onde a terciarização e a nova classe média exercem uma fortíssima pressão no sentido do desalojamento da população já instalada e, portanto, do agravamento da segregação residencial. Ainda que limitada em termos de elementos e de localidades envolvidas, esta movimentação dos moradores introduziu ruptura e descontinuidade no sistema social, forçando a adopção de medidas políticas que respondessem às necessidades das populações carenciadas. Estes movimentos sociais resultam de relações de classe e exprimem o conflito que orienta uma classe contra outra para apropriar-se e conservar o espaço urbano, enquanto espaço quotidiano da reprodução da força de trabalho e de vida social.

Partindo, assim, do princípio da divisão do campo social em dois blocos fundamentais (as classes dominantes e as classes dominadas, representativas do capital e do trabalho, respectivamente), Manuel Castells (1973, 1977, 1978) faz emergir o aparelho político-ideológico como suporte das classes dominantes e a luta política como recurso das classes dominadas, construindo a sua teoria dos movimentos sociais urbanos a partir da relação dialéctica e contraditória de interesses entre Estado (como agente da classe capitalista) e sociedade civil, bem como tendo as desigualdades e os bloqueios ao consumo colectivo como fonte primordial de contradições e crises urbanas geradoras de lutas e conflitos.

Manuel Castells define lutas urbanas como práticas reivindicativas que tentam modificar ou alterar as contradições que atravessam a cidade capitalista. Quando existe a convergência destas lutas com as lutas operárias, assiste-se ao aparecimento de movimentos sociais urbanos. Estes, também segundo o autor, são práticas específicas das lutas urbanas com capacidade para transformar a lógica urbana estruturalmente dominante (Pickvance, 2003). Para

muitos autores que se têm vindo a debruçar sobre esta problemática (ex: Castells, Touraine, etc.), um dos pressupostos estruturantes a reter a propósito dos movimentos sociais urbanos é o de que estes participam da capacidade transformadora do movimento de massas em virtude da correlação de forças que se estabelecem no seu seio. Sem essa articulação de acções com o movimento operário – centro de gravidade das lutas históricas – as lutas urbanas perderão todo o seu potencial transformador. Existe assim a necessidade de alargamento das lutas urbanas a toda uma multiplicidade de contradições urbanas que lhe confirmam legitimidade de organização. Tal organização só poderá processar-se na base do respeito e apoio mútuos perante o valor próprio de cada campo de luta para os diferentes grupos de pressão implicados (Köhler e Wissen, 2003; Miller, 2007).

Sabe-se que as reformas pretendidas pelos movimentos sociais urbanos só poderão abrir o caminho a uma verdadeira transformação social em função da relação de forças que ela consiga impor. Esta relação de forças é função da capacidade de alargamento da aliança de classes e da existência de uma linha política justa, susceptível de unir as diferentes lutas. Assim, a integração dos movimentos sociais urbanos nas forças políticas é aconselhável, caso contrário os grupos de pressão por habitação condigna, embora dispondo de possibilidades traduzidas na posse de algumas competências reivindicativas, não dispõem de capacidade para negociar e contestar, encontrando-se desprovidos de capacidades para saberem situar-se no jogo social e explorarem o quadro legal-institucional (Nicholls, 2008; Köhler e Wissen, 2003). Estabelecer este tipo de articulação não é fácil. Embora as lutas urbanas e os grupos de pressão abram possibilidade de novas alianças, a organização actual da vida urbana subjugada ao controlo social imposto pelas políticas municipais de requalificação sócio-urbanística do Estado capitalista barra-lhes o caminho e desmobiliza o seu movimento de oposição e resistência (Mayer, 2007).

### *Considerações finais*

A forma e a intensidade da articulação do processo social das lutas urbanas por habitação na cidade centro com o processo que tem por base outras contradições da estrutura social revelam a capacidade de transformar, por meio destas práticas, o conjunto das relações de classe, ou, se quisermos, a sua eficácia própria enquanto movimento social urbano. E isto, não do ponto de vista da influência que as lutas urbanas podem ter sobre a mobilização política individual dos habitantes da cidade, mas antes em relação à convergência do movimento de práticas reivindicativas urbanas com as lutas

sociais suscitadas por outros problemas sociais e políticos.

Os novos movimentos sociais que têm surgido nas sociedades ocidentais a partir dos anos 80 caracterizam-se por uma natureza heterogénea; carácter localizado, disperso e efémero; radicalismo e espectacularidade das acções; e ausência de ideologias programáticas. O esbatimento dos conflitos de base classista (sobretudo o operário), a fragmentação e a precarização da relação salarial e da situação perante o emprego, a massificação e simultânea individualização dos consumos e dos estilos de vida, a atomização e fragmentação dos comportamentos quotidianos, a ausência de partilha dos problemas/projectos colectivos e consequente desvanecimento da identidade colectiva e do sentido de partilha no seio da comunidade, todos estes factores contribuem para que se experimente uma crescente perda de capacidade mobilizadora das tradicionais estruturas associativas (sindicais, partidárias, etc.) (Estanque, 1999).

Apesar da sua fraca capacidade de mobilização, do seu carácter limitado e fugaz, a verdade é que não raras vezes os novos movimentos sociais urbanos comportam inovação social e política, encetada por vanguardas poderosas. O surgimento de novas contradições sociais consideradas pela economia política marxista como secundárias (minorias várias, mulheres, ambiente, etc.) conduziu à necessidade de libertar o conceito de movimento social urbano da sua carga ideológica e da dependência tutelar do movimento operário, o que não representa necessariamente uma fraqueza, pois ainda que se assista a uma multiplicação de pequenos grupos incapazes de se organizar, frequentemente demasiado radicais, a verdade é que esta desorganização pode ser uma condição de êxito no início de formação do movimento (Stahre, 2004). Todavia, por natureza contínuo, um movimento social urbano não pode existir sem forças sociais e instituições de enquadramento organizacional. À medida que os movimentos sociais urbanos se vão expandindo e ganhando força política, à medida que se estruturam os seus programas de orientação ideológica e se consolidam as suas bases organizativas, a sua componente formal reforça-se, pelo que as conquistas alcançadas tendem a apresentar uma relação directa com o progressivo enquadramento institucional do movimento. Mesmo as comunidades contemporâneas que promovem a cidadania participativa e a democracia de proximidade não existem fora das determinantes estruturais das formações sociais. Nesta medida, para se oporem aos poderes hegemónicos capitalistas da ofensiva neoliberal em meio urbano precisam de uma representação de si mesmas e de meios institucionais para ampliar a sua base social de participação e mobilização.

Em rigor, trata-se de realçar a passagem do movimento de moradores de uma fase inicial de acções localizadas e espontâneas a uma outra fase caracterizada já por um projecto e um discurso de intervenção global na cidade. Este percurso não se verificou recentemente, quando se considera a fraca resistência ao já por si fraco, lento e gradual avanço da gentrificação nos bairros históricos da Capital, pois mesmo considerando a dinâmica de todas as frentes de acção urbana mais radicais de luta pelo direito à habitação (ocupações de casas devolutas e recusa de rendas especulativas), está-se na presença de lutas urbanas que não chegam a configurar um movimento social. De facto, a sua breve duração, o seu carácter espontâneo, a natureza secundária e embrionária dos seus efeitos imediatos, e a sua forma organizacional precária acabam por envolver um número não muito significativo de moradores. O peso do efémero e a falta de organização surgem como elementos inibidores da força transformadora que as ocupações podem transportar.

Segundo o amplo e profundo estudo de Carlos Vieira de Faria (2009), e reforçando a tese do estudo pioneiro de Vítor Matias Ferreira (1975), os dados provam que o movimento de ocupação de casas vacantes não passou de um conjunto de acções, individuais na maioria dos casos, cujo alcance para os próprios terminava no momento seguinte após o êxito da ocupação, pelo que se deve interpretar o fenómeno mais como um movimento de protesto político-institucional. Na verdade, este último autor assegura que o carácter parcelar das lutas urbanas dificultou a criação de formas estruturadas com outras frentes de luta social, esvaziando-lhes o potencial subversivo da ordem urbana dominante. Na realidade, não houve do lado dos ocupantes empenhados neste processo, a iniciativa de constituição de nenhuma força social com capacidade para, a nível da cidade, concretizar uma organização que pudesse dar continuidade e sentido ao movimento. Contudo, é interessante registar que se trataram de lutas urbanas que durante o período revolucionário de 1974 marcaram, mesmo assim, uma agenda política, tendo obrigado os Governos Provisórios a legislar sobre financiamento prioritário ao sector da habitação e sobre o congelamento de rendas praticadas em meio urbano.

Assim, a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade está nos movimentos sociais urbanos e não necessariamente nas instituições (Drakakis-Smith, 1989). Resta saber se é possível uma mudança do urbano independentemente de uma mudança política e institucional global. Se é claro que não há transformação profunda possível da lógica e estrutura de uma sociedade sem haver transformação da dominação de classe e sem a consequente alteração na relação do poder político, pode haver no processo geral de transformação

(que não tem de passar pela tomada de poder) fases e batalhas particulares que podem mudar, de maneira sempre instável e parcial, a lógica geral da organização urbana. É a relação entre linha política e lutas urbanas que está de facto no primeiro plano dos processos de mudança social potenciados pelos movimentos sociais urbanos. É no lugar do grupo social mobilizador do movimento nas relações de classe e nas características político-ideológicas da organização interveniente que se encontra o segredo último de um movimento social urbano e da reforma no domínio do Urbano.

### Notas

- <sup>1</sup> Não é preocupação central do presente texto problematizar a definição conceptual de gentrificação, pois existe uma abundante literatura científica que versa precisamente sobre esta questão, sendo o núcleo central das características do processo relativamente consensual entre a comunidade científica. Para aprofundar a discussão do conceito, remetemos para toda uma ampla bibliografia internacional discutida em português em Rodrigues (1992, 2008) e Mendes (2008).

### Referências bibliográficas

- ASCHER, F. (1998), *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora.
- BRENNER, N. e N. Theodore (2002), "Cities and the geographies of actually existing neoliberalism", in N. Brenner e N. Theodore (eds.), *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*, Oxford, Blackwell, pp. 2-32.
- CASTELLS, M. (1978), "Collective consumption and urban contradictions in advanced capitalism", in I. Susser (eds.) (2002), *The Castells Reader on Cities and Social Theory*, Oxford, Blackwell, pp. 107-129.
- CASTELLS, M. (1977), *The Urban Question*, Londres, Edward Arnold.
- CASTELLS, M. (1973), *Luttes Urbaines et Pouvoir Politique*, Paris, Maspéro.
- DAVIDSON, M. e L. Lees (2005), "New build gentrification and London's riverside renaissance", *Environment and Planning A*, 37 (6), pp. 1015-1032.
- DOMINGUES, A. (1996), "Política urbana e competitividade", *Sociedade e Território*, 23, pp. 31-42.
- DRAKAKIS-SMITH, D. (1989), "Urban social movements and the built environment: an analysis of housing provision in North Australia", *Antipode*, 21 (3), pp. 207-231.
- ESTANQUE, E. (1999), "Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 85-111.
- HACKWORTH, J. (2007), *The Neoliberal City: Governance, Ideology and Development in American Urbanism*, Nova Iorque, Cornell University Press.

- HALL, T. (1998), *Urban Geography*, Londres, Routledge.
- HALL, T. e P. HUBBARD (1996), "The entrepreneurial city: new urban politics, new urban geographies?", *Progress in Human Geography*, 20 (2), pp. 153-174.
- HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- JESSOP, B. (2002), "Liberalism, neoliberalism and urban governance: a state-theoretical perspective", in N. Brenner e N. Theodore (eds.), *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*, Oxford, Blackwell, pp. 105-125.
- KÖHLER, B. e M. Wissen (2003), "Globalizing protest: urban conflicts and the global social movements", *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (4), pp. 942-951.
- LEES, L.; T. Slater, T. e E. WYLY (2008), *Gentrification*, Londres, Routledge.
- LEFEBVRE, H. (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos. (Edição inglesa: H. Lefebvre (2003), *The Production of Space*, Oxford, Blackwell).
- LEFEBVRE, H. (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos.
- LEY, D. (1980), "Liberal ideology and the postindustrial city", *Annals of the Association of American Geographers*, 70 (2), pp. 238-258.
- MATIAS FERREIRA, V. (1975), *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, Porto, Edições Afrontamento.
- MAYER, M. (2007), "Contesting the neoliberalization of urban governance", in H. Leitner et al. (eds.), *Contesting Neoliberalism Urban Frontiers*, Londres, Guilford Press, pp. 90-115.
- MELA, A. (1999), *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MENDES, L. (2008), *A Nobilitação Urbana no Bairro Alto: Análise de um Processo de Recomposição Sócio-Espacial*, Lisboa, FLUL (policopiado).
- MILLER, B. (2007), "Modes of governance, modes of resistance: contesting neoliberalism in Calgary", em H. Leitner et al. (eds.), *Contesting Neoliberalism Urban Frontiers*, Londres, Guilford Press, pp. 223-249.
- NICHOLLS, W. (2008), "The urban question revisited: the importance of cities for social movements", *International Journal of Urban and Regional Research*, 32 (4), pp. 841-859.
- PECK, J. e A. TICKELL (2002), "Neoliberalizing space", in N. Brenner e N. Theodore (eds.), *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*, Oxford, Blackwell, pp. 33-57.
- PICKVANCE, C. (2003), "From urban social movements to urban movements", *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (1), pp. 102-109.
- PIMENTA DE FARIA, C. (2002), "Novos capítulos da crónica de uma morte sempre anunciada ou a crise do «welfare state» revisitada", *Teoria & Sociedade*, 9, pp. 202-229.
- PRUIJT, H. (2003), "Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam", *International Journal of Urban and Regional Research*, 27 (1), pp. 133-158.
- RODRIGUES, W. (2008), *Cidade em Transição: Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- RODRIGUES, W. (1992), *Retorno à Cidade e Emergência de Novos Estilos de Vida. O Fenómeno "Gentrification" como Exemplificação*, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- SALGUEIRO, T. B. (1999), "Das mudanças territoriais à gestão. Algumas notas", *Finisterra*, 34 (67/68), pp. 153-160.
- SAVAGE, M. e A. Warde (1993), *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*, Londres, Macmillan.
- SCHECTER, S. (1978), *The Politics of Urban Liberation*, Montréal, Black Rose Books.
- SMITH, N. (2005), "El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal", em D. Harvey e N. Smith (eds.), *Capital Financiero, Propiedad Inmobiliaria y Cultura*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, pp. 59-78.
- SMITH, N. (2002), "New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy", *Antipode*, 34 (3), pp. 427-450.
- SMITH, N. (2001), "Rescaling politics: geography, globalism, and the new urbanism", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*, Oxford, Blackwell, pp. 147-168.
- SMITH, N. (1996), *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*, Londres, Routledge.
- SMITH, N. (1987), "Gentrification and the rent gap", *Annals of The Association of American Geographers*, 77 (3), pp. 462-465.
- SMITH, N. (1986), "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space", in N. Smith e P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*, Londres, Allen & Unwin, pp. 15-34.
- SMITH, N. (1979), "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, 45, pp. 538-548.
- SMITH, S. (1989), "Social geography: social policy and the restructuring of welfare", *Progress in Human Geography*, 13 (1), pp. 118-128.
- STAHRE, U. (2004), "City in change: globalization, local politics and urban movements in contemporary Stockholm", *International Journal of Urban and Regional Research*, 28 (1), pp. 68-85.
- VIEIRA DE FARIA, C. (2009), *As Cidades na Cidade. Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966-1995*, Lisboa, Esfera do Caos.
- WEXLER, M. (1999), "«Housing and social policy: an historical perspective on canadian-american differences – a reply»", *Urban Studies*, 36 (7), pp. 1177-1180.
- WEXLER, M. (1996), "A comparison of canadian and american housing policies", *Urban Studies*, 33 (10), pp. 1909-1921.

# ESPAÇOS E PRÁTICAS INTERSTICIAIS DE PODER E RESISTÊNCIA EM CARDIFF, PAÍS DE GALES

---

Ana Gonçalves

■ Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (CESHTE) (ana.goncalves@eshte.pt)

## Resumo

Este artigo procurará questionar o modo como discursos dominantes e dissidentes têm sido construídos e perpetuados nos espaços públicos de Cardiff, capital do País de Gales. Outrora uma movimentada cidade portuária e anfitriã de uma comunidade trabalhadora multiétnica singular, Cardiff tem sofrido profundas transformações urbanas, apresentando hoje uma frente ribeirinha completamente rejuvenescida. Edifícios históricos articulam-se na paisagem urbana com modernos edifícios-âncora num discurso dominante aparentemente consensual entre o passado e o presente, sujeito à ideologia pós-moderna do consumo visual espectacular, onde o lazer e o entretenimento influenciam as novas imagem e identidade da cidade para o mundo. Esta paisagem silencia, todavia, muitas vozes e apaga muitas *estórias* do passado marítimo e multiétnico de Cardiff, influenciando o modo como as identidades individuais e colectivas se constituem. Excepção parece ser o *Butetown History and Arts Centre*, onde a democracia cultural procura dar voz aos discursos minoritários da cidade, e o qual merecerá, pois, particular atenção neste artigo.

**Palavras-Chave:** Cardiff, Interstícios Urbanos, Práticas Quotidianas, Poder

## Abstract

This paper will question the way in which dominant and counter-hegemonic discourses have been constructed in the public spaces of Cardiff, the capital of Wales. Once a busy port city and home to a unique working-class multiethnic community, Cardiff has undergone deep urban changes, presenting today a completely renewed waterfront. Historical buildings mingle with modern flag-ship buildings in the urban landscape, in a dominant and rather consensual discourse between the past and the present, subjected to the post-modern ideology of spectacular visual consumption, where leisure and entertainment influence the new image and identity of the city to the world. This landscape silences, however, many voices and erases many stories from the maritime and multiethnic past of Cardiff, influencing the formation of individual and collective identities. The exception seems to be the *Butetown History and Arts Centre*, where cultural democracy aims at giving voice to the city's minority discourses, and which will, therefore, deserve closer attention in this paper.

**Keywords:** Cardiff, Urban Interstices, Everyday Practices, Power

## Introdução

Os espaços nas cidades contemporâneas do mundo ocidental apresentam-se como paisagens onde o poder é construído e perpetuado e onde ritmos de apropriação individual e colectiva são impressos quotidianamente na malha urbana. O modo como os indivíduos apropriam estes espaços e participam nas actividades que a cidade lhes oferece

constrói a sua percepção sobre a cidade e sobre a sua identidade cultural.

De acordo com Duncan (1990), a cidade é um texto onde os valores, as características pessoais e o poder são inscritos, e que possibilita tantas "leituras" quantas os seus "leitores". Assim sendo, cada indivíduo cria a sua própria "cidade interna" (Kavaratzis, 2004), ou seja, os diferentes sentimentos e experiências pessoais que permitem que

cada sujeito compreenda a cidade de uma forma muito particular. Esta "cidade interna" é constituída pelas nossas experiências e percepções do espaço ("prática espacial e representações de espaço", Lefebvre, 1991b: 38), e pelos nossos espaços representacionais, isto é, os espaços directamente vividos através das imagens e símbolos que lhes estão associados (Lefebvre, 1991b: 39). Todavia, uma vez que reflectiremos neste artigo sobre o modo como o poder é construído na cidade contemporânea ocidental, devemos ter presente que, ao "lerem este texto" e ao tentarem compreender as cidades que visitam e onde vivem e trabalham, os indivíduos fazem-no interpretando, aperfeiçoando, resistindo, opondo-se ou até ignorando as atitudes prevaletentes do seu tempo, mas não sincronizando os seus pensamentos (Marien, 2002).

Após uma incursão teórica pela arte pública e pelo modo como é exibida nos espaços urbanos das cidades pós-modernas, este artigo procurará reflectir sobre os espaços e práticas urbanos de Cardiff, a capital do País de Gales, no Reino Unido, e compreender o modo como o poder e os discursos dominantes têm sido integrados na construção dos espaços desta cidade. Estes discursos, aparentemente consensuais e colectivamente partilhados, encontram-se ancorados nos projectos de regeneração urbana e em campanhas de promoção turística, aos quais subjaz o principal objectivo de tornar Cardiff uma capital Europeia apelativa, de características mundiais.

Cardiff foi um importante porto exportador de carvão durante o século XIX, acolhendo uma das mais importantes comunidades trabalhadoras multi-étnicas do mundo. Todavia, em meados do século XX, a desindustrialização levou ao abandono das docas. Consequentemente, durante as últimas décadas, a cidade tem tentado reinventar-se através de intensos processos de regeneração urbana e revitalização ribeirinha que têm transformado significativamente a paisagem económica, social e cultural da cidade, tendo as antigas áreas industriais sido substituídas por espaços e infraestruturas de entretenimento, comércio e restauração, acompanhados pelo rejuvenescimento de edifícios históricos, aos quais foram imputados novos usos, e pela construção de novos edifícios-âncora votados à cultura e ao lazer. As ruas e praças da cidade têm sido inscritas com novos símbolos e significados e o poder tem sido redistribuído nestes espaços, corroborando com um discurso dominante convincente e unificador.

### *Espaços Urbanos e Arte Pública*

As cidades contemporâneas ocidentais constituem-se de espaços sujeitos a uma ideologia pós-moderna de consumo visual, em que a imagem se reveste de contornos marcadamente economicistas,

no sentido de atrair capital humano, económico e simbólico à cidade. Com vista a um reposicionamento competitivo destas cidades no panorama mundial, a esta ideologia subjaz uma política de *marketing* territorial que promove a constante estruturação e reestruturação dos espaços urbanos, numa lógica capitalista de produção e reprodução, consumo e circulação (Fainstein e Campbell, 1996: 344), sendo estes espaços apropriados e consumidos como outro qualquer produto. Esta (re)estruturação revela-se crescentemente espectacular e decisiva na (re)construção da identidade cultural da cidade e da sua influência a nível mundial. De facto, segundo Waikien e Ryser (2005: 16), é nos espaços cívicos, tais como ruas e praças, locais de reunião, interacção e observação, que se manifesta a identidade cultural da cidade. O modo como estes espaços são concebidos, adaptados, apropriados e preservados revela-se através dos ritmos quotidianos e da apropriação humana do ambiente físico que a rodeia; e expressa-se, por exemplo, através da arte que figura nestes espaços e que influi directamente na imagem que estes espaços transmitem aos que deles se apropriam.

A arte pública abrange muitas e diferentes formas de arte que são exibidas em locais de acesso público. Pode compreender formas mais permanentes, tais como estátuas ou obras de arte incorporadas nos edifícios, arte comemorativa, como seja o caso de memoriais, placas, inscrições, ou até murais, pavimentos e mobiliário urbano, assim como outras formas cuja exibição é transitória, como exposições, festivais e artes performativas de rua. Independentemente da forma que a obra de arte assume, a arte pública deve ser exibida num espaço que seja acessível e partilhado por todos. Consequentemente, apresenta-se como uma forma de arte exibida em espaços não convencionais (Miles, 1997: 2), ficando, por isso, habitualmente fora dos museus e galerias, onde os objectos de arte são codificados segundo um discurso e uma ideologia específicos.

A arte pública destina-se a criar espaços públicos atractivos, a narrar a(s) es-/his-tória(s) da cidade e a construir e inscrever a identidade cultural nacional, imbuída da ideologia do Estado, nos espaços físicos urbanos, criando um discurso oficial unificador. Devemos, pois, questionar-nos se a arte pública é, de facto, partilhada por todos. As obras de arte exibidas nos espaços públicos são, de um modo geral, financiadas pelo Estado e representativas da cultura da cidade; mas será que todas as audiências compreendem o que contemplam e o modo como a sua percepção é construída (especialmente quando a arte pública não abarca a expressão das comunidades da cidade, aqueles que verdadeiramente se apropriam dos seus espaços no decurso das suas práticas quotidianas)?

A arte pública é habitualmente exibida nas ruas e praças, locais onde a “experiência vivida e a soma total das relações que constituem o ser humano” têm lugar (Lefebvre, 1991a: 97). A rua, por exemplo, apresenta-se como um local de observação por excelência que permite compreender a cultura urbana e os diferentes modos de construção intelectual e cultural da cidade (Cordeiro e Vidal, 2008). Na rua as pessoas observam, são observadas e partilham o espaço, adaptam-se a ele e adaptam-no a elas próprias e às relações que estabelecem com os outros. A rua é, pois, parte integrante do espaço social, onde existir “é ser diferente” (Bourdieu, 2001: 9) e onde as relações com os diferentes membros da vida social local têm lugar. Apesar de aparentemente neutra, sem proprietário, um local comum e diariamente partilhado, é transformada por aqueles que nela caminham e que a humanizam com a sua presença e com as suas “táticas e estratégias” sociais e culturais (Certeau, 1984: 34-39). Para Certeau, a vida social e cultural na cidade incide não apenas na interacção social *per se*, mas também nas características das relações que se constituem entre os indivíduos e os espaços que ocupam (Certeau, 1984).

#### *Cardiff: A Construção de Uma Cidade Portuária Multiétnica*

A cidade de Cardiff, na sua aparência actual, em pouco se assemelha ao pequeno porto que era no século XIX. Através da construção de diferentes docas, financiadas por John Crichton Stuart, o segundo Marquês de Bute, Cardiff foi apelidada de “metrópole mundial de carvão” em meados do século XIX. As docas permitiram dar resposta ao crescente tráfego de cargueiros que aportavam a Cardiff para se abastecerem de carvão que se destinava a diferentes partes do mundo, e contribuíram para a reputação da cidade enquanto porto, especialmente entre 1850 e 1914.

As diversas oportunidades de trabalho nas indústrias mineira e naval e em outras actividades relacionadas com as docas atraíram mão-de-obra estrangeira a Cardiff. Muitos marinheiros de diferentes países fixaram-se na área residencial das docas e entrosaram-se com a população residente, constituindo família com mulheres galesas e criando uma comunidade multiétnica. Com o apoio filantrópico do Marquês de Bute, o bairro da classe trabalhadora multiétnica de Butetown começou a estruturar-se na área ribeirinha de Cardiff. Inicialmente construído para alojar profissionais da classe média, foi posteriormente ocupado por membros da classe trabalhadora, cujas ocupações se encontravam estreitamente associadas às docas.

No entanto, foi como *Tiger Bay*, aquele que era o nome comumente referenciado nos média

**Figura 1** ▶ Docas de Cardiff, c. 1900  
(Visit Cardiff)



britânicos, que esta comunidade passou a ser conhecida internacionalmente. Este nome era igualmente usado com conotações pejorativas para referir a comunidade que vivia na área e as pobres condições de habitação, saúde e educação que caracterizavam o bairro, para além do crime, vício e prostituição que se dizia existir na área.

Estima-se que em 1950 este bairro acolhesse cerca de 6000 pessoas de 57 nacionalidades diferentes (Lloyd, 1950), que viviam numa área de pouco mais de 1,5 km de extensão. Devido à sua diversidade étnica e cultural e às suas relações laborais, estas pessoas partilhavam práticas de identificação quotidianas (Mulhern, 1998) na rua, onde interagiam e participavam nas actividades diárias da comunidade. Para estas pessoas, a rua era um espaço aberto a todos, verdadeiramente democratizado, onde a interacção social tinha lugar.

#### *A Regeneração de Uma Cidade Pós-Industrial*

Com o início do século XX, o carvão foi sendo progressivamente substituído por petróleo como forma de combustível e Cardiff foi perdendo gradualmente a sua importância e prestígio enquanto porto de fileira, ao mesmo tempo que era ameaçada pelos portos vizinhos de Penarth e Barry, o que levou ao abandono das suas docas.

**Figura 2** ▶ Uma rua de Tiger Bay, 1957  
(in O'Neill, 2001: 184)



Tal situação conduziu igualmente ao aumento do desemprego no seio das comunidades trabalhadoras portuárias, cujos residentes estavam directa ou indirectamente dependentes de actividades relacionadas com as docas. Além disso, a adversidade imposta pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais intensificou as condições de privação em que os membros desta comunidade viviam e o processo de desindustrialização que levou à esterilidade das docas e à perda da sua vivacidade e prosperidade de outrora.

O abandono das docas esteve igualmente na origem das primeiras estratégias de regeneração para revitalizar a frente ribeirinha da cidade, em finais da década de 50 do século XX. As primeiras transformações urbanas tiveram lugar em Loudoun Square, o "coração negro" de Butetown, onde a praça e as casas de dois andares que a circundavam foram demolidas e substituídas por edifícios de vários andares, dilacerando o espírito de comunidade que existia no bairro, tendo sido os seus residentes realojados na periferia da cidade ou nos subúrbios.

**Figura 3** ▶ Edifícios em Loudoun Square, início de 1960  
(in Sinclair, 2003: 157)



No entanto, foi apenas em 1987 que toda a estratégia de regeneração urbana e revitalização ribeirinha da cidade foi delineada, com a criação da Cardiff Bay Development Corporation (CBDC). A CBDC tornou-se responsável pela política e regeneração urbanas em Cardiff, tendo como principal intuito tornar Cardiff internacionalmente reconhecida enquanto cidade marítima de excelência, comparável a qualquer outra cidade do mundo (Rowley, 1994: 269), criando uma nova paisagem económica na frente de água de Cardiff que fosse apelativa para todos. O empreendimento deste objectivo tornou-se possível apenas através da construção da barragem na baía de Cardiff, em 1999, que veio criar um lago de água salgada, substituindo os inestéticos bancos de areia que caracterizavam a baía. No entanto, este foi possivelmente o desenvolvimento mais polémico na história de Cardiff, devido ao elevado investimento associado e ao alegado impacto ambiental nas espécies de aves que se alimentavam nos bancos de areia do estuário.

Esta nova baía permitiu, todavia, a revitalização da frente ribeirinha de Cardiff e a produção de novos espaços urbanos, bem como a renovação de edifícios históricos que ganharam novos usos e significados. Como tal, Cardiff tem sabido reinventar a sua baía, investindo-a de novos valores económicos, sociais, culturais e simbólicos.

**Figura 4** ▶ Barragem da Baía de Cardiff  
(in Cardiff Harbour Authority)



A baía constitui, de facto, o núcleo da imagem renovada da capital do País de Gales e do seu ímpeto inovador, enquanto local de encontro de grande apelo consumista e recreativo, onde se manifestam novas formas de visualizar a cidade e novas distribuições de poder (Short *et al.*, 1993: 209).

#### *Inscrição e Perpetuação de Poder nos Espaços Urbanos de Cardiff*

Num mundo cada vez mais globalizado e globalizante, as cidades contemporâneas concorrem crescentemente entre si de modo a atraírem investimento público e privado, impulsionando-se

como cidades atractivas a novos e actuais visitantes, residentes e trabalhadores.

**Figura 5** ▶ Baía de Cardiff (Ana Gonçalves, 2009)



Com o principal desígnio de posicionar uma cidade no topo da lista das cidades mais visitadas a nível mundial, estas desenvolvem frequentemente uma nova imagética urbana, alicerçada num discurso promocional unificador. De acordo com Boyer (1996: 4-5), este discurso é construído por profissionais de arquitectura e planeamento urbano que entendem a competitividade urbana de forma despolitizada, direccionando a sua atenção para a promoção e atractividade da cidade, reforçando a sua imagética, vivência e capital cultural.

De forma a validar este discurso, a arte assume um entendimento funcional nos espaços urbanos. Tal sucede igualmente em Cardiff, onde a arte pública tem assumido contornos particulares. Em 1990, a *Cardiff Bay Development Corporation* publicou a *Strategy of Public Art in Cardiff Bay*. Este documento colocava a arte, e em particular a arte visual, no centro do processo de regeneração urbana e económica da Baía de Cardiff. Efectivamente, como salienta Miles (1997: 113), a arte apresenta-se como um meio eficaz para atrair visitantes a um determinado local, enaltecendo o ambiente visual envolvente. Nesta linha, a CBDC considerava que a arte pública na baía deveria melhorar e realçar todos os aspectos visuais da baía para benefício dos que nela viviam, trabalhavam e se divertiam (CBDC, 1990: 22). No entanto, Malcolm Miles, sem descurar o profissionalismo patente no documento, criticou fortemente esta estratégia, afirmando que a mesma "ignorava questões morais e sociais, a favor de futuros artísticos optimistas, negando assim uma leitura libertadora da arte através da capacidade de imaginação de futuros alternativos" (traduzido de Miles, 1997: 114). Para este autor, por outro lado, esta estratégia pretendia unicamente manter o lucro a curto prazo que caracterizava o governo Thatcher (Miles, 1997: 114).

De facto, Cardiff caracteriza-se hoje por um discurso dominante, relativamente consensual e convincente, orientado pelos esforços dos diferentes actores económicos em promover a cidade enquanto capital europeia atractiva, com vista a tornar-se uma "Cidade Líder do Reino Unido" até 2012, e uma "Capital Internacionalmente Competitiva" até 2020. Este discurso permanece enraizado na espectacularidade dos projectos de regeneração urbana e revitalização ribeirinha e em campanhas turísticas de contornos visuais e consumistas, com o intuito de atrair turistas, residentes e investidores à cidade, seguindo o exemplo de muitas outras cidades portuárias que ultrapassaram os efeitos da desindustrialização através do rejuvenescimento das suas frentes de água. Como Massey *et al.* (1999) salientaram, as cidades contemporâneas ocidentais têm adoptado diferentes estratégias de revitalização das suas imagem e influência, de modo a atrair novos turistas, residentes investidores. Tais estratégias visam uma renegociação do posicionamento destas cidades e das relações que estabelecem entre si, com vista a alterar positivamente a sua trajectória futura (Massey, Allen e Pile, 1999: 122).

Mas como pode a memória do passado de uma cidade ser preservada na reconstrução da sua imagem e dos seus espaços e como podem todos os intervenientes na construção de uma cidade ser representados nos espaços urbanos que a compõem?

Em Cardiff tem sido reproduzida e reconstruída uma memória parcial da história da cidade, a qual tem sido colocada ao serviço do consumo. O revitalizado Pier Head, o edifício mais icónico de Cardiff que acolheu no século XIX a administração do porto, e a Igreja Norueguesa, ambos adaptados como centros de exposição, assim como diferentes estátuas financiadas pelo Estado, esculturas e outras instalações e obras de arte incrustadas nas paredes e fachadas dos edifícios e monumentos, recordam as personalidades e momentos históricos relacionados com o legado marítimo e mineiro da cidade. No centro da cidade encontramos diferentes estátuas de individualidades de relevo na história da cidade e estátuas modernas de artistas locais, o castelo romano e o centro cívico, construído no início do século XX, e que incorpora obras de arte nas paredes e fachadas dos edifícios da Câmara Municipal, dos Tribunais, da Universidade de Cardiff e do Templo da Paz. Além destes, deparamo-nos ainda, nos jardins Alexandra, centrais a este complexo cívico, com vários memoriais comemorativos da participação galesa em várias guerras (como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Guerra das Malvinas ou a Guerra Civil Espanhola). A arte pública em Cardiff encontra-se, assim, especialmente centrada na representação de períodos históricos previamente seleccionados, dos quais muitos indivíduos são deixados de fora.

Em 2005 o Cardiff Council publicou a *Cardiff Public Art Strategy*, cujos principais objectivos se prendiam com as políticas e práticas de exibição, com o incentivo às parcerias e com o envolvimento das comunidades na exibição da arte pública em Cardiff (Cardiff Council, 2005). Neste documento, a arte pública é entendida como uma mais-valia na construção da identidade cultural da cidade e na sua projecção aos níveis nacional e internacional, sendo os projectos comunitários incentivados, apesar de estes serem ainda escassos nos espaços públicos da cidade. Destaque-se, no entanto, o mural grafitado numa ponte sobre a linha ferroviária, em Adamsdown, ou o mural da escola de Kitchener, em Kitchener Road.

**Figura 6** ▶ Black Bridge, Adamsdown  
(in Cardiff Council, 2005: 6)



**Figura 7** ▶ Mosaico na Escola de Kitchener, Kitchener Road (in Cardiff Council, 2005: 24)



O passado de Cardiff enquanto porto de renome e especializado na exportação de carvão tem sido reconstruído para promover a cidade e servir os designios da actual sociedade de consumo, tornando-o visualmente acessível a todos. O passado e a história da cidade são, pois, parciais e reduzidos aos

aspectos e momentos históricos não-problemáticos, que podem ser partilhados por todos na construção de uma identidade cultural urbana unificadora. Os episódios menos positivos ou controversos foram parcialmente silenciados e/ou votados ao esquecimento. Os espaços e as práticas urbanas em Cardiff são, de facto, articulados no enquadramento de um discurso dominante consensual, sujeito ao poder da ideologia pós-moderna do consumo visual, em que a arte pública “adorna” e “embeleza” as áreas de lazer, entretenimento e comércio e molda as novas imagem e identidade da cidade para o mundo como capital atractiva. Todavia, e de acordo com Boyer, os “desindustrializados”, os “desterritorializados”, os “deslocados” e os “desfavorecidos” não têm lugar neste “espectáculo construído” (Boyer, 1996: 2).

### *Resistência ao Discurso Hegemónico da Cidade*

Como são então as identidades locais, estórias, memórias, necessidades e valores presentes e passados construídos e perpetuados nos espaços de Cardiff actualmente?

Numa época em que a cultura se encontra crescentemente enraizada na economia, os mais desfavorecidos são social, cultural e economicamente excluídos dos locais de consumo, lazer e entretenimento, uma vez que não lhes é possível aceder ao que estes locais lhes oferecem. Assim sendo, as questões avançadas por Sharon Zukin, “Whose Culture? Whose City?” em *The Cultures of Cities* (1995), e mais tarde reproduzidas e adaptadas por Malcolm Miles numa comunicação apresentada na conferência *EU Futures*, em 2007, tornam-se particularmente pertinentes, no sentido em que a condição de cidadania nas cidades contemporâneas se encontra dependente do poder económico que possibilita o acesso ao capital cultural e simbólico que a cidade oferece. No seguimento das considerações de Zukin e Miles, devemos, pois, questionar-nos que valores são retratados nos espaços urbanos, quem representam e qual o impacto que a representação da cidade tem na sua vida quotidiana e na produção cultural.

Os espaços e práticas que procuram resistir ao discurso dominante da regeneração e promoção turística de Cardiff enquanto capital internacionalmente competitiva e que dão voz aos mais desfavorecidos nesta pretendente a cidade mundial são conseguidos através da arte e de festivais comunitários. Os festivais, por exemplo, são particularmente importantes na expressão das comunidades e das vozes residuais da cidade, ainda que temporários, uma vez que se apresentam enquanto arte pública nos espaços urbanos apenas durante o seu tempo de realização, o que apenas permite imprimir discursos alternativos transitórios na paisagem urbana.

O papel mais decisivo na veiculação de vozes alternativas ao discurso hegemónico em Cardiff cabe ao *Butetown History and Arts Centre* (BHAC). Este centro foi criado em 1987, por Glenn Jordan, com o principal objectivo de questionar e desarticular as representações dominantes de Butetown (Jordan e Weedon, 1995: 138). Deve-se a este centro o facto de a comunidade de Butetown ser hoje uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983), moldada por uma memória colectiva, também ela imaginada, que se constrói nas diferentes representações visuais e escritas, quer dominantes, quer alternativas, que sobreviveram à comunidade histórica e que têm sido exibidas pelo centro ao longo dos seus mais de vinte anos de existência. O BHAC pretende assegurar que a história sócio-cultural das docas seja cuidadosamente preservada para a posteridade e fá-lo com o envolvimento activo dos residentes. Este centro contribui ainda para a consciencialização multicultural e multi-racial existente em Cardiff, recorrendo às artes como meio de produção de materiais, exposições e programas acessíveis a uma ampla audiência, e facilitando uma relação positiva entre as antigas e as actuais comunidades da baía de Cardiff (adaptado de *Butetown History and Arts Centre*).

As várias exposições que tem patenteado ao longo dos últimos anos e os projectos fotográficos activistas que o seu curador tem desenvolvido, como *Somali Elders*, retratos de anciãos Somali, ou *Mothers and Daughters: Portraits from Multi-ethnic Wales*, fotografias de mães e filhas de diferentes etnias residentes em Gales, constituem um importante contributo para a democratização cultural em Cardiff. Todavia, o escasso apoio financeiro e insuficiente reconhecimento que o centro tem recebido por parte das autoridades locais têm impossibilitado o BHAC de alcançar aquele que é o seu mais importante objectivo, o de criar o *Bay People’s Museum & Arts Centre* como contributo para a regeneração cultural da frente ribeirinha de Cardiff.

No final de 2010 será inaugurado no centro da cidade o museu *The Cardiff Story*. Este museu tem como principal missão apresentar-se como um local de exibição onde a história de Cardiff será narrada através do olhar dos seus residentes (Cardiff Council, 2008). No entanto, é pertinente questionarmo-nos se as vozes multiétnicas e discordantes do discurso dominante em Cardiff estarão também presentes neste museu e na história que este irá narrar sobre a cidade. Caso tal aconteça, demonstrará que as autoridades locais tomaram consciência dos erros dos seus anteriores líderes e reconheceram, por outro lado, a importância da diversidade étnica e cultural na história da cidade. Cardiff poderá, pois, ser promovida como verdadeiramente inclusiva e o museu da cidade constituirá um meio de comunicação da “singularidade e identidade locais” (Cardiff Council, 2008: 9).

Todavia, no discurso hegemónico da regeneração urbana espectacular que tem caracterizado Cardiff nas últimas décadas, muitas vozes e muitas *estórias* sobre o passado multiétnico e legado marítimo de Cardiff têm sido silenciadas. A memória do passado da cidade tem sido reconstruída apenas nos seus espaços intersticiais, sendo dedicada pouca atenção aos reais actores do seu passado: pessoas comuns cujas vidas estavam estreitamente associadas às docas ou à indústria mineira, que enfrentavam condições de habitação, educação e saúde miseráveis, que sofreram as privações de duas guerras mundiais e ajudaram em muitos outros conflitos armados fora do seu território. Estas eram pessoas de diversas nacionalidades, com diferentes credos religiosos e origens étnicas e culturais que, juntas, criaram a outrora reconhecida “metrópole mundial de carvão”. No entanto, as únicas recordações expressas no espaço urbano que os residentes de Cardiff parecem ter hoje dos seus antepassados são a escultura de bronze de John Clinch, *People Like Us*, em Mermaid Quay, na Baía de Cardiff, representando um casal local com um cão e a escultura *From Pit to Port*, que apresenta a figura de um mineiro, em Britannia Quay, junto ao posto de turismo conhecido como *The Tube*, também na Baía. Ainda assim, ambas as esculturas foram financiadas pelas autoridades da cidade e concebidas por artistas estranhos ao espaço e ao tempo que estas obras de arte representam.

**Figura 8** ▶ *People Like Us*, Mermaid Quay (Ana Gonçalves, 2009)



### *Conclusão: Espaços Urbanos Inclusivos*

Na crescente visualidade e atractividade da sociedade actual, é importante que tenhamos o cuidado de não nos deixarmos enredar na “amnésia histórica” (Boyer, 1996: 65) do passado e de não negligenciarmos o contexto histórico e os actores que determinaram o desenvolvimento das cidades e que tornaram esse passado possível.

**Figura 9** ▶ *From Pit to Port, Britannia Quay* (Ana Gonçalves, 2009)



No caso de Cardiff é primordial relembrar a importância e prestígio de que a cidade desfrutou enquanto exportadora de carvão e as vidas daqueles que trabalhavam nas docas, na sua maioria membros da comunidade multiétnica de Butetown, que partilhavam práticas de identificação quotidianas, das quais podemos retirar muitas lições sobre relações sociais e valores humanos. A memória destes momentos e dos seus intervenientes, que contribuíram para a história e desenvolvimento da cidade, deve ser representada nos espaços públicos urbanos, para que a narrativa histórica, social e cultural da cidade seja completa e permita a gerações posteriores compreender a cidade onde vivem.

A baía de Cardiff tornou-se um projecto ribeirinho extraordinário, consagrado em larga medida ao lazer e à cultura, mas as ruas da frente ribeirinha de Cardiff já não são democratizadas como o eram no início do século XX. Promovem, antes, a polarização social e espaços de exclusão. Continuam a oferecer um “espectáculo contínuo” e uma “interminável série de quadros” (Hamilton *in* Hall, 1997: 110), mas os seus actores são agora os mais privilegiados, sendo a sua cidadania materializada na sua condição de consumidores. As ruas nas cidades contemporâneas são, pois, “menos humanizadas” e mais “ameaçadoras, mecanizadas, isolantes e monolíticas” (Hamilton *in* Bennett e Watson, 2002: 94), e as relações humanas mais efémeras e individualizadas.

As políticas de planeamento urbano devem, neste sentido, ter como objectivo principal serem verdadeiramente inclusivas e concebidas com vista

ao bem-estar das pessoas e à sua apropriação dos espaços públicos, sem quaisquer barreiras de carácter social, cultural ou económico. As ruas e as praças nas cidades contemporâneas devem ser re-humanizadas e re-democratizadas e a arte desempenha um papel fundamental neste âmbito. As artes comunitárias devem ser incentivadas e financiadas pelo Estado, para que os diferentes espaços públicos possam realmente reflectir as práticas daqueles que vivem e se apropriam dos espaços urbanos. Deste modo, os residentes sentir-se-ão mais integrados nas cidades onde vivem e isso permitir-lhes-á criar um verdadeiro sentimento de empatia e de relação com o local. Com vista à resolução dos problemas da vivência nas cidades, é necessário acolher e maximizar a liberdade e autonomia que estas nos oferecem, tornando-as acessíveis a todos os grupos e classes sociais (Wilson, 1991: 9). Para tal, deve atribuir-se mais poder às comunidades locais nos espaços públicos e na arte que os integra para que a existência de passados alternativos, “a reconstrução do quotidiano e [a] redescoberta da alegria de viver na cidade” (traduzido de Miles, 1997: 18) sejam possíveis. Tal permitirá que as comunidades reclamem para si próprias o direito de construir também os seus futuros. Conclui-se, pois, e de acordo com Miles, que um futuro urbano sustentável requer estratégias que celebrem de igual modo as áreas centrais e periféricas da cidade, que reclamem o carácter público do espaço urbano e que atribuam aos habitantes da cidade o poder de construir eles próprios os conceitos da cidade que apropriam (Miles, 1997: 18).

### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, London: Verso.
- BENNETT, T. e D. Watson (eds.) (2002), *Understanding Everyday Life*, Oxford, UK and Cambridge, USA, Blackwell Publishers and The Open University.
- BOURDIEU, P. (2001), *Practical Reason: On the Theory of Action*, Cambridge, Polity Press.
- BOYER, M. C. (1996), *The City of Collective Memory*, London, MIT Press.
- BUTETOWN HISTORY AND ARTS CENTRE [Disponível online: [www.bhac.org](http://www.bhac.org)].
- CARDIFF COUNCIL (2008), *Cardiff Museum Project – What story will you tell?*, Cardiff, Cardiff Council.
- CARDIFF COUNCIL (2005), *Cardiff Public Art Strategy: Strategic Planning*, Cardiff, Cardiff Council.
- CARDIFF BAY DEVELOPMENT CORPORATION (1990), *Strategy for Public Art in Cardiff Bay*, Cardiff, CBDC.

- CARDIFF HARBOUR AUTHORITY [Disponível online: [www.cardiffharbour.com](http://www.cardiffharbour.com)].
- CORDEIRO, G.I. e F. Vidal (orgs.) (2008), *A Rua: Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DE CERTEAU, M. (1984), *The Practice of Everyday Life*, Steven Rendall (trans.), Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press.
- DUNCAN, J. S. (1990), *The City as text: The politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FAINSTEIN, S. e S. Campbell (eds.) (1996), *Readings in Urban Theory*, Oxford, Blackwell Publishers.
- HALL, S. (1997), *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*, London, Sage Publications in Association with The Open University.
- JORDAN, G. e C. Weedon (1995), *Cultural Politics: Class, Gender, Race and the Postmodern World*, Oxford, Blackwell Publishers.
- KAVARATZIS, M. (2004), "From city marketing to city branding: Towards a theoretical framework for developing city brands" in *Place Branding*, Vol. 1 (1), pp. 58-73.
- LEFEBVRE, H. (1991a), *Critique of Everyday Life*, Vol. I, J. Moore (trans.), London, Verso.
- LEFEBVRE, H. (1991b), *The Production of Space*, Donald Nicholson-Smith (trans.), Oxford, Blackwell.
- LLOYD, B. (1950), "Down the Bay" in *Picture Post*, 22<sup>nd</sup> April 1950.
- MARIEN, M. W. (2002), *Photography: A Cultural History*, London, Laurence King Publishing.
- MASSEY, D.; J. Allen e S. Pile (eds.) (1999), *City Worlds, Understanding Cities*, London and New York, Routledge in association with The Open University.
- MILES, M. (2007), "Whose City? Whose Culture?" in *Dr. Malcolm Miles Website* [Disponível online: [www.malcolmmiles.org.uk](http://www.malcolmmiles.org.uk)].
- MILES, M. (1997), *Art, Space and the City: Public Art and Urban Futures*, London and New York, Routledge.
- MULHERN, F. (1998), *The Present Lasts a Long Time: Essays in Cultural Politics*, Cork, Cork University Press in Association with Field Day.
- O'NEILL, D. (2001), *Tiger Bay and the Docks: The Story of a Remarkable Corner of the World*, Derby, Breedon Books Publishing.
- ROWLEY, G. (1994), "The Cardiff Bay Development Corporation: Urban Regeneration, Local Economy and Community", *Geoforum*, 25 (3), Nottingham, Elsevier, pp. 265-284.
- SHORT, J. R., et al. (1993), "Reconstructing the Image of an Industrial City", *Annals of the Association of American Geographers*, n.º 83 (2), pp. 207-224.
- SINCLAIR, N. M. C. (2003), *Endangered Tiger: A Community Under Threat*, Cardiff, Butetown History and Arts Centre.
- VISIT CARDIFF: THE OFFICIAL VISITORS' WEBSITE FOR CARDIFF [Disponível online: [www.visitcardiff.com](http://www.visitcardiff.com)].
- WAIKEEN, N. e J. Ryser (eds.) (2005), *Making Spaces for the Creative Economy*, Madrid, ISOCARP.
- WILSON, E. (1991), *The Sphinx and the City*, Berkeley, University of California Press.
- ZUKIN, S. (1995), *The Cultures of Cities*, Massachusetts and Oxford, Blackwell Publishers, Ltd.



# PARTICIPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – UM ESTUDO DE CASO NUM *BARRIO* DE CARACAS

---

Inês Zuber

■ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE (ineszuber@gmail.com)

## Resumo

Os habitantes do Sector “Dos Cerritos” do *barrio* de Cotiza, em Caracas, vivem no espaço fragmentado de uma cidade social, económica e politicamente segmentada. Tal como em todos os “barrios” da cidade, habituaram-se a viver em espaços percebidos pelos “outros” como indiferenciados, invisíveis e não cartografáveis. À condição de invisibilidade do *barrio* é acrescentada a condição de dupla autofortificação, uma vez que (1) o fluxo entre as fronteiras do bairro e a “cidade” é maioritariamente de sentido único (de dentro para fora e quase nunca o contrário) e que (2) os espaços domésticos são valorizados em detrimento da utilização do espaço público, devido, entre vários motivos, à existência de um forte sentimento de insegurança. Neste artigo pretendemos entender como a constituição de um Conselho Comunal contribuiu para o resgate, apropriação e “organização colectiva” do espaço público bem como para a permeabilização das fronteiras urbanas (simbólicas e físicas).

**Palavras-Chave:** Cidade, Caracas, Espaço Público, Participação

## Abstract

The inhabitants of “Dos Cerritos” area of the Cotiza *barrio*, in Caracas, live in the fragmented space of a city social, economical and politically segmented. As in all the “barrios” of Caracas, they got used to live in spaces recognized by “others” as undifferentiated, invisible and uncharted in the official cartography. Adding to the condition of invisibility of the *barrio* is the condition of double auto-fortification, since (1) the flow between the boundaries of the *barrio* and the “city” is mainly in one direction (inside-out and rarely the opposite); and (2) the domestic spaces are valued, among several motives, because of a embedded strong feeling of insecurity, that goes up against the use of the public space. In this article, we intend to understand how the constitution of a “Consejo Comunal” contributed to the redemption, appropriation and “collective organization” of the public space as well as to the “permeabilization” of the urban boundaries (symbolic and physical).

**Keywords:** City, Caracas, Public Space, Participation

## Notas Introdutórias

Este texto é parte de um trabalho de investigação em curso que tem como objectivo estudar as formas de participação, o processo de planeamento e os impactos na qualidade de vida dos Conselhos Comunais (CC) venezuelanos, organizações sociais de base territorial que existem neste país desde 2006. Iniciamos este artigo com uma problematização acerca das formas de organização e construção social do território da cidade de Cara-

cas, lugar-cenário do objecto de estudo, expondo seguidamente os “objectivos legais” dos CC, e terminando com uma incursão ao objecto de estudo empírico – o CC “Dos Cerritos” do *barrio* Cotiza, em Caracas. Com recurso ao discurso directo dos nossos entrevistados, analisaremos as representações sobre o Bairro, a insegurança e as utilizações do espaço público, bem como a interferência da actividade de um Conselho Comunal organizado nas modificações dos usos e representações sobre esse mesmo espaço.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de Março e Abril de 2009 a 8 porta-vozes do CC (4 mulheres e 4 homens), com selecção de entrevistados através do método "bola de neve" e a 9 moradores (7 mulheres e 2 homens), sendo que aqui a dispersão geográfica da habitação no sector foi um dos critérios mais importantes. Para além destas, realizámos entrevistas a diversas instituições que trabalham directamente ou indirectamente com o CC.

### *Área Metropolitana de Caracas – "cidade sócio-fragmentada e dividida"*

O espaço sócio-territorial onde o nosso trabalho se desenvolveu, caracteriza-se, em muitos sentidos e aspectos, por uma ausência de elementos ordenadores da cidade, pela disseminação de espaços fracturados e, quando percebidos a uma escala menor, microfracturados.

A Área Metropolitana de Caracas corresponde ao conjunto de 5 municípios contíguos (Libertador, Baruta, Chacao, El Hatillo e Sucre) que formam o "Vale" de Caracas. Segundo os dados censitários de 2001 ([www.ine.gov.ve](http://www.ine.gov.ve)), a Área Metropolitana de Caracas contava então com cerca de 3 milhões de habitantes, sendo que a maioria (66,9%) vivia no Município Libertador, que é simultaneamente o maior dos 5 ao nível da área (433Km<sup>2</sup>). Os resultados eleitorais das últimas eleições regionais de 23 de Novembro de 2008 deram à coligação afecta ao movimento apoiante do Presidente Chávez a continuidade da gestão do Município Libertador (com 53,59% dos votos, Jorge Rodríguez é o actual *Alcalde*), embora todos os restantes municípios e a própria *Alcaldía Mayor* de Caracas (o órgão político-administrativo que gere o Distrito Metropolitano) sejam actualmente governadas por forças políticas opositoras ao "chavismo", o que, como veremos mais adiante, evidencia Caracas como um território polarizado politicamente. Embora Caracas nunca tenha sido uma cidade industrial importante, concentrou a partir dos anos 40 algumas indústrias (vestuário, calçado, artes gráficas, produtos químicos), seguindo-se depois um processo de crescente terciarização.

Em toda a Venezuela, mas também em Caracas, não podemos dissociar os processos de urbanização do modelo económico "rentista" (de renda) petrolífero que resultou em graves deformações e desigualdades sociais e económicas, as quais se espacializaram no território urbano (Antillano, 2005: 1990). Para autores como Cecília Cariola e Miguel Lacabana (2005: 23), na cidade de Caracas "existe uma fragmentação sócio-territorial heterogénea e complexa que é a característica mais evidente do efeito combinado do impacto da globalização e de factores internos nos quais o petróleo teve um papel

fundamental nos processos de reestruturação e abertura económica que deram lugar a significativas mudanças na estrutura urbana, na especialização funcional, no processo de metropolização e novos modos de vida na cidade"<sup>1</sup>. Ou seja, se, por um lado, as dinâmicas económicas muito centradas na produção petrolífera, moldaram o espaço urbano de Caracas, os autores defendem que, a partir dos anos 80 e 90, essa segmentação territorial acentuou-se devido ao aumento dos processos de privatização, desregulação e abertura das economias nacionais aos processos da economia global, à retracção do Estado que teve como consequências o crescimento da pobreza e do trabalho informal urbano, a desregulação do mercado de trabalho, o crescimento da precariedade no trabalho, a fragilização dos sistemas estatais de segurança social.

Podemos dizer que a cidade de Caracas é tipicamente uma cidade de "contrastes", na qual existem guetos auto-impostos e os guetos da cidade informal. A cidade informal só existe porque é habitada pelos construtores da "cidade formal", a qual se reproduziu através da força de trabalho e massa de consumo que representaram (Negrón, 1991), sem nunca os ter incluído.

Tudo isto aconteceu num contexto em que, como veremos, os espaços públicos não cumprem o seu papel articulador e de integração colectiva porque estes foram muitas vezes resgatados para uso exclusivo de cada um dos sectores sociais e onde o "micro espaço-público" foi transformado em espaço privado nas zonas de sectores sociais altos, e abandonado nas zonas de sectores sociais baixos.

Esta cidade é uma cidade de "fragmentação sócio-territorial heterogénea e complexa" (Cariola e Lacabana, 2005: 23) uma vez que a coexistência espacial de segmentos urbanos que correspondem a espaços de *habitat* assimétricos se vai reproduzindo no mosaico da cidade, à medida que aproximamos a nossa lente de visualização do todo que a compõe. Como nos diz Luís Ribeiro, os padrões de segregação residencial passaram da *grande-escala* para a *micro-escala* e as "segmentações sociais das cidades deixaram de ser representadas inteiramente no modelo centro/periferia para outro em que o espaço da cidade deve ser representado como fractal/fracturado" (Ribeiro, 2003: 34).

Neste espaço de sucessivos e simultâneos contrastes, de diferentes sectores e classes sociais em condições de desigualdade social, os "barrios" são originariamente constituídos por migrantes que, a partir dos anos 50, se deslocam do campo para a cidade, coincidindo com períodos de desenvolvimento económico ou de mudanças políticas (Ray, 1969) – "os «pobladores» dos bairros foram incluídos enquanto serviram como construtores da cidade, mão-de-obra barata e massa votante" (Antillano, 2005: 206). Para alguns autores, a cidade

dos *barrios* constitui a cidade “informal” e uma das suas principais características é que cresceu através da invasão de terrenos, com autoconstrução e, portanto, com ausência de planificação urbana, na qual os sistemas viários, de água e electricidade foram construídos pelas mesmas comunidades, sofrendo, muitas vezes, de debilidades. Cerca de 50% da população urbana da Venezuela (Antillano, 2005: 206) e cerca de 40% da população da Área Metropolitana de Caracas (AMC) (Cariola e Lacabana, 2001) vive nestas zonas precárias.

A cidade dos *barrios* tende a significar simbolicamente, para os “outros”, para os indivíduos externos ao bairro, a não-cidade, o lugar por excelência do perigo, da violência e da criminalidade e a imagem e os pré-conceitos criados em torno das suas vivências acabam por reforçar as tensões territoriais e simbólicas entre os diferentes sectores sociais – quando se pensa nos territórios dos *barrios* pensa-se no “Oeste da cidade”<sup>2</sup> onde predominam as patologias sociais da pobreza (La Rosa, 2009).

**Figura 1** ▶ Vista de Petare (foto própria, Abril 2009)



Por outro lado, existe um imaginário simbólico de que o conforto e a qualidade de vida se situam no Este da cidade (La Rosa, 2009), nas zonas residenciais fortificadas dos sectores médios e altos em que os contactos sociais são mediados por guardas privados, intercomunicadores e gradeamentos diversos que impõem uma separação física com o mundo exterior que é também uma distinção de classe com uma mensagem de medo, suspeição e segregação (Caldeira, 2000: 270 e 296) e em que o espaço público é rejeitado, abandonado ou simplesmente transformado em espaço privado. Aqui, as percepções e sentimentos de insegurança tendem a fragmentar o espaço público uma vez que a segurança é identificada com a privatização (Borja citado em Castro, 2002: 58). Mas o Este da cidade

é também conotado com a “zona rica” porque é aqui que se situa hoje o novo distrito negocial – *Chacao* – que funciona como segmento local da economia global, sendo um enclave dentro da cidade (Cariola e Lacabana, 2001: 5), o qual também não escapa à pobreza (tem 8,69% de pobres segundo o Censo 2001 elaborado pelo INE), o que evidencia a microfragmentação sócio-territorial e a existência de uma pobreza ainda mais “invisibilizada”, muitas vezes em *barrios* escondidos entre torres empresariais ou residenciais.

**Figura 2** ▶ Moradia em Zona Residencial La California Norte (foto própria, Abril 2009)



No momento político actual, decorridos 10 anos de governo do Presidente Chávez, do processo político denominado de “revolução bolivariana”, parece evidente, para vários autores, que às fragmentações sócio-territoriais se acrescenta uma territorialização da polarização política em que o país vive, sendo que, tendencialmente e no “imaginário simbólico” da cidade, as áreas urbanas pobres serão “chavistas” e as residências de sectores de rendimentos médios e altos serão territórios do “antichavismo” (Hellinger, 2008). Maria Pilar García-Guadilla (2006: 41) diz-nos que o acentuar das desigualdades nos últimos 20 anos na Venezuela fez que as diferenças de classe se transformassem em luta de classes e que a polarização social e económica se transformasse em polarização política e ideológica, reforçada com as mudanças trazidas pelo processo bolivariano – “Em Caracas, as lutas pela democracia e, mais concretamente, pela denominada democracia participativa, além de se polarizarem socialmente, «espacializaram-se», expressando-se de forma dinâmica tanto nos âmbitos privados da residência ou lar familiar como nos âmbitos públicos da rua, praças ou estradas da cidade” (García-Guadilla, 2006: 47). Na cidade descrita, em constantes tensões latentes e confrontos simbólicos (potencialmente físicos), várias áreas públicas da cidade, como ruas,

praças, avenidas, auto-estradas, são apropriadas por manifestações dos diferentes grupos políticos, definindo e redefinindo as identidades associadas a estes espaços – por exemplo, as manifestações da oposição a Chávez ocupam frequentemente a Plaza Altamira, em *Chacao*, pelo simbolismo que tem e que está associado ao mundo empresarial e financeiro. Neste sentido, no exemplo das manifestações mas também na quotidianidade, falamos de apropriação do espaço público transformando-o em espaços de poder por grupos que “põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam a exclusividade” (Castro, 2002: 59).

O imaginário de uma “cidade de guerra” existirá já desde o Caracazo, em 1989, quando as populações dos *barrios* se revoltaram contra a subida de preços de produtos básicos numa enorme explosão social fortemente reprimida militarmente, e que ficou no imaginário de muitos indivíduos da classe média e alta como o “baixar dos *cerros*” (dos seus territórios de origem, das margens do “Vale”) dos “criminosos e delinquentes” (García-Guadilla, 2006: 46), com a consequente invasão dos territórios de segurança dos sectores médios e altos. E que significou, na verdade, a tomada do espaço público como forma de se fazer cidadania e reclamar essa cidadania.

No entanto, essas tensões de territorialização que acompanham o conflito sóciopolítico, aprofundado com o processo bolivariano, podem significar para autores como Cecília Cariola e Miguel Lacabana a complexificação da fragmentação sócio-territorial e alteração dos movimentos de fronteiras urbanas simbólicas (e físicas). Para estes autores, as mudanças institucionais e políticas que se verificam, em que se dá um corte com as formas de vinculação à economia global dos anos 90, em que existe um fortalecimento e democratização do Estado, nomeadamente através da aplicação do conceito de democracia participativa e “protagónica” patente na Constituição Bolivariana de 1999, provocaram o “avanço” territorial (e social) dos sectores populares, por exemplo, através da utilização (e conquista!) de espaços públicos da cidade, antes reservados e exclusivos das elites. Os autores falam-nos de um movimento simultâneo de abertura e fecho de fronteiras urbanas: assiste-se à “emergência dos sectores populares por via da inclusão sóciopolítica que dá lugar a uma ruptura parcial dos *apartheids* residenciais mesmo quando continuam a existir mecanismos de exclusão socio-económica e, por outro lado, a um «retrocesso» dos sectores médios e altos com uma tendência a fortificar os seus guetos residenciais. As fronteiras dos fragmentos urbanos populares tornam-se mais permeáveis, enquanto os outros sectores tendem a bloquear-se dentro dos seus âmbitos residenciais” (Cariola e Lacabana, 2005: 25). Num sentido semelhante ao que Teresa

Caldeira nos descreve sobre o Brasil da transição democrática em que os processos de inclusão dos excluídos provocaram um recuo para enclaves privados como forma de resistência à democratização (Caldeira, 2000: 281). Mas além desta deslocação e apropriação territorial por parte dos sectores populares, os processos ligados à efectivação da democracia participativa (dos quais abordaremos, sobretudo, os Conselhos Comuns) parecem também atribuir novos significados ao espaço do “bairro” como território de identidade popular de valorização positiva (La Rosa, 2009), e com mais potencialidades integradoras.

### *Os Conselhos Comuns*

A ideia de “poder popular” no “processo bolivariano” ganhou uma nova dimensão com a institucionalização dos Conselhos Comuns (CC), em 2006. Para Ulises Castro (2007: 148), os Conselhos Comuns são uma forma de governo comunitário em dois níveis: o autogoverno através da concretização da autonomia e da autogestão, e o co-governo, relacionado com o princípio da co-responsabilidade, ou seja, a co-gestão e a articulação da comunidade com as práticas institucionais. A definição deste autor dos CC integra-se na ideia de uma nova institucionalidade, através da criação de “micro-governos” com as funções de desenvolvimento das potencialidades endógenas da sua comunidade. Para outros autores, as razões para a sua criação são distintas. Thaís Maingon coloca como hipóteses a necessidade de reafirmação do ideário do “colectivo”, respondendo a necessidades internas do “chavismo” que exigem a criação de espaços comunitários com relativa autonomia, a pouca efectividade do governo para responder a problemas sociais ou, mesmo, o objectivo de diminuir os poderes e níveis de autonomia dos governos locais e regionais (Maingon, 2007: 130).

O artigo 2 da Lei dos CC (2006)<sup>3</sup> define-os enquanto instâncias de participação, articulação e integração entre as diversas organizações comunitárias, grupos sociais e cidadãos e cidadãs, que permitem ao povo organizado exercer directamente a gestão das políticas públicas e projectos orientados a responder a necessidades e aspirações das comunidades na construção de uma sociedade de equidade e justiça social.

A base populacional para a constituição dos CC é estabelecida pela Assembleia de Cidadãos e Cidadãs, sendo as comunidades constituídas por famílias – os CC podem agrupar entre 200 e 400 famílias em área urbana, a partir de 20 famílias em área rural e a partir de 10 famílias nas comunidades indígenas (ponto 4 do artigo 4). Para Maingon (2007: 131) é a especificidade jurídica, populacional e territorial que os diferencia de outras

organizações comunitárias, partindo da concepção de que os espaços geográficos pequenos propiciam a participação. Além da execução e supervisão dos projectos, os CC têm a possibilidade de solicitar e administrar recursos financeiros (provenientes do Estado central e órgãos municipais).

Ao contrário de várias experiências de auto-gestão urbana em países da América Latina que nascem “espontaneamente” a partir dos movimentos sociais urbanos, a origem e configuração dos CC baseiam-se no estabelecimento de um quadro legal nacional que dota as comunidades territorialmente definidas de competências organizacionais, decisórias e executivas.

### A Comunidade em estudo – “Dos Cerritos”

Aqui apresentamos o estudo de caso da comunidade do sector “Dos Cerritos” do “Barrio Cotiza”, que formou um CC em 2006, tendo já realizado importantes projectos de melhoramento da infraestrutura viária e das casas dos seus habitantes. O *barrio* Cotiza situa-se na “Parróquia San José”, estando esta situada numa zona central do Município Libertador e próxima de várias sedes de instituições públicas e poderes políticos nacionais. A “Parróquia San José” é, assim, uma das 12 *parróquias* do Município Libertador e contava, em 2001, com 40 203 habitantes, ou seja, cerca de 2% da população do Município (INE, Gerencia Estatal de Estadística Distrito Capital, 2001).

Na figura ao lado, podemos observar a Parróquia San José e o Bairro “Cotiza” que é representado no mapa, a norte, por uma grande “mancha cinzenta” praticamente uniforme, confirmando a “invisibilidade” oficial dos *barrios*, representados como zonas indiferenciadas e não cartografáveis. Dentro da zona do “bairro”, delimitámos o sector “Dos Cerritos”, onde realizámos o trabalho.

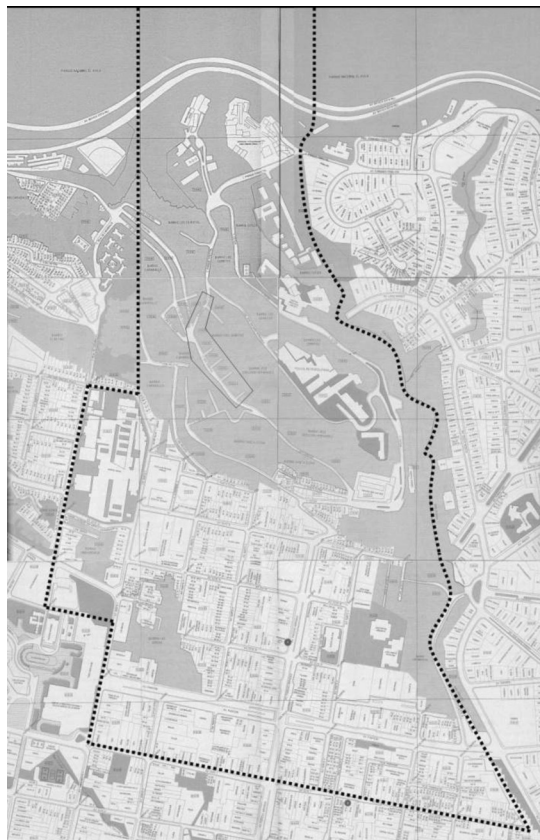
### A Fundação do Bairro

Os terrenos que hoje formam o *barrio* Cotiza foram sendo “ocupados” por volta dos anos 40 e 50, nos quais os migrantes que chegavam do campo em consequência do chamado “boom petrolífero” foram construindo as suas casas. No entanto, estes terrenos não são invadidos espontaneamente, uma vez que foram cedidos pelos governos municipais para construção habitacional, embora sem o aprovisionamento dos serviços e infra-estruturas adequados. Nos primeiros anos, o *barrio* não tinha serviços sanitários nem de electricidade e as ruas não estavam asfaltadas, ou seja, não reunia condições básicas de habitabilidade.

“Tengo 58 años viviendo acá. Primero viviendo en la casa de mi mamá y ahora en

**Figura 3** ▶ Divisão administrativa da “Parróquia San José” e delimitação do Sector “Dos Cerritos”

Fonte: Elaboração Própria com base em *Metroguia Caracas XIV Edición*



esta casa de propiedad. El gobierno daba las parcelas a través de “Vivienda”. En ese tiempo ya se estaba mudando la gente del campo a la ciudad, entonces casi toda Caracas estaba despoblada y el boom petrolero hizo que todo el mundo se viniera hacia Caracas, y los políticos empezaron a conceder los terrenos para que la gente se estableciera.” (Roberto, 63 años, *Mecânico Industrial*, Vocero *Unidade de Contraloría Social*)<sup>4</sup>

### Percepções sobre o bairro – “é melhor malandro conhecido do que malandro por conhecer”

Em geral, os nossos entrevistados expressam que gostam de viver no *barrio*, apontando para tal razões que se relacionam, sobretudo, com a centralidade do bairro em relação a vários serviços e com a acessibilidade à “cidade” (não necessitam de descer e entrar de *jeep* no bairro), o que parece permitir um movimento relativamente fluido para fora e para dentro das fronteiras físicas que o deli-

mitam. Neste caso, percebemos aqui o modelo fractal de cidade já referido, no qual os espaços de segregação não estão necessariamente nas periferias. Cotiza é o exemplo claro de um "território de exclusão" encaixado no seio do perímetro central do município que é sede dos poderes políticos.

O problema mais apontado refere-se ao serviço de abastecimento de água e às infiltrações, uma preocupação comum aos habitantes de vários *barrios* da cidade que se defrontam com sistemas hidrológicos relativamente precários. É importante salientar que, quando lhes é pedida uma apreciação sobre o *barrio*, o fazem, frequentemente, por referência a um sentimento de "segurança" e "protecção" (em relação à violência criminal) conquistado pelo tempo de sociabilização que têm no território e por referência (negativa) a outras hipóteses de territórios habitáveis – o *barrio* do "outro", do "desconhecido".

"Sí, me gusta vivir en este barrio. Es mejor malandro conocido que malandro por conocer, como dice un dicho. Ya uno aquí conoce a todo el mundo, ya uno sabe quién es cada quién, lo conocen a uno. En cambio, uno irse a otro barrio, a otro sitio donde no lo conozcan, aquí yo me puedo meter a la 1, a las 2, a las 3 de la mañana, a la hora que sea y ya me conocen. No lo puedo hacer igual en otro lado porque no sé quién me va a salir por ahí. Y es una zona que tú sabes que agarras tu camioneta, no tienes que estar subiendo cerro, no es muy complicado para vivir, y tienes muchas cosas cerca, tienes bodegas, abastos, supermercado, carnicería, panadería, hay todo." (Olga, 31 años, comerciante bodega, Moradora 5.º Callejon)

### *Insegurança e Abandono do Espaço Público – "Depois das 10, 11 da noite, não é bom estar na rua"*

Os moradores do bairro referem, na sua maioria, que hoje o *barrio* está muito menos inseguro do ponto de vista da criminalidade do que "há uns tempos" (este espaço temporal varia de meses a anos) e que se pode viver "tranquilamente". Outros falam, declaradamente, de insegurança. Os discursos são muitas vezes contidos e, pensamos, "auto-controlados" quando se fala de criminalidade, pelo óbvio receio de comentar o tema.

"Hace 20 años atrás sí había un poquito de inseguridad aquí en el barrio, habían muchos muchachitos mala conducta, pero ya ahora no. De hace tres años para acá esto es una maravilla. Puedes estar tranquila sentada allá afuera. Antes no se podía, era peligroso, había

problemas de muchachos de este sector con los de allá arriba, y había mucho armamento, pero hoy en día no. (...) Muchos jóvenes se murieron. Muchachitos entre 16 y 20 años, por aquí, yo calculo, se murieron más de 300 niños, de esa edad. Se perdió esa juventud. Esa fue una época, creo que por falta de gobierno, de crearle conciencia y orientación a los niños." (Alberto, 51 años, Ferreiro, Morador na Calle Real)".

É importante salientar que a violência entrelaça-se fortemente com a história da comunidade, devido à morte de gerações de jovens e à forma como constrói as histórias familiares.

"Sí, hay inseguridad y sí, hay miedo, de repente, en otro sitio, en otro barrio, en otros callejones, que vienen para acá, claro uno siente miedo. Pero, de la gente por aquí no. En precaución es no llegar tan tarde. Lo máximo que yo llevo, en mi caso especial, es a las 10 de la noche, pero después de las 10, 11 de la noche no es bueno estar en la calle". (Claudia, 53 años, Administrativa, Moradora Calle Real)

Existe uma tendência para o recuo para o espaço privado em momentos em que a rua pode ser "insegura", como a noite, sendo o sentimento de insegurança fortemente estruturador e organizador das práticas quotidianas. Esta "restrição" na utilização do espaço público poderá ser fortemente condicionadora das práticas de participação e permite-nos concluir que a apropriação do espaço público será sempre parcial e planificada.

### *Usos e Apropriações do Espaço Público do Bairro – "Todas as decisões são tomadas na rua, não numa casa. A essência própria das pessoas é a rua"*

De forma aparentemente paradoxal aos discursos sobre a rua como "território inseguro", o convívio na rua parece, simultaneamente, estar normalizado como prática de vários habitantes do bairro, como meio de reforçar os laços de sociabilidade. É-nos referido que o espaço da rua é utilizado como forma de sociabilização, em oposição ao espaço privado da casa, que parece estar mais reservado à família. Mas o espaço público "rua" é também percebido como elemento congregador da comunidade, por ser o espaço organizador de uma rede social de apoio vicinal.

"La gente en los barrios comparte más en la calle que dentro de las casas. Yo soy una persona que muy poca gente me visita aquí

en mi casa, yo tengo más trato con la gente en la calle. Aquí en Venezuela es así. La gente tiene más compartimiento, más compartir con la gente en la calle que en la casa. (...) Sí, paso tiempo en la calle, más que todo los fines de semana, porque los días de semana no, porque todo el tiempo de mi trabajo a mi casa. Sí, se habla por ejemplo con la vecina. En toda la entrada del callejón hay una muchacha que tiene una cuestión de teléfonos, yo a veces me siento ahí a conversar con ella, y conversamos en la calle porque ella nunca ha venido para mi casa." (Pilar, 45 anos, Cozinheira, Moradora Callejon Forestal).

Mas o que nos parece aqui importante salientar, porque pensamos tratar-se de uma transformação recente, é que a actividade do Conselho Comunal funciona também como forma de resgate, apropriação e "organização colectiva" do espaço público. Num contexto em que as práticas associadas ao espaço público são moldadas por estratégias de abandono individual devido a sentimentos de insegurança, parece-nos evidente que qualquer estratégia de ocupação deste espaço que seja mobilizadora, terá sempre de ser colectiva. Diz-nos Indovina – "um decréscimo do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a insegurança, pois deixa mão livre e espaço a comportamentos que geram insegurança" (Indovina, 2002: 122). Os moradores do bairro descrevem-nos estes processos de apropriação colectiva do espaço público:

"Se llama *radio de calle abierta* porque los vecinos nos reuníamos los domingos, sacábamos una corneta, un equipo de sonido y transmitíamos las noticias de lo que pasaba en el barrio. Había 3 o 4 personas que empezaron a participar, a través de la señora Victoria. Es lo que llamamos *radio abierta* y que queremos constituir en *radio comunitaria*". (Esterban,

**Figura 4** ▶ Sessão da *radio de calle abierta* no sector "Dos Cerritos" (fotografia fornecidas pelo Conselho Comunal "Dos Cerritos", Julho 2008)



62 anos, chefe de cozinha reformado, Vocero Comunicação).

"Participan en las Asambleas aproximadamente 100, 80 personas, eso dependiendo. Pero, como se hace en día de semana, la gente aprovecha. Mucha de la gente es notificada por escrito de lo que se va a realizar en la Asamblea, ellos verifican y leen su notificación, y si están de acuerdo firman, sino no. (...) Todas las decisiones se toman en la calle, no se hacen en una casa. La propia esencia de la gente que es la calle. Que vean que uno está tomando decisiones sin que otro manipule ni haga cosas extrañas con las decisiones." (Mário, 30 anos, Desempregado, Vocero Unidade Gestão Financeira).

**Figura 5** ▶ Assembleia de Cidadãos e Cidadãs na Calle Real (fotografia fornecida pelo Conselho Comunal "Dos Cerritos", Setembro 2007)



Assim, a realização das Assembleias do Conselho Comunal no espaço público não pode estar dissociada de um referente simbólico colectivo em que o espaço da "rua" é percebido como garante de transparência e democraticidade do funcionamento do Conselho Comunal, em oposição às actividades realizadas "dentro de casa", no espaço doméstico, ocultas, escondidas e, potencialmente, suspeitas.

### *Ruptura parcial das fronteiras urbanas através da inter-institucionalidade*

O movimento nas fronteiras simbólicas (e físicas) de Cotiza/Avenida é percebido pelos nossos entrevistados como unidireccional – quem não é da comunidade, não ultrapassa o limite pois percebe a zona como "zona roja" (o exemplo mais mencionado é o dos taxistas que se recusam a entrar em Cotiza). Neste caso, a abertura das fronteiras urbanas tem um sentido único.

"Supongamos que yo vaya a una reunión y a las 11 de la noche yo agarre un taxi para acá y no viene, por miedo. Claro, lo que pasa es que, el barrio no, el sector en sí agarra fama, porque, claro, antes Cotiza era zona roja, y le quedó esa fama. Pero ahora no, aunque la gente de afuera le da miedo venir para acá. (...) Hay gente de la Avenida que le da miedo entrar en Cotiza, aunque no le pasaría nada, "yo voy si tú me llevas", sólo para acá no entra. Si nunca han venido, y escuchan que esto tiene fama, entonces, nunca vienen." (Gilda, 63 años, *Empregada Doméstica*, Vocera *Comité Servicios*).

No entanto, podemos afirmar que existe uma ruptura parcial das fronteiras urbanas, uma vez que a constituição de organizações comunitárias, como os Conselhos Comunais, permite que as diversas instituições encontrem um "interlocutor" da comunidade e, portanto, permite que estas se "aproximem" do *barrio*, quebrando um isolamento sócio-territorial. No nosso caso, é exemplo disto o trabalho realizado por estudantes de Medicina e Comunicação Social na comunidade (por intermédio do CC), as actividades co-organizadas entre o CC e diversas entidades ("jornadas jurídicas", mercados...). Neste sentido, o território do *barrio* é frequentado por representantes institucionais, não sem que a sua presença seja muitas vezes impossibilitada por condições de segurança, como os próprios afirmam.

"Tenemos la atención de los Entes, ellos nos apoyan mucho en lo que es planificar la ejecución de las partidas presupuestarias. El CLPP, de la Alcaldía Libertador, el CMPP, Consejo Metropolitano de Políticas Públicas de la Alcaldía Mayor, son los principales Entes que llegaron a nosotros, nos dieron Talleres. Cuando uno plantea ante ellos, tenemos tal necesidad, ellos con sus especialistas vienen a la comunidad, toman los diferentes puntos de vista, y luego nos reunimos en mesas de trabajo." (Mário, 30 años, *Desempleado*, Vocero *Unidade Gestão Financeira*).

### Reflexões Finais

No caso estudado, os espaços públicos internos do *barrio* parecem estar a desempenhar um papel de integração por se terem transformado no espaço de encontro, de sociabilidade, de reconhecimento das diferenças entre os habitantes, de valorização e construção de identidades positivas em relação à história da comunidade. Neste sentido, poderemos falar de processo de construção e reconstrução da cidadania urbana, política, social, cultural e aprofundamento da democracia nos espaços excluídos

e segregados. Embora saibamos que esta relação com a "rua" é sempre dual, planificada estrategicamente, cautelosa, porque a "rua" significa em diversas ocasiões o lugar da violência.

As fronteiras urbanas do *barrio* estarão mais permeáveis para os "outros", para o que muito contribuiu a existência de um interlocutor representante da comunidade, o Conselho Comunal, o que poderá permitir claramente uma visibilização e integração do bairro na cidade.

Por outro lado, à cidade de Caracas, fragmentada e heterogénea, tenderemos a associar modos de vida urbanos anónimos e segmentados, no sentido dado por Louis Wirth (1938), com o esmorecimento da vida comunitária. Assim, de forma surpreendente, o espaço público "rua" parece ainda ser o elemento organizador de uma "rede comunitária e vicinal". Neste caso, mas também neste espaço temporal, assistimos não à substituição das redes comunitárias pelas redes relacionais (Gottdiener, 1993, 1985: 264), processo tradicional da contemporaneidade metropolitana, mas possivelmente à sobreposição dos dois tipos de redes. Este caso confirma-nos, também, que não existe uma única "mentalidade metropolitana", mas sim uma variedade de práticas cidadinas em diversas situações, uma vez que os habitantes da cidade têm pertenças múltiplas (Ascher, 1998: 79). Os habitantes de Cotiza quando integrados no fluxo da cidade geral (fora do *barrio*, nos locais de trabalho...) tenderão a seleccionar as redes em que se movimentam com critérios específicos. Mas não será por isso que não reconhecem e se identificam com a sua "rede de lugar", ou seja, a sua rede comunitária. Para que esse reconhecimento da identidade comunitária se verifique – o qual tem expressão visível nos espaços públicos – não serão alheios dois aspectos: por um lado, o ainda forte enclausuramento territorial do *barrio*; por outro, os encontros entre a comunidade, que a existência do próprio Conselho Comunal parece propiciar.

### Notas

- 1 Todas as traduções de citações são da nossa autoria.
- 2 Embora existam diversos *barrios* no Este, de que é exemplo Petare.
- 3 Actualmente, existe uma nova "Lei Orgânica dos Conselhos Comunais".
- 4 Os nomes dos entrevistados são fictícios.

### Referências Bibliográficas

- ANTILLANO, A. (2005), "La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas", *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 3, pp. 205-218.
- ASCHER, F. (1998), *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.

- BORJA, J. (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza Editorial.
- BARRIOS, S. (2001), "Áreas metropolitanas: ¿qué ha cambiado?: La experiencia de la Caracas Metropolitana", *EURE*, n.º 80, vol. 27, Santiago, pp. 59-86.
- CALDEIRA, T. (2000), *City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*, Berkeley, University of California Press.
- CARIOLA, C. e M. Lacabana (2005), "Los bordes de la esperanza: nuevas formas de participación popular y gobiernos locales en la periferia de Caracas", *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 1, vol. 11, pp. 21-41.
- CARIOLA, C. e M. Lacabana (2001), "La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización", *Revista EURE*, Maio, Santiago.
- CASTRO, A. (2002), "Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos", *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 53-67.
- CASTRO, U. (2007), "La Revolución se llama pueblo, potencia rebelde" in G. Castro (coord.), *Debate por Venezuela*, Caracas, Editorial Alfa/Escuela de Sociología FACES/UCV, pp. 148-168.
- CONSEJO METROPOLITANO DE PLANIFICACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2008), *Informe: Diagnóstico Participativo del Consejo Comunal Dos Cerritos, Parróquia San José, Municipio Libertador*, Caracas, CMPPP.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA (24 de Março de 2000).
- GARCÍA-GUADILLA, M. (2006), "Organizaciones Sociales y Conflictos sociopolíticos en una sociedad polarizada: las dos caras de la democracia participativa en Venezuela", *América Latina Hoy*, n.º 42, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 37-60.
- GOTTDIENER, M. (1993, 1985), "Comunidade, Liberação e Vida Cotidiana" in *A Produção Social do Espaço Urbano*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, pp. 263-290.
- HELLINGER, D. (2008), "Como entiende el «pueblo» la democracia protagónica? Resultados de una encuesta", *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 1, vol. 14, pp. 153-181.
- INDOVINA, F. (2002), "O Espaço Público: Tópicos sobre a sua mudança", *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 119-126.
- LA ROSA, I. (s/d), *El Barrio como espacio de arte, cultura y ciudad. Construyendo Visión Compartida para la parroquia El Valle*, in <http://www.eltiuna.org/proyecto/881> (consultado a 6 de Abril de 2009).
- LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES (2006), Caracas, Gaceta Oficial n.º 38.421.
- MAINGON, T. (2007), "Consejos Comunales, Ciudadanía, Estado e Poder Popular" in G. Castro (org.), *Debate por Venezuela*, Caracas, Editorial Alfa/Escuela de Sociología-FACES/UCV, pp. 126-145.
- NEGRÓN, M. (1991), "De pobladores a ciudadanos: Una discusión sobre las relaciones entre democratización y procesos de urbanización a partir de la experiencia venezolana", *América Latina Hoy Revista de Ciencias Sociales*, n.º 1, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 81-89.
- RAY, T. (1969), *The Politics of the Barrios of Venezuela*, Berkeley-Los Angeles, University of California Press.
- RIBEIRO, L. (2003), "Segregação Residencial e Políticas Públicas. Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território", *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 6, Junho, Lisboa, CET/ISCTE.
- WIRTH, L. (1979, 1938), "O urbanismo como modo de vida", in O. Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara, pp. 90-113.

#### Sites Consultados

[www.cne.gov.ve](http://www.cne.gov.ve) – Consejo Nacional Electoral

<http://www.ine.gov.ve/> – Instituto Nacional de Estadística



# (COM)FUSÃO NA CIDADE: TAG, ÁCIDO E DIAMANTE

Luciano Spinelli

■ Centre D'Études sur L'Actuel et le Quotidien, Université René Descartes – Sorbonne Paris V (lucianospinelli@gmail.com)

## Resumo

Com o intuito de ler a cidade, vamos observar fractais coloridos da vida cotidiana refletida nas cabines telefônicas de Paris. A partir da realização de fotografias HDR que focalizam os *graffitis* e *tags* feitos com ácido fluorídrico nessas cabines, vamos perceber outra cidade através de seus vidros. É pela educação do olhar junto de alguns *graffiti writers* que inferimos uma visão fenomenológica sobre a *socialidade* pós-moderna, para entender a relação *fusional* que se dá nesse mobiliário urbano entre habitante e *habitat*.

**Palavras chave:** comunicação urbana, cabine telefônica, *graffiti/tag*, fotografia HDR.

## Abstract

Day life reflected on the telephone booths of Paris. Thanks to HDR photographs, we highlight the hydrofluoric acid tags and graffitis made in these booths, seeing another city through it. From a point of view educated with some graffiti writers, we take a phenomenological perspective to understand the postmodern sociality and the relationship between the citizen and his *habitat*.

**Keywords:** urban communication, telephone booths, *graffiti/tag*, HDR photography.

"Em plena confusão urbana, a fotografia recria o equivalente do deserto, um isolamento fenomenal."

Jean Baudrillard



Figuras 1, 2 e 3 ▶ GOBE, métro Strasbourg Saint Denis.

A cidade tornou-se o *habitat* natural do homem e o mobiliário urbano convenceu-nos de que ela é a nossa casa. Quando estamos fora do lar, abrigamo-nos junto a esses móveis de aparência durável e estilo padronizado sempre

que um pouco de conforto se faz necessário. Esperando um ônibus, bebendo a água de uma fonte, usando um banheiro público ou telefonando de uma cabine, estamos em relação com os móveis da cidade.

Vamos observar um deles, as cabines telefônicas da cidade de Paris. Falar da revolução nas telecomunicações causada pelo telefone móvel e posteriormente pela internet sem fio, é lugar-comum há algum tempo. Vamos deixar o telefone em segundo plano e fixar nosso olhar nessas cabines para entrever questões sociais e reflexos citadinos. Perguntamo-nos quem, na cidade de Paris, utiliza essas cabines e com que objetivos?

O perfil social dessas pessoas interessa-nos, pois o número de usuários dos telefones públicos está em longo declínio, e a cabine telefônica tem-se tornado um mobiliário urbano agonizante. Em consequência desse desinteresse, as cabines passam a ser um dos poucos territórios de sombra a subsistir na cidade de Paris, mesmo que em plena luz do dia. Entender os seus usos e principalmente observar que inscrições elas transportam são questões fundamentais no nosso objetivo de ler a cidade olhando através do jogo de espelhos que as cabines nos proporcionam.

Vamos deter-nos nesses compartimentos de forma a entender uma leitura da cidade de Paris, permeada por signos por vezes despercebidos ao olhar fugaz do transeunte. Para isso vamos empregar a fotografia de forma a eternizar um ponto de vista momentâneo e a agregar a esse texto o móvel urbano que acabamos de descrever. Primeiramente, vamos ver onde essas cabines se localizam, sob qual prisma metodológico as abarcamos e com que técnica intuímos a restituição fotográfica. Vamos então entender o vínculo social latente nessas paredes envidraçadas, a leitura da sinalética urbana refletida, e a importância dos detalhes “fora de campo” na constituição de um imaginário parisiense.

### *A cidade de Paris*

Nasce na França, em 1955, a empresa JCDecaux, que porta as iniciais do seu fundador Jean-Claude Decaux. Com o passar do tempo, Paris tornou-se o laboratório dessa empresa do ramo midiático publicitário, que mobiliou os seus espaços públicos com objetos ambíguos, de um lado servindo as pessoas, de outro, anunciando produtos. É o caso do clássico “Atribus Standard” criado em 1970. Essa paragem de autocarro, além de proteger as pessoas do mau tempo, oferece onde se sentar e dá visibilidade a um anúncio publicitário. É nessa ambivalência, entre o conforto do habitante e a venda de um suporte midiático, que vamos observar um dos mobiliários urbanos esquecidos da cidade de Paris: as cabines de telefone público.

Essas cabines, de forma quadrangular, são inteiramente envidraçadas e dotadas de uma porta de vidro. O chão e o teto da cabine são metálicos e o telefone fica preso a uma viga central também metálica, que interliga duas a três cabines. Esses

complexos de cabines telefônicas interessam-nos pelas suas longas linhas verticais interligadas a um solo quadrangular. Quando lançamos o nosso olhar a esse mobiliário citadino, vemos através das suas várias lâminas de vidros entrepostas uma cidade distorcida. Comparável a um diamante que reflete ângulos do urbano, essa cabine compõe certamente um prisma que nos permite entrever uma outra cidade, com os seus outros habitantes.

Em Paris, construir e demolir são tarefas praticamente impossíveis. Com o seu perímetro circular restrito, a sua linha do horizonte com imóveis haussmannianos que raramente excedem os seis andares e o seu subsolo fragilizado por um desgaste histórico que vai das catacumbas ao metrô, a cidade parece fixada no tempo. Se comparada à metamorfose dos ares citadinos que sopram no Oriente, como em Xangai, Pequim ou Dubai, na capital francesa paira um marasmo arquitetônico. Porém, essas camadas históricas que a envolvem fazem dela um organismo complexo, no qual a população tem o seu imaginário impregnado pelo local. Um exemplo desse apego territorial é dado por Marc Augé no estudo que fez sobre o metropolitano parisiense (Augé, 2001), ao notar que, quando passava pelas estações subterrâneas, imaginava com precisão a cidade que se erguia sobre a sua cabeça.

Nessa cidade orgânica, em referência à noção de “ecologia urbana” delineada pela Escola de Chicago, percebemos que a experiência social se assemelha a um ecossistema no qual a cidade se tornou o *habitat* natural do homem. Essa criação humana é explicitada por Robert Park nos seguintes termos: “indiretamente e sem ter clara consciência da natureza da sua obra, criando a cidade, o homem reciou-se a si mesmo. É nesse sentido que podemos considerar a cidade como um laboratório social” (Robert Park *in* Grafmeyer, Y. e Joseph, I.; 1984, 163).

Esse laboratório onde o homem testa as suas hipóteses do bem viver em sociedade é uma construção mutante: viva e em movimento. No ectoderme desse ser coletivo repousa o mobiliário e o imobiliário urbano, fincado ao chão por vigas de concreto que transpassam um mesoderme, no qual circulam água, esgoto, metrô, até chegar no mais profundo endoderme, onde se encontram alguns poucos abrigos antinucleares.

As interpretações da cidade enquanto corpo não se detém unicamente no nível da pele. As publicações do Grupo de Trabalho de Vancouver (Timmer e Seymoar, 2006), realizadas durante o Fórum Urbano Mundial de 2006, apontam para uma “cidade habitável”<sup>1</sup> dotada de: um cérebro representado pelo governo e pela participação social; um coração simbolizado pelos valores comuns e as noções de identidade e pertencimento; órgãos que são o centro da cidade; as zonas industriais e

comerciais e, finalmente, de um sistema circulatório caracterizado pelos transportes coletivos.

É nesse ser complexo, ou melhor, nesse meio ambiente parisiense que as cabines telefônicas aqui em questão fazem corpo com a cidade. Como é da praxe dizer, elas são móveis partilhados num espaço público. Vamos olhar essas cabines para ver nelas a cidade na qual estão fixadas.

### O passeio do olhar

O ponto de vista que lançamos à cidade é fruto de um exercício etnográfico realizado junto a grafiteiros na Europa e no Brasil, do qual resultam alguns artigos<sup>2</sup>. A metodologia de pesquisa empregue foi inspirada no interaccionismo simbólico<sup>3</sup>. Através dela, desenvolvemos uma pesquisa de campo que lançou um ponto de vista sobre a comunicação urbana e as relações tribais expressas entre os autores das assinaturas vistas nos suportes citadinos.

As referências que contribuíram para a observação individual do urbano foram antes desenvolvidas em grupo. Ou melhor, em grupos, pois uma perspectiva *emic* foi dada pelo trabalho de campo junto de *grafitters*, e uma perspectiva *etic* foi tecida junto ao grupo de estudos CeaQ (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien) da Universidade de Paris V Descartes – Sorbonne. Em 2007, realizamos com este grupo um ciclo de "Ballades Urbaines". Nessas ocasiões, reunimos os integrantes de forma interdisciplinar ao redor da antropologia, sociologia, arquitetura e fotografia, para *flanarmos* e capturarmos uma realidade de outra Paris. Equipados de câmeras de vídeo e fotografia, derivamos por locais como a Petite Ceinture de Paris, o 18.º bairro e seus *graffitis* alados, as novas obras arquitetônicas do 13.º bairro.

Foi inspirado nesse método de trabalho, enraizado numa inter-subjetividade, que me guiei na realização da narrativa fotográfica aqui apresentada, e é por isso que utilizo a primeira pessoa do plural para expor minha experiência. Não por mera convenção acadêmica, mas sobretudo pelo fato de que o olhar lançado sobre a cidade foi previamente inferido coletivamente. Esse olhar fotográfico guia o artigo que, por sua estrutura e referências, se assemelha a um ensaio em etno-sociologia visual. A fotografia é então primordial: na constituição do objeto de análise propriamente dito; como constituinte de um vínculo social; e, principalmente, como forma narrativa. A ela e à sua importância metodológica será dedicado o próximo tópico, mas primeiramente vamos identificar onde e como pousa o nosso olhar.

O olhar etnográfico é chave na concepção desse escrito. A partir da relação com o pesquisado o olhar do pesquisador foi gradualmente educado no objetivo de interpretar o real a partir da visão do grafiteiro. A partir de uma experiência coletiva pretendemos inferir um ponto de vista individual que abarques

facetas da cidade pós-moderna. Baseamo-nos na noção de *mediance*, tecida por Augustin Berque (Berque, 1990), através da qual a técnica prolonga a *corporalidade* para fora do corpo. Pela fotografia interpretamos a cidade através de um olhar intuitivo, habituado a entrever e desvendar os *graffitis* que marcam a pele da nossa casa.

Tratando-se de *graffiti*, um universo alargado de possibilidades estilísticas torna-se possível. Entretanto, é importante precisar que consideramos as pessoas que fazem os *tags*<sup>4</sup>, ácido fluorídrico vistos nas cabines telefônicas, como inseridos no universo do *graffiti* parisiense, que é em parte influenciado pela escola *hip-hop* norte-americana. A ênfase está na escrita constante e repetida do pseudônimo, feita por toda a cidade, com técnicas que vão do *tag* ao *master piece* no intuito de *getting up*<sup>5</sup> (do inglês "levantar-se", "erguer-se", que na gíria do *graffiti* americano significa dar visibilidade ao pseudônimo).

As motivações que levam o jovem a marcar o seu nome tribal pela cidade são das mais diversas, entre as quais a de obter reconhecimento, respeito e fama<sup>6</sup>. Em busca de visibilidade, os grafiteiros conquistam simbolicamente a cidade. Essa ordem de reciprocidade pode ser entendida no exemplo seguinte: o *graffiti* gigante feito pelo *crew*<sup>7</sup> MTA – *Metro Transit Assassins* – de Los Angeles, medindo 15 metros de altura e com a extensão de dois campos de futebol, confirmou a fama dos integrantes do grupo! Alguns deles eram também conhecidos no meio do *street art* e vendiam telas grafitadas. Por serem grafiteiros que contavam diversos feitos ilegais, eles eram respeitados e conhecidos, pessoas públicas consideradas artistas e por isso facilmente inculcados pela polícia, por causa do *graffiti* gigante e ilegal que fizeram.

A dualidade por vezes antagônica entre um *graffiti* legal e artístico e um *graffiti* ilegal tido por vandalismo, considerado um "crime de estilo", é tecida por Jeff Ferrell (1993). Por outro lado, autores latino-americanos (Cruz, 2004; Lara, 1996) apontam para a importância de um *graffiti* tornado arte de rua, forma de expressão e inclusão social.

Legal ou ilegal, o *graffiti* é da rua, feito nos espaços de visibilidade da cidade como os explicitados no estudo de caso que Ricardo Campos (2009) realizou no Bairro Alto de Lisboa. Vemos que o processo de higienização aplicado a esse bairro engendra a subsequente recriminação da atividade dos grafiteiros portugueses que entoavam um diálogo entre a arte e o vandalismo. Tratando-se de França, país no qual realizamos o estudo etnográfico, a recriminação do *graffiti* é regra, e o *tag* com ácido é tido como delito grave. A obra *In Situ*, de Stéphanie Lemoine e Julien Terral (2005), traça um panorama histórico da intervenção visual urbana nesse país. Ela explicita a passagem da expressão contestatária pelos

muros da cidade a um *graffiti hip-hop* inseparável das suas motivações sociais e estilísticas.

Devido à complexidade do tema *graffiti*, vamos dedicar ao exercício reflexivo de derivar a palavra que vemos grafitada no objeto cabine telefônica como analogia que serve à compreensão do ecossistema parisiense, com suas interações sociais e visuais. O método de trabalho mostrou-se então mais solitário, quando comparado com as aventuras etnográficas noturnas levadas durante o trabalho de campo junto a alguns *crews* de *writers*. Porém, tirar fotos de uma cidade não se parece em nada com a fotografia em estúdio ou de naturezas mortas. Estamos face a ritmos do habitante no seu *habitat*, com seus humores e suas fricções: as fotos resultantes deixam isso claro.

Esse artigo é ensaísta, fruto da deambulação de um autor fotógrafo, numa rua que, segundo Walter Benjamin, "conduz o flâneur a um tempo desaparecido. Para ele, todas são íngremes. Conduzem para baixo" (Benjamin, 1994: 190). Em contraponto à admiração que Walter Benjamin dedica às vitrines das "passagens parisienses" (Benjamin, 1986) do século XIX, nós dedicamo-nos a observar outras vitrines. Diferimos sobre o conteúdo, mas certamente não sobre a forma de contemplar essas paredes transparentes. Nas nossas vitrines pouco está à venda, mas uma outra cidade se oferece ao olhar, tal como nas antigas galerias que ainda persistem nos meandros das ruelas parisienses.

Esses resquícius típicos de um cenário francês estão saindo de moda frente ao brilho das vitrines dos *shopping centers* e de outros "não-lugares" (Augé, 1992), que dão a Paris o ar metropolitano de uma cidade global. De fato, os não-lugares, devidamente descritos por Marc Augé na obra homônima, são proporcionalmente opostos ao que entrevemos. "Assim como os lugares antropológicos que criam um social orgânico, os não-lugares criam uma contratualidade solitária. Como imaginar a análise Durkheimiana de uma sala de espera de Roissy?" (Augé, 1992: 119), questiona o autor em alusão ao segundo maior aeroporto de Paris.

É esse "social orgânico" que tentamos observar, com seus resquícius únicos de uma cidade em movimento. Os detalhes que logo mais serão descritos fazem das cabines telefônicas parisienses um mobiliário urbano sem precedentes, proporcional às vermelhas e tradicionais cabines telefônicas inglesas. Essa cabine transparente é um lugar social, um lugar de socialização, se considerada a relação entre quem telefona e quem se encontra do outro lado da linha.

Essa função social da cabine, também vista nas fotografias, vai da oferta de um telefone para a comunicação entre duas pessoas a um suporte físico para a escrita urbana, que comunica com os habitantes. Nelas percebemos as sombras e os

rastros das pessoas que ali passaram, os rostos que se sobrepõem, os reflexos dos prédios, a marca de um *tag*. Elementos de uma socialização fria entre indivíduos que se cruzam sem se tocarem.

O tempo também é único, assim como a luz que trespassa, reflete e é refratada pelo vidro. As fotos dão mostras de um imaginário poético inferido sobre quem telefona. Essa abordagem inspira-se na fenomenologia, por estudar as imagens urbanas como uma estética cognitiva, a partir da *práxis* e da sua sedimentação de sentido. Levamos em conta a repercussão dessas representações cidadinas no sujeito-leitor; leitor que é não somente quem observa as fotografias ou lê esse artigo, e, sim, o habitante de Paris, que se depara cotidianamente com as cabines telefônicas e as observa sobre um determinado prisma.

Vamos deter a nossa atenção na restituição que elaboramos da cabine telefônica através da imagem fotográfica, uma criação capaz de abarcar iconograficamente o nosso objeto. A fotografia passa a ter uma função narrativa independente, em paralelo ao texto. Metodologicamente, ela assemelha-se a uma fotoetnografia que, segundo Eduardo Achutti, constitui "uma narrativa visual que é enriquecedora com novos ângulos, com uma outra grafia" (Achutti, 1997: 77). Para entender essa narrativa imagética, devemos levar em conta a técnica fotográfica empregada para finalmente interpretar os resultados obtidos. Como não baseamos este escrito unicamente na sua metodologia textual de escrita e pesquisa, é importante ter clara a escolha de um método visual para a restituição/criação de uma realidade. É nessa concepção de um ponto de vista que entra a importância da fotografia HDR como processo subjetivo de sociologia visual.

### *A fotografia HDR e seus reflexos*

Tratando-se do uso da imagem em sociologia – questão antiga e polêmica –, posicionamo-nos do lado de uma sociologia visual que, passado os anos 70, não pretende ter na imagem apenas uma prova ou ilustração do terreno<sup>8</sup>. Nas fotografias que estão aqui apresentadas intuímos a visualização de uma organização social cotidiana. Levamos em conta o ponto de vista de Edgar Morin sobre a fotografia "como presença real da pessoa representada" (Morin, 1956: 28), sendo o real visto nas cabines telefônicas uma inferência sobre a realidade. As pessoas que utilizavam as cabines no momento da fotografia, assim como os *tags* vistos em seus vidros, são representativos genéricos da complexa ordem urbana parisiense. Fotografadas em ângulos pouco reveladores, as pessoas são amostras da diversidade étnica parisiense; e os *tags*, exemplos das assinaturas espalhadas pela cidade que se assemelham entre si na forma e conteúdo.

Na intenção de configurar a cabine telefônica como um objeto de análise, a fotografia é escolhida por ser uma maneira de a reportar ao texto. O nosso ponto de vista não repousa apenas na cabine telefônica em si, mas, sim, no jogo de espelhos percebido nas suas paredes envidraçadas. Podemos dizer que a criação fotográfica, realizada com a técnica do HDR (do inglês High Dynamic Range, em português, Grande Alcance Dinâmico), apresenta um universo onírico, um ponto de vista que trespassa a estrutura física da própria cabine, dando a ver uma cidade refletida.

Nessas fotografias de reflexos que se sobrepõem numa superfície envidraçada, o que nos chama a atenção é a comunicação urbana e toda uma sinalética que instrui e coage o habitante. Vemos que o corpo liso da cabine é carregado de signos, fortemente marcado por ranhuras feitas com diamante de cortar vidro e por sulcos, fruto de reação irreversível com o ácido sulfúrico. Essas marcas indeléveis vão acompanhar o vidro, que na cabine faz as vezes de parede, até ao fim de seus dias. Essas insígnias são elaboradas e não podem ser comparadas a rasgos que talham o vidro ao acaso. Elas são, mais precisamente, assinaturas cursivas: *tags* que indicam uma pessoa ou grupo de pessoas claramente definidos no quadro de uma tribo urbana, a que faz e/ou lê os *graffitis*.

Os *tags* feitos com ácido e diamante serão mais longamente observados. Antes é importante descrever um processo fotográfico que infere uma visão particular da cidade, ao mesmo tempo que cria um recorte da realidade. Diferente de uma fotografia tradicional, o HDR afeta a forma como a luz é preservada nos fenômenos ópticos de reflexão/refração, em especial sobre materiais transparentes como o vidro. Por permitir um controle detalhado das zonas de altas e baixas luzes, em programas como Photoshop e Photomatix Pro, o HDR possibilita a valorização dos reflexos, que são detalhes de cidade. Dizemos "detalhe" pois, como indica Omar Calabrese: "percebe-se a forma do detalhe, até que esta fique em relação perceptível com o seu inteiro" (Calabrese, 1987: 86). Esses detalhes da cidade são necessariamente reportáveis ao seu contexto urbano parisiense, diferente do que seriam fragmentos de uma cidade estilhaçada.

Outra função do HDR é estilística e conceitual, cada foto apresentada aqui é composta por três fotografias quase idênticas, que diferem em relação com a medida de luz que entra na câmera: a primeira tem uma exposição-padrão, a segunda é subexposta e a terceira sobreexposta. Esse processo é chamado de *bracketing*. Posteriormente, as três fotos são agrupadas no programa Photomatix Pro num *photomerge*. Finalmente, as cores, sombras e brilhos do vidro são tratados pelo *tone mapping*, de forma a valorizar os reflexos da paisagem urbana.

As cabines telefônicas são o suporte físico para a ação de pessoas que fazem de sua assinatura uma obra. Quando nos dedicamos a observar esses *tags* com ácido fluorídrico, feitos também nos vidros dos metrô e nas vitrines das grandes lojas, deparamo-nos com muito mais que um simples *tag* âmbar num vidro polido. As luzes e cores que atravessam o suporte transparente propuseram-nos a integração do *tag* num cenário específico, pois, quando não associado à cidade, ele corre o risco de se transformar numa simples assinatura.

Nesse artigo, a fotografia é o meio através do qual reproduzimos a cabine; o papel impresso é suporte para uma imagem que comunica com o leitor. Sendo a fotografia tradicional de baixo alcance dinâmico em relação à captação da luz, o HDR torna-se ferramenta para tentar reproduzir o que o olho capta. Dado que as fotos passam por um tratamento de imagem durante o seu processo de criação, elas ressaltam mais do que o olhar humano provavelmente veria nessas superfícies, tornando-se assim verdadeiras concepções a partir de uma base cidadina.

Ao observá-las estaríamos frente a uma cidade que não existe? Poderíamos entrever um imaginário lúdico? É mais provável que nos deparemos com um suporte intersticial de forte efervescência subterrânea. Pois mesmo que observada ao nível da rua e à vista de todos, a cabine configura-se como um refúgio onde se orquestram elementos do "regime noturno" (Durand, 1992). Afinal, em frente dos olhos, as coisas escondem-se melhor. Na cabine, um sistema cíclico de renovação/ocupação se estabelece, originando uma "zona de sombra" (Maffesoli, 1991). Nesse espaço que escapa ao olhar totalitário do Estado, talvez pelo fato de ser transparente, temos não somente habitantes regulares como todo um ecossistema de usuários e de comunicações.

### *Os usos da cabine*

Essas cabines que medem por volta de dois metros quadrados são usadas em geral por imigrantes que, munidos de cartões telefônicos pré-pagos, ligam para os seus respectivos países de origem. Sobre o telefone e no suporte de apoio metálico, repousam anúncios em línguas exóticas, visando políglotas etnicamente selecionados. Por vezes a transparência do vidro é encoberta por pôsteres e propagandas ilegalmente fixadas, assim como pela escrita fosca feita com o já mencionado ácido sulfúrico. É por essa ecologia típica de um microcosmos que interpretamos a cabine telefônica na cidade de Paris como um espaço intersticial. Um lugar que, por ser translúcido e claro, não suscita suspeita, ou melhor, que por ser transparente é invisível, fadando quem penetra seu interior ao desaparecimento.

As cabines telefônicas em Paris caíram gradualmente em desuso com a popularização do telefone móvel. O telefone celular foi integrado ao cotidiano do cidadão e causou uma mudança na forma como as coisas nos pertencem, ou melhor, como nós pertencemos às coisas que nos pertencem. Atualmente é comum vê-lo diretamente acoplado à orelha por meio de um fone *Bluetooth*, dando ares de *cyborg* ao mais comum dos seres humanos. Como se não bastasse, muitos de nós temos também a Internet vinte e quatro horas por dia na palma da mão, dentro de um *Smartphone* no estilo *Blackberry* ou *iPhone*. Frente a toda essa hiperconectividade, o telefone público, que nada mais faz do que telefonar, parece um tanto ou quanto ultrapassado.

Segundo o estudo de Fanny Carmagnat (2003), de 1998 a 2000 a receita das cabines telefônicas francesas sofreu um decréscimo de 20,6% e o volume das comunicações diminuiu em 28,1%. Hoje em dia, é perceptível que essas cabines continuam funcionando sobretudo em cumprimento à lei nacional de nº 96-659 de 1996. Ela refere que a operadora histórica francesa, France Telecom, deve manter o chamado “serviço universal” que assegura o acesso público ao telefone. O abandono em que elas se encontram é proporcional à queda na receita produzida. Segundo o jornal *Le Monde*: “os sindicatos acusam France Telecom de deixar ao abandono as 152 000 cabines que ainda resistem à concorrência do telefone celular”<sup>9</sup>.

Devido a esse desuso progressivo, as cabines tornaram-se um espaço esquecido também por parte do Estado. A manutenção e a limpeza foram terceirizadas. Esses móveis desabitados ficaram entregues à selvagem natureza urbana. Nelas, a intervenção com ácido feita pelos *taggers* é irreversível, sendo pouco provável que esses *tags* sejam removidos da pele cidadina. As cabines tornam-se então um dos poucos suportes públicos da capital francesa, juntamente com o metrô, onde os *tags* não são completamente removidos.

Todavia, deve-se levar em conta que a partir da década de 90 a prefeitura de Paris passou a despende uma soma considerável de esforço e dinheiro para manter a cidade limpa<sup>10</sup> dos *graffitis* e *tags*. É por isso que as cabines telefônicas e o metrô são o suporte de predileção para quem interfere com o ácido sulfúrico no suporte urbano. Eles tornam-se folhas incolores onde se depositam assinaturas indelévels.

O habitante, por sua vez, detém um olhar habituado a esse mobiliário urbano. Podemos dizer, de forma bastante dicotômica e imediatista, que alguns deles não conseguem mais ver essas cabines, enquanto outros vêem nelas os reflexos de uma vida urbana intermediada por seus vidros: verdadeiros espelhos de tamanho humano. Outro tipo de habitante faz da cabine uma morada, uma

cabana, um refúgio! São os chamados SDF (do Francês: Sem Domicílio Fixo), que com a chegada do inverno povoam o local. Essas pessoas adaptam-se ao exíguo espaço em posição fetal, na busca de um pouco de proteção para sobreviver ao frio da noite. Essa casa com seus múltiplos endereços, marcados pela assinatura do *tagger*, é impregnada com o próprio corpo do SDF. Ela pode ser interpretada pela analogia que Gaston Bachelard faz do caracol, pois segundo ele “deve-se viver para construir a casa e não construir a casa para vivê-la” (Bachelard, 1961: 106). É perceptível a relação de segurança, despertada por uma casa onírica, um ninho, quando *taggers* ou SDF fazem corpo com o objeto cabine.

Os *taggers* habitam a cabine telefônica por procuração. A posse é indicada, talhada no vidro. Sob a forma de rasgos quimicamente tecidos eles privatizam, com o “colorir”, um pedaço transparente da cabine. Essa relação psicológica do *tagger* com a cabine pode ser aproximada pela reflexão de Bachelard para quem *as palavras ...* “são pequenas casas com porão e sótão” (Bachelard, 1961: 139). O senso comum estaria no andar térreo da casa, perto do contato com o “passante que não é um sonhador” (Bachelard, 1961: 139). Já descer ao porão ou subir ao sótão seriam de ordem fantasiosa, correspondendo a perder-se na deambulação por corredores de uma etimologia incerta. Os *tags* são antes de tudo palavras, nomes que escapam ao senso comum. Poucos procuram entender o sentido dessas palavras que fazem alusão ao seu autor e mantêm um significado codificado, um mistério conhecido pela tribo urbana dos grafiteiros.

O fato de dividirem um segredo é fator de coesão entre os membros e condiciona a relação deles com o resto da sociedade. Encontramos junto aos *taggers* resquícios do que Michel Maffesoli chama de centralidade subterrânea: “o segredo pode ser o meio de estabelecer contato com a alteridade no quadro de um grupo restrito; ao mesmo tempo que ele condiciona a atitude desse último em relação ao exterior” (Maffesoli, 2000: 169). Essa relação social

Figura 4 ▶ NBK, Gare du Nord.



com o exterior é oculta, misteriosa, *underground*. É da ordem de Hadês, Deus do subsolo que porta a *kunéé*, capacete que o torna invisível. Subterrâneo, secreto e invisível são adjetivos válidos para entender a relação da assinatura *tag* com outros códigos da comunicação urbana, proporcional à que tem a cabine telefônica para com outros mobiliários urbanos.

### *Detalhes da cidade pós-moderna*

A cadência do obturador marca o passo do nosso percurso urbano. Nessa deriva, notamos que alguns elementos citadinos ganham outra amplitude quando colocados em evidência pelo quadro da câmera fotográfica. Resultantes de uma inter-subjetividade, as fotografias aqui apresentadas são narrativas autônomas. Não temos o objetivo de acrescentar uma legenda ou guiar a interpretação de quem as observa. Todavia, questões de ordem prática levam-nos a indicar, sob cada fotografia, onde a cabine se localiza em Paris e que *tag* nela está inscrito. A impressão em preto e branco é outro fator que dá nova roupagem às fotografias, originalmente coloridas, embora essa mudança de estilo não cause alteração de sentido.

Vamos detalhar uma dessas fotografias no exercício reflexivo de descrever a Paris que nos salta aos olhos. Para isso é preciso aproximarmos-nos, como num *zoom in*, da fotografia intitulada NBK. Nessa fotografia o *tag* é central: nele está medido o foco, no caso, o nome do *crew* NBK. Informações paralelas que circundam o escrito sobressaem umas das outras, e anunciam o entorno localizando-o na cidade. Estamos frente a pormenores de Paris que remetem a um todo. Esses pormenores são aqui um *punctum* (Barthes, 1980), um pormenor que se destaca por dentro os ritmos do urbano e que atrai delicadamente o olhar de quem observa a fotografia.

O interesse que lhes dirigimos é aleatório mas constante. Podemos fixar o olhar num ou oscilar de um para outro. O todo é importante, afinal, se passarmos os olhos de forma circular pela fotografia, é difícil não notar as luzes dos semáforos que regem o ritmo do caos urbano. Placas coloridas indicam a ordem certa para carros e pedestres. Enquanto uma câmera de segurança filma a nossa ação, a bandeira francesa tremula triunfante. Dentro da cabine, uma mulher deixa-se guiar pelas indicações da France Telecom, com o objetivo de fazer uma chamada telefônica. Por entre as ranhuras feitas com diamante de cortar vidro vemos o reflexo de um ônibus a passar ao longe.

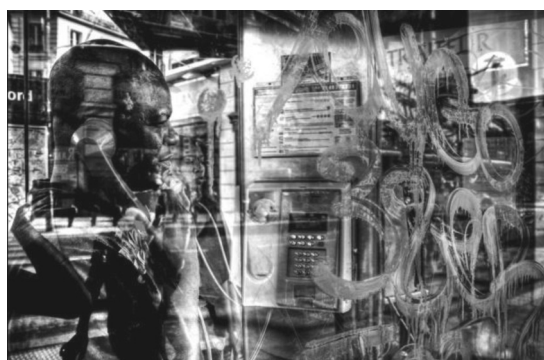
Essa descrição quase pictórica revisita alguns elementos de um impressionismo francês do século XIX, com novos signos e paisagens. O olhar é imerso em reflexos incertos e processos múltiplos de fotografia digital, que tentam tornar a realidade

realista. Seria provavelmente mais atual interpretar esses signos urbanos como vozes e falar numa "cidade polifônica", como faz Massimo Canevacci. Em referência ao termo fotográfico estar "fora de campo", o autor afirma que: "o que está fora do campo visual – no sentido espaço-temporal e mental – torna a entrar nele graças à simultaneidade futurista. Os limites do quadro são anulados e modificados. A pintura é como a cidade: polifônica" (Canevacci, 1993).

Nessas fotografias HDR não estamos frente à cidade propriamente dita, tão-pouco a uma pintura, mas a polifonia urbana salta aos olhos. O nosso plano fotográfico que foca o *tag* NBK deixa voluntariamente entrever o território no qual ele está inserido e com o qual se comunica. Retirar essas três letras maiúsculas da cidade mutila a sua significação já frágil. Elas constituem uma voz sinestésica, de textura lisa e coloração âmbar, proferida por pessoas anônimas que povoam a iconografia parisiense.

Para leitores iniciados, o escrito NBK pode representar os integrantes que compõem esse *crew*, como os *writers* Soack e Toam. Ele passa a evocar um coletivo para as pessoas que se identificam com esse símbolo. Guardando as proporções inerentes a uma tribo pós-moderna, no nível do pacto e do "afetual" (Maffesoli, 2000); encontrar o nome de seu grupo no meio da paisagem urbana tem fator gregário para os *writers*. Sensação análoga é causada pela bandeira francesa<sup>11</sup> junto da maioria da população. Essa outra relação é, porém, marcada pelas questões modernas do Estado Nação e seus valores contratuais.

Finalmente, vamos abrir espaço ao diálogo entre as referidas fotografias e o leitor. Sabemos que "a fotografia pode transformar não somente o olhar, mas o ambiente propriamente dito" (Kerlan, 2008: 18). A iconografia urbana que retratamos é um dos elementos que configura o *habitat* assim como o imaginamos. Compreender esse complexo sistema simbólico é uma tarefa subjetiva, pois um significante pode ter mais de um significado. A sociologia visual foi nossa aliada ao conformar a percepção que fazemos do ambiente estudado, permitindo a expressão de uma análise guiada por vias não verbais de comunicação. O exercício metodológico que realizamos com essa captação fotográfica aponta para a possibilidade de intuir um diálogo da ordem do sensível entre o sociólogo e o seu leitor, mostrando o mundo como ele nos importa. Mesmo que a argumentação textual seja imperativa no domínio das ciências sociais, a criação de um texto imagético pode guiar a pesquisa qualitativa e mesmo constituir uma escrita à parte. Com a expressão visual de um olhar educado sociologicamente, concluímos esse escrito dando vazão a uma grafia que compartilha o nosso ponto de vista sobre a *socialidade* parisiense em tardes ensolaradas do verão de 2009:

**Figura 5** ▶ DORME, métro Barbés Rochechouart.**Figura 6** ▶ BZER, Gare Du Nord.**Figura 7** ▶ OPS DESOLE, métro Jacques Bonsergent.**Figura 8** ▶ YOUGO BZER, Boulevard Sébastopol.**Figura 9** ▶ SOKLE, Boulevard Sébastopol.**Figura 10** ▶ SKERT, Boulevard Sébastopol.**Figura 11** ▶ SAOR, Boulevard Sébastopol.

Spinelli, L., *Pichação e comunicação: um código sem regra*. Revista Logos UERJ 2007/1 n.º 26, pp. 111-121.

<sup>3</sup> O interaccionismo simbólico é herdeiro da Escola de Chicago desenvolvido a partir dos anos 50 nos Estados Unidos. Apontando para a construção do indivíduo em relação com o próximo e seu meio social, a consolidação da perspectiva interaccionista dá-se nos anos 70 com autores como: Howard Becker, *Outsiders. Étude de sociologie de la déviance*. 1985 Paris: Métailié e Erving Goffman, *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*. Paris: Les Éd. de Minuit. 1973.

<sup>4</sup> Uma assinatura que segundo Felonneau e Busquets "funciona como um logo, uma etiqueta publicitária" (Felonneau e Busquets, 2001: 77).

<sup>5</sup> Estes anglicanismos são definidos por Craig Castleman no livro *Getting Up*. London: The MIT Press. 1982.

<sup>6</sup> A fama em questão é inicialmente conquistada dentro da tribo urbana dos *writers* e posteriormente pode derivar de obras de arte urbana e da exposição na mídia alternativa.

<sup>7</sup> Um *crew* é um grupo de *writers* que pintam um nome em comum, esses grupos são, segundo Craig Castleman, formados por: "companheirismo e ocasionais aventuras de *graffiti*". Os membros do grupo também consideram a escrita dos próprios nomes como mais importante que a afirmação do nome do grupo" (Castleman, 1982: 107).

## Notas

<sup>1</sup> Uma cidade habitável segundo Peter Evans, para quem "A habitabilidade tem dois aspectos: os meios de subsistência e a durabilidade", Evans, P. *Livable Cities? Urban Struggles for Livelihood and Sustainability*. California, États-Unis: University of California Press Ltd. 2002.

<sup>2</sup> Ver: Spinelli, L., *Techniques visuelles dans une enquête qualitative de terrain*. Société 2007/2 n.º 96, pp. 77-89 e

- <sup>8</sup> Como era o caso do uso da fotografia nas descrições feitas por Gregory Bateson e Margaret Mead, na obra *The Balinese Character: A Photographic Analysis*, New York, Academy of Sciences Special Publication, 1942.
- <sup>9</sup> Artigo publicado no *Le Monde* do dia 24 de maio de 2009 por Cécile Ducourtieux.
- <sup>10</sup> Sobre a limpeza e criminalização dos *graffitis* na França ver a obra de Felonneau, M. e Busquets, S., *Tags et Grafs, les Jeunes à la Conquête de la Ville*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- <sup>11</sup> Que vemos na foto, no alto do edifício à esquerda.

### Referências Bibliográficas

- ACHUTTI, L. (1997), *Fotoetnografia. Um estudo de antropologia visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre, Tomo Editorial Ltda.
- AUGÉ, M. (2001), *Un ethnologue dans le métro*, Paris, Hachette.
- AUGÉ, M. (1992), *Non-lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Editions du Seuil.
- BACHELARD, G. (1961), *La Poétique de l'Espace*, Paris, PUF.
- BARTHES, R. (1980), *La Chambre Claire. Note Sur la Photographie*, Paris, Cahiers du Cinema, Galimard Seuil.
- BATESON, G. e M. Mead (1942), *The Balinese Character: A Photographic Analysis*, New York, Academy of Sciences Special Publication.
- BECKER, H. (1985), *Outsiders. Étude de sociologie de la déviance*, Paris, Métailié.
- BENJAMIN, W. (1994), *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas III*, São Paulo, Brasiliense.
- BENJAMIN, W. (1986), *Paris, capitale du XIX<sup>e</sup> siècle: Le Livre des passages*, Paris, Éditions du Cerf.
- BERQUE, A. (1990), *Médiance. De milieux en paysages*, Montpellier, GIP Reclus.
- CALABRESE, O. (1987), *A Idade Neobarroca*, Lisboa, Edições 70.
- CAMPOS, R. (2009), "On urban graffiti. Bairro Alto as a liminal space", in A. Brighenti (org.), *The Wall and the City*, Trento, Professionaldreamers, pp. 135-151.
- CANEVACCI, M. (1993), *A Cidade Polifônica*, São Paulo, Livros Studio Nobel Ltda.
- CARMAGNAT, F. (2003), *Du service public au service universel: une approche historique du cas du service des cabines téléphoniques en France au XX<sup>e</sup> en 2001 Bogues, Globalisme et Pluralisme*, Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- CASTLEMAN, C. (1982), *Getting Up*, London, The MIT Press.
- CRUZ, T. S. (2004), "Grafiteros: Arte Callejero en la Ciudad de México", in *Desacatos Revista de Antropología Social*, n.º 14, pp. 197-226.
- EVANS, P. (2002), *Livable Cities? Urban Struggles for Livelihood and Sustainability*, Californie, Etats-Unis, University of California Press Ltd.
- FELONNEAU, M. e S. Busquets (2001). *Tags et Grafs, les Jeunes à la Conquête de la Ville*, Paris, L'Harmattan.
- FERRELL, J. (1993), *Crimes of Style: Urban Graffiti and the Politics of Criminality*, New York and London, : Garland Publishing.
- GOFFMAN, E. (1973), *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*, Paris, Les Ed. de Minuit.
- GRAFMEYER, Y. e I. Joseph (1984), *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris, Aubier.
- KERLAN, A. (2008), *La photographie comme lien social*, Paris, CNDP.
- LARA, A. H. (1996), *Grafite Arte Urbana em Movimento*, São Paulo, dissertação de mestrado, USP.
- LEMOINE, S. e J. Terral (2005), in *situ: Un panorama de l'art urbain de 1975 à nos jours*, Paris, Editions Alternatives.
- MAFFESOLI, M. (2000), *Le Temps des Tribus*, Paris, La Table Ronde.
- MAFFESOLI M. (1991), *L'ombre de Dionysos, contribution à une sociologie de l'orgie*, Paris, Livre de Poche.
- MORIN, E. (1956). *Le cinéma ou l'homme imaginaire*. Paris: Les éditions de minuit.
- SPINELLI, L. (2007), *Techniques visuelles dans une enquête qualitative de terrain*, Paris Société n.º 96, pp. 77-89.
- SPINELLI, L. (2007), *Pichação e comunicação: um código sem regra*, Revista Logos UERJ n.º 26, pp. 111-121.
- TIMMER, V. e N. K. Seymoar (2006), *La ville habitable: Document de travail du Groupe de travail de Vancouver*, Vancouver, Université de la Colombie-Britannique Vancouver.



# PRÁCTICAS CREATIVAS Y DE INTERVENCIÓN: EL RAP POLÍTICO EN LA COVA DA MOURA, LISBOA

---

Edurne de Juan<sup>1</sup>

■ Universitat de Barcelona (enune3@hotmail.com)

## Resumen

Partiendo de una reflexión de los conceptos de cultura y de política, y de las relaciones entre ambos, la presente propuesta de comunicación pretende abordar un estudio de caso sobre la producción de sociabilidades y estilos de vida entre un grupo de jóvenes en la Cova da Moura (Lisboa) a partir de las retóricas del rap y de los aspectos ideológicos del hip hop.

Para este grupo, el espacio del barrio asume una gran importancia, constituyendo el terreno común para la construcción de proyectos identitarios que les conceden autonomía y autoestima. Al mismo tiempo, sus experiencias compartidas en el barrio crean una intensa sociabilidad.

El hip hop es un movimiento cultural global flexible y manipulable en diversos procesos de apropiación. En la Cova da Moura la representación del rap da origen a algunos procesos que debemos entender como políticos. Parece pertinente, por lo tanto, hablar de cultura política, una vez que el grupo promueve sus iniciativas ideológicas a través de sus líricas y eventos culturales.

**Palabras-clave:** nuevos movimientos políticos y sociales; cultura política; retóricas del rap.

## Abstract

Starting from a reflection of the concepts of culture and politics, and relations amongst them, this paper aims to discuss a case study on the production of sociability and lifestyles among a group of young people in the Cova da Moura (Lisbon) from the rhetoric of rap and ideological aspects of hip hop.

For this group the area of the district assumes great importance, because it is a common base for the construction of processes of identities and differentiation, providing autonomy and self-esteem, as well as the experiences shared in the district create an intense sociability.

The hip hop is a global and flexible cultural movement manipulate in different processes of appropriation. The representation of rap in Cova da Moura results in some cases which we must understand as politicians. It seems appropriate to speak of political culture because of the group promotes its activities and ideological position through its lyrics and cultural events.

**Keywords:** new political and social movements, political culture, rhetoric of rap.

## *Prácticas creativas y de intervención: el rap político en la Cova da Moura*

Cuando hace unos años llegué a la Cova da Moura<sup>2</sup> por primera vez con la idea de hacer un trabajo etnográfico sobre el rap<sup>3</sup>, en un principio tuve la impresión, algo inocente o inexperta, de estar delante de una forma de expresión autónoma y compacta: un grupo de jóvenes que creí que podía denominar, y de hecho así lo hice en uno de los primeros trabajos, bajo la etiqueta de “los jóvenes

Mc de origen caboverdiano”. Ahora, sopesando un poco esta breve trayectoria de investigación, y tras reflexionar sobre esta idea pienso que la expresión referida a los orígenes no sea la más adecuada para representar a este grupo de jóvenes. Considero que estas categorías que construimos para representar al otro son un poco complicadas ya que limitan nuestra mirada. En este sentido, podemos ver una minoría étnica como una minoría. Nada nuevo va a salir de ahí, siguiendo con la representación predefinida: “los negros”, “los hijos de emigrantes” etc. Por eso,

en nuestro caso, en vez de verlos como una minoría social a priori, como "los jóvenes de origen caboverdiano" o "los descendientes de inmigrantes africanos", optamos por estudiar un grupo, sus relaciones, y el sentido de sus relaciones y de las prácticas, es decir, el rap. Así, nos propusimos buscar el sentido de la práctica, en sus múltiples relaciones, allí mismo donde ellas ocurren, a partir del punto de vista del *otro* sobre sus propias prácticas. Para ello, a través del trabajo de campo prolongado, hemos tratado, de buscar el sentido de forma contextual, trabajando con las prácticas de sentido de este grupo de jóvenes. Queremos establecer un diálogo con el significado de la vida del *otro*, el sentido que el grupo da a su propia realidad, no un diálogo con el significado que nuestra teoría atribuye a la vida de este grupo. En este sentido, el trabajo etnográfico nos proporciona la posibilidad de mantener un diálogo profundo que se convierte en un aprendizaje continuo. Intentamos comprender su manera de sentir su identidad colectiva, realizando una interpretación de una interpretación, y es ahí donde creemos que se sitúa la Antropología.

Pensar sobre estos jóvenes únicamente bajo la perspectiva de su origen sería limitar considerablemente nuestra mirada ya que las referencias y los matices son inconmensurables y van mucho más allá de sus orígenes. Las referencias entre el nivel local y el nivel global se funden creando una multiplicidad de raíces y pertenencias. Estamos ante un nuevo escenario global. El vínculo entre la cultura y el espacio ya no es del mismo tipo. Las conexiones transnacionales son cada vez más presentes y las hibridaciones, consustanciales a la sociedad. En un mismo territorio, encontramos personas que vienen de distintos lugares. Y al flujo de personas hemos de sumarle además una intensa y rápida circulación de ideas, símbolos y mercancías. Se han creado nuevas redes de relaciones transnacionales y modos de vida globalizados, debiendo a partir de la ajustarnos a estos procesos, replanteando la práctica y metodología antropológicas, desestimando la territorialidad y las ideas absorbidas de la cultura localizada y comprometiéndonos a pensar en el dinamismo y movilidad de las culturas. Siguiendo a Hannerz:

"A medida que las personas se desplazan con sus significados y a medida que los significados encuentran formas de desplazarse aunque las personas no se muevan, los territorios ya no pueden ser contenedores de una cultura. Incluso si aceptamos que la cultura se adquiere y se organiza socialmente, suponer que se distribuye de forma homogénea dentro de una colectividad se convierte en algo problemático cuando vemos las diferentes experiencias y biografías de sus miembros." (Hannerz; 1998: 23-24)

Esta nueva diversidad cultural pone en cuestión el concepto de cultura y obliga a abandonar la idea en la que se sustentaba el trabajo de campo clásico, es decir, la idea de la cultura localizada, la idea de unos valores culturales materializados en un espacio en concreto que se absorben y se comparten por un grupo homogéneamente. En la actualidad, la cultura ha atravesado los límites tradicionales de un espacio delimitado. Es así como nos aproximamos a una nueva manera de entender la cultura, en la que se piensa en flujos intensos y en profundas hibridaciones.

Las investigaciones clásicas, se fundamentaban en la creencia en la discontinuidad cultural. Es decir, se confería unidad cultural a una unidad territorial que se pensaba infranqueable. Se estudiaban los grupos de forma aislada y territorializados en un espacio geográfico determinado. De esta manera fue cimentándose una asociación naturalizada entre la cultura y el espacio, entre un grupo culturalmente homogéneo delimitado en un espacio. Sólo a partir de los años sesenta y setenta se producirá un primer cambio en los planteamientos antropológicos, dejando en evidencia la relación e influencia existente entre los diferentes grupos.

"Las sociedades humanas jamás están solas; cuando más nos parece que están separadas descubrimos que forman grupos o conjuntos... que mantienen entre sí contactos muy estrechos. Y, junto a las diferencias debidas al aislamiento, existen otras, también importantes, debidas a la proximidad: deseo de oponerse, de distinguirse, de adquirir una personalidad propia... Por consiguiente la diversidad de las culturas humanas no debe inducirnos a una observación diferenciada o dividida. Dicha diversidad se debe menos al aislamiento de los grupos que a las relaciones que los unen." (Lévi-Strauss; 1961 en Fernández de Rota, 2005: 46)

Según Abu-Lughod esta concepción esencialista de la práctica antropológica da lugar a una ideología que distancia y encasilla el objeto de estudio, ocultando la rica diversidad cultural e induciendo a la creación de estereotipos y a la homogeneización de los "nativos". Abu-Lughod critica la instrumentalización del concepto de cultura por parte de occidente alegando que "la cultura opera en el discurso antropológico reforzando las separaciones que inevitablemente conllevan un sentimiento de jerarquía" (Abu-Lughod; 1991: 138). Esta relación asimétrica, jerárquica, en la que occidente surge como dominador, crea una separación entre occidente y no occidente representada en este caso bajo la figura del antropólogo viajante y su objeto de estudio encarcelado. Siguiendo esta misma línea,

Appadurai afirma que esta perspectiva entraña la *encarcelación de lo nativo*, delimitándolo a un espacio concreto y volviéndolo también preso de su cultura. "Pero la parte fundamental de la atribución de lo nativo a grupos en lugares remotos del mundo es la sensación de que su encarcelamiento implica una dimensión moral e intelectual. Son limitados por lo que saben, sienten o creen. Son prisioneros de su modo de pensar" (Appadurai; 1988: 37).

El nativo se representa territorializado en un espacio geográfico, asociado a su cultura e incapaz de escapar de ella; al contrario, el antropólogo encarna una especie de mito romántico de viajante y aventurero. Se establece así una relación asimétrica entre occidente y no-occidente en la cual el antropólogo, representante de la elite occidental, dispone de movilidad y distinción, mientras que su objeto de estudio, el *otro*, lejano de occidente, es considerado "exótico", "primitivo" o menos "desarrollado"<sup>4</sup>.

La antropología contemporánea nos ha mostrado que no existe una cultura localizada en un espacio en concreto. Es preciso un paradigma que no piense en la cultura como una característica natural de un territorio o un estado. Esta problemática del espacio en la tarea antropológica ha sido un tema muy debatido por la Antropología en los últimos años. Precisamente, en la obra editada por Gupta y Ferguson (1997) se critica la asociación naturalizada entre territorio, ciudadanía e identidad, ya que surgen nuevos sujetos que la ponen en cuestión. Se examina la forma en la cual las representaciones asimiladas sobre el espacio han dado forma y continúan dando forma al sentido común antropológico. En ese sentido, el espacio funciona como el principio central de organización del pensamiento, el lugar desde el cual se piensa, pero el cual nunca se cuestiona. En la actualidad cada vez surgen más procesos que desafían esta naturalización entre el espacio y la cultura. Por ejemplo, las personas que viven en la frontera de los límites nacionales. Pensemos el caso de los jóvenes "de origen caboverdiano" del barrio que viven entre Francia y Portugal, ¿cuál sería su cultura? ¿La de Cabo-Verde, el país de origen de sus padres? ¿La aprendida en Francia? ¿La vivida en Portugal en las ferias de verano? ¿La que comparten en el barrio con sus amigos?

En los lugares en los cuales las diferencias culturales se toman en consideración dentro de una localidad o un Estado surgen conceptos como multiculturalismo y subculturas.

"El *multiculturalismo* es, al mismo tiempo, un débil reconocimiento del hecho de que las culturas han perdido sus amarras en sitios definidos, y un intento de someter esta pluralidad de culturas dentro del marco de una identidad nacional. De manera similar la idea de *subculturas* trata de preservar la idea de

distintas *culturas* mientras que reconoce la relación de diferentes culturas hacia una cultura dominante dentro del mismo espacio geográfico y territorial" (Gupta y Ferguson; 1997: 3).

Estos conceptos intentan cambiar esa asociación naturalizada entre cultura y espacio, pero fallan en la forma de cuestionar esta suposición de manera verdaderamente absoluta. En este sentido, resulta más interesante problematizar el modelo de Estado, en este caso portugués, y pensarlo como una opción posible entre otras, pensar cómo la inmigración o el poscolonialismo lo han cuestionado en su definición de lo que es y entonces como se redefine y se replantea.

Hemos apuntado que en los últimos años se ha hablado mucho sobre la des-territorialización y la des-esencialización de la cultura, sobre la idea de romper con la asociación naturalizada entre cultura y espacio. Pero muchas veces esta concepción esencialista de la cultura se extrapola y se reproduce al pensar los movimientos sociales como si formasen un todo coherente y homogéneo.<sup>5</sup>

Como indica el título de este artículo, vamos a abordar el rap político en la Cova da Moura, más concretamente, la producción de sociabilidades y estilos de vida entre un grupo de jóvenes, a partir de las retóricas del rap y de los aspectos ideológicos del hip hop. El hip hop es un movimiento urbano transnacional, característico de interrelaciones cada vez más complejas y dinámicas que permiten la comunicación de las diferentes partes de una misma "comunidad imaginada" (Anderson, 1983). La dinámica cultural del hip hop constituye un proceso híbrido que despliega referencias múltiples basado en flujos culturales globales (Appadurai, 1990).

No podemos pensar en términos de "una cultura hip hop" ya que el hip hop es un movimiento cultural global y flexible. En ese sentido debemos des-esencializar este tipo de movimiento, ya que como ya hemos apuntado, la Antropología hace tiempo que ha dejado de pensar en culturas uniformes y cerradas en sí mismas. Todo grupo social es heterogéneo, y pasa por una constante redefinición, en la cual las formas de interpretar y sentir son siempre sorprendentes. Appadurai, en *Modernity at large-Cultural Dimensions of Globalization*, considera la cultura de forma discursiva proponiendo una visión contextual de la cultura en la cual la cultura no es propia o natural de los grupos sociales, si no algo que se expresa y se construye (Appadurai, 1996). Por eso, no pensamos que hay una identidad estructurada, una identidad cultural verdadera y definible a largo plazo detrás de este tipo de movimiento, sino una plasticidad identitaria en una dinámica relacional que "juega" con la identidad. Las relaciones que se traban entre estos jóvenes no son de identidad, sino antes

de diferenciación, creación e innovación. Según Pais "las identidades son imaginadas y reinventadas en procesos constantes de hibridación cultural" (Pais; 2004: 52). Procesos que son fruto de interacciones, de identificaciones y estrategias, que dan origen a nuevas formas de ser y estar en el mundo.

El hip hop no se constituye como una forma cultural autónoma, y con fronteras definibles. Al contrario, la dinámica cultural de este movimiento constituye un proceso híbrido, consumible y manipulable en diversos modos de apropiación. En nuestro estudio de caso, en la Cova da Moura, nos aproximamos a la interpretación de la manera de interpretar el rap por un grupo de jóvenes. Para ello, nos interesamos sobretudo por el estudio de las retóricas y poéticas discursivas del rap, los aspectos ideológicos y la forma en la que influyen en la producción de sociabilidades y estilos de vida entre este grupo de jóvenes. Las retóricas del rap son muy importantes porque, por un lado, nos permiten acceder al universo conceptual de estos jóvenes y acercarnos al mundo de relaciones que se organiza y que da sentido a los conocimientos y prácticas del grupo según sus propios términos. Además, las letras de rap también dan voz a algo que ellos necesitan decir. Sus líricas adquieren un significado político, de intervención social, en una expresión reivindicativa y de protesta. En este sentido el rap representa una práctica de resistencia, un instrumento político de unos jóvenes que se sienten excluidos. No podemos obviar que este trabajo tiene una dimensión política, la representación del rap en la Cova da Moura da origen a algunos procesos creativos que debemos entender como políticos. Hablamos por lo tanto de cultura política, una vez que el grupo promueve sus iniciativas ideológicas a través de sus líricas y prácticas culturales.

En el contexto de la sociedad pos-colonial portuguesa, el hip hop se ha convertido en una herramienta de reflexión y autoafirmación para muchos jóvenes residentes en barrios sociales o de hábitat degradado. Debemos señalar el peso de la segregación social y racial en los espacios de hábitat degradado, ya que la mayor concentración habitacional en barrios degradados se centra entre las familias de inmigrantes más desfavorecidos en la estratificación social. Así, los barrios en los que la presencia de inmigrantes es visible, son estigmatizados como barrios de inmigrantes, dando pie a la creación de una ideología racista y de exclusión, la cual sirve para resaltar el peligro que estos barrios y sus habitantes representan para la sociedad, reproduciéndose así un recelo basado en ideas de exclusión racial y social. De esta forma, pertenecer a un barrio como la Cova da Moura implica lidiar con una serie de estereotipos y estigmas erigidos socialmente.

En este sentido, estos jóvenes representando el hip hop encuentran los materiales simbólicos e ideológicos para reinventar el lugar social en el que se sitúan, invierten los valores de cuestiones que son tratadas de forma peyorativa por el resto de la sociedad, construyendo así una identidad afirmativa y de vanguardia y convirtiendo lo que podía ser el estigma de su condición social y étnica en una bandera. No son negros y pobres sino que son *niggaz* y de *ghetto*.<sup>6</sup>

El estilo de rap que se representa en la Cova da Moura es el denominado rap consciente o rap crítico. Así, muchos de Mcs se autodenominan "MC activista" ya que acompañan su discurso de crítica social con la acción. El principal objetivo de sus letras es provocar la reflexión y crear conciencia en el público a través del mensaje que transmiten<sup>7</sup>. En este sentido nos corresponde hablar de cultura política o cultura en acción, ya que el grupo promueve sus iniciativas ideológicas a través de eventos culturales<sup>8</sup>. En sus letras critican la alienación producida por los medios de comunicación, denuncian la falta de oportunidades y empleo, la discriminación y la exclusión social, la violencia policial, el racismo, etc. A través de las letras de rap relatan su vida cotidiana, emitiendo un discurso crítico y cuestionando las formas de poder.

"A juventude já não vão nessas cantigas, já não vão nessas coisas da cultura tipo aahh ... só quero tarara ... e dar saltos ... ya, tá a ver? Agora o people ... o pessoal daqui do bairro, o pessoal que vêm do ghetto mesmo não querem, porque a mim dizem mesmo ... 'não queremos ouvir porcarías, queremos ouvir mesmo da realidade' ... tá a ver? Apesar da realidade não vender, não vender como o comercial ... mais eu não tou, não tou aqui ... e penso que ninguém que tá aqui também tá p'ra cantar ... não está aqui p'ra ganhar dinheiro ... está aqui sim p'ra sua mensagem ser ouvida, p'ra dar a conhecer nossa realidade e também p'ra mostrar que nós estamos aqui presentes p'ra mostrar o que é o verdadeiro significado do Rap, tá a ver? Intervenção ... nós não estamos aqui a brincar ..." (Kromo di Ghetto)<sup>9</sup>

De forma que el rap que representan estos jóvenes no está pensado para gustar a las discográficas, ni para ser comercial, sino que se caracteriza por el realismo de sus letras<sup>10</sup>. Luchan por otra forma de inserción social, distinta de aquella precaria y marginal que les ofrece la sociedad. Para ello, utilizan la fuerza de la palabra, y su arma es el rap. "Sou apenas um jovem negro, residente do subúrbio, Cova da Moura, onde a miséria e a injustiça flagela-nos diariamente. Como eu não tenho ao meu dispor os media para mostrar a sujeira desse

sistema parasita e cruel, que nos mantém oprimidos, que nos atropela com a sua ganância, tenho o Rap, a minha arma contra a opressão e farei dela uma ferramenta para a revolução" (LBC)<sup>11</sup>.

Se encuentran en situación de vulnerabilidad, situados al margen de la sociedad portuguesa, sufren las contracciones del desigual sistema económico y social. La mayoría de estos jóvenes han nacido en Portugal. Pero debido a una ley que define la nacionalidad en función al origen de sus padres y no a la tierra en la cual se nace y se vive, no son considerados ni social ni jurídicamente portugueses. Los que tienen el documento de nacionalidad portuguesa lo ven más como un medio que les facilita la inserción en el mercado laboral, o poder salir a otros países de la Unión Europea que como un factor identitario<sup>12</sup>. El espacio del barrio en cambio asume una gran importancia, ya que permite una nueva mirada sobre sí mismo y un terreno común para la construcción de proyectos identitarios de diferenciación e innovación que les conceden autonomía y autoestima. Las experiencias compartidas en el barrio crean una intensa sociabilidad. Expresan la importancia del barrio, del *ghetto*, entre otras formas, representándolo en sus líricas o marcándose en la piel con tatuajes. Se refieren a la Cova da Moura como "*Noz Kasa*", expresión que no puede traducir mejor el sentimiento de pertenencia de estos jóvenes hacia este espacio. En este territorio encontramos características similares a las que Magnani define como "*pedaço*", es decir, un espacio bien delimitado en el cual interactúan densas relaciones de sociabilidad entre las personas que conviven en él (Magnani, 1984). Así, se constituye una región que comparte características definidas entre lo público y lo privado, entre la calle y la casa. A su vez, identificamos varios "micro-pedaços" o "pedacinhos" (Alvito, 1998), espacios dentro del barrio conquistados por y para los jóvenes y en los cuales se producen redes de relaciones más densas. Espacios en los cuales los jóvenes se encuentran y comparten sus experiencias y actividades, creando así una red de códigos y complicidades. En un entorno marcado por la debilidad de las instituciones oficiales, el sentimiento de pertenencia al barrio proporciona una fuerte unión entre los jóvenes del barrio.

Hablar de identidades es hablar de procesos identitarios y de diferenciación. Este fuerte sentimiento de pertenencia al barrio adquiere su significado en la necesidad de diferenciarse de los jóvenes de otros barrios con los que se relacionan. Se juega con la identidad de forma competitiva y estratégica, política. "Nós estamos a representar o Rap da Cova da Moura... ya... eu falo da Cova da Moura, porque eu sou da Cova da Moura, outro que é da Damaia, que é de Miraflores, que é de etc. ... cada um que defenda sua zona, que eu defendo a minha... como as pessoas que tão cá também defendem a causa

do bairro... um bairro altamente difamado pela comunicação social" (Kromo di Ghetto)<sup>13</sup>.

Siguiendo la teoría de Barth en la introducción a la obra *Ethnic Groups and Boundaries. The social Organization of Cultural Difference*, la cual afirma que en el proceso de identificación lo primero es establecer aquello que llama de frontera, es decir, esa voluntad de marcar el límite entre "nosotros" y "ellos" (Barth, 1996). El análisis de Barth presta atención a la forma en la que los sujetos manejan los componentes culturales en la construcción de sus identidades. Ya que lo que crea la frontera, el alejamiento, es la voluntad de diferenciación, es decir, los mecanismos de interacción que utilizan la cultura o ciertos trazos culturales de modo estratégico, como marcadores de su identidad específica, en un proceso de identificación. De este modo, se pone atención a esos límites, a la relación de interacción entre los grupos y no al contenido que ellos encierran.

El rap representado en la Cova da Moura se conoce como rap real. Resulta en este punto muy interesante pensar en el significado de lo que se considera *real*, y en oposición a qué se construye esta visión de lo que es rap real.

La retórica de la autenticidad va ligada a la vida en la calle o la experiencia callejera, y a expresiones como "life in the street" y "real nigguz do real thingz". Para estos jóvenes la *street*, la calle, representa las vivencias que comparten en el barrio, tanto los momentos buenos como los malos. Un MC no puede hablar de ciertos temas sin haberlos vivido, ahí que la experiencia de vida en la calle asume su máxima importancia ya que legitima el discurso del MC. Pero en realidad, ¿cuál es la práctica de rap correcta? Resulta sorprendente que esta cuestión esté en constante discusión y debate dentro del grupo<sup>14</sup>. La retórica de la comercialidad, se fundamenta en la diferenciación de dos polos el rap comercial y el rap *underground* o rap real. En este caso, es una crítica por parte de los grupos que se consideran *underground* a los grupos que en su opinión se unen al estilo como una estrategia de *marketing* comercial, e interés económico, a los que llaman *suckers*. Éstos, a su vez, objetarán esta etiqueta, ya que todos se quieren presentar como *underground*, entendiéndose como la fórmula más pura del hip hop. Según Fradique, esta dicotomía del rap comercial y el *underground* refleja un conflicto generacional relacionado con la entrada del rap producido en Portugal en el mercado discográfico, y consecuente profesionalización de algunos MC's de la llamada primera generación (Fradique; 1998: 128-129). Fradique sugiere acertadamente que la influencia del conflicto generacional es en gran parte debido a la influencia y la controversia por el álbum *Rapública* (1994), en el cual participaron algunos de grupos que hacían rap en aquella altura, y del

cual se vendieran más de quince mil copias en el primer año. De todas formas, no creemos que el conflicto generacional sea suficiente para explicar la dicotomía entre el rap comercial y el *underground*, ya que no existen unas características concretas y bien delimitadas que dividan los grupos como comerciales y *underground*. Esta distinción, al contrario, se basa en una serie de discursos que se superponen y que en ocasiones se desvanecen, unas retóricas plurales y versátiles que pasan por una constante redefinición.

Entre estos jóvenes, el peso de la reflexión sobre los acontecimientos sociales y políticos es muy importante. La problematización que realizan resulta muy productiva, de ahí el potencial creativo y perturbador del hip hop como modo de vida. Establecen una clara distinción entre el discurso de intención y la acción desarrollada en el día a día. Es decir, si un MC no acompaña sus palabras con la acción, es probable que no se le considere real. Más que representar rap, de lo que se trata es de participar de una vivencia común que se estructura en un modo de vida unido a las experiencias que se comparten en los barrios. Se me ocurre el caso de "Valete"<sup>15</sup>. Todas sus letras son de resistencia a los valores hegemónicos y muy políticas. Pero muchos de los jóvenes no lo consideran real. En cambio, en otros medios es un MC muy respetado. ¿La explicación que me dieron? Valete ha escrito una letra en oposición a la religión y a Dios. Recuerdo que un joven me dijo que él no era creyente pero que había visto que la religión había ayudado a muchos jóvenes del barrio que tenían problemas. Otro discurso en contra de este MC era que se considera superior a los demás. Mencionaban una estrofa en la que dice "sou como Malcom-X com o microfone na mão", y decían que él no había echo nada en su vida como para poder compararla con la de Malcolm X. Al parecer, Valete habla mucho de intervención pero no lo acompaña con la acción cotidiana, con la presencia en los barrios, por lo tanto no es real en su discurso y además no es humilde ya que se permite criticar a Dios y compararse con Malcolm X. Por lo tanto, parece que el carácter intervencionista de las letras de un MC tampoco es suficiente para considerarlo real.

Parece que estos discursos críticos sobre la comercialidad o la validez de los MC no son definidos y delimitados de una forma homogénea. Antes son manejables e inestables ya que se problematizan y pasan por una constante redefinición y debate. Precisamente estas controversias, y la organización de esta pluralidad de discursos, las contradicciones, estrategias e improvisaciones, son las que vuelven tan interesante y heterogéneo este grupo social<sup>16</sup>.

"A cultura hip hop quando começou aqui mesmo era visto como cultura marginal, e quando começou a ganhar terreno, muitos

viram que aquilo dava dinheiro e começou a aparecer aquelas editoras... e logo os *niggas* mesmo, a ganhar com isso, e agora, querem tirar-nos mesmo o que é nosso... e hip hop cá na tuga é dos africanos mesmo... os africanos é que começaram e agora falamos de hip hop e falamos de... idiotas de grupos comerciais... A música deles não tem alma... é comédia... nós falamos da realidade e eles querem fazer o povo esquecer da realidade !!! Eles querem tirar o percurso do hip hop" (Nigga Djurra, MC Faruq, Jakilson)<sup>17</sup>.

En el fragmento de la entrevista de arriba, MC Faruq dice que "el hip hop en Portugal es de los africanos". Muchas veces los propios actores sociales caen en el propio discurso predefinido. Esta retórica de reivindicación de las raíces africanas ha sido muy difundida, tanto en el discurso social como en el académico, de hecho, forma parte de las narrativas míticas del origen de esta auto-denominada cultura hip hop. En ese sentido, no podemos obviar estas narrativas ya que esos discursos que han mitificado el rap forman parte de él.<sup>18</sup>

Fradique apunta a una rapificación y racialización del hip hop como consecuencia del proceso de mercantilización. Así, el rap no solamente pasa a representar el lado más visible y consumible de esta cultura, como también a ser definido como la más contemporánea expresión de la (supuestamente homogénea) cultura negra (Fradique, 1998:59).

Con la racialización del estilo, la autora quiere hacer hincapié que en Portugal se ha vendido el rap como el lenguaje cultural del *otro*, el lenguaje cultural de los hijos de inmigrantes negros que viven en la periferia de Lisboa. Este dato es muy significativo ya que la comprensión del significado que estos jóvenes dan al movimiento hip hop consiste en entender cómo ellos "juegan" con imágenes de ellos mismos, imágenes o retratos creados por otros sobre ellos (los medios de comunicación tienen un papel muy relevante) y que ellos quieren mantener y reproducir, porque de eso entienden que vive el rap.

En realidad, hay otros componentes que son mucho más relevantes que el origen étnico, entre otros, el componente territorial, el compartir un conjunto de experiencias relacionadas con la calle, con el barrio, con el rap, el compartir códigos de comportamiento y hábitos de consumo cultural. El compartir la misma condición social y por tanto, las mismas dificultades para entrar en el mercado de trabajo, etc. En varias ocasiones se menciona la poca identificación que sienten con la escuela en Portugal, en la cual sienten que no están representados o que se les discrimina.

"Na escola portuguesa nós somos vistos como «cobaías», como ratos de laboratório...

a parte da história aonde aparecemos é só como escravos... e também nossos países aparecem como os países que eles foram lá com a expedição marítima... sempre como inferiores... nós temos mesmo uma história... mas não falamos disso... de Nelson Mandela, por exemplo... Eu vi muitos mesmo... vi muitos mesmo acabarem de desistir da escola... não têm vontade de ir para a escola... Porque sabem o que as escolas lhes mostram... é que eles mesmo... os que estão lá... são inferiores... a escola não mostra... que eles têm a cultura deles, que é diferente... a cultura africana é vista como ridícula mesmo... para eles é ridícula... os nossos hábitos de cultura são ridicularizados..."<sup>19</sup> (Jakilson)

La inconmensurabilidad de los procesos de globalización, nos transmiten una imagen de globalidad e uniformidad. El trabajo de campo nos permite atravesar esta fachada y encontrar resistencias y reinterpretaciones y acompañar una pluralidad en cambio continuo. Así se rechaza la ilusión de la homogeneidad de la "cultura", de la "etnia", del "grupo de jóvenes" y del propio "rap". De forma que, retomando la idea inicial del texto, al contrario de lo que pensábamos en un principio, el hip hop no se constituye como una forma cultural autónoma y compacta. Al contrario, la representación del rap crítico o de conciencia en la Cova da Moura se trata de una expresión heterogénea y dinámica fruto de los acontecimientos e interacciones de cada individuo. Esta apropiación dinámica del hip hop, a su vez, es el reflejo de un proceso identitario múltiple. Por lo tanto, pensar estos jóvenes bajo el punto de vista identitario significa pensar en identidades múltiples y en su multiculturación, en formas de diferenciación, creación e innovación y en el potencial creativo y de intervención del hip hop.

## Notas

- <sup>1</sup> Me gustaría agradecer a todas las personas del barrio de la Cova da Moura por su hospitalidad, amistad y cariño y especialmente a los MCs por ser grandes MCs pero lo que es más importante grandes personas.
- <sup>2</sup> Barrio del consejo de Amadora, área metropolitana de Lisboa. Surgió en 1960, pero fue a partir de 1974 que se dio una ocupación más intensa y continua. Las propias familias construyeron la mayoría de las casas, basándose en un sistema de entreayuda, *djunta mon*, o "juntar las manos". Los habitantes eran en su mayoría portugueses retornados de las ex colonias y los inmigrantes que venían de África, principalmente caboverdianos.
- <sup>3</sup> La música Rap (Rhythm And Poetry) forma parte de la autodenominada cultura hip hop. El Rap, Dj, Break Dance y el Graffiti, representan la voz, la música, la danza y la pintura en el hip hop.

- <sup>4</sup> Actualmente, observamos el reflejo de esta encarceración, cuando en el imaginario social los descendientes de emigrantes son constantemente asociados a su cultura de origen, la cual se localiza en un lugar distinto y lejano del que residen. La construcción de la imagen acerca del inmigrante deriva además de varios otros factores. Entre otros, cabe resaltar que el papel de los medios de comunicación es decisivo en la definición de esta imagen.
- <sup>5</sup> Nos unimos aquí a la crítica de Antón Fernández de Rota en "Sistema nervioso, contra-reciclaje y piratería: Una etnografía-manifiesto" (2008:368) quien refiere que los estudiosos de los movimientos sociales cometen el error de hablar de "la cultura okupa" en singular.
- <sup>6</sup> Se positiviza la identidad de negro *nigga*, es decir, no blanco, no la mayoría, no occidental, etc. y de *ghetto*, el espacio de exclusión socio-económica y racial de los inmigrantes.
- <sup>7</sup> En lo que respecta a la valorización de las cualidades de un buen MC, apreciamos dos vertientes, lo que más se valora es el mensaje que se transmite pero también reconocen la importancia del *flow*, el estilo rítmico del MC.
- <sup>8</sup> Agradezco la idea de "la cultura en acción" a las reuniones del grupo de investigación del profesor José Antonio Fernández de Rota, "Análisis Antropológico de la Cultura en Acción de los Nuevos Movimientos Sociales".
- <sup>9</sup> "La juventud ya no va en esas cantinas, ya no va en esas cosas de la cultura tipo sólo quiero lalala... y dar saltos ¿entiendes? Ahora el *people*, el personal de aquí del barrio, el personal que viene del gueto mismo no quieren, porque a mi me lo dicen 'no queremos escuchar porquerías, queremos escuchar mismo de la realidad' ¿entiendes? A pesar de que la realidad no venda, no venda tanto como lo comercial, pero yo no estoy aquí, y pienso que nadie lo está, no estamos aquí para ganar dinero, estamos aquí para que nuestro mensaje sea escuchado, para dar a conocer nuestra realidad y también para mostrar que nosotros estamos aquí presentes para mostrar lo que es el verdadero significado del Rap, ¿entiendes? Intervención, nosotros no estamos jugando..."
- <sup>10</sup> En la actualidad poseen un estudio de grabación en el espacio joven de la asociación Moinho da Juventude del barrio.
- <sup>11</sup> "Soy apenas un joven negro, residente del suburbio, Cova da Moura, donde la miseria y la injusticia nos flagela diariamente. Como yo no tengo a mi disposición los *media* para mostrar la suciedad de este sistema separatista y cruel, que nos mantiene oprimidos, que nos atropella con su ganancia, tengo el Rap, mi arma contra la opresión y haré de ella una herramienta para la revolución."
- <sup>12</sup> Al ser preguntados por su nacionalidad y si responden que son portugueses les vuelven a preguntar en seguida "¿sí pero de dónde?" debido al color de su piel.
- <sup>13</sup> "Nosotros estamos representando el Rap de la Cova da Moura, yo hablo de la Cova da Moura, porque yo soy de la Cova da Moura, otro que es de Damaia, que es de Miraflores, que es de etc. cada uno que defiende su zona, que yo defiende la mía. Como las personas que están aquí también defienden la causa del barrio... un barrio altamente difamado por la comunicación social"
- <sup>14</sup> En una ocasión asistimos a un debate organizado en el barrio, al cual asistieron varios Mcs de otros barrios que también rimaban en Kriolo (lengua originaria de Cabo

Verde), y en el que se debatió y problematizó cómo se debería llamar "rap kriolo" o "rap en kriolo".

<sup>15</sup> MC portugués hijo de emigrantes africanos. (<http://www.myspace.com/valete115>)

<sup>16</sup> De todas formas estas controversias sobre la comercialidad y no comercialidad del estilo en este movimiento no son nuevas, al contrario, son discusiones usuales siempre que un fenómeno cultural marginal irrumpe en el *mainstream* (el samba, el jazz etc.).

<sup>17</sup> "La cultura hip hop cuando comenzó aquí mismo era visto como cultura marginal, y cuando comenzó a ganar terreno, muchos vieron que aquello daba dinero y comenzaron a aparecer aquellas editoras y luego los *niggas* mismo, a ganar con eso, y ahora, quieren quitarnos mismo lo que es nuestro... el hip hop aquí en Portugal es de los africanos... los africanos son quienes comenzaron y ahora hablan de hip hop y hablan de... idiotas de grupos comerciales... A música de ellos no tiene alma... es comedia... nosotros hablamos de la realidad y ellos quieren hacer al pueblo olvidar de la realidad. Ellos quieren acabar con el recorrido del hip hop."

<sup>18</sup> Los primeros trabajos sobre el rap (Toop; 1994; Dufresne, 1991; Rose, 1994; Fernando, 1994; Keyes, 1996), son obras que recogen sobretodo registros descriptivos y fotográficos, pero independientemente de la validez científica que queramos asignar a estas obras, tenemos que tener en cuenta que son muy importantes ya que constituyen las narrativas de historización de la música rap.

<sup>19</sup> En la escuela portuguesa nosotros somos vistos como "cobayas" como ratas de laboratorio, la parte de la historia donde aparecemos es sólo como esclavos, y también nuestros países aparecen como los países a los que ellos fueron con la expedición marítima. Siempre como inferiores, nosotros también tenemos una historia pero no hablan de eso, de Nelson Mandela por ejemplo. Yo vi muchos que acabaron desistiendo de la escuela, que no tenían ganas de ir a la escuela porque saben lo que la escuela les muestra, es que ellos son inferiores, la escuela no enseña que ellos tienen una cultura, la cultura africana es vista como ridícula, para ellos es ridícula y nuestros hábitos de cultura son ridiculizados

### Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. (1991), "Writing Against Culture", in R. G. Fox (Ed.), *Recapturing Anthropology*, Santa Fé, School of American Research Press, pp. 137-161.

ALVITO, M. (1998), "Um bicho de sete cabeças" in *Um século de Favela*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 181-208.

ANDERSON, B. (1991) (1983), *Imagined communities*, London, Verso.

APPADURAI, A. (1996), *Modernity at Large-Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minesota Press.

APPADURAI, A. (1990), "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy", *Public Culture*, 2, pp. 1-24

APPADURAI, A. (1988), "Putting Hierarchy in Its Place", *Cultural Anthropology*, 3 (1), Place and Voice in Anthropological Theory, pp. 36-49.

BARTH, F. (1976) [1969], *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras*, México, Fondo de Cultura Económica.

FERNÁNDEZ DE ROTA, A. (2008), "Sistema nervioso, contra-reciclaje y piratería: Una etnografía-manifiesto", *Revista de Antropología Experimental*, Universidad de Jaen, 8 (27), pp. 365-396.

FERNÁNDEZ DE ROTA, J. A. (2005), *Nacionalismo, Cultura y Tradición*, Barcelona, Anthropos.

FRADIQUE, T. (1998), "Culture is in the House": *O Rap em Portugal, a Retórica da Tolerância e as Políticas de Definição de Produtos Culturais*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de Antropologia. ISCTE.

GEERTZ, C. (2005), *La interpretación de las culturas*, Barcelona, Gedisa.

GUPTA, A. e J. Ferguson (1997), "Más allá de la «cultura»: Espacio, identidad, y la política de la diferencia" *Culture, Power, Place*, Duke University Press.

HANNERZ, U. (1998), *Conexiones Transnacionales: Cultura, Gente, Lugares*. Madrid, Cátedra. Traducción: María Gomis.

MAGNANI, J. G. (1984), *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Brasiliense.

PAIS, J. M. (2004), "Jovens, bandas musicais e revivabilismos tribais" in *Tribos Urbanas. Produção artística de identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-55.

*Outros Textos*

---



# IMAGENS DE UM DESTINO TURÍSTICO: O CASO DE CABO VERDE

---

Maria do Carmo Lorena Santos<sup>1</sup>

■ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (carmo.santos@ics.ul.pt)

## Resumo

Partindo do contributo teórico e empírico de alguns autores, este artigo pretende estimular uma reflexão sobre os mecanismos subjacentes à construção da imagem turística de um destino que pressupõem um processo complexo de construção de representações sociais sobre determinados lugares e culturas. Com base numa análise do discurso promocional de Cabo Verde, procurámos desvendar a forma como este arquipélago é descrito enquanto destino turístico, revelando a diversidade de elementos presentes na imagem turística contemporânea de Cabo Verde. Assim, com base nos discursos visuais e narrativos presentes na promoção turística de Cabo Verde, pretendemos, por um lado, identificar as imagens que são produzidas e difundidas e que impulsionam a escolha deste destino e, por outro, situar o discurso da promoção turística num contexto mais alargado de criação e manipulação de significados simbólicos.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, Turismo, Imagem de destino, Discurso promocional

## Abstract

The purpose of this article is to stimulate a reflection about the mechanisms that underlie the construction of the touristic image of a travel destination, by analyzing theoretical and empirical contributions from several authors. These mechanisms presume a complex process of construction of social representations about particular places and cultures. By analysing the promotional discourse of Cape Verde, we sought to unravel how this archipelago is described as a tourist destination and to reveal the diversity of elements that build the contemporary touristic image of Cape Verde. From the visual and narrative discourses of the touristic promotion of Cape Verde, we sought, on one hand, to identify the images that are produced and propagated and that motivate the choice of this destination and, on the other hand, to place the touristic promotional discourse within a wider context of creation and manipulation of symbolic meanings.

**Keywords:** Cape Verde, Tourism, Destination image, Promotional discourse

## Introdução

Na literatura sócio-antropológica sobre turismo este é definido, regra geral, como uma prática social que envolve o corte com rotinas estabelecidas do dia-a-dia, representando assim uma ruptura no quotidiano cujo propósito é, antes de mais, experienciar algo de extraordinário (Smith, 1989; Urry, 1990). O turismo insere-se no campo mais vasto do lazer, na sua oposição definidora com o trabalho. Mas, para além das diferentes ocupações dos actores envolvidos, existe também uma diferença cultural que supostamente seria o catalisador dessa experiência extraordinária. Ou seja, as diferentes

culturas e diferentes ocupações definem, à partida, aquilo que caracteriza o turismo (Cohen, 1979; Nash, 1981).

Para certos autores, o turista é mesmo motivado pela necessidade de experienciar autenticidade, não obstante esta poder ser uma busca frustrada devido à encenação dos espaços turísticos (MacCannell, 1989). Muitas vezes, as comunidades visitadas transformam-se em palcos de "encenações" turísticas com o único propósito de satisfazer as imagens estereotipadas que os turistas transportam nas suas bagagens (Crick, 1989; Cohen, 1993).

Face à vontade de experienciar um Outro diferente, o turismo utiliza práticas de significação

institucionais para promover uma apresentação muitas vezes redutora dos lugares e das pessoas enquanto mero espectáculo de entretenimento. Essas práticas consubstanciam-se nas imagens da publicidade turística, que para muitos não são mais do que mitos sobre os demais ancorados na atracção do turista pela novidade e pela diferença.

Um dos temas recorrentes na literatura prende-se com a crítica à mercadorização e exotização do Outro, das quais os países do chamado Terceiro Mundo são alvos particularmente fáceis, sendo as suas populações e culturas muitas vezes vistas como estáticas e cristalizadas no tempo. Estes destinos são vulgarmente descritos pela indústria turística como paraísos inexplorados, exóticos, autênticos, primitivos, coloridos<sup>2</sup>. O uso selectivo de imagens para vender estes temas e criar um destino imaginário, irreal ou "mítico" caracteriza o discurso promocional no qual estas e outras distorções semelhantes persistem presumivelmente para compensar a pobreza existente para lá do olhar turístico, que é um dos "silêncios significativos" que há que manter (Cohen, 1993; Echtner, 2002; Echtner & Prasad, 2003).

Esta tensão entre a forma como os destinos são apresentados aos turistas e a sua real complexidade convoca a reflexão sobre os mecanismos subjacentes que produzem e reproduzem esta discrepância e sobre as ideologias e interesses em jogo na criação das imagens turísticas (Cohen, 1993).

A teoria do pós-colonialismo aparece frequentemente como um suporte analítico nos estudos das imagens turísticas. A linguagem promocional é assim tomada como uma das muitas formas de representação do Terceiro Mundo que, ainda que de modo subtil, serve para manter e reforçar a ideologia colonial e as estruturas e relações de poder que esta fomenta, o que ocorre através da criação de oposições binárias como Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, desenvolvido/subdesenvolvido, normal/exótico, que reificam as fronteiras dicotómicas entre uns e outros. Assim, é defendido que os estereótipos ocidentais e coloniais são replicados e reforçados através da linguagem do turismo, em particular face aos destinos outrora colonizados (Echtner, 2002; Echtner & Prasad, 2003). Para muitos, a motivação turística decorre de um alegado desejo da sociedade moderna de experienciar culturas "pré-modernas" e de um certo fascínio pelo passado. Assim, a História torna-se uma mercadoria e a autenticidade é vista como estando noutros tempos e lugares, supostamente mais puros e tradicionais (MacCannell, 1989; Urry, 1990; Sharpley, 2008).

### *Olhar turístico, imagem de destino e discurso promocional*

Para Urry (1990), o olhar turístico é construído através da diferença, em relação ao seu oposto, a

formas não-turísticas de experiência social. O olhar turístico não é uma actividade meramente individual, é socialmente organizado, na medida em que há profissionais que ajudam a construir e desenvolver o nosso olhar enquanto turistas, através dos guias turísticos, da publicidade, dos *media* ou da literatura de viagens. A atracção turística envolve, portanto, processos complexos de produção, em que olhares turísticos são gerados e sustentados. As pessoas têm de aprender como e para onde olhar.

A motivação básica para viajar reside na vontade de olhar para paisagens, sítios ou pessoas diferentes, que estão fora da normalidade e da rotina do dia-a-dia. Mas a motivação está também relacionada com a antecipação da viagem e este é um elemento fundamental da experiência turística. Neste sentido, os lugares são escolhidos porque há uma antecipação de prazeres intensos (Urry, 1990; Sharpley, 2008).

Uma das maiores motivações da viagem é, sem dúvida, a imagem do destino, sendo esta uma percepção mental que se tem de um dado sítio e não apenas uma representação visual do lugar (Garrod, 2008). Todavia, o consumo turístico é primeiramente e principalmente visual (Jenkins, 2003) e na literatura especializada é dada particular ênfase às representações visuais dos destinos e à centralidade que estas desempenham nas percepções que as pessoas têm dos lugares turísticos.

Mas as imagens turísticas têm sido também analisadas para lá do seu lado pictórico, sendo encaradas como narrativas que devem ser contextualizadas dentro de discursos políticos, culturais e sociais mais amplos. Estas interpretações, partilhadas por vários autores, partem de uma perspectiva que encara as imagens dos destinos como "textos" que representam o mundo e que têm subjacentes determinados significados e valores culturais. Assim, as imagens turísticas, enquanto textos e reservatórios culturais que se inserem na ideologia dominante de uma sociedade, reflectem e moldam discursos particulares sobre sítios e identidades. Muitas vezes, certos aspectos das comunidades locais são essencializados, dados os papéis representados e relegados para os indivíduos nas ilustrações pictóricas dos destinos. Como tal, a imagética promocional é criticada por uma não inclusão que reforça estereótipos. As mensagens promocionais não são neutras nos conteúdos que comunicam e, ao divulgarem imagens idealizadas, circunscrevem os limites da experiência e direccionam o olhar turístico (Markwick, 2001; Jenkins, 2003; Pritchard & Morgan, 2003; Aurindo, 2006; Arora, 2009).

A imagética da promoção turística apresenta cenários idílicos que alimentam o desejo dos turistas de escapar ao quotidiano. A complexidade da realidade dos destinos é então sujeita a uma profunda simplificação. Ainda que a imagem turística

seja construída a partir de um referente real, são operacionalizadas estratégias de *marketing* que passam por privilegiar certos aspectos do destino em detrimento de outros, de forma a propiciar uma imagem de excepcionalidade. As imagens turísticas mascaram o mais desagradável e desta forma constroem selectivamente a realidade, convertendo-a num produto mais apelativo e sugestivo. O discurso turístico pauta-se pela selecção e descontextualização e apoia-se na exaltação e no exagero de certos traços do destino. Concomitantemente, ignora e silencia o que considera não dever fazer parte da atenção turística. Assim, mediante a informação que é incluída e excluída, a imagética turística providencia uma certa forma de ver o mundo.

Para Conceição (1998), o processo de transformação dos recursos turísticos em "objectos" de consumo passa quer por uma construção da imagem do destino enquanto espaço extraordinário, que se realiza através de um processo de *mitificação* do espaço turístico, quer por propostas de práticas e sinalização de locais de consumo turístico, definindo assim os contornos da experiência turística, o que corresponde a uma *ritualização* do espaço turístico. Segundo a autora, o discurso promocional é padronizado e caracteriza-se por uma forte carga adjectivante. Assim, expressões como *fantástico*, *impressionante*, "[...] revelam a tentativa de transformação dos destinos em realidades que transcendem o mundo quotidiano, tido como banal e desinteressante" (1998: 77). Além dos adjectivos e formas verbais (nomeadamente a utilização do superlativo sintético e analítico), a autora refere também a cor como um dos mecanismos mais comuns de sedução. Também Aurindo nota que "[...] a associação de um clima merecedor da deslocação materializa-se, ora em céus azuis e sem nuvens e em ambiências luminosas, ora em tons quentes e em representações pictóricas associadas ao elemento sol" (2006: 167). Segundo Conceição (1998), o discurso promocional pauta-se também por uma associação/conotação dos locais a valores como *tradicional*, *histórico*, *típico*, elementos que funcionam como uma certificação de autenticidade. Neste processo, o destino assume a forma de um *local-mito*.

Markwick (2001), numa análise sobre as imagens dos postais turísticos de Malta, conclui também que estas veiculam significados simbólicos através dos temas que retratam. O autor agrupa as motivações turísticas em duas categorias. Na categoria *Sunlust or the Search for the Exotic* o autor integra os postais cuja representação "[...] evoca a visão romântica do Mediterrâneo, do seu clima e do seu ambiente, centrada nos mares azuis, nos céus brilhantes e nos areais [...]" (2001: 424)<sup>3</sup>. O autor nota que estes são componentes importantes na construção da diferença, sendo esta frequentemente apresentada em termos de cor e luz. São também comuns as referências a Malta

enquanto ilha, particularmente em associação com o termo "paraíso". Por sua vez, a categoria *Wanderlust or the Search for the Authentic* inclui determinados elementos culturais que sugerem "autenticidade" e que são invariavelmente associados com o passado e a tradição. Assim, certos modos de vida como a pesca e antigos meios de transporte figuram nas imagens turísticas de forma a sugerir um modo de vida "autêntico". Outra referência notada pelo autor é a representação romântica da simplicidade das comunidades e da sua simpatia. "As caras sorridentes e hospitaleiras de 'locais alegres e amigáveis', por exemplo, são uma componente comum da imagética dos postais" (2001: 428). Para Markwick – numa abordagem que recupera a oposição goffmaniana de MacCannell entre uma *front stage* e uma *back stage* onde estaria a autenticidade – também as imagens do quotidiano conferem autenticidade à experiência turística na medida em que vincam um sentido de intimidade que apela ao suposto desejo de autenticidade do turista.

#### *A imagem turística de Cabo Verde<sup>4</sup>*

O turismo é a principal actividade económica de Cabo Verde, representando cerca de 20% do PIB, e é assumido pelo governo como o sector estratégico e prioritário enquanto factor de desenvolvimento do país. Além disso, a indústria turística do arquipélago encontra-se em franca expansão.

Cabo Verde, enquanto destino turístico, caracteriza-se por uma oferta fortemente vocacionada para o produto "sol e mar". Contudo, tal como outros destinos arquipelágicos, o país confronta-se hoje com a necessidade de alterar o esgotado modelo dos três Ss (*sea, sun, sand*) e diversificar os tipos de turismo. Assim, paulatinamente, formas alternativas de turismo vão ganhando espaço no mercado e assiste-se hoje em dia à emergência de novos tipos de turismo e de novas abordagens turísticas relativamente ao destino que é Cabo Verde. O turismo balnear parece ceder algum espaço ao turismo rural e histórico/cultural, que começa a florescer no arquipélago.

Do ponto de vista da morfologia geográfica, Cabo Verde divide-se em duas zonas: as ilhas de orografia plana (Sal, Boavista e Maio) e as ilhas de orografia montanhosa (Brava, Fogo, Santiago, Santo Antão, São Vicente e São Nicolau). A esta variedade orográfica correspondem recursos e potencialidades turísticas distintas. A heterogeneidade que caracteriza o arquipélago e a tentativa de descentralização ao nível das ilhas e dos tipos de turismo reflecte-se claramente nas imagens e representações veiculadas pela promoção turística de Cabo Verde.

A imagem turística que é produzida e difundida sobre Cabo Verde assenta numa miríade de descrições que vão desde informações práticas sobre infra-estruturas ou oferta de actividades des-

portivas, passando pelo apelo da paisagem ou da cultura, até à apresentação de traços alegadamente únicos e singulares de Cabo Verde (hospitalidade, *morabeza*), ou gerais e comuns a outros destinos (paraíso, exótico).

A atractividade turística de Cabo Verde é vasta mas é possível agrupar os atractivos publicitados em categorias distintas, ainda que ramificáveis em subcategorias.

Na categoria "Clima e Natureza" identificámos elementos referentes à "Paisagem" e à "Fauna e Flora". No que concerne à primeira, encontramos apresentações como:

"A Praia de Santa Maria possui 8 km de extensão de areia branca, banhada por um mar azul-turquesa e águas límpidas e uma praia que convida a prolongados momentos de lazer em contacto com uma areia alva e fina e com um mar de primeira qualidade." (Soltrópico, *Cabo Verde, Verão 2008*, brochura, p. 5, [www.soltrópico.pt](http://www.soltrópico.pt))

Apesar da persistência de imagens de praias com grandes areais e águas límpidas, a vegetação e a aridez, que contrastam entre elas, surgem também

**Figura 1** ▶ Clima e Natureza – Paisagem – dunas  
Fonte: [www.capeverdeexperience.co.uk](http://www.capeverdeexperience.co.uk)



**Figura 2** ▶ Clima e Natureza – Paisagem – montanhas  
Fonte: [www.cavoquinho.com](http://www.cavoquinho.com)



como que para lembrar que Cabo Verde é, de facto, um país de contrastes e como tal um destino com muitos potenciais.

No que respeita à subcategoria "Fauna e Flora", mencionam-se repetidamente os fundos marinhos com os seus corais, cardumes de peixes, papaieiras, mangueiras, coqueiros, dragoeiros.

Na categoria "Cultura e Património" é possível identificar inúmeras subcategorias: "Música e Dança", "Gastronomia", "População e Costumes" e "História". Atenemos em alguns exemplos referentes a cada uma delas.

A subcategoria "Música e Dança" desdobra-se em referências várias: à morna, à coladeira, ao funaná, ao batuque, à tabanca. Esta musicalidade surge associada a um modo de "ser e estar", como podemos constatar da seguinte citação:

"A morna, expressão máxima da música nacional, nasceu aqui. Serenatas e tocatinas são uma componente primordial na vivência deste povo acolhedor e simpático, cheio de 'morabeza'. (Soltrópico, *Cabo Verde, Ilhas da Morabeza*, s/d., brochura, p. 28, [www.soltrópico.pt](http://www.soltrópico.pt))

Na "Gastronomia", são referenciados a incontornável *cachupa*, os peixes e mariscos, a mandioca, o milho, a batata-doce, o *grogue* (aguardente de cana de açúcar) e o vinho do Fogo. Um exemplo do discurso narrativo:

"[...] é indispensável a todo e qualquer visitante degustar a excelente cozinha cabo-verdiana, na certeza de que os sabores locais são parte integrante e indispensável do conhecimento da cultura crioula de Cabo Verde." (Soltrópico, *Cabo Verde, Ilhas da Morabeza*, s/d., brochura, p. 28, [www.soltrópico.pt](http://www.soltrópico.pt))

De sublinhar que todas estas descrições são vulgarmente acompanhadas por ilustrações. As referências relativas à "População e Costumes" são múltiplas e variadas. A *morabeza* e a hospitalidade da população são alguns dos atractivos amplamente divulgados:

"O caboverdiano, que se impregnou de várias culturas, é hospitaleiro e acolhedor" (Anónimo, "O país da 'morabeza'", *Cabo Verde, o país da "morabeza"*, 2005, separata da revista *Viajar*, p. 6)

"[...] um povo de sorriso sempre fácil, feliz com a vida serena que leva. (Caria, T., "Boa-vista 'nha cretcheu', A ilha mais bem guardada de Cabo Verde", *Viajar*, n.º 244, Dezembro 2008, revista, p. 10)

**Figura 3** ▶ Cultura e Património – População e Costumes – crianças  
Fonte: [www.soltrópico.pt](http://www.soltrópico.pt)



**Figura 4** ▶ Cultura e Património – População e Costumes – idosos  
Fonte: [www.capeverdeexperience.co.uk](http://www.capeverdeexperience.co.uk)



As fotografias de crianças são muito frequentes nas representações iconográficas. Como afirmam Pritchard & Morgan, existe “[...] a tradição dos postais ilustrados de apresentar as populações indígenas como crianças ou como ‘anciãos’, as primeiras inocentes e os segundos sábios – e ambos dificilmente susceptíveis de desafiar e causar desconforto ao olhar turístico” (2003: 123-124).

**Figura 5** ▶ Cultura e Património – População e Costumes – faina e pescadores  
Fonte: [www.capeverdeexperience.co.uk](http://www.capeverdeexperience.co.uk)



**Figura 6** ▶ Cultura e Património – População e Costumes – transporte de água (crianças)  
Fonte: [www.cavoquinho.com](http://www.cavoquinho.com)



**Figura 7** ▶ Cultura e Património – População e Costumes – transporte de água (burro)  
Fonte: [www.orbitur.cv](http://www.orbitur.cv)



Outros elementos, referentes ao quotidiano, têm também grande destaque. A faina dos pescadores é um dos mais recorrentes, mas outros, como o transporte de água, são também frequentemente apresentados.

No que respeita à “História”, o passado colonial é muitas vezes descrito de forma quase condescendente, exortando tempos que, se para uns significaram o apogeu imperialista, para outros, sobretudo a população local, lembram um agrilhoamento físico e simbólico. De notar aqui os impactos turísticos que se esperam da recente ascensão – em Junho de 2009 – da Cidade Velha ao estatuto de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO. O processo de patrimonialização e os discursos a ele associados revelam, de modo inequívoco, o processo selectivo e de envernizamento social do discurso turístico

promocional. Em termos iconográficos, as referências à História fazem-se fotografando estes lugares que evocam tempos longínquos.

Para além destas categorias, e no que respeita exclusivamente ao discurso narrativo, é possível identificar determinados códigos de apresentação como os recursos estilísticos (nomeadamente utilização de adjetivos), a prosa poética e o apelo às sensações, tão determinantes na formação e comunicação da imagem de um destino.

Como referimos, a imagem turística não é apenas a forma como o destino é representado em termos pictóricos e decorre também da experiência do visitante *in loco* (ou da sua antecipação), devendo evocar um sentimento significativo. Neste sentido, o *design* turístico confronta-se com questões não só de apresentação mas de conteúdo. Assim, é imperativo que a promoção turística conceba e transmita um todo experiencial coerente (Sternberg, 1997). Esta faceta experiencial da actividade turística impõe que se adopte uma perspectiva que vai além daquilo que se vê, interpretando a paisagem como um fenómeno simultaneamente visual e experiencial, na medida em que um destino turístico é experienciado não só através da visão mas dos outros sentidos (Tuohino & Pitkänen, 2004). Assim, o discurso turístico apela também às sensações dos visitantes.

"[...] é impossível [...] assistir ao pôr-do-sol [...] sem ficar emocionado e sem respiração. É pouco provável que consiga percorrer o interior da ilha sem ficar estarrecido com a magnífica paisagem natural [...] Assim como também é difícil que percorra as dunas ondulantes [...] sem sentir a adrenalina do desconhecido por detrás de cada elevação. Fácil mesmo é que [...] surja um *cocktail* de emoções que convidam, não raras vezes, à meditação e à nostalgia" (Mourato, A., "Boa Vista, a ilha da morabeza", *APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo*, n.º 17, Janeiro/Febrero 2009, revista, p. 33)

Como vimos, a cor é outro elemento de extrema importância que se destaca particularmente nas fotografias, mas que é utilizado exaustivamente no texto. Dois exemplos:

"Mais à frente, outra paisagem quase indescrevível. Misturado com o azul do céu, vimos o verde do mar, o dourado do areal, palmeiras e muito branco. O branco era das salinas [...]" (Caria, T., "Boavista 'nha cretcheu', A ilha mais bem guardada de Cabo Verde", *Viajar*, n.º 244, Dezembro 2008, revista, p. 12)

"[...] numa gradação de tons que vão desde o branco das salinas, ao negro vulcânico,

passando pelo ocre da terra barrenta e pelos verdes que de vez em quando pontuam a paisagem." (Mourato, A., "Boa Vista, a ilha da morabeza", *APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo*, n.º 17, Janeiro/Febrero 2009, revista, p. 33)

Nesta análise da promoção turística de Cabo Verde foi também possível identificar aquilo que denominámos de "Imagens emblemáticas" gerais e particulares. As primeiras referem-se às apresentações que, sendo tão recorrentes, acabam por tornar-se clichés descritivos ou ilustrativos de Cabo Verde como um todo. As segundas dizem respeito às imagens (textuais e visuais) que estão, também recorrentemente, associadas a lugares específicos e deles se tornam emblemáticas, na medida em que a cada ilha correspondem atractivos particulares.

No que concerne as "Imagens emblemáticas gerais", no discurso narrativo distinguem-se cinco elementos recorrentes na descrição de Cabo Verde enquanto destino turístico: tropical, exótico, paraíso, pitoresco e África. Vejamos alguns exemplos:

"A sua beleza paisagística faz desta ilha um paraíso para os turistas que procuram, ao mesmo tempo, um ambiente tropical e a tranquilidade de um lugar pouco explorado e bucólico." (Soltrópico, *Cabo Verde, Ilhas da Morabeza*, s/d., brochura, p. 13 e Soltrópico, *Cabo Verde, Verão 2009*, brochura, p. 31, [www.soltrópico.pt](http://www.soltrópico.pt))

"Longe do barulho e da confusão, vá à descoberta deste arquipélago, um paraíso perdido. Quando chegamos, os sentidos deslumbram-se! Que cores, que cheiros, que sons! 'Perdemos' horas no mercado da Assomada... A passear nos estreitos corredores, a adivinhar alguns dos produtos que se vendiam, a tentar entender o que as vendedoras diziam, a tropeçar na criança que fazia do chão o seu pátio dos sonhos, a sorrir de contentamento sob o brilho do sol [...] a regatear, a comprar panos e doces de coco... Isto sim, é África 'pura!'" (Anónimo, "O país da 'morabeza'", *Cabo Verde, o país da "morabeza"*, 2005, separata da revista *Viajar*, p. 6)

No que respeita exclusivamente à representação iconográfica existem outras "Imagens emblemáticas gerais" que são recorrentemente utilizadas: o pôr-do-sol e os botes de pesca ocupam grande parte do estímulo visual utilizado na promoção turística de Cabo Verde.

Relativamente às "Imagens emblemáticas particulares" presentes no discurso narrativo e visual, estas acompanham a heterogeneidade turística do

arquipélago, coincidindo cada descrição com traços característicos de cada ilha. Assim, quanto à ilha do Fogo, é sempre mencionada e fotografada a imponência e beleza do vulcão e a aridez negra de onde brota vida (vinho e café), bem como a população de cabelos louros e olhos verdes (descendente de um exilado francês do século XIX), ainda que esta esteja concentrada numa pequena zona da ilha. São também imagem de marca a arquitectura colonial dos sobrados senhoriais. Em Santo Antão, a "ilha verde", mencionam-se e fotografam-se as montanhas e os vales, as ribeiras e as vertiginosas ribanceiras, mas também a produção artesanal de *grogue*. Estas representações selectivas ignoram toda a metade árida do Sul da ilha. Em Santiago, a ilha "mais africana", sublinha-se o potencial variado, das praias às zonas montanhosas, assim como a história colonial, com os devidos destaques para a Cidade Velha e o Tarrafal. Relativamente à ilha do Sal, predominam as descrições das praias com os seus magníficos areais, e as salinas. Na Boavista, as praias igualmente, mas também as dunas. Além disso, esta ilha é sempre definida como o berço da morna. São Vicente, a ilha da cultura e das artes, dos festivais de música, do Carnaval e da vida nocturna do Mindelo cosmopolita.

Como vimos, os atractivos turísticos de Cabo Verde são variados e não se esgotam no produto "sol e mar". Outros recursos, como a história e a cultura, são capitalizados pelo turismo, sendo alvo de uma atribuição de significado simbólico enformadora de representações turísticas e identitárias. E além de um clima convidativo ou do apelo de um mar e areal "paradisiacos", existem outros traços paisagísticos bem diferentes que são também parte integrante da comercialização turística e promotores de outros tipos de turismo que não o balnear. Esta descentralização imagética que caracteriza a promoção turística de Cabo Verde não é apenas consequência da diversidade orográfica e paisagística do arquipélago. Revela também uma estratégia de afirmação de um destino turístico plural, de forma a contrariar o esgotamento de um modelo baseado no "sol e mar".

Sendo o turismo tomado como uma alavanca do desenvolvimento económico do país, importa apelar a um público amplo e diversificado que veja no arquipélago um destino apelativo. Para tal, são mobilizados esforços no sentido de transformar o país num produto turístico sedutor, suficientemente forte no mercado turístico internacional. Sendo a imagem turística tantas vezes o primeiro contacto que os turistas têm com um destino, não é difícil perceber a vontade, partilhada por políticos e empresários, de criar uma imagem de marca para Cabo Verde que reflecta a unidade na diversidade. A simbologia desta imagem passará inevitavelmente por alguns dos elementos e atributos que referimos aqui.

### *Reflexões finais*

Objecto de estudo estigmatizado no seio das Ciências Sociais, o turismo é um tema constantemente relegado para segundo plano, considerado ainda, por muitos, como um assunto pouco sério, ou sequer digno de estudo. O turismo parece não merecer o devido destaque na agenda académica por se tratar, aparentemente, de uma prática social vazia, irremediável e negativamente conotada com o lazer, o ócio e o hedonismo. Adicionalmente, o turismo é também encarado como o responsável por muitas desigualdades económicas e sociais e como o deturpador cultural por excelência. Neste sentido, e como alerta Amirou:

[...] posicionar o turismo como objecto de estudo consiste portanto em evitar esta malha de juízos de valor. [...] O turismo é assim responsabilizado por disfuncionamentos que lhe são muito anteriores, dos quais ele não é mais do que um dos reveladores. [...] para reflectirmos sobre o turismo devemos, antes de mais, libertá-lo da sua carga ideológica, moral e comercial, a fim de o tornar simplesmente um objecto de *conhecimento* (2007: 23, 25, itálico do autor).

O turismo encerra em si uma panóplia imensa de questões, funcionando como uma espécie de barómetro da realidade social. Pelo facto de espelhar questões centrais dos debates teóricos da contemporaneidade, o turismo constitui-se como uma lente privilegiada de análise do universo social. O estudo dos impactos (económicos, sociais, ambientais e culturais) do turismo na sociedade abre-nos um horizonte de possibilidades que nos permite não só pensar sobre comportamentos lúdicos, consumo, alteridade e identidade cultural, como nos possibilita reflectir sobre mecanismos de produção de significado.

Ao estudarmos o fenómeno turístico importa estarmos atentos às relações de poder entre hóspedes e anfitriões. O discurso promocional é, aliás, uma forma de representação que materializa, mesmo que subliminarmente, as assimetrias entre visitantes e visitados. A linguagem turística veicula representações de lugares e identidades culturais que são construídas num contexto desigual, e muitas vezes ambivalente, de hegemonia política e económica. É neste campo de forças que encontramos a marginalidade enquanto mercadoria turística (Azarya, 2004). Assim, as desigualdades de poder e legitimidade representacional repercutem-se no turismo, trazendo a lume sentidos de centro e periferia e estimulando um debate mais amplo sobre o posicionamento dos actores na hierarquia social e sobre as apropriações de capital simbólico que estão presentes no fenómeno turístico.

Como vimos, são muitas as imagens este-reotipadas e as expressões valorativas que presidem o discurso da promoção turística, com o objectivo de direccionar o olhar para os aspectos considerados mais significativos. Há portanto que difundir imagens belas e vendáveis e deitar fora tudo o que obstrua a vista. Esta selecção cuidada dos conteúdos a transmitir demonstra claramente que o turismo é um fenómeno de consumo, mas também de produção. Assim, as imagens turísticas são representações que espelham os contextos de produção e consumo, muito mais do que reflectem a realidade dos destinos retratados (Bruner, 1989; Conceição, 1998).

Ao enfatizarem determinadas características do destino, as imagens turísticas omitem parte da realidade, por esta não ser concordante com a ideia de paraíso que a promoção turística pretende divulgar. E é neste sentido que é justificadamente argumentável que a linguagem publicitária envolve um processo complexo de (re)construção social da realidade (Conceição, 1998).

Mas se é certo que o modo como os destinos são apresentados junto do público define implicitamente as estratégias válidas de consumo, indicando o modo de observar e interpretar a realidade dos locais visitados, importa também problematizar algumas correntes de interpretação que tomam os turistas como meros agentes passivos. O turismo, enquanto experiência mediada, pode ser facilmente conotado com uma armadilha de *marketing* ou um logro publicitário a que qualquer turista sucumbiria acriticamente, negando-se assim a sua agência reflexiva. Contudo, devemos levar em linha de conta que as representações turísticas que estas imagens enformam são múltiplas e apropriadas distintamente pelos actores sociais.

A imagem turística de Cabo Verde, da qual aqui deixámos alguns fragmentos descritivos e ilustrativos, não se compadece com uma leitura meramente lúdica e floreada de lugares e pessoas. Os conteúdos simbólicos veiculados através do texto escrito ou das imagens captadas nas objectivas remetem-nos para uma visão paradisíaca do arquipélago de Cabo Verde. A compressão e selecção da realidade, próprias da linguagem promocional, revelam-se aqui, uma vez mais, como moldes de atribuição de significado que permitem situar e assinalar o arquipélago no vastíssimo leque de destinos propícios a uma experiência extraordinária.

Como vimos, a exotização do Outro surge como uma das características mais insistentes na actividade turística, que se ancora na diferenciação para desencadear práticas de lazer. Esta exotização compreende uma variedade de atributos ou conotações que, no seu todo, contribuem para inaugurar fronteiras entre um mundo conhecido e desinteressante e um mundo diferente, tantas vezes remoto, passível

de ser descoberto e explorado. A mercadorização cultural da diferença encontra eco no discurso promocional. Assim, elementos como a hospitalidade da população, clima ameno, paisagens deslumbrantes, africanidade, tornam-se recursos manipuláveis pela promoção turística que, em conjunto, dão forma a representações sobre lugares e identidades culturais repletas de essencialismos. O produto identitário que é exportado por via desta promoção é assim uma estilização de uma sociedade e de uma cultura que aparece aos nossos olhos como bem definida, delimitada e empacotada em papel de embrulho. Todavia, as sociedades, as culturas, e até a geografia dos espaços são mutantes, dinâmicas, compósitas e como tal não enclausuráveis nas imagens transmitidas textualmente ou iconograficamente através da linguagem turística.

Retomando a ideia da "diferença" – que degenera amiúde para uma "exotização" –, é interessante reflectir na forma como, apesar dela, a indústria turística se pauta por uma certa homogeneização de práticas e de imagens que anulam, de certa forma, a diferença, o particularismo, dos lugares e das culturas. Ou seja, Cabo Verde, na linguagem turística, impõe-se com determinados estandartes (praias paradisíacas, ambientes tropicais, culturas africanas, tradições ancestrais, etc.) passíveis de serem utilizados por muitos outros destinos e neste processo aquilo que está a ser usado como indicador de uma "diferença" acaba por diluir a especificidade de Cabo Verde. Mais ainda, estas categorias utilizadas são, na sua maioria, conceitos complexos, cuja densidade antropológica é abafada por uma simplificação de *marketing* que corresponde, não raras vezes, à forma pouco polida das representações sociais.

Por tudo o que aqui ficou exposto, julgamos ser possível confirmar o potencial analítico do turismo, cujos ângulos são, aliás, múltiplos e variados. Esta abordagem leva-nos a pensar o turismo como um fenómeno social amplo e complexo (o que extravasa em muito a perspectiva que o encara como um mera indústria ou actividade económica), a que urge dar redobrada atenção no campo das Ciências Sociais.

## Notas

- <sup>1</sup> Este artigo baseia-se na dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural realizada pela autora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- <sup>2</sup> Não obstante, estas conotações aplicam-se também a locais relativamente próximos, como demonstra Maria João Cordeiro (2009) na sua análise sobre a representação turística de Portugal em guias de viagem e artigos de imprensa alemães. Esta transversalidade denota um dado importante a ter em conta sobre a promoção turística, cujos conteúdos representacionais, tal como diz a

autora, “[...] revelam-se monotonamente inalteráveis” (2009: 122). Como veremos mais à frente, as categorias e descrições que se aplicam a Portugal são coincidentes com muitas das que observámos para Cabo Verde.

<sup>3</sup> Todas as citações de textos em língua estrangeira foram traduzidas pela autora.

<sup>4</sup> Esta secção tem por base uma análise, que realizámos no âmbito da tese de mestrado, dos discursos visuais e narrativos presentes na promoção turística de Cabo Verde, com o objectivo de descortinar a forma como o arquipélago é caracterizado e apresentado enquanto destino turístico. Para tal, recorremos a uma variedade de fontes de informação, desde guias turísticos e brochuras a imprensa e *sites online*. De sublinhar que estes diferentes suportes informativos têm finalidades distintas e por vezes públicos diferenciados. Porém, apresentam uma matriz discursiva idêntica. O nosso propósito nesta análise era identificar os temas e os elementos presentes na promoção turística de Cabo Verde, focando a nossa atenção quer na terminologia utilizada no discurso narrativo, quer na iconografia apresentada no discurso visual.

### Referências Bibliográficas

- AMIROU, R. (2007), *Imaginário turístico e sociabilidades de viagem*, Estratégias Criativas, Associação Portuguesa de Turismologia.
- ARORA, V. (2009), “Framing the image of Sikkim”, *Visual Studies*, 24, pp. 54-64.
- AURINDO, M. (2006), *Portugal em cartaz: representações do destino turístico (1911-1986)*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- AZARYA, V. (2004), “Globalization and international tourism in developing countries: marginality as a commercial commodity”, *Current Sociology*, 52 (6), pp. 949-967.
- BRUNER, E. (1989), “Of Cannibals, Tourists, and Ethnographers”, *Cultural Anthropology*, 4 (4), pp. 438-445.
- COHEN, E. (1993), “The study of touristic images of native people: mitigating the stereotype of a stereotype”, in D. Pearce e R. Butler (eds.), *Tourism Research: critiques and challenges*, London, Routledge, pp. 36-69.
- COHEN, E. (1979), “A Phenomenology of Tourist Experiences”, *Sociology*, 13, pp. 179-201.
- CONCEIÇÃO, C. (1998), “Promoção turística e (re)construção social da realidade”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 28, pp. 67-89.
- CORDEIRO, M. (2009), “Em busca de um ‘tempo parado’: mobilidades e espaços turísticos na era da ‘viagem instantânea’”, in R. do Carmo e J. Simões (orgs.), *A Produção das Mobilidades: redes, espacialidades e trajectos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 113-135.
- CRICK, M. (1989), “Representations of International Tourism in the Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Savings, and Servility”, *Annual Review of Anthropology*, 18, pp. 307-344.
- ECHTNER, C. e P. Prasad (2003), “The context of Third World tourism marketing”, *Annals of Tourism Research*, 30 (3), pp. 660-682.
- ECHTNER, C. (2002), “The content of Third World tourism marketing: a 4A approach”, *International Journal of Tourism Research*, 4, pp. 413-434.
- GARROD, B. (2008), “Exploring perception, a photo-based analysis”, *Annals of Tourism Research*, 35 (2), pp. 381-401.
- JENKINS, O. (2003), “Photography and travel brochures: the circle of representation”, *Tourism Geographies*, 5, pp. 305-328.
- MACCANNELL, D. (1989 [1976]), *The Tourist – A New Theory of the Leisure Class*, New York, Schocken Books.
- MARKWICK, M. (2001), “Postcards from Malta – Image, Consumption, Context”, *Annals of Tourism Research*, 28 (2), pp. 417-438.
- NASH, D. et al. (1981), “Tourism as an Anthropological Subject” [and Comments and Reply], *Current Anthropology*, 22 (5), pp. 461-481.
- PRITCHARD, A. e N. Morgan (2003), “Mythic Geographies of Representation and Identity: Contemporary Postcards of Wales”, *Tourism and Cultural Change*, 1 (2), pp. 111-130.
- SHARPLEY, R. (2008 [1995]), *Tourism, Tourists & Society*, Elm Publications.
- SMITH, V. (ed.) (1989 [1977]), *Hosts and Guests – The Anthropology of Tourism*, University of Pennsylvania Press.
- STERNBERG, E. (1997), “The iconography of the tourism experience”, *Annals of Tourism Research*, 24 (4), pp. 951-969.
- TUOHINO, A. e K. Pitkänen (2004), “The transformation of a neutral lake landscape into a meaningful experience – Interpreting tourist photos”, *Journal of Tourism and Cultural Change*, 2 (2), pp. 77-93.
- URRY, J. (1990), *The Tourist Gaze – leisure and travel in contemporary societies*, London, Sage Publications.

### Fontes publicitárias

- Anónimo, “O país da ‘morabeza’”, *Cabo Verde, o país da ‘morabeza’*, 2005, separata da revista *Viajar*, p. 6.
- Caria, T., “Boavista ‘nha cretcheu’, A ilha mais bem guardada de Cabo Verde”, *Viajar*, n.º 244, Dezembro 2008, revista, pp. 10-13.
- Mourato, A., “Boa Vista, a ilha da morabeza”, *APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo*, n.º 17, Janeiro/Fevereiro 2009, revista, pp. 32-36.
- Rolão, P., “Cabo Verde, terra morna”, *Volta ao Mundo*, n.º 91, Maio 2002, revista, pp. 66-98.
- Soltrópico, *Cabo Verde, Ilha da Boavista*, 2008, brochura.
- Soltrópico, *Cabo Verde, Ilhas da Morabeza*, s/d., brochura.
- Soltrópico, *Cabo Verde, Verão 2008*, brochura.
- www.capeverdeexperience.co.uk
- www.cavoquinho.com
- www.orbitur.cv
- www.soltropico.pt



# DIFERENÇAS OU DESIGUALDADES: QUE CONDIÇÕES SOCIO-HISTÓRICAS PARA A PRODUÇÃO DE CAPITAL CULTURAL?

Bernard Lahire

■ Sociólogo, Professor na École Normale Supérieure de Lyon, director do Groupe de Recherche sur la Socialisation (CNRS) (bernard.lahire@univ-lyon2.fr)

Tradução de Sofia Lai Amândio

## Resumo

Nem todas as *diferenças* culturais são interpretáveis como *desigualdades* culturais. Para que uma diferença produza uma desigualdade, é preciso que todos (ou pelo menos tanto a maioria dos "privilegiados" como a dos "lesados") considerem que a privação de uma actividade, de um saber, do acesso a um determinado bem cultural ou a um dado serviço constitui uma falha, um *handicap* ou uma injustiça inaceitável. É por esta razão que a distribuição socialmente diferenciada de certas competências técnicas ou específicas não produz necessariamente injustiças ou desigualdades sociais: as nossas crenças colectivas não as identificam como recursos essenciais, como *capitais*, nem a ausência dessas mesmas competências como uma falha crucial ou um "*handicap* sócio-cultural" inaceitável. Neste artigo reflecte-se sobre as condições históricas que fazem que as *diferenças* culturais possam ser experimentadas pelos actores e interpretadas pelos sociólogos como *desigualdades* sociais.

**Palavras-chave:** desigualdades, diferenças, capital cultural, crenças colectivas.

## Abstract

Not all cultural *differences* are interpretable as cultural *inequalities*. For a difference to produce an inequality, it is necessary that all (or at least as most of the "privileged" as the "injured") consider that deprivation of an activity, knowledge, access to a particular cultural or a particular service constitutes a failure, a *handicap* or an unacceptable injustice. It is for this reason that the distribution of certain socially differentiated or specific technical skills does not necessarily produce injustices or inequalities: our collective beliefs do not identify them as essential resources such as *capital*, nor the absence of these same powers as a crucial failure or an "unacceptable socio-cultural handicap". In this article we reflect on the historical conditions that make cultural differences that can be experienced by actors and interpreted by sociologists as social inequalities.

**Keywords:** inequalities, differences, cultural capital, collective beliefs

*O que produz a "diferença" e o que produz a "desigualdade": os não-ditos na medida das desigualdades sociais perante a escola*

Quando se trata de analisar situações de desigualdade social, é importante começar por perguntar em que condições históricas uma pequena diferença social ou cultural se pode transformar numa desigualdade social ou cultural. Isto porque nem todas as diferenças são interpretáveis em termos de desigualdade social nem produzem sistematicamente um sentimento de injustiça. Basta, para tal, aludir a múltiplos casos e considerar as diferenças relativas

aos objectos, às práticas e às competências sem grande valor, ou mesmo desvalorizadas, *do ponto de vista das crenças colectivas mais commumente partilhadas.*

Por exemplo, enquanto a educação familiar quotidiana na infância for colectivamente considerada como uma tarefa difícil e ingrata, permanecer invisível e sem grande benefício material ou simbólico, será impossível interpretar a divisão clássica dos papéis educativos como uma apropriação do monopólio do exercício da educação infantil por parte das mulheres e, correlativamente, como uma injustiça social experimentada pelos homens dela afastados, ou

seja, como uma desigualdade de género no acesso à educação das crianças. Inversamente, os homens renunciam facilmente às designadas tarefas *menores/desvalorizadas* (o “trabalho sujo” para utilizar a expressão de E. C. Hughes (1996), de forma a investirem em universos profissionais, públicos, remunerados em capital económico, mas também em capital simbólico amplamente reconhecido. No entanto, quando os pais se juntam em associações para reivindicar o direito de custódia igual após o divórcio e contestar a gritante “desigualdade” entre mães e pais (sendo que os juizes nas questões matrimoniais pouco mais fazem do que seguir os costumes familiares, que, até à data, fazem da mãe o actor principal da educação dos filhos, confiando frequentemente, salvo quando se estima incapacidade maternal, a custódia do filho à mãe), como é o caso em França desde há já algumas décadas, eles contribuem simbolicamente para a transformação de uma diferença social de género em uma desigualdade perante o direito de educar os filhos. Para que uma diferença produza desigualdades, é necessário que todos (ou pelo menos a maioria dos “privilegiados” e dos “lesados”) considerem que a privação de uma actividade, de um saber, do acesso a um determinado bem cultural ou a um dado serviço constitui uma falha, um *handicap* ou uma injustiça inaceitáveis.

É por esta razão que a distribuição socialmente diferenciada das competências técnicas no domínio, por exemplo, da ourivesaria, da mecânica ou da costura, não produz injustiça nem desigualdade social: as nossas instituições e as nossas crenças colectivas não fizeram dessas competências específicas atributos primordiais nem fizeram da *não-detenção/ausência* dessas competências uma falha intolerável ou um “*handicap* sócio-cultural” insuportável. É também por esta razão que, no sistema escolar francês, a passagem histórica do latim à matemática como meio privilegiado de selecção escolar contribuiu para fazer da cultura literária clássica (“humanista”) uma cultura colectivamente menos invejável e socialmente menos desejável que no passado. Poderemos assim assistir, num futuro mais ou menos próximo, à transformação de uma *desigualdade* no acesso à cultura literária e artística numa simples *diferença* social, com as questões escolares centrais centradas nos pólos mais científicos (Lahire, 2004).

A questão da desigualdade é, por isso, claramente indissociável da questão da crença da legitimidade de um bem, de um saber ou de uma prática, ou seja, indissociável do que poderíamos designar o seu *grau de desejabilidade colectiva*. De facto, o que traça a distinção entre a *diferença* social e a *desigualdade* social de acesso a toda uma série de bens, práticas, saberes, instituições, etc., é o facto de, nesta segunda situação, estarem em causa objectos colectiva e amplamente definidos

como altamente desejáveis. Se, em geral, não se fala de desigualdade social nos jogos de cartas, na costura ou nas tarefas domésticas, é porque essas práticas (competências, saberes ou saberes-fazer), cuja distribuição diferencial podemos constatar objectivamente no mundo social, são globalmente entendidas como práticas especializadas (mais do que gerais) e secundárias ou subalternas (mais do que primordiais ou nobres). Assim, só podemos falar de *desigualdade* porque/quando há uma forte *desejabilidade* colectivamente definida. As “desejabilidades” cultivadas no interior de sub-grupos ou de pequenas comunidades nunca constituem as condições de possibilidade das desigualdades sociais. Para que isso aconteça, é necessário que a vontade de aceder a uma série de bens ou práticas específicas anime e motive uma população bastante mais vasta.

Ora, também neste caso, as condições sociais necessárias para que uma vasta população seja abrangida por uma determinada categoria de bens, de saberes ou de práticas, são particulares. Relativamente à educação, o paradoxo reside no facto de, num país como a França, as diferenças sociais relativas aos saberes escolares eram muito mais fortes antes da transformação discursiva dessas diferenças em desigualdades (Lahire, 1999). Foi necessário que toda uma população fosse escolarizada e submetida à escolaridade obrigatória para que, num contexto económico onde o acesso às posições profissionais mais privilegiadas depende cada vez mais da obtenção de altas qualificações, as diferenças dos percursos escolares fossem colectivamente interpretadas em termos de desigualdades escolares.

Assim, apenas quando a cultura escolar se transforma num valor social colectivamente partilhado e condição de acesso a posições particulares na divisão social do trabalho se pode instaurar o discurso sobre as desigualdades sociais de acesso à educação. Isto recorda-nos o carácter fundamentalmente histórico (e mutável) dos sentimentos colectivos da alta desejabilidade de determinada categoria de bens, de actividades ou de saberes e obriga o investigador que mede habitualmente diferentes tipos de desigualdades a tomar consciência das crenças colectivas que constituem as condições simbólicas de existência dessas desigualdades e dos sentimentos de injustiça. Em vez de medir, sem reflexividade, a distância entre grupos sociais, classes sociais ou categorias sociais, convertendo automaticamente todas as diferenças em desigualdades, o sociólogo deve, antes de mais, tomar como objecto a génese dessas crenças colectivas, os processos de legitimação, de des-legitimação ou de re-legitimação dos diferentes tipos de bens, actividades ou saberes, e, no fundo, as lutas pela definição social “do que conta”, “do que tem valor”, em suma, do que é um “capital” aos olhos da maioria.

A metáfora do capital cultural (ou escolar) utilizada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970) mostra bem como, desde os anos 1960-70, a sociologia francesa dá conta do facto de que a cultura legítima, e nomeadamente a que selecciona a educação como sendo digna de ser transmitida, funciona, em formações sociais altamente escolarizadas, como uma moeda de troca que é desigualmente distribuída e que, por esta razão, permite aceder aos mais diversos e variados privilégios. Com base na metáfora do capital cultural, podemos perguntar como este se “transmite” ou “herda”<sup>1</sup> de geração em geração, através de que processo este é monopolizado por uma elite, em que situações pode perder valor (por exemplo, num contexto de inflação de diplomas), ser reconvertido (noutras formas de capitais, nomeadamente económicos), transformado (passando, por exemplo, de uma forma literária a uma forma científica) pelas mudanças da estrutura dos mercados, etc.

Porém, os investigadores estavam demasiado absorvidos pela sua própria luta científica contra as ideologias da educação democrática (a educação é democrática, dado que trata todos os estudantes, seja qual for a sua origem social, cultural, geográfica, o seu sexo, etc., de igual forma), da meritocracia escolar (o sucesso escolar depende do esforço e do trabalho de cada aluno), e mesmo da ideologia do dom (os talentos de uma população são distribuídos desigualmente de forma natural), para se perguntarem o que faz do diploma um *capital*. Eles não se questionaram sobre as condições históricas que fizeram da escola uma instituição passível de fornecer uma moeda particular: os títulos escolares. Desta forma, tenderam a universalizar um momento particular da história das sociedades ocidentais, altura em que a educação passou a desempenhar um papel central na reprodução das relações entre as classes sociais.

Devemos a Jean-Claude Passeron, dezasseis anos após a publicação de *La Reproduction*, este não-dito do período dos primeiros trabalhos sociológicos sobre a desigualdade social perante a educação. Num artigo publicado inicialmente na revista *Esprit*, intitulado “Hegel ou le passager clandestin. La reproduction sociale et l’histoire”, Passeron lembra que a instituição escolar nem sempre cumpriu essa função, e que ela foi durante muito tempo objecto de resistência social por parte de uma parcela das elites:

“Ao longo da institucionalização e do crescimento dos sistemas de ensino existiu uma tensão específica, com fortes consequências tanto na história social como na história dos costumes, resultado da resistência oferecida pela “educação nobre” (fundada sob uma direcção física e moral e acorrendo ao investi-

mento nos pares) ao desenvolvimento do modo escolar da educação. No século XVIII, não havia correspondência entre a fronteira social e a fronteira da educação escolar. As pessoas de qualidade, pouco ou nada escolarizadas, dificilmente se distinguiram das pessoas do povo pela linguagem: isto atesta o carácter secundário da legitimação letrada da posição social e explica a função de indicador social reservado a outros símbolos, por exemplo: roupa, costumes quotidianos ou militares.” (Passeron, 1991: 101).

Passeron sublinha assim o risco associado ao sucesso relativo da educação (escolarização generalizada, aumento geral do nível individual de formação escolar, massificação universitária), que pode levar esta instituição a fornecer uma moeda de troca cada vez mais desvalorizada. No futuro, o diploma poderá deixar de funcionar como uma moeda (ou um capital) e dar lugar a outros meios sociais de distinção mais raros, e neste sentido mais eficazes:

“(…) Devemos também considerar que ao banalizar a formação escolar, o sistema escolar tende a dispersar, do mesmo passo, a relevância do diploma ou da duração dos estudos como indicador social e, consequentemente, a enfraquecer o seu efeito próprio de legitimação das posições sociais, dado que deixa de poder beneficiar de um salto simbólico tão forte como o ‘tudo ou nada’ pelo qual os sistemas fechados da universidade tradicional traçavam claramente uma fronteira inequívoca e impossível de transgredir (...) entre a incultura naturalmente escolhida pelas massas e a glória cultural, ao mesmo tempo nativa e merecida, da elite diplomada.” (Passeron, 1991:102).

Ao longo dos últimos trinta anos assistimos inclusivamente à perda de valor social da cultura literária e artística em detrimento de uma cultura científica. Poderemos também vir a conhecer, num futuro mais ou menos próximo, um mundo social onde ler literatura e conhecer as artes não será nem mais nem menos valorizante e distintivo do que fazer costura ou mecânica.

### *A quebra do valor espírito: Paul Valérie enquanto sociólogo da cultura*

Tantas vezes considerado como a referência poética e teórica formalista por excelência, Paul Valéry é também o autor que propôs, num notável texto de 1939 intitulado “La liberté de l’esprit”<sup>2</sup> (Valéry, [1939]1988), um modelo de interpretação

dos factos culturais que não pode deixar de fazer lembrar aquele que Pierre Bourdieu construiu quarenta anos mais tarde. A sociologia da legitimidade cultural é muitas vezes louvada ou criticada por ser uma sociologia objectivista e crítica que, exterior ao seu objecto, impõe aos actores da cena literária e artística uma visão que está longe de ser a sua. A leitura do texto de Paul Valéry, académico e eminente actor da vida intelectual francesa da primeira parte do século XX, convida a revisitar este julgamento que assenta no pressuposto da existência de uma visão endógena, relativamente ingénua, comum ao conjunto dos actores.

Paul Valéry constata que as pessoas da sua geração puderam observar ao longo das suas vidas uma mudança profunda do estado do mundo: "Elas admiraram coisas que hoje não admiramos; especularam, em suma, sobre valores cujo declínio era tão evidente, explícito e ruinoso para as suas esperanças e crenças, como a perda de valor dos títulos e das moedas tidas outrora como valores inabaláveis" (Valéry, [1939] 1988: 207). Para pensar essas transformações, o autor teceu uma metáfora económica: valor *espírito*, capital *cultura* ou *civilização*, preço ou cota de produtos feitos para o espírito, dinheiro essencial, mercado de negócios humanos, investimento, interesse, quebra ou baixa do valor do *espírito*, flutuação de valores, produção, consumo, oferta, procura, troca, comércio de espíritos, concorrência e negociação em torno dos gostos, da economia ou riqueza espiritual, etc. Valéry insiste ao afirmar que a "analogia" económica que utiliza no seu raciocínio é de tal modo "impressionante que ela mexe com a identidade e que uma vez apercebida esta semelhança é quase impossível não a perseguir ao limite." (Valéry, [1939] 1988: 212) "Não pensem que me divirto com uma simples comparação, mais ou menos poética, e que passo da ideia de economia material à ideia de economia espiritual ou intelectual através de meros artifícios retóricos." (Valéry, [1939] 1988: 215).

Além do mais, o objectivo de Valéry não é apenas cognitivo (compreender melhor os fenómenos culturais), tem também uma dimensão fortemente normativa. Trata-se claramente de alertar os leitores para o possível declínio dos valores culturais e espirituais tradicionais face aos valores materiais e utilitários<sup>3</sup>, mas também face aos valores culturais modernos. A mensagem que Valéry pretende transmitir é que se tomarmos consciência do carácter social e histórico (e por isso frágil e efémero) dos valores intelectuais, que podem sofrer uma depressão e declinar, apercebemo-nos em seguida de tudo o que necessita de valores fortes: o apoio às "coisas" culturais (monumentos, arquivos, bibliotecas, museus, laboratórios, conservatórios, etc.) e a manutenção da formação dos hábitos culturais que permitem a apropriação das "coisas" culturais em questão.

O autor começa por explicar por que motivo emprega o termo "valor do espírito" como se do "valor do petróleo, do trigo ou do ouro" se tratasse: "Digo valor porque há aqui uma avaliação, um julgamento de importância, e também uma discussão sobre o preço que estamos dispostos a pagar por esse valor: o espírito. Podemos investir nesse valor; podemos persegui-lo, como dizem os homens da Bolsa; podemos observar as suas flutuações, sob não sei que cota da opinião geral do mundo sobre ele." (Valéry, [1939] 1988: 211). Falar de valores, é assim tomar consciência da forte concorrência entre valores heterogêneos e da possibilidade de ver alguns deles desvalorizarem-se na concorrência entre si. "Podemos ver, nesta cota que está presente em todas as páginas de jornal, como é que ela entra em competição, aqui e ali, com outros valores. Pois existem valores concorrentes. (...) Todos esses valores que sobem e descem constituem o grande mercado de negócios humanos. Entre eles, esse pobre espírito, o valor *espírito* não cessa de baixar." (Valéry, [1939] 1988: 211).

Valéry imagina assim o espaço de confronto entre os *gostos* e as *cores* (pois contrariamente ao provérbio que diz *os gostos não se discutem*, o autor insiste no facto de os indivíduos o fazerem constantemente "na Bolsa, em inúmeros júris, nas Academias, nas páginas dos jornais" como um mercado onde, em função do estado da concorrência, os valores se fixam "nesse mesmo instante, apenas por um instante" (Valéry, [1939] 1988: 214). No entanto, ao contrário do valor dos produtos materiais claramente objectivável nos preços (em valores quantificáveis), "a economia do espírito apresenta fenómenos muito mais difíceis de definir, pois estes não são geralmente mensuráveis, nem são mais observados por organismos ou instituições especializados para esse efeito" (Valéry, [1939] 1988: 214). Podemos dizer que a economia material se objectiva permanentemente em valores quantificáveis, enquanto a economia espiritual se objectiva frequentemente nos julgamentos verbais (e nomeadamente nos adjectivos qualificativos, qualificantes ou desqualificantes) que podem ser divergentes e contraditórios, e raramente nos prémios (literários, musicais, cinematográficos, etc.) ou nos títulos.

Podemos ainda diferenciar os actores da sociedade em função da relação que eles mantêm com esses diferentes valores. Por exemplo, a propósito do valor *espírito*, há quem "aposte tudo neste, todas as suas expectativas, todas as suas economias de vida, de alma e coração" (aqueles cuja existência social depende o mais amplamente do capital cultural); há quem "se afeiçoe de modo medíocre", quem fique indiferente às suas oscilações e o considere como "um investimento sem grande interesse"; quem "não aposte o seu dinheiro de sobrevivência nesse negócio", e, enfim, "quem faça o possível para o reduzir" (Valéry, [1939] 1988: 212).

A Cultura ou a Civilização é, assim, para Valéry, um capital “que se forma, que se aplica, que se conserva, que aumenta, que arruína, tal como todos os outros capitais” (Valéry, [1939] 1988: 222). Interrogando-se sobre a matéria de que é feito este capital *cultura* ou *civilização*, o autor fornece uma resposta muito próxima daquela dada pelo sociólogo contemporâneo: de um lado, as *coisas*, os *objectos materiais* (para o sociólogo, o “capital cultural objectivado”), do outro, as *pessoas* e os seus *corpos*, com os seus *hábitos*, uma *disciplina intelectual*, e as *convenções* (“capital cultural incorporado”):

“Este é antes de mais constituído por coisas, por objectos materiais – livros, quadros, instrumentos, etc., que têm a sua duração provável, a sua fragilidade, a sua precariedade. Mas este material não basta. Não mais do que um lingote de ouro, um hectare de boa terra, ou uma máquina. Estes não são capitais, na ausência de pessoas que necessitem de cultura e que se saibam servir dela. Notem-se estas duas condições. Para que o material da cultura seja um capital, este exige, também ele, a existência de pessoas que dele necessitem, e que se possam servir dele – ou seja, pessoas que tenham sede de conhecimento e de poder de transformações interiores, sede de desenvolver a sua sensibilidade, e que saibam, por outro lado, adquirir ou exercer os seus hábitos, uma disciplina intelectual, convenções e práticas necessárias para utilizar o arsenal de documentos e de instrumentos acumulados ao longo de séculos.” (Valéry, [1939] 1988: 222).

Não há, pois, capital sem crença e sem competências: se assim fosse as coisas culturais seriam reduzidas a um *stock* disforme e inerte sem pessoas que acreditem na importância dessas coisas, conferindo-lhes um valor e tendo constituído os hábitos necessários à sua apropriação (consumo, avaliação, compreensão, etc.). São precisamente os fundamentos do valor “Cultura” que Valéry vê ameaçados à época em que escreve este texto. Desde logo, o autor considera que estão a desaparecer os amadores esclarecidos que, sem serem eles próprios produtores intelectuais, constituíam até então o público privilegiado das obras culturais:

“Eu assisti ao desaparecimento progressivo de seres extremamente preciosos à formação regular do nosso capital ideal, tão preciosos como os seus próprios criadores. Assisti ao desaparecimento progressivo desses conhecedores, desses inestimáveis amadores que, mesmo não sendo os criadores dessas obras, ou do verdadeiro valor a elas associado, eram

juizes apaixonados e incorruptíveis, para os quais ou contra os quais valia a pena trabalhar. [...] A vida intelectual e artística mais desinteressada e mais ardente era a sua razão de existir. Não havia espectáculo, exposição, ou livro ao qual eles não prestassem uma escrupulosa atenção.” (Valéry, [1939] 1988: 224).

Para além do mais, os novos hábitos intelectuais ou culturais (Valéry não empregaria estes qualificativos que nós nos habituámos colectivamente a utilizar) veiculados nesta época são opostos aos hábitos necessários à apropriação de obras culturais (como o *distanciamento*, a recusa de *sensações incoerentes* ou *violentas*, Valéry, [1939] 1988: 254): época caracterizada por uma “agitação geral do mundo, propagada, desenvolvida pelo exagero de todos os média, época tomada por perpétuas agitações, por um nervosismo generalizado, pela instabilidade, pelas novidades e pelas notícias” (Valéry, [1939] 1988: 223), época da “moda e do efeito quotidiano, da futilidade e da confusão dos valores; época da diversidade da incoerência e da intensidade das notícias, dos espíritos perturbados, agitados ou inquietos” (Valéry, [1939] 1988: 224).

Contraindo tais hábitos, as pessoas desta época, uma boa parte das quais não podia consagrar muito tempo à cultura fora das suas vidas de trabalho, deixam de estar em condições para apreciar os bens culturais clássicos. Elas são assaltadas pelos produtos culturais mais comerciais da indústria cultural e pela imprensa<sup>5</sup>, verdadeiros concorrentes no mercado cultural, não sendo este senão um submercado incluído no “grande mercado das questões humanas”:

“Quem tem um emprego, quem ganha a vida e quem pode consagrar uma hora por dia à leitura, seja em casa, no eléctrico, ou no metro, esta hora acaba por ser consumida por episódios criminais, por disparates incoerentes, a ‘conversa da treta’ e os pequenos *faits divers*, onde a profusão e a abundância parecem feitas para confundir e simplificar grosseiramente os espíritos. Os homens afastam-se irremediavelmente dos livros... Isto é fatal e nós somos impotentes perante esta fatalidade” (Valéry, [1939] 1988: 225). Valéry conclui: “Tudo isto tem como consequência uma redução real da cultura” (Valéry, [1939] 1988: 225).

### *Uma baixa mensurável*

Somos assim levados a constatar que, globalmente, a intensidade da fé na cultura artística e literária legítima tem diminuído sensivelmente ao longo dos últimos trinta anos. É, em todo o caso, o que vários inquéritos estatísticos permitem sus-

tentar. Assim, comparando o inquérito “Lazeres” realizado pelo INSEE em 1967 e em 1987-1988 junto de indivíduos com 14 ou mais anos, Françoise Dumontier, François de Singly e Claude Thélot (1990) demonstram a significativa redução da proporção dos leitores assíduos (pelo menos 3 livros por mês) entre os estudantes (de três quartos para pouco mais de um terço) ou entre os quadros, seja qual for a sua origem social. No mesmo sentido, sucessivos inquéritos do Ministério da Cultura sobre as práticas culturais dos franceses indicam uma redução geral e regular das percentagens de leitores assíduos, como é o caso dos operários não qualificados e dos quadros e profissões intelectuais superiores, num período de 24 anos. A tal ponto que podemos encontrar mais leitores assíduos entre os operários não qualificados em 1973 (30%) do que entre os quadros actualmente (29%).

1993a: 126; 1993b: 27-38). Se não for comedido na resposta, o adolescente corre no risco de ser julgado pretensioso. Este desinteresse, porém, não se reflecte apenas na leitura. Ele abrange todo um conjunto de sectores culturais classicamente muito legítimos:

“A frequência de teatros e de concertos, segundo o nosso indicador (ir ao teatro pelo menos uma vez por ano), conheceu uma evolução comparável à da leitura de livros. Desde logo, observamos uma média estável, o que significa que, embora o nível médio de escolaridade na sociedade francesa tenha aumentado, esta prática diminuiu: no geral, os franceses vão tanto ao teatro e a concertos como dantes, mas, para um dado nível de qualificação, vão menos. Sobretudo, é junto

**Quadro 1** ▶ Leitores que leram 25 livros ou mais, ao longo dos últimos 12 meses (%)

	1973	1981	1988	1997
Quadros e profissões intelectuais superiores	48	34	33	29
Operários não qualificados, manobras, pessoal de serviço	30	23	18	7
<b>Total da população</b>	31	25	22	14

Fonte: Inquéritos “Práticas culturais dos Franceses”, Ministério da Cultura.

Da mesma forma, quando pedimos aos estudantes de liceu, no final dos anos 80, para listarem actividades por ordem de preferência (brincar, fazer desporto, ver televisão, ouvir música, ler), apercebemo-nos do relativo desinteresse geral por uma actividade como a leitura: “As variações esperadas segundo o meio social da família não devem ocultar o facto de que a leitura não se encontra no topo da hierarquia. Enquanto um décimo dos jovens de meio superior atribuem o primeiro lugar a esta actividade cultural, cerca de um quinto não hesitam, num inquérito explicitamente centrado sobre a leitura, a declarar que é a actividade que mais rejeitam.” (Singly, 1990: 76). As bandas desenhadas estão no topo do género de leitura preferida (à frente dos romances), seja qual for a origem social dos adolescentes.

O adolescente que se fecha nas suas leituras e descarta a participação em formas elementares da vida de grupo causa a desconfiança dos colegas. “Para defender a ideia de que o leitor está isolado, os jovens fazem referência a uma partilha desequilibrada do tempo livre. Se se trata de um jovem ‘bulímico’, se no espaço escolar ele lê, é sinal de que os outros espaços são secundários. Os constrangimentos da vida escolar (de toda a vida social?) exigem um certo investimento pessoal não apenas nas relações íntimas mas também em relações banais.” (Singly,

dos diplomados médios... que a redução da prática é mais sensível. [...] Assim, a evolução da leitura de livros assume formas que encontramos [...] noutras práticas culturais legítimas.” (Dumontier, Singly e Thélot, 1990: 73).

Se os dados dos inquéritos não permitem um discurso de lamentação do declínio cultural ou da derrota do pensamento, estes assinalam transformações significativas relativas à relação dos franceses com a cultura.

### Notas

- <sup>1</sup> Pierre Bourdieu refere-se à “lei social (...) que estabelece que o capital cultural vai ao capital cultural” e que permite analisar a “eliminação escolar das crianças mais desprovidas de capital cultural” (Bourdieu, 1982: 20).
- <sup>2</sup> As páginas da obra estão indicadas, entre parênteses, no corpo do texto.
- <sup>3</sup> Num outro texto que data de 1937, Paul Valéry escreve: “É evidente que, por outro lado, as novas formas de sociedade que se esboçam hoje não fazem da existência do luxo intelectual uma das suas condições essenciais. O inútil não pode nem deve, sem dúvida, interessar-lhes” (Valéry, 1988: 203).
- <sup>4</sup> Paul Valéry descreve noutra contexto as “virtudes intelectuais mais elevadas e mais importantes” do seguinte modo: “a atenção, o poder meditativo e crítico, e aquilo

a que podemos chamar o pensamento de grande estilo, a investigação aprofundada e conduzida à expressão mais exacta e mais intensa do seu objecto." (Valéry, 1988: 203).

- <sup>5</sup> Paul Valéry (1984), "La presse, la radio, le cinéma tendent à la ruine de la culture", *Les Principes d'an-archie pure et appliquée*, p. 119.

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (1982), *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. e J.-C. Passeron (1970), *La Reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Minuit.
- DUMONTIER, F.; F. Singly e C. Thelot (1990), "La lecture moins attractive qu'il y a vingt ans", *Économie et statistique*, n.º 233, pp. 63-80.
- HUGHES, E. (1996), *Le Regard sociologique. Essais sociologiques*, textes rassemblés et présentés par Jean Michel Chapoulie, Paris, Éditions de l'EHESS.
- LAHIRE, B. (2004), *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Éditions la Découverte, Laboratoire des Sciences Sociales.
- LAHIRE, B. (1999), *L'Invention de l'"illettrisme". Rhétorique publique, éthique et stigmates*, Paris, Éditions la Découverte, Textes à l'appui.
- PASSERON, J.-C. (1991), "Hegel ou le passager clandestin. La reproduction sociale et l'histoire", in *Le Raisonnement sociologique. L'espace non-poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan, pp. 89-109.
- SINGLY, F. (1993a), *Les Jeunes et la lecture*, Les Dossiers Éducation & Formations, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale et de la Culture, DEP, n.º 24.
- SINGLY, F. (1993b), *Matériaux sur la lecture des jeunes*, Les Dossiers Éducation & Formations, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale et de la Culture, DEP, n.º 25.
- SINGLY, F. (1990), "Réussir à lire: la lecture chez les collégiens", *Cahiers de l'économie du livre*, n.º 3, pp. 71-83.
- VALÉRY, P. (1988), *Regards sur le monde actuel*, Paris, Gallimard, Folio.
- VALÉRY, P. (1984), *Les Principes d'an-archie pure et appliquée*, Paris, Gallimard.



*Documentos*

---



# A COVILHÃ VISTA PELOS COVILHANENSES: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOBRE UMA URBANIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Domingos Vaz<sup>1</sup>

■ Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, e investigador do CesNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (dmvaz@sapo.pt)

## Resumo

A escala da pequena cidade é hoje um traço marcante da sociedade portuguesa. Por isso justifica-se uma abordagem às especificidades da Covilhã que se foi constituindo ao longo de séculos como um "enclave" da industrialização em pleno território interior montanhoso. A gradual heterogeneização social da cidade vem-se dando desde há cerca de três décadas sob influência de vários factores: a criação da universidade, a terciarização, a qualificação escolar de segmentos crescentes da população, e a integração num sistema urbano de circulação de pessoas e bens.

Através de uma metodologia qualitativa, ao nível do estudo das representações da cidade, distinguem-se dimensões associadas ao passado fabril e outras ligadas ao período mais recente tendencialmente mais cosmopolita. Num outro plano, estudam-se aspectos relacionados com a rede de actores locais que intervêm de forma directa ou indirecta nas dinâmicas urbanas, sendo assim possível ampliar este contributo de interpretação em torno da formação de uma nova urbanidade na Covilhã.

**Palavras-Chave:** Capital social; lanifícios; nova urbanidade; representação da cidade; universidade

## Abstract

The scale of the town is now a striking feature of the Portuguese society. Therefore, it is appropriate to make an approach to the specific characteristics of Covilhã, which has been constituted for centuries as an "enclave" of industrialization within a mountainous territory. The progressive social heterogeneity of the city has been happening for about three decades and under the influence of several factors as the creation of the university, the spread of the tertiary sector, the school qualification of growing segments of the population, and the integration into a system of urban movement of people and goods.

Through a qualitative methodology in the study of representations of the city, we can distinguish some dimensions which are associated with a manufacturing past and others related to the latest period tended more cosmopolitan. On another level, we study issues related to the network of local agents, which are directly or indirectly involved in the urban dynamics, and thus getting to a further possible interpretation on the design of a new urbanity in Covilhã.

**Keywords:** Social capital; representation of the city; university; new urbanity; wool factory

## Introdução

O presente texto estuda aspectos associados às representações da cidade da Covilhã e às perspectivas de acção por parte de um conjunto de actores urbanos, individuais ou colectivos, alguns deles com um historial importante no universo urbano local

e que intervêm de forma directa ou indirecta na sua evolução<sup>2</sup>. A partir das entrevistas realizadas analisam-se dimensões relacionadas com o passado fabril da "cidade da lã" e com a memória dos covilhanenses muito marcada pelo mundo mono-industrial dos lanifícios, assim como se estudam dimensões que se ligam com o problema da formação de uma nova

urbanidade, em particular pela acção da Universidade da Beira Interior na vida urbana. Estudam-se ainda aspectos relacionados com a rede de actores (representações, expectativas e acções por eles desenvolvidas) e que, de algum modo, promovem ou podem vir a promover o desenvolvimento da cidade objecto de análise.

A perspectiva analítica adoptada levou a estudar as representações sobre a Covilhã procurando compreendê-las na sua ligação com a própria configuração sociourbanística da cidade enquanto unidade territorializada de pesquisa. A partir de um exercício crítico foram definidas várias categorias de análise (frequência, profundidade, valorização, localismo, cosmopolitismo, visões personalizadas e/ou colectivas, passadas, presentes e futuras, planeamento urbano e concretização de objectivos), a partir das quais se levou a cabo a análise de conteúdo do discurso narrativo das entrevistas, procurando-se interligar as dimensões individuais e as dimensões colectivas, de forma a explicitar o que, no discurso individual dos diversos agentes, estava impregnado de uma concepção construída no e pelo colectivo.

### *Os lanifícios, memória e representação*

Os centros urbanos sedimentam, com gradações diferenciadas, pontos de ancoragem da memória: lugares onde se reconhecem experiências de um quotidiano mais ou menos afastado, espaços que remetem para um outro tempo e a que só podemos aceder através do testemunho dos mais antigos, que os vivenciaram no passado. Mais do que espaços, ou seja, a extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. Mas são, sobretudo, lugares dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica, fazendo evocar acções, personagens e tramas. São lugares de memória, como nota Pierre Nora (1986), ou ainda espaços que contêm um tempo, como assinala Paul Ricoeur (1998).

Um lugar de memória é um lugar carregado de recordações, aquele em que a história deixa as suas marcas. História e memória accionam, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um "acontecido" que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição.

Descrever os covilhanenses é reescrever pedaços da sua história, é falar da sua cidade. Cidade que se constituiu como um "enclave da industrialização" (Cabral, 1988; Vaz, 2004), conhecendo um esplendor industrial, onde toda, ou quase toda, a sua população vivia do trabalho da indústria de lanifícios, em que a experiência urbana em pleno território de montanha se distinguiu na geografia da ruralidade mais ou menos profunda das populações

dos territórios interiores. O entrelaçamento da fábrica com a malha urbana atingiu uma tal densidade que a Covilhã foi classificada como "cidade-fábrica", em contraste com a industrialização de carácter difuso que deu forma a outras zonas do país. Toda a população vivia para as fábricas, de uma forma intensa, viviam e trabalhavam para a lã. Diz-nos um entrevistado:

"As pessoas falavam da indústria constantemente e isso a nível nacional é um caso único. A Covilhã tinha uma parte específica dos têxteis que era os lanifícios, que havia aqui e em mais dois ou três locais, mas o grande centro era aqui. A Covilhã, tinha, assim, a sua importância a nível nacional dada por essa indústria de lanifícios. Acho que era muito assumido por este lado. Em relação ao presente, eu acho que as pessoas continuam a falar nisso, já mais como uma memória" (Animador Cultural, Entrevista n.º 4).

A simbiose da cidade com os lanifícios é claramente evidenciada. Os lanifícios são um referente constante dos discursos dos actores entrevistados:

"A população inteira da Covilhã trabalhava nos lanifícios, o marido, a mulher, os filhos, todos trabalhavam nos lanifícios." (Ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios, Entrevista n.º 18). "Sim, é uma tradição muito forte. (...) a indústria funcionava manualmente, a maior parte dos teares eram manuais e para efeitos de acabamento, do tingimento, havia já a necessidade de movimentação. Então as fábricas estavam todas junto às ribeiras para fazer essa movimentação das máquinas. Era essa a força motriz antes de haver energia eléctrica" (Ex-Industrial de Lanifícios, Entrevista n.º 17). "Eu acho que as pessoas ainda pensam muito em termos de lanifícios. (...) mas, continua a haver belíssimos trabalhadores e operários que não há em mais parte nenhuma" (Reformado da Indústria de Lanifícios, promotor dos Concursos de Piano e de Instrumentos de Arco, Entrevista n.º 5). "Os lanifícios foram a base e continuam a ser uma memória vivida (Reformado, ex-Sindicalista nos Lanifícios anterior ao 25 de Abril de 1974, Entrevista n.º 21).

Enquanto representação fortemente ligada ao passado da vida dos covilhanenses, a indústria de lanifícios continua a ser mobilizada na construção do imaginário local. Subsiste como imagem central desse passado industrial e operário, e é assumida como atributo urbano distintivo da Covilhã na produção de tecidos, em quantidade e qualidade. A

*Manchester* de Portugal<sup>3</sup> conheceu períodos áureos de grande produção industrial, onde o esforço e a existência de uma certa “aptidão natural” do labor covilhanense para essa actividade são referidos com orgulho manifesto:

“(…) o homem andava de um lado para o outro do salão, ouvia o barulho das máquinas e era assim que detectava alguma falha, chegava lá perto da máquina e dizia: “Oh Maria, troca lá esse carreto, tira lá o 14 mete lá o 16 que isso não está bem, não me soa, ele era analfabeto e era assim... a percepção que tinha porque nasceu naquilo... (Reformado, ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios, Entrevista n.º 18).”Era uma aptidão nata para a indústria. Isto é uma coisa muito importante. A pessoa tinha aqui aptidão, era o pai, o filho, era a hierarquia toda familiar com aptidão para a fábrica” (Arquitecto, responsável pelo urbanismo da Autarquia durante anos, Entrevista n.º 20).

Os industriais locais cedo demonstraram possuir espírito de iniciativa, modernizando os equipamentos e criando e sustentando uma Escola Industrial em 1884, mencionada inúmeras vezes, direccionada para apetrechar profissionalmente uma nova era da indústria têxtil<sup>4</sup>. Como se enfatiza nestes depoimentos:

“A este propósito quero-lhe também dizer que houve uma escola aqui, que é a Escola Industrial Campos Melo, que também já tem mais de 100 anos, é velhinha, velhinha mas sem andar de muletas, saíam de lá muitos técnicos cobiçados até no estrangeiro. Eram técnicos especializados. Eu recordo-me do nome de um deles, era o Técnico Debuxador, agora já deve ter um nome mais pomposo. Um Debuxador tinha uma visão extraordinária e uma força também extraordinária. Chegava perto do tear, olhava de soslaio e dizia logo: “isto não está bem!”, pegava numa tesoura e cortava aquilo, o tecelão ficava a tremer. Era de um grande saber” (Reformado dos lanifícios, Entrevista n.º 19). “Havia até uma determinada altura uma fonte de fornecimento de mão-de-obra com alguma mentalização e com alguma qualificação que saía da Escola Industrial Campos Melo. A maior parte dos que vieram a ser mestres ou que vieram a ter uma certa importância dentro da empresa, vinham daí. Isso infelizmente acabou (Ex-Industrial de Lanifícios, Entrevista n.º 17).

A composição social da população é um aspecto elucidativo tanto das dinâmicas como das limitações

da matriz urbana local. A chegada de mestres e tecelões de França e Itália em finais do século XVII, como de teceiros e tintureiros no fim do século XVIII, não deixa de sugerir a actuação de factores próprios de uma situação de urbanidade porque, associada à afluência da população aldeã atraída pelo trabalho fabril, aquela imigração representa a possibilidade de fazer confluir grupos heterogéneos para um espaço comum que é um traço típico das cidades. Contudo, este processo acabaria por conduzir a uma situação de predomínio de um perfil socioprofissional altamente homogéneo, explicado pela prevalência prolongada e esmagadora do operariado industrial que tinha por único contra-ponto a minoria de proprietários fabris. Este será o perfil sociohistórico que se manteve praticamente inalterado até à década de 1980, e que significou uma estrutura social dicotómica e um mundo profundamente estratificado entre ricos e pobres. Esta realidade é reflectida nos relatos sobre esses tempos passados sendo evidenciada uma clara dicotomia económica, social e até cultural da sociedade da época entre industriais e operários.

Até ao último quartel do século XX a cidade caracteriza-se por um tecido muito denso e povoado numa encosta de montanha, no espaço exíguo entre os vales cavados de duas ribeiras onde grande parte das unidades fabris se concentrou. Mas aquela estrutura social dicotómica nem sempre era muito visível em termos do tecido urbano, já que as habitações tendiam a ser misturadas nas mesmas ruas. Diz-nos um ex-industrial de lanifícios:

“O condicionamento industrial veio alterar bastante esse quadro, porque as pessoas que tivessem 10 ou 12 teares mecânicos já tinham o direito de aumentar a sua produção, bastando para isso fazer um requerimento. A pessoa podia lá partir o tear de pau, fazia o que queria porque a nós o que nos interessava era o papel. Três papéis daqueles, 3 alvarás de teares manuais permitiam montar automaticamente um tear de ferro (Entrevista n.º 17). “Então esses patrões mandavam construir as suas casas, melhores, nas mesmas ruas. Eu conheci, por exemplo, ali na antiga rua dos Bombeiros havia 4 industriais que moravam ali, no meio dos operários. Entre os anos 40 e 50, o industrial de lanifícios, numa altura em que havia 130 fábricas na Covilhã, quase todas em média com 12, 14, 15 teares, como fazia a sua casita melhor do que a dos outros, ainda que nas mesma ruas, tinham também o pavilhão onde faziam a fábrica, às vezes em madeira e a abanar por todo o lado” (Reformado, ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios, Entrevista n.º 18).

Porém, essa estratificação social dicotómica era bem evidenciada na produção de lugares públicos contrastantes e nas modalidades da sua apropriação social. Estes eram frequentados, ou só por industriais, ou só por operários.

“Mas estava tudo bem determinado, os próprios cafés também assim eram. Havia o café Monte Alto, que era onde hoje está o Banco Atlântico, onde só iam os patrões industriais de lanifícios e alguns quadros médios. Isto nos primeiros tempos, porque depois já começou a ser frequentado por outras pessoas. Havia também o Café Central que era onde hoje estão os correios, em frente do Bar Cívico. Este já era mais aberto, já lá iam os quadros médios. Havia ainda o café Montanha que ainda hoje existe mas já não tem esse nome, que é na rua Direita. Este café era dos operários. Havia também o Café Leitão que era em frente do Banco Totta e Açores, onde está a Farmácia Pedroso, ao lado do Banco Borges e Irmão. Esse também era só para os operários, mas daqueles operários com uma visão que procuravam mudar o mundo e já tinham uma ideologia, uma perspectiva de defender a classe... (ibidem)

São relatadas algumas tentativas para superar as sucessivas “crises” da produção, apostando-se na modernização de máquinas e equipamentos. A este respeito o chamado “condicionamento industrial” parece ter marcado um ponto de viragem na evolução da indústria têxtil na cidade e região, ao incrementar a dimensão das unidades produtivas através da aquisição de alvarás e instrumentos de trabalho dos teares manuais. Mas também era limitativo e muito pernicioso para o trabalhador individual e familiar que proliferava em instalações domésticas (se exceptuarmos alguns bairros tipicamente operários que se distinguem na malha urbana).

A incidência do “condicionamento industrial” teve consequências díspares consoante as situações concretas. Nos casos em que as pessoas já tinham uma certa idade a eliminação dos teares de pau terá permitido a essas famílias fazer algumas economias pela “valorização” desses teares, muitos já em fim de vida. Mas não deverá negligenciar-se os seus efeitos perniciosos na aceleração do fim de uma produção domiciliária artesanal que era o sustento de muitas famílias.

Foi, certamente, assim incrementada a dimensão das empresas e, ao mesmo tempo, permitido o aumento do número de firmas. De acordo com as informações obtidas, por volta de meados do século XX na Covilhã chegou a haver centena e meia de firmas, embora na sua maioria de pequena dimensão. As unidades maiores eram as de tecelagem, que

beneficiavam da liberdade de comprar um, dois ou três teares ao mesmo tempo. Mas, ainda assim, as dimensões na tecelagem eram médias, nunca atingindo dimensões muito grandes. O que veio depois incrementar muito o desenvolvimento, quer em termos de dimensão quer em termos tecnológicos, foi outro factor, que estimulava quem introduzisse a fição de penteado<sup>5</sup>. Outro aspecto modernizador foi o aparecimento das fibras sintéticas no fim da década de 1960.

“Sim foi nessa altura que começaram a surgir essas fibras sintéticas que eram importadas, era o polyester e a acrílica. O polyester adaptou-se bem à indústria de lanifícios e a acrílica à indústria das malhas, a acrílica nos lanifícios não teve grande significado mas o polyester sim. Este tinha a vantagem de fazer uma fácil ligação com a lã e de produzir o produto com uma maior resistência e menos sujeito a engelhar. A partir daqui dá-se um desenvolvimento galopante” (Ex-Industrial de Lanifícios, Entrevista n.º 17).

Alguns dos testemunhos são atravessados por um sentimento de nostalgia em relação ao passado, em particular relevando a existência de uma expressiva sociabilidade covilhanense. Associações, clubes e organizações diversas cimentaram uma identidade associativista e colectiva com significado ainda hoje na vida local. Semeou-se e cresceu um espírito colectivo de todos trabalharem para o mesmo produto, a lã. A este nível faz sentido, pelo menos no plano das hipóteses, referir estas características como indicativas de uma aproximação da Covilhã à ideia de cidade comunitária, ao conceito de comunidade, e não tanto à ideia de cidade urbana. No sentido em que a cidade se circunscreveu num subsector têxtil, à semelhança do seu acantonamento geográfico, amarrada a um carácter demasiado homogéneo para configurar um aglomerado de gentes e actividades capaz de gerar dentro de si a acumulação de dinâmicas diversas que é um dos traços definidores do mundo urbano<sup>6</sup>.

Hoje valoriza-se o interesse em respeitar esse passado mantendo vivos os seus vestígios e as suas reminiscências. Em relação ao mundo operário acresce-se as referências aos edifícios das antigas fábricas, alguns em ruínas, outros reabilitados pela Universidade da Beira Interior, à qual é igualmente atribuído o mérito de ter criado o museu dedicado à história dos lanifícios, o único existente na cidade. Naturalmente, a questão de como posicionar este recurso memorial da biografia da cidade face ao futuro interpela-nos e, por isso, interrogámos os nossos interlocutores.

“Os lanifícios estão ligados à história da Covilhã e fazem parte do seu passado histórico... Existe o Museu dos Lanifícios na UBI, existe uma obra escrita sobre o assunto de Ferreira de Castro, existem também alguns historiadores aqui da região ou mesmo da Covilhã, que têm alguma coisa escrita do assunto. Mas eu estou convencido de que a Covilhã vai ter sempre como símbolo a indústria dos lanifícios” (Ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios, Entrevista n.º 18). “Temos de encontrar formas de, com os novos meios de comunicação, não perdermos aquilo que é a nossa cultura, a nossa história e, falando como sindicalista, a própria cultura operária. (Dirigente da União dos Sindicatos Têxteis, Entrevista n.º 22).

Num momento em que a densidade histórica dos aglomerados urbanos adquire uma valorização crescente, a Covilhã tem potencialidade para “recriar” toda uma memória comum e um viver colectivo. Mas como? Eis o que nos diz um outro entrevistado:

“O Museu hoje tem que ser um local de vivências muito fortes e variadas. Não podemos pensar o museu como um local apenas expositor de peças, mas como um local que conte uma história ou várias. Onde as pessoas possam usufruir daquilo que estão a ver. Não é só ver, é sentir e viver aquilo que estão a ver. No caso da Covilhã, se me for permitido ter uma afirmação muito forte nesta matéria, apontava para uma experiência muito diversificada e muito debatida ao nível de retratar a história da nossa cidade. Mostrar às pessoas para que elas sentissem tudo isto que é a sua identidade. Até com quadros vivos em que as pessoas pudessem contar as suas próprias vivências e sentir que eram parte integrante do próprio local que estavam a ver. Um museu deve ser não só um local onde se tem um grande espólio, mas também e sobretudo um local onde a memória histórica que se conta tenha a ver com o sítio onde ele está implantado” (Presidente Associativo, Entrevista n.º 16).

Parece-nos uma ideia interessante que a cidade poderia dinamizar. A Covilhã pode ambicionar vir a ter o seu “Museu da Cidade” de concepção inovadora, em escala e conteúdos, refuncionalizando um dos seus (muitos) antigos espaços fabris para esse fim. Assim se revalorizaria a articulação indivíduo/sociedade local, dando visibilidade aos recursos identitários que determinaram a cidade como cidade-industrial mas, também, enquanto forma de se reposicionar

num contexto alargado marcado pela concorrência inter-cidades.

### *Com a Universidade o renascimento*

A criação do Ensino Superior na Covilhã, com o Instituto Politécnico (1973), foi concebida para servir a indústria de lanifícios. Depois, com o Instituto Universitário (1979) e a Universidade (1986), transforma-se em sinónimo de salvação da cidade e da região<sup>7</sup>. A percepção apurada em relação a esse período industrial é marcadamente negativa e até dramática quanto às consequências do declínio da indústria. A Universidade da Beira Interior emerge num contexto claro de confronto ontológico da cidade consigo própria. Eis alguns traços sintomáticos:

“Não há dúvida nenhuma que, se não tem vindo para cá o ensino superior, não teria havido esse efeito de travão que, mesmo assim, não conseguiu travar a avalanche logo na altura” (Ex-Industrial de Lanifícios, Entrevista n.º 17). “Continuo a dizer que a Covilhã tem estado sempre isolada, tem sempre que ir buscar as forças a si própria. Eu acho que, após o 25 de Abril, em que caiu toda aquela estrutura dos industriais, ficando quase na miséria e quase uma *cidade fantasma*, dá-se depois a ressurreição das próprias cinzas. O que também contribuiu muito foi precisamente a presença do Instituto Universitário e da Universidade” (Reformado da Indústria de Lanifícios, dinamizador cultural, Entrevista n.º 5). A Universidade mudou todo o panorama a este nível, ela foi o renascer da cidade. Universidade foi uma mola que fez com que a Covilhã pudesse chegar mais além. Até evitou que ela resvasse e se tornasse uma cidade mais ou menos fantasma, o que poderia ter acontecido. Acho que as pessoas têm consciência disso” (Reformado, ex-Guarda Livros da Indústria de Lanifícios, Entrevista n.º 18). “A cidade saiu de um processo tremendo de recessão económica da década de 70 e inícios de 80, em que a Covilhã bateu completamente no fundo e a grande almofada foi a Universidade, não em termos de produção mas em termos de consumo. Se não fosse a Universidade o governo central não poderia aqui investir, não poderia investir através de fábricas” (Professor da UBI, Entrevista n.º 1).

É consensual a ideia de que a Universidade funcionou como um verdadeiro “ovo de colombo”, a termos em consideração as palavras dos entrevistados. Se numa primeira fase o Ensino Superior na Covilhã aconteceu pela “força de meia dúzia” de pessoas, de que não estava ausente uma dose

de voluntarismo, depois, e progressivamente, a instituição universitária será gènesese de dinâmicas locais, sobretudo na esfera do consumo, para “agora ser realmente diferente”, ao ponto de se enfatizar os contributos do “mundo universitário” a todos os “níveis”, entre eles o do “estudo da própria Covilhã e região”.

A este propósito atentemos a esta transcrição emblemática pelo que encerra no domínio da mudança de mentalidades:

“(…) vejo esta cidade perfeitamente transformada. Não é porque se faz mais uma casa, ou se faz mais um bairro, mas a mentalidade desta cidade já não tem nada a ver com o que era há 20 anos. A cidade mudou completamente! Vou-lhe dizer uma coisa, o Ernesto Melo e Castro era um poeta avançadíssimo e foi praticamente corrido da Covilhã! Chamavam-lhe doido! Ele esteve 20 anos sem cá vir e quem o convenceu a vir cá fui eu! Eu escrevi-lhe a dizer que a Universidade mudou completamente a cidade. Ele veio e ele dizia: ‘tens razão. Isto é completamente diferente!’ Agora ele já tinha com quem falar, tinha interlocutores” (Reformado da Indústria de Lanifícios e Animador Cultural, Entrevista n.º 5).

Ao nível da instrução e do incremento cultural das gentes da Covilhã e da região singulariza-se a situação:

“A Covilhã sempre foi uma cidade que teve a não virtude de não existirem estabelecimentos de ensino. O Liceu veio para cá tardíssimo, não era capital de distrito e não tinha nada a não ser umas escolas particulares, a Escola Central era um incrível edifício a cair de podre. Depois houve um Vitorino Bonina que se debateu de uma forma excepcional para que viesse o Liceu pelo menos até ao 6º ano. Este Vitorino debatia-se muito pelo distrito da Covilhã. Assim, a Covilhã tinha um extremo atraso em termos da cultura de instrução, havia a Escola Campos Melo mas nesse tempo era muito específica para a indústria” (ibidem).

São muitas as potencialidades atribuídas à Universidade da Beira Interior, algumas já efectivadas e muitas outras ainda em perspectiva. Deste modo, são fortes as expectativas que os actores depositam nesta instituição, concebendo-a como o grande símbolo da modernidade. Além da repercussão económica, primeira consequência da criação da Universidade<sup>8</sup>, é com optimismo que se anseiam os seus impactes nas dinâmicas de desenvolvimento local e regional.

“Só agora é que a Covilhã está a recomeçar, apesar da Universidade. A Universidade teve uma influência importante, simplesmente os seus efeitos ainda não se fizeram sentir na sua totalidade na região, até porque o desenvolvimento não vem de um dia para o outro. A vinda do ensino superior para a Covilhã coincidiu com uma altura desfavorável, porque se tivesse apanhado uma altura favorável os efeitos eram outros. Por isso é que eu digo que temos de aguardar. As pessoas que se formaram na Covilhã e que ficaram cá ainda são poucas. A maioria vem de fora, mas ainda são poucas. Porquê? Porque ainda não há actividades. Mas a pouco e pouco essas actividades vão aparecendo” (Ex-Industrial de Lanifícios, Entrevista n.º 17).

Dando como adquirido os efeitos na atenuação dos impactes sociais originados pelo declínio industrial, existem outros aspectos que relacionam a academia com a mudança, como sejam as dinâmicas culturais geradas e a revalorização de algumas «marcas» da tradição industrial, como seja a requalificação e refuncionalização de edifícios de antigas fábricas. Também a este nível a Universidade intervém como mediação entre uma tradição que assim se preserva e uma modernidade aberta ao mundo e a novos desafios.

“A Universidade estava toda metida dentro de um único sítio da cidade velha, mas quando cresceu para o outro lado a própria cidade velha ficou dentro da Universidade, que está a ser refuncionalizada, não pela Universidade em si, mas pelo o que a Universidade motiva. As dinâmicas que provoca com o para-universitário, o para-académico, o para-estudantil...” (Professor da UBI, Entrevista n.º 1).

A este propósito é sublinhada a opção feita pela Academia dando um contributo inestimável na reabilitação de antigos edifícios fabris nos vales das duas ribeiras. A UBI, juntamente com a Universidade de Évora, é uma das poucas universidades do país que optou por uma reconversão de edifícios e não pela construção de um *campus* universitário. A haver um *campus* na Covilhã ele coincidirá com o próprio *casco velho* da urbe, atraindo os estudantes, em parte pelas rendas económicas e pela proximidade à Universidade. No centro da zona histórica está localizada a sede da Associação Académica polarizando uma movimentação estudantil significativa o que não deixa de ser indutor de dinâmicas com significado no contexto de uma pequena cidade.

Existe uma consciência clara da necessidade de um estreitamento da relação entre a Universidade e a cidade através da intensificação da cooperação.

Porém, apesar de ser comum esta ideia, parece não haver consenso quanto ao modo como essa relação está a ser efectuada. A este respeito é possível identificar duas posições distintas nas percepções dos actores locais inquiridos. Por um lado, defende-se que a cidade está a criar todas as condições necessárias à UBI, sendo esta que, por vezes, nem sempre corresponde. Esta visão é liderada pelo Presidente da Autarquia. Por outro lado, afirma-se que a Universidade está a ser subaproveitada pela própria cidade.

“A verdade é que uma cidade com universidade é uma cidade melhor. Uma cidade com universidade é notavelmente uma cidade melhor do que aquelas que não têm universidade. O que podemos falar não é de que não existe a cidade se não fosse a Universidade, mas sim que a cidade é melhor porque existe a Universidade” (Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Entrevista n.º 11). “Penso que a vocação principal da Universidade é formar quadros, formar saberes que, depois, ou a Covilhã tem capacidade para absorver uma boa parte deles ou não tem. Infelizmente nós detectamos que uma parte significativa dos quadros aqui formados não se fixa na cidade nem na região.” (Dirigente sindical, Entrevista n.º 22). “A Academia não está integrada, ela é uma cidade completamente à parte, muito poucas instituições têm pessoas da Universidade a geri-las e a trabalhar nelas. Eu penso que a cidade olha com grande expectativa para tudo o que é capacidade de conhecimento e do saber que está na Universidade. Eu critico sempre porque é que nós vamos buscar arquitectos a Lisboa, gente de toda a parte do mundo, que não conhecem minimamente a região, e esquecemo-nos que essa reciprocidade poderia e deveria ser mutualista” (Vice-Presidente da Associação Comercial, Entrevista n.º 10).

Efectivamente, não seria prudente criar uma universidade no meio de um “deserto”, uma universidade inovadora precisa de uma cidade dinâmica e esta será uma interacção sempre fecunda. Este processo tem as suas temporalidades próprias e é, naturalmente, mais moroso do que alguns vaticinam.

As percepções em torno da Universidade ganhariam um novo reforço com a criação da Faculdade de Medicina em 1998. Um acontecimento que parece ter tido a força suficiente para aproximar os próprios actores cujas representações acerca da UBI tendiam a ser menos convergentes. Neste particular relevam-se os contributos da possível e desejada melhoria do sistema de saúde na região, bem como a repercussão ao nível da projecção da imagem no exterior.

“Agora a Universidade é assumida completamente pela cidade e é vista como uma das situações chave para a mesma. Também a Faculdade de Medicina, que em Portugal marca muito a diferença em termos de imagem, faz com que se fale mais da Covilhã e da Universidade. Se calhar agora, uma série de situações que mediatizaram a Covilhã levaram as pessoas a questionarem-se o que será a Covilhã. Agora, para as gerações mais novas, e a Faculdade de Medicina contribuiu para isso também, a visão que prevalece é a de cidade universitária” (Presidente Associativo, Entrevista n.º 3).

O facto de o Governo ter decidido criar a Faculdade de Medicina mediatizou a Universidade da Beira Interior e o nome da Covilhã. Uma medida recebida com júbilo, de melhoria da auto-estima e reforço da simbiose cidade-universidade. Eis a opinião orgulhosa de um covilhanense:

“Toda a Covilhã gosta da Universidade, admira a Universidade, tem-na até como um emblema. Agora com a Faculdade de Medicina é outro emblema, talvez de maior dimensão até. Aumentou o orgulho, a satisfação, a alegria dos covilhanenses. A Universidade contribui imenso para a vivência das pessoas” (Reformado, ex-Funcionário de Notariado, Entrevista n.º 19).

Numa pesquisa por nós empreendida a Universidade é representada como um atributo capaz de influenciar o devir covilhanense e que em grande parte determina a auto-imagem da própria cidade. Contudo, a afirmação da Academia enquanto factor modernizante parece não se fazer à custa do total declínio dos lanifícios, principal predicado tradicional da cidade. O que vem colocar o problema da relação entre modernidade e tradição, do entrecruzamento de elementos quer tradicionalistas quer modernizantes no âmbito de um processo de persistência de uma matriz histórica baseada na relação cidade-indústria em paralelo com a assunção da cidade com um novo perfil tendencialmente mais cosmopolita. Independentemente de se caminhar para a “cidade universitária” fica-se com a ideia de a cidade estar indelevelmente associada ao destino da Universidade (Vaz, 2004: 270-278).

### *O urbanismo como dimensão crítica da nova urbanidade*

Na representação da cidade intervêm elementos quer tradicionalistas quer modernizantes, uns e outros enquadrando factores de extrema importância na perspetivação do futuro. Um factor não menos

significativo é o que reporta à arquitectura e ao urbanismo associado como está à cultura cívica e à qualidade de vida dos cidadãos<sup>9</sup>. Agir sobre o espaço é, em grande medida, agir também sobre a sociedade (Guerra, 2003; Baptista, 2008; Vaz, 2008).

Na Covilhã a dimensão urbanística é objecto de inúmeras críticas. Os elementos críticos respeitam tanto à escassez de requalificação dos tecidos antigos como ao débil planeamento das novas frentes de urbanização. Existe uma nítida preocupação em relação ao tema do urbanismo e à forma como os novos espaços residenciais têm sido concebidos e urbanizados atendendo aos seus reflexos na imagem da cidade e na vida dos habitantes. A expansão periurbana sugere uma imagem pouco ordenada e um processo que envolve “grande desperdício imobiliário” com intervenções pontuais e casuísticas que traduzem a ideia de um crescimento em “mancha de óleo” (DGOTDU, 1997). Ao mesmo tempo subtraem-se à cidade tradicional equipamentos e funções de vocação por excelência urbana (biblioteca, cinema, esquadra da polícia...), onde não faltam as estruturas físicas adequadas apesar de carecerem de acções de preservação ou reabilitação urbana, como sejam as muitas ruínas das instalações fabris a precisarem de redefinição funcional. Paradoxalmente numa cidade de pequena dimensão, um efeito essencial deste processo consiste na distinção entre o que é “central” e o que é “periférico”, entre a cidade “altaneira” e a cidade “baixa” ou a cidade “antiga” e a cidade “nova”, introduzindo-se uma dualização urbana com significado na forma como as populações se apropriam do espaço e, naturalmente, com consequência na organicidade do sistema urbano local<sup>10</sup>.

O discurso dos nossos interlocutores é unânime na sensibilização para esta problemática e na crítica às opções urbanísticas dos últimos decénios. As orientações do planeamento urbano, ou a falta delas, são vistas como o “grande insucesso urbano da Covilhã”. Eis algumas afirmações expressivas sobre a questão:

“Repare que nesta cidade ninguém pode passear, é uma cidade onde não vê os pais a passear as suas crianças” (Arquitecto, antigo responsável pelo departamento urbanístico da autarquia local, Entrevista n.º 20). “O problema é um problema social e há que resolvê-lo. É preciso reconstruir a cidade aqui, não é fazer coisas de cimento armado de 10 ou 15 andares, isso não interessa. É reconstruir aquilo que está e fazerem casas habitacionais condignas e que as pessoas se sintam lá bem (Reformado, sindicalista anterior ao 25 de Abril de 1974, Entrevista n.º 21). “Não é apenas o problema da qualidade estética dos edifícios, mas é também a convivência do edifício com

o espaço. Em princípio não devem ser permitidos edifícios que entrem em conflito com a paisagem... a única preocupação que há é meter pessoas em caixotes, não há preocupação de meter pessoas em casas que estejam de acordo com toda a envolvente. (Dirigente Sindical, Entrevista n.º 22).

As mensagens retidas centram-se em torno de dois assuntos fulcrais: a questão da expansão da cidade para a designada *zona nova* situada num espaço geográfico menos acidentado e a questão da necessidade de requalificar as zonas históricas. Em relação à primeira questão há uma visão crítica e pessimista que tende a ser partilhada pela maioria dos entrevistados. São questionados, sobretudo, o aspecto estético e a volumetria dos novos edifícios. Vejamos:

“Eu acho que na Covilhã os planos de urbanização são um desastre. Mesmo os planos de urbanização lá de baixo foi tudo muito mal pensado, não convida as pessoas. É só construir, construir de qualquer forma, acho que este ponto é o pecado maior da cidade da Covilhã. Isso não faz a qualidade de vida dos seus habitantes. Estão a construir em todo o lado mas sem haver um plano, constroem de qualquer maneira. Já para não falar na questão da zona da Central de Camionagem, aí nem se fala” (Director do semanário local, Entrevista n.º 14). “A Covilhã não está a crescer, do ponto de vista urbanístico, da melhor forma. As pessoas não gostam de estar encaixotadas. Tirando o Covelo e o Belzêzere, ultimamente os bairros que aparecem não são bairros de vivendas, são bairros em altitude, de grande densidade” (Dirigente Sindical (Entrevista n.º 22).

Outros interlocutores expressam uma posição ainda mais crítica ao sustentarem que a Covilhã “na parte que envolve o próprio tecido urbano da responsabilidade da Autarquia, a parte nova, está uma vergonha. Não há uma filosofia, não há um projecto...” (Empresário, Entrevista n.º 7). Este estado de coisas é atribuído a uma débil cultura de planeamento urbanístico. Os planos de urbanização foram demasiados morosos na elaboração e pouco eficazes na acção, resultando opções de construção e ordenamento territorial algo duvidosas para os entrevistados. Eis o que pensa um interlocutor desta área disciplinar:

“O plano de urbanização estava desactualizado e foram-se encontrando, realmente, soluções não compatíveis com o tecido existente. Eram soluções massificadas que, em grande

parte, destruíram o próprio equilíbrio que existia na cidade. Isto ainda prevaleceu durante muitos anos. Depois, começou a era do betão armado, das grandes estruturas e também da ganância das pessoas, dos empreiteiros. Então a Câmara decide mandar fazer um novo plano de urbanização que iria assentar em duas vertentes. A feitura deste plano demorou décadas. Toda a gente à espera do plano e nunca mais dava à luz... O plano deveria obedecer a duas vertentes fundamentais: uma era conservar e manter, na parte antiga, as características do tecido urbano existente, embora com intervenções mas que não descaracterizassem o existente; a segunda dizia respeito à zona de expansão, essa já teria vistas mais largas. Ora bem, o plano demorou muito e quando veio foi um desastre porque saiu mal elaborado. Saiu descaracterizador e não contemplava minimamente estas grandes vertentes que devem, realmente, caracterizar um plano de uma cidade de encosta da montanha mais alta e mais bonita de Portugal que é a Serra da Estrela (Arquitecto, antigo responsável pelo departamento urbanístico da autarquia local, Entrevista n.º 20).

Quanto à zona histórica da cidade é possível identificar duas posturas distintas, ainda que uma delas seja defendida apenas por um único actor entrevistado. A postura que mais opiniões reúne é a que concebe negativamente a sua actual situação sociourbanística. A propósito é salientado o estado de degradação e despovoamento de alguns "recantos" desse espaço histórico. Assim como são questionados os benefícios que as mais recentes obras no Pelourinho realmente trouxeram à cidade. A outra postura, mais positiva, identificada resume-se à posição do Presidente da Autarquia.

A revitalização da zona histórica central deveria ser uma ambição assumida pela cidade. O núcleo histórico da Covilhã está sujeito a um sério risco. A demolição para construir de novo no mesmo local, a volumetria e densificação resultantes desencadeiam processos de especulação mas não de desenvolvimento. A sua sobrevivência enquanto "conjunto urbano original" requer urgência na criação de uma cultura de conservação, que contrarie a pressão para a demolição, a densificação e a descaracterização. A crescente preocupação com as questões ligadas ao ambiente urbano e à conservação do carácter tradicional dos núcleos antigos resulta da compreensão da importância destes aspectos no desenvolvimento sustentado das cidades e na atracção de novas actividades no terciário superior e no turismo.

"Mas a Covilhã tem um caso singular em relação a outras cidades, é que a Covilhã nunca conservou a sua história. Em nome da indústria que dominou a Covilhã durante mais de um século, fizeram-se as maiores aberrações em toda a cidade, mesmo na parte que é antiga. Por exemplo, a questão da muralha, ela não foi destruída há 20 anos, ela foi destruída há 180 anos, portanto, o património histórico da cidade nunca foi nada preservado. Eu acho que é um assassinio completo alcatroar aquelas ruas. São calçadas e devia-se era proibir os carros de lá passarem e não facilitarem a passagem deles. Toda aquela zona que o Ferreira de Castro fala na "Lã e a Neve", uma pessoa passa por fora e pensa que aquilo não é nada, mas depois passa por dentro e vê que é giríssimo, aquilo é uma ilha dentro da cidade, aquelas ruelas estreitinhas. É uma zona que deveria ser redimensionada e requalificada. Aquele espaço, em termos culturais é uma referência porque o Ferreira de Castro quando fala naquilo fala como sendo uma zona onde viveram os operários" (Agente Cultural, Entrevista n.º 4).

As renovações avulsas sem critério e desrespeito pelos valores históricos reúnem opiniões maioritariamente desfavoráveis entre os entrevistados. O programa *Polis* foi visto como uma esperança para uns e, para outros, como uma oportunidade com um alcance muito limitado. Predomina a ideia de que o programa *Polis* na cidade ficou aquém das expectativas, sendo, assim, uma oportunidade subaproveitada.

"Porque as pessoas da Covilhã antiga não têm condições modernas actuais de vivência. Por isso estão-se a mudar para os bairros novos, onde têm outras condições. Se o programa Polis, e não só, lhes proporcionar outra forma de viver, eles ficarão aqui. Eu não espero que a Covilhã seja uma cidade morta como é o centro de Lisboa (Agente Cultural, Entrevista n.º 5).

As áreas elegíveis no programa *Polis* resumiram-se praticamente à promoção da ligação física da cidade às duas ribeiras através da recriação de espaços de lazer e cultura nos seus percursos, deixando de fora todo o "casco histórico" habitacional. Eis alguns testemunhos caracterizadores:

"O Polis é uma manta de retalhos. Esta parte aqui do centro nem faz parte do projecto Polis (trata-se da reformulação da Praça do Pelourinho). Esta intervenção é uma adjudicação do Presidente da Câmara. O Polis parece-me que, segundo aquilo que eu tenho lido, tem

na sua génese dois objectivos fundamentais: um é preservar a traça do tecido urbano dos centros históricos e das cidades antigas, muito embora admita intervenções que valorizem os espaços, os jardins, as ruas, etc., sem ferir a harmonia e o equilíbrio existente; o outro objectivo que, do meu ponto de vista, é muito importante é a humanização das cidades. A humanização das cidades significa restituir os espaços públicos, as ruas, os jardins, as praças, etc., ao homem. Torna o homem o rei da cidade! Embora possam ter interesse estas soluções mas não deixam de ser soluções pontuais, não sei se inseridas ou não no contexto global do Plano de Urbanização da Covilhã (Arquitecto, antigo responsável pelo departamento urbanístico da autarquia local, Entrevista n.º 20). "O Polis, independentemente das apreciações sobre o investimento e sobre a forma com vai ser gerido, elimina a cidade, está centrado nas ribeiras. Acho que se perde uma grande oportunidade, era muito importante que nestes 6 anos se recuperasse a zona histórica da cidade. Porque o centro da cidade está envelhecido, a população está envelhecida, as pessoas mais novas foram tiradas para a periferia, para o tal crescimento das freguesias em volta." (Dirigente Sindical, Entrevista n.º 22).

As intervenções urbanísticas e arquitectónicas da cidade, em particular nas suas áreas consolidadas historicamente, devem ser encaradas como uma procura sempre renovada para "reinventar" o património simbólico urbano, ainda que este seja dominado na Covilhã por especificidades inerentes a conjuntos edificados tipicamente serranos. O património classificado pouco reflecte, não só quantitativa como qualitativamente, o passado histórico e fabril da cidade. A valorização do seu património industrial é um fenómeno recente, assumindo uma importância que inicialmente se lhe não adivinhava. O seu reconhecimento deve-se sobretudo ao peso simbólico que continua a carregar, num período que pode caracterizar-se pela revalorização do carácter histórico dos lugares (Vaz, 2004). Face à possibilidade de erosão das suas raízes identitárias, os indivíduos procuram no passado e na memória das cidades compensação para a "correspondente e desconcertante ambivalência de valores", como escreve John Urry (1995: 234). Isto vem colocar às cidades a exigência de uma contínua valorização e aprofundamento do respectivo património histórico.

### *Capital social*

Pretende-se neste ponto abordar as modalidades de trabalho entre actores, apurar da sua natureza

estratégica ou casuística, bem como das suas bases formais e informais de contratualização<sup>11</sup>. O capital social é aqui entendido como um valor que resulta das relações de reciprocidade interinstitucional, determinadas por redes sociais, para a concretização de objectivos mútuos em favor de um conjunto de actores ou de uma comunidade (Shuller *et al*, 2000; Putnam, 2000). Para além das redes sociais, um outro aspecto determinante para o capital social é a confiança. De acordo com Giddens (1992: 26) a confiança pode ser entendida como "... segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou de conhecimentos." Sem esta condição de segurança não seria possível os indivíduos e as instituições concretizarem relações de reciprocidade, a médio e a longo prazo, evitando que as ligações se tornem efémeras, propiciando o individualismo e não a mutualidade. Efectivamente, a confiança é um requisito imprescindível para se gerar algum capital social, para se gerar a conectividade que estimule a associação de pessoas e instituições em torno de objectivos e de realizações mútuas.

Em termos expressos, os entrevistados valorizaram a cooperação e as parcerias em torno de projectos estratégicos de optimização de recursos e maximização das oportunidades. Enquadram-se aqui as parcerias não só entre actores da Covilhã, mas também entre agentes, empresas e organizações de diferentes cidades, em particular entre as da região.

"A cidade só pode ser e só será, em minha opinião, um ponto de confluência de muitos interesses, ela só será aquilo que esses interesses forem capazes de fazer. Não acho que haja possibilidades de fazer grandes desenhos que não sejam, de facto, pôr todos os actores a trabalhar lado a lado, organizá-los e onde eles conseguirem chegar será onde a cidade conseguiu chegar (Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial dos Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor, Entrevista n.º 10). "Há a necessidade de outros canais e há necessidade de desenvolver outros projectos congregadores da região, dos quais se possa tirar o devido potencial e em que as pessoas e as cidades não encarem os projectos só como seus mas que os encarem integrados ao serviço do desenvolvimento de uma região." (Presidente Associativo, Entrevista n.º 16).

Porém, na prática, subsistem algumas reticências às formas de trabalho em cooperação. Enquanto para alguns actores continua a ser difícil, senão mesmo impossível, trabalhar em parceria, por falta de confiança<sup>12</sup>, para outros essa situação tem sido visivelmente melhorada. E, neste caso, importaria

esclarecer se existem fundamentos estratégicos ou se, pelo contrário, é a força de circunstâncias conjunturais que “obriga” a trabalhar em conjunto. Esta discriminação nem sempre é clara, além de que se uma dada parceria é determinada por razões pontuais, não deverá ser excluída a própria dinâmica do processo e a possibilidade de poder servir de referência para outras acções subsequentes a levar a cabo pelos mesmos ou por outros actores.

“Em termos de parcerias, parece que começa a haver um clima nos agentes económicos de apresentarem projectos em comum. Isso está a ser começado mas não sei se a título experimental e pontual ou se com alguma estratégia. Isso é que é preciso descobrir, se está a ser feito estrategicamente ou se está a ser feito pontualmente para resolver problemas (Presidente Associativo, Entrevista n.º 3). “Não faz sentido, nós no futebol, por exemplo, temos associações como o Sporting da Covilhã, como é a ADE como são outras, mas não faz sentido que se permita que não haja uma articulação de esforços entre aquilo que são os esforços do caso da ADE na formação, que é um clube claramente de formação, e que não se aproveite essa canalização para um outro clube que é de facto aquele que é da competição” (Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial dos Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor, Entrevista n.º 10).

E faz sentido questionar: essas relações entre actores baseiam-se em interacções formalizadas (institucionalizadas e contratualizadas) ou funcionam mais de modo informal, suportadas, sobretudo, na confiança e no conhecimento interpessoal? As modalidades de implementação do trabalho em parceria caracterizam-se, maioritariamente, pela sua natureza informal. Pelo menos na sua primeira fase. A centralidade nas pessoas que essa informalidade implica apresenta vantagens e desvantagens. Se, por um lado, permite acelerar os processos burocráticos com a superação de algumas formalidades, por outro, faz com que o futuro das parcerias fique muito dependente das pessoas que estão à frente das instituições num dado momento, podendo ou não haver afinidades entre elas.

“É mais informal. Isto é o grande problema que nós temos, porque quando as questões são feitas com base na confiança pessoal, temos dois tipos de problemas: quando há confiança faz-se, quando não há não se faz” (Presidente Associativo, Entrevista n.º 3). “Mas a verdade é que o covilhanense em relação ao outro tem sempre uma opinião que assenta sempre numa base sentimental, de ódio, paixão, amor. Nós ou

amamos ou odiamos, não somos indiferentes” (Dirigente Sindical, Entrevista n.º 22). “Mais informais e personalizadas, com base nos conhecimentos que se têm há muitos anos. Se mudasse radicalmente a direcção de uma dessas instituições que não conhecesse a outra, seria difícil voltarem a ter relações. Acho que tudo se passa mais na base do encontro no café e da amizade de muitos anos e de todos nos encontrarmos e falarmos regularmente das instituições. Mas tem havido, nos últimos tempos, uma relação mais formal, mais pensada e estrategicamente mais definida entre todos e assim tem havido uma participação mais institucional” (Presidente Associativo, Entrevista n.º 3).

Em termos concretos referem-se algumas acções de parceria em curso ou em vias de implementação. E que pela sua natureza endógena configuram dinamismos emergentes ao nível da articulação entre agentes locais e com efeitos espaciais significativos. Algumas com uma lógica territorial alargada à região<sup>13</sup>.

A criação de um parque tecnológico, o Parkurbis, na zona industrial do Tortosendo, fruto de uma parceria entre a Universidade, a Autarquia e diversas outras entidades locais e do sector financeiro, tem como principal prioridade a incubação de pequenas e médias empresas, visando a criação de postos de trabalho e desenvolver a economia regional, tornando a sua estrutura produtiva mais intensiva em tecnologia e conhecimento, em particular em quatro áreas: alimentar, software e multimédia, energias renováveis e biotecnologia/medicina.

Um exemplo que tem uma abrangência regional digna de referência é o que progressivamente está a envolver as unidades de saúde da região (Hospitais e Centros de Saúde) em articulação com as actividades da Faculdade de Ciências da Saúde polarizadas no Centro Hospitalar da Cova da Beira.

“Eu acho essas parcerias não só desejáveis, mas indispensáveis, porque no caso das Ciências da Saúde, os hospitais das 3 cidades terão que ser integrados gradualmente na Faculdade de Medicina e isso vai obrigar a um trabalho de conjunto. Isto pode ser, teoricamente, um elemento importante para outras áreas também trabalharem em conjunto, como o caso das águas que já está a acontecer (Director do Semanário Local, Entrevista n.º 14).

As parcerias são valorizadas em várias outras áreas, incluindo a do turismo. Existem condições favoráveis a diferentes tipos de actividades de recreio e lazer durante todo o ano e ao desenvolvimento de projectos de intervenção nos sectores da educação

e turismo ambiental. Contudo, quando questionados sobre as causas de carência de parcerias, os entrevistados salientam o divisionismo que tem por detrás questões de natureza pessoal e política. Seja a desconfiança em relação às intenções e aos ganhos particulares de quem assume o protagonismo de dirigir uma instituição, seja a necessidade de lideranças fortes que consigam demonstrar e convencer a colectividade dos intuitos bem intencionados dos dirigentes. O caso da Serra da Estrela é paradigma de uma complexidade organizativa em que intervêm diversas instituições (Região de Turismo, Parque Natural, Municípios...), cada uma com a sua visão específica. É uma situação que ilustra bem a dificuldade em trabalhar em rede e que necessariamente reduz a capacidade de organização institucional na dinamização daquele espaço natural<sup>14</sup>.

O sector turístico regional está em crescimento, tanto rural como urbano, traduzido numa tendência para a oferta de alojamento na Covilhã e na Cova da Beira. Existem várias rotas com interesse cultural e turístico. Algumas delas de carácter exótico e típico carregadas de história e associadas a actividades tradicionais interessantes. A Covilhã é a principal cidade de acesso à Serra da Estrela, que integra condições naturais e paisagísticas excepcionais que lhe conferem uma particularidade única. Mas tarda em aproveitar todos os recursos. O trabalho em conjunto é novamente tido como potenciador de vantagens, mas ainda sem os resultados desejados.

"A força do turismo está, precisamente, na região e não numa cidade A, B ou C. Porque os recursos turísticos são da região. Temos que, devagarinho, ir qualificando e disseminando equipamentos de apoio ao turismo em toda a região, percebendo que todos os recursos, sejam eles castelos, judiarias, vales glaciares, passeios na montanha, absorvem muitos municípios e são vendáveis pela força do conjunto desses municípios e não por um só. Há autarcas que não percebem isso e que entendem que se deve é promover o concelho A ou o concelho B. Isso é anti-turismo, dessa forma não se cria nenhum produto turístico atractivo (Presidente da Região de Turismo da Serra da Estrela, Entrevista n.º 13).

"E qual o papel da Covilhã nesse contexto? Estrategicamente a Covilhã tende a ser turística cada vez mais a cabeça turística da Serra da Estrela. O turismo de natureza e o turismo cultural. Ora nestes dois âmbitos eu vejo que a Covilhã e a Serra da Estrela têm muito a desenvolver e têm um futuro promissor nesta matéria. (...) cada terra tem que vender aquilo que tem, pelo menos em termos da sua identidade (ibidem).

Em termos turísticos a Serra da Estrela continua a ser o grande cartaz atractivo da cidade. Mas começam a emergir outros recursos turísticos intrínsecos à própria cidade da Covilhã (da arqueologia industrial, à judiaria, ao museu e ao que foram 800 anos a trabalhar a "lã"), ainda que a precisarem de trabalho de organização e sistematização para ganharem consistência e visibilidade.

### Conclusão

O estudo das representações sobre a cidade da Covilhã dá conta das significativas mudanças sociais, urbanísticas e económicas que a cidade sofreu nestas últimas décadas. A natureza essencial dessas alterações diz respeito à formação de uma nova urbanidade que se vai afirmando sobre um processo de desindustrialização que noutras cidades e regiões não chegaria a ser tão tardio.

A Covilhã constitui-se como verdadeiro enclave da industrialização na geografia interior do País tornado atributo de visibilidade social até à temporalidade recente. A partir da década de 1980 o esplendor da "Manchester" portuguesa dá lugar a uma recessão profunda e a uma descrença generalizada na recuperação do tecido industrial da cidade. Será uma crise que envolve toda a estrutura social local abrindo caminho ao colapso da sua principal vitalidade económica e social: a ancestral mono-indústria de lanifícios. Existem representações urbanas expressivas desse tempo organizadas em torno de elementos tradicionais registados na memória colectiva e que actuam como pontos fortes da matriz histórica. A criação da Universidade da Beira Interior (em 1986) responderá ao desmoronamento dos lanifícios com a conversão da economia local ao sector terciário, e tornam-na um activo decisivo com capacidade de redefinição do próprio modelo urbano covilhanense.

O novo contexto em recomposição continuada requer um olhar renovado sobre a cidade, e de modo mais profundo, torna premente uma verdadeira reinterpretação do que é, e pode ser, uma cidade média, indo além do plano dos critérios estatísticos para sublinhar antes os aspectos relacionais e as formas de organização em rede. Na perspectiva do desenvolvimento local admite-se que as cidades médias possuem um posicionamento importante a dois níveis: a existência de uma rede densa de circulação informal de informação e uma proximidade identitária eventualmente propícia à cooperação empresarial e institucional. Na prática todos se conhecem, mas esta situação não parece garantir, de forma automática, um ambiente propício a iniciativas mobilizadoras dos agentes urbanos e a estratégias de base colectiva para o conjunto da cidade.

No domínio urbanístico importa referir que as decisões em matéria de planeamento urbano

condicionam a vida colectiva na medida em que a vitalidade da cidade depende das conexões recíprocas entre os diversos tempos da biografia da cidade, para que esta contenha o tempo de todos. Se a cidade deve harmonizar a consciência do passado com o desejo futuro, não pode reduzir-se a um aglomerado de edifícios, deve antes constituir-se como um organismo que hierarquiza e satisfaz inúmeras necessidades, desde as comerciais às residenciais, de trabalho e lazer. Conseguir aprender com as vicissitudes dos tempos e utilizar as "lições" para construir o futuro de forma sustentável é um desafio que se coloca a cidades como a Covilhã.

### Notas

- 1 O autor agradece a Renata Freitas o apoio concedido na organização da informação com vista à aplicação do programa informático SPSS.
- 2 Baseamo-nos na informação colectada em 22 entrevistas semi-directivas a um conjunto previamente seleccionado e diversificado de actores institucionais e da sociedade civil covilhanense (da Autarquia, da Universidade, da Economia, da Cultura, da Segurança Social, do Operariado, dos Sindicatos e dos *Media*), que mantêm uma significativa actualidade apesar de realizadas em 2001/2002. Esta edição retoma e redirecciona uma versão prévia da análise das entrevistas apresentada em "Tempos Cruzados na Covilhã: representações urbanas e acção colectiva", Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2003.
- 3 Diz-nos o nosso entrevistado: "A Covilhã, que até lhe chamavam a «Manchester» portuguesa, fornecia as tropas e, como a Inglaterra, a Itália e a França estavam todas envolvidas na Guerra, não produziam" (Entrevista n.º 18). E acrescenta um outro: "Eu no Brasil encontrei lá tecidos com a designação da Covilhã, que eram os mais célebres que havia em São Paulo!" (Entrevista n.º 5). Um instrumento que expressa esta apreciável realidade industrial foi a fundação no século XIX de uma instituição financeira na Covilhã, o *Banco da Covilhã*, com actividade até aos anos 30 do século XX.
- 4 Criada por Decreto do Ministério das Obras Públicas, publicado em 20 de Dezembro de 1864, embora só em 1884 tenha iniciado a sua actividade, a Escola Industrial Campos Melo constituir-se-á durante muitos anos como o único centro de formação profissional do País no ramo têxtil.
- 5 No início com os teares manuais a grande parte da produção era de "cardados", tecidos mais grossos, enquanto a fição de penteado típica de tecidos mais sofisticados e tecidos mais ligeiros, antes importados, está associada a um significativo impulso na produção dada a instalação de empresas para fazer o penteado e que começam a trabalhar em regime de 3 turnos.
- 6 Partilhamos esta ideia com Ricardo Carvalheiro (2008).
- 7 A fundação da própria Universidade (1986) esteve associada à tradição do trabalho da lã, tendo sido a licenciatura de Eng.ª Têxtil a primeira a ser criada, com o objectivo expresso de formar recursos humanos qualificados para a indústria de lanifícios. Este mesmo objectivo já tinha estado na base da criação do Instituto Politécnico (1973).
- 8 O impacte económico é referido como o primeiro e mais visível, amortecendo as consequências da crise dos lanifícios
- 9 A Arquitectura é reconhecida como uma actividade de interesse público e um recurso para o desenvolvimento, quer por razões culturais (identidade, património, distinção e notoriedade das cidades), quer por factores económicos (valor acrescentado na qualidade da construção civil, do ambiente urbano e do território), quer por razões sociais (espaços públicos de qualidade, equipamentos colectivos, qualidade de vida, imagem urbana, coesão social), e ambientais (eficiência energética, valorização paisagística).
- 10 Fazemos aqui referência à reflexão de Luís Vicente Baptista sobre a relação entre as cidades e os "arredores" evidenciando o problema da continuidade territorial, o que lhe permite sugerir uma série de pistas para a pesquisa urbana nos contextos urbanos e metropolitanos contemporâneos (Baptista, 2008: 35-46). Nela discute várias questões das quais destacamos as mudanças morfológicas e as reconversões identitárias, assim como os problemas analíticos levantados por umas e por outras, e a diversidade de situações possíveis de encontrar, entre elas as da coexistência de populações no quadro das distinções étnicas e culturais.
- 11 Segundo os pressupostos da denominada "análise estratégica" de Michel Crozier, visando a mudança através de um contrato assumido entre os actores, as suas necessidades e aspirações. No seu livro *O Actor e o Sistema* (1977), Crozier propõe uma "análise estratégica da acção social" que passaria pelo aumento e pela consciencialização da capacidade negocial dos sujeitos, cujos compromissos interactivos gerariam uma sociedade mais adequada aos interesses colectivos. (Ver, deste autor, sobretudo *O Fenómeno Burocrático* (1963), *O Mundo dos Empregados de Escritório* (1965), *A Sociedade Bloqueada* (1970) e *Actor e Sistema* (1977).
- 12 "Valorizo as parcerias mas na Covilhã é impossível fazer parcerias", declara um empresário (Entrevista n.º 7).
- 13 Refira-se a aprovação recente de uma candidatura na área do turismo e do património liderada pelo Município de Castelo Branco e que envolve, pela primeira vez na história recente da região, as quatro maiores cidades da Beira Interior (Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco), apresentada à Rede de Competitividade e Inovação no âmbito do QREN. Mas existem dúvidas quanto à consistência de um pensamento subjacente alargado em torno do tema das "redes urbanas" que perdure para além deste projecto específico.
- 14 Aguarda-se a implementação da nova estrutura reorganizativa definida pelo actual Governo em articulação com o PRACE, tendo sido criadas cinco áreas regionais de turismo com circunscrição territorial correspondente às cinco NUT II e seis pólos de desenvolvimento turístico. Foi reconhecido que o antigo modelo se encontrava desfasado das exigências da realidade turística tanto em termos territoriais como da necessidade de inovação na gestão.

### Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, L. V. (2008), "Cidades e Arredores: continuidade territorial e reconversões identitárias", in D. Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades*,

- Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 35-46.
- CABRAL, M. V. (1988), *Portugal na Alvorada do Séc. XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa.
- CARVALHEIRO, R. (2008), "Que margens tem o urbano? Modos de olhar e interagir entre a cidade e as serras", in D. Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Editora Celta, Lisboa, pp. 47-64.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO/QUATERNAIRE PORTUGAL (1997), *Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Colecção Estudos 3, Lisboa.
- GUERRA, I. (2003), "Tensões do urbanismo quotidiano", in N. Portas, A. Domingues e J. Cabral (orgs.), *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GIDDENS, A. (1992), *A Constituição da Sociedade*, Martins Fontes, São Paulo.
- NORA, P. (1986), *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard.
- PUTMAN, R. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Touchstone Book.
- RICOUER, P. (1998), "Architecture et Narrativité", *Urbanisme*, (303), Paris.
- SHULLER, T. et al. (2000), *Social Capital: a review and critique in social capital. Critical perspectives*, Oxford, Oxford University Press.
- URRY, J. (1995), *Consuming Places*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- VAZ, D. (2008), "Que Rumor para as Cidades do Interior?", in D. Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Celta, Lisboa, pp. 1-32.
- VAZ, D. (2004), *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã*, Edição da Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- VAZ, D. (2003), *Tempos Cruzados na Covilhã: representações urbanas e acção colectiva*, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

#### Fontes

Arquivo Histórico do Banco de Portugal, informação recolhida sobre o Banco da Covilhã.

Entrevistas semi-directivas, realizadas a um conjunto seleccionado de actores individuais e colectivos da Covilhã.

# EYES WIDE SHUT: (RE)SITUANDO A QUESTÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL<sup>1</sup>

---

Leonidas K. Cheliotis

■ Lecturer (eq. Assistant Professor) em Criminologia e Director, Centro de Justiça Criminal, Queen Mary, Universidade de Londres (cheliotis@qmul.ac.uk)

## Resumo

Michel Foucault tinha razão em observar que há monstros à espreita cujas formas mudam com o passar da história do conhecimento e, ainda assim, nem a história do conhecimento, nem as histórias das assimetrias de poder que daí advêm são alguma vez escritas pela mão invisível de Júpiter ou suspensas pela intervenção messiânica de *Dei ex machina*. Se o nosso objectivo é o de descrever holisticamente, e talvez também o de ajudar a combater, a cada vez mais crescente exclusão do outro, então precisamos de recuar e trazer para diante da nossa lupa os processos sociais e humanos pelos quais, em primeiro lugar, percepções generalizadas e avaliações morais ganham conteúdo, forma e orientações reaccionárias. Desta forma, este artigo toma como ponto de partida a tese de Bauman segundo a qual a suspensão de processos de comunicação e as práticas de exclusão geográfica servem para abafar as pré-condições cognitivas e emocionais de qualquer juízo moral, assim estabelecendo os fundamentos da sua própria reprodução, como das suas consequências catastróficas. Se, como pretendo contra-argumentar, o envolvimento em formas físicas de comportamento exclusivista requer um peso moral significativo, este requer por sua vez a existência e a persistência de processos de comunicação. Em particular, a relegação cognitiva dos outros para o estatuto de seres moralmente inferiores é que espoleta, e perpetua, as emoções necessárias para o envolvimento moralizante em formas físicas de comportamento exclusivista.

**Palavras-chave:** Exclusão; Alteridade; Espaço/Lugar; Cognição; Emoções

## Abstract

Michel Foucault was no doubt right to observe that 'there are monsters on the prowl, whose form changes with the history of knowledge', yet neither history of knowledge, nor the histories of power asymmetries this reflects and fuels in turn, are ever written by 'the invisible hand of Jupiter' or opened thanks to the messianic intervention of *Dei ex machina*. If we are holistically to account for, and perhaps also help overturn, the ever-growing physical exclusion of Otherness, then we need to take a step backwards and bring under our magnifying glass the social, man-made processes by which mass perceptions and mass moral evaluations are given content, shape, and reactionary directions in the first place. In so doing, this article takes issue with the Baumanian thesis that, in banning or suspending communication, practices of geographical exclusion serve to stifle the cognitive as well as emotional preconditions of any moral judgement, thereby also laying the foundations for their own reproduction, and for the reproduction of their catastrophic consequences. If, as it is counterargued, engagement in physical forms of exclusionary behaviour requires significant moral weight, moral weight itself requires the existence, and indeed persistence, of communication. In particular, cognitive relegation of others to the status of morally lesser beings is what sets in motion, and perpetuates, the emotions necessary for moralising engagement in physical forms of exclusionary behaviour.

**Keywords:** Exclusion, Otherness, Space/Place, Cognition, Emotions

Começo este artigo com a versão argentina de um mito urbano que se popularizou. Quando Juan e Evita Péron decidiram construir uma propriedade de luxo situada algures no exterior de Buenos Aires, longe das decadentes *villas miserias* onde habitam as pobres populações migrantes, um rígido sistema de vigilância foi montado para prevenir assaltos. Na dita propriedade, todos os dias por volta do meio-dia um trabalhador aparecia no portão de saída com um carrinho-de-mão carregado de palha. Os guardas, para evitar que algo de suspeito se passasse por debaixo das suas barbas, inspecionavam sempre a palha com grande minúcia. Contudo, para sua desilusão, nunca descobriam nada de ilegal. Até que, um ano depois, um dos guardas mais desconfiados se decidiu a confrontar um dos trabalhadores cujo negócio, por estes dias, prosperava. “Afinal de contas”, perguntava o guarda cedendo à sua própria curiosidade e revelando alguma inveja e admiração pelas bem-sucedidas explorações deste seu conhecido, “posso saber o que andas a roubar todos os dias da propriedade do senhor Péron?” Ao que o trabalhador, sussurrando ao ouvido do guarda, terá respondido: carrinhos-de-mão (Cerf, 1952: 64). Para o filósofo Slavoj Žižek, a lição a tirar deste episódio é curiosamente paradoxal: “Nunca nos podemos esquecer de incluir no conteúdo de um acto de comunicação o acto em si, uma vez que o significado de cada acto de comunicação reside também na asserção, que o próprio constitui, de que é um acto de comunicação” (Žižek, 2006: 21). Com efeito, é secundário que o desvio social possa tomar a forma de uma violação de regras sociais em termos que as próprias regras prevêm. Neste caso concreto, o que conta é que o trabalhador proferiu uma mentira estratégica para flanquear e se vingar do seu antigo opressor sem correr riscos de represália (isto é, sem violar, pelo menos explicitamente, as regras). Até a ocorrência do encontro entre os dois é, em último caso, irrelevante. O primeiro engano reside na nossa incapacidade em reconhecer que habitualmente as representações servem os interesses do “Senhor narrador” que “dilui narrativas potencialmente rivais numa plataforma comum, assim as preterindo para uma posição marginal” (Kearney, 1994: 493). Ou, como Žižek afirma, “o engano (reside) no nosso fracasso em incluir na lista de suspeitos a própria ideia de suspeita (generalizada). (...) Esta é a primeira coisa a reter sobre a forma como o inconsciente funciona: o inconsciente não está escondido no carrinho de mão, é o carrinho de mão” (Žižek, 2006: 21).

Parece haver um “efeito carrinho de mão” no modo como sociedades exclusivistas são produzidas e reproduzidas. Que o fenómeno nasça, perdure e até cresça à vista desarmada ocorre, simplesmente, porque a sua natureza e as suas causas fundamentais tendem a escapar à nossa compreensão. O presente artigo ilustra a necessidade e estabelece

os fundamentos de uma exegese da exclusão, quer enquanto *explanandum* – isto é, enquanto puzzle a ser resolvido – quer enquanto *explanans* – ou seja, como instrumento hermenêutico – assim anatomiando a sua mecânica socio-espacial por forma a deslindar as ligações éticas implícitas entre ambos. Com este fim em vista, optei pela adopção da abordagem platónico-idealista, através da qual múltiplos exemplos, desde o gueto americano à *banlieue* parisiense, passando pelas prisões de ambos os lados do Atlântico, pela exterminação dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial e pela actual mortalidade infantil do nordeste brasileiro, “indicam a vitalidade transcendente da ideia que expressam, sendo que a ideia corresponde ao referencial fixo de exemplos mutáveis” (Žižek, 1992/2008: xi). Passo a passo, os espaços geográficos são substituídos por espaços sociais, a hermética separação comunicativa cede perante a perceptividade incorpórea e a hipertrofia moral toma o lugar da indiferença moral. Se, como sugiro, a relegação cognitiva dos excluídos para o estatuto moral de seres inferiores é o que desperta as emoções necessárias para a participação em comportamentos de exclusão física (i. e., segregação, violência), obstruindo ainda os potenciais de empatia inerentes ao inevitável contacto face a face com o excluído, a desumanização cognitiva em si mesma só é possível através de mediações simbólicas prévias. Mediações essas que transcendem as fronteiras do tempo e do espaço com o fim último de diluir as formas de ver, de compreender, de sentir, de avaliar o mundo exterior ao *self* e a ele reagir estrita, ainda que subtilmente, de acordo com os diferenciais de poder que ambos reflectem e ajudam a sustentar.

### *O modelo da 'Visibilidade-Zero' da Exclusão Espacial e da sua Auto-reprodução*

“Procuramos criar um ser não-humano no qual o sofrimento moral, a bondade de coração, o afecto, o amor e todos aqueles venenos corrosivos de inexaurível energia vital, quais ímpares interruptores da potente electricidade corporal do homem, serão abolidos” (Marinetti, 1972: 91, citado por Shanken, 2000).

Em primeiro lugar, importa notar que com o termo exclusão se pretende designar os processos de marginalização colectiva forçada a operar em vários sistemas sociais, económicos, políticos e culturais, incluindo a consequente desfiliação dos mesmos. Operando conjuntamente, são estes processos que integram os seres humanos numa sociedade. Portanto, para além da pobreza ou desvantagem económica, a exclusão acarreta consigo a falta de acesso a diversas e interligadas áreas tais como a da habitação, a dos serviços de saúde, a de um salário, a da educação, e a da justiça (Young, 1999).

De forma ainda mais acutilante, também envolve o que Robert Sack descreve como uma forma estratégica de territorialidade, nomeadamente, “a tentativa de um indivíduo ou grupo influenciar, afectar, ou controlar objectos, pessoas, relações, limitando a área geográfica e exercendo controle sobre ela” (Sack, 1983: 56). São disso exemplo a segregação espacial de grupos desfavorecidos em enclaves urbanos muito degradados – sob condições de “encarceramento virtual”, de acordo com a definição de Wacquant (1996, 126) – ou, para recorrer a um exemplo ainda pior, em armazéns sobrepovoados que são hoje o “estado da arte” no que diz respeito a estabelecimentos prisionais (Wacquant, 2001).

Bauman cedo associa a gestão dos espaços com os domínios das emoções e da ética. Na minha leitura, Bauman assume de forma implícita que o exercício de um juízo moral pressupõe uma faculdade de percepção simultaneamente cognitiva e emocional. Desta forma, capacidades emocionais e cognitivas operam em sinergia, assistindo-se mutuamente num esforço de compreensão da situação na qual nos encontramos (Vetlesen, 1994: 175). A percepção, façamos notar, informa o nosso juízo de valor e por consequência é, à vinda, informada por ele; e todavia, tal movimento pendular revela-se irrelevante para o caso. Pois o “juízo de valor (e a tomada de acção subsequente) não vem a ocorrer nos casos onde uma das faculdades é, por alguma razão, impedida de participar activamente no processo” (ibid.: 157). Banindo ou suspendendo a comunicação, as práticas de isolamento geográfico (ou de clausura exclusiva, na terminologia Weberiana) servem então para abafar as pré-condições cognitivas e emocionais de qualquer juízo de valor, desta forma cultivando a sua própria reprodução, de consequências catastróficas. Assim, como nos diz Bauman no quadro da sua abordagem geopolítica da instituição prisional:

“O processo de «estranhamento» (*'estranhamento'*) reduz, estreita e comprime a percepção do outro; as qualidades individuais e as circunstâncias que tendem a ser tão vivamente trazidas ao conhecimento pela experiência acumulada da socialização contínua e diária, raramente saltam à vista quando o contacto social é reduzido ou impedido: a tipificação social toma então o lugar de familiaridade pessoal, e as categorias legais transportam consigo a redução da variedade dando lugar à irrelevância do carácter único das pessoas e das circunstâncias. Quando, de forma forçada, se encontra numa condição de reduzida familiaridade, mantida e cultivada no interior das fronteiras de um espaço supervisionado de perto, mantido à distância e barrado do acesso

comunicativo, seja ele regular ou esporádico, o Outro é alienado ficando permanentemente fechado e selado nessa condição, sendo portanto «apagado» – despido da sua genuinidade, a única característica que permitia contrariar a estereotipificação e ultrapassar ou mitigar o impacto redutor da lei – incluindo da lei penal” (Bauman, 2000: 27-8).

Contudo, este seria ainda assim um diagnóstico demasiado indulgente, para não dizer enganador, associando a prioridade temporal à genuinidade da pessoa humana enquanto objecto de “estranhamento”. É todavia a qualidade humana da pessoa que, no caso, é desafiada logo a partida. Ainda que seja verdade que a negação da individualidade corresponde à negação de uma dimensão intrínseca à humanidade, a segregação espacial e a perda de visibilidade perseguem o “anterior” (porque “superior”) fim, o de deserdar o invisível da pertença à humanidade, uma humanidade na qual a individualidade não é mais do que uma qualidade acessória. Este parece ser cada vez mais o caso nas prisões mais rudimentares do mundo anglo-americano (ver Sparks, 1996, 2007), ou, ainda mais, no campo de detenção “sem-lei” de Guantanamo em Cuba – o “equivalente legal da dimensão extra-espacial”, como a ele se referiu um advogado da administração Bush (Sands, 2008). O alienado de Bauman, deste ponto de vista, não é nada mais do que o *homo sacer* de Giorgio Agamben, o morto-vivo dos campos de concentração Nazi, “aquele que pode ser morto mas não sacrificado”, o legado antropomórfico da “Lei Romana arcaica, na qual a vida humana é incluída na ordem jurídica (ordinamento) somente sob a forma de exclusão (ou seja, da sua capacidade para ser morto)” (Agamben, 1998: 8). Ou, para usar a linguagem aristotélica que o próprio Agamben repete, o alienado é aquele a quem é vedada não apenas a oportunidade de uma vida boa e qualificada, própria de indivíduos verdadeiramente distintos (*eu zen*) mas também o reconhecimento dos outros como pertencente à espécie humana, o acesso físico a lugares onde pode viver em comum com outros homens e por vezes até o direito à própria vida prática (*zen*).

Bauman parece tomar este aspecto em consideração nos seus estudos iniciais, quando discute as condições sociais que levaram ao Holocausto. O próprio refere a invisibilidade natural da própria humanidade das vítimas enquanto “comprimidos para dormir morais” necessários para transformar os indivíduos – que não são, em nenhum dos sentidos “normais” da palavra, “degenerados morais” – em assassinos ou colaboradores conscientes dos assassínios (Bauman, 1989: 26, 24). Em primeiro lugar, o distanciamento visual das vítimas e a sua consequente redução a entidades desalmadas anula

qualquer possibilidade de identificação em simultâneo com a obsolescência de todas as inibições morais contra a dor aflitiva que sobre elas se abate. Não há nada que ameace o ânimo dos perpetradores, nem, conseqüentemente, nada de humanamente imoral em tratar não-humanos de forma desumana. Mas, como Bauman também aponta, de mão dada com a perda de visibilidade das vítimas e da sua humanidade está a perda de visibilidade do seu número. Por seu turno, esta situação expropria o ser humano da sua capacidade para a compaixão ou o que Hannah Arendt descreve como “a piedade animal que todos os seres humanos sentem quando confrontados com o sofrimento dos outros” (Arendt, 1964: 106, citada por Bauman, 1989). Toda a procura no sujeito de defeitos morais ou de qualquer tipo de causalidade interna donde pudesse resultar uma esperada auto-responsabilização se revela assim absolutamente insignificante, para não dizer masoquista. O relato de Bauman merece ser citado em maior detalhe:

“Com a morte «à distância», a ligação entre carnificina e actos totalmente individuais – como o puxar de um gatilho, o ligar da corrente eléctrica, ou o pressionar de um botão – acaba por ser puramente teórica (tendência a que muito ajuda a mera discrepância entre o resultado e a sua causa imediata – uma incomensurabilidade que facilmente desafia a compreensão, baseada que esta está na experiência do senso comum). É portanto possível sermos um piloto que lança uma bomba sobre Hirochima ou Dresden, atingirmos níveis de excelência nos deveres que nos são consignados numa base de mísseis, construirmos ogivas nucleares cada vez mais devastadoras – e tudo isto sem recuarmos na nossa integridade moral ou sem nos aproximarmos do colapso moral. (...) (No mesmo sentido, as câmaras de gás) (...) reduziram o papel do assassino àquele de mero «inspector sanitário» a quem é solicitado que deposite uma quantidade determinada de «químicos desinfectantes» na brecha do telhado de um prédio, o interior do qual ele não terá sido incitado a visitar” (Bauman, 1989: 25-26).

Em última análise, se os juízos de valor são ou não baseados em emoções e na cognição humana, ou estes últimos nos primeiros, nenhum processo pode ser iniciado, e ainda menos conducente à mudança, na ausência de um sujeito reconhecido nesse direito.

### *Quão totais são as Instituições Totais? Algumas considerações preliminares sobre os limites funcionais da exclusão espacial*

Começamos por traçar o papel crucial que processos de mediação podem desempenhar na gestão de comportamentos morais, isto é, no exercício de um controle exógeno sobre as acções ou inacções de uma pessoa enquanto ser moral. Todavia, um passo atrás parece ser aqui imperativo. Pois não importa quão monolítica a segregação socio-espacial possa parecer à primeira vista, não é necessariamente equivalente à separação comunicativa ou a uma total invisibilidade. Nem tão pouco preenche sempre as funções alienantes tão vividamente descritas por Bauman. Ao nível mais imediatamente tangível do que John Thompson (2005: 35) classifica de “visibilidade situada de co-presença” esta dicotomia pode ser pensada por analogia com a comparação de Wacquant entre o hipergueto afro-americano de fim de século e a situação dos imigrantes nos bairros periféricos das metrópoles europeias (i. e., a *banlieue* parisiense), este último correspondendo a um universo racial e culturalmente mais homogéneo, caracterizado por uma baixa densidade organizacional e uma baixa penetração do estado, sendo o primeiro “tipicamente heterogéneo em termos etno-raciais e recrutamento de classe, como uma presença comparativamente mais forte de instituições públicas e uma profunda penetração estatal” (Wacquant, 1996: 122; Mooney e Danson, 1997). Ao contrário do caso homólogo americano, e tendo em conta as diferenças entre as respectivas heranças urbanas, lógicas exclusivistas e políticas governamentais próprias de cada lado do Atlântico, “as concentrações de imigrantes, tal qual existem (nas periferias metropolitanas do continente) não são o produto do fechamento do grupo dentro de fronteiras espaciais rígidas, como evidenciado pelas altas taxas de casamento interracial e difusão espacial quando a educação e a posição de classe melhoram” (Wacquant, 1998: 1645). Enfim, sem querer pintar um quadro cor-de-rosa, as condições traumáticas das zonas urbanas mais pobres que existem por essa Europa fora, não é por acaso que estratos diferentes podem partilhar o mesmo contexto espacio-temporal e assim entrarem em contacto físico directo uns com os outros.

Na sua crítica à tese da “cidade dual” proposta pelos teóricos da ecologia humana, e ecoada na descrição que Bauman faz de Washington, Jock Young vai ao ponto de duvidar que o típico gueto americano se possa classificar como uma zona urbana claramente demarcada do resto da cidade:

“Pois as fronteiras são regularmente cruzadas e a língua falada de cada lado é muito semelhante. O género parece ser aquele

elemento ao qual o argumento não se aplica: empregadas, enfermeiras e freiras deslocam-se para o trabalho todos os dias atravessando essa «fronteira». As mulheres, como William Julius Wilson avança no livro *When Work Disappears*, são mais aceitáveis para quem está de fora do gueto, do que pelos seus próprios parceiros. São os homens que ficam em casa – e daí a designação de «home boys». Taxistas, pequenos comerciantes, porteiros e pessoal da manutenção regularmente fazem o seu caminho através das fronteiras invisíveis de Washington. (...) Os trabalhadores pobres sustentam o estilo de vida dos trabalhadores ricos: de facto, só a disponibilidade de ajuda «fácil» é que viabiliza a sobrevivência de famílias de carreira dupla (Young, 1999: 471-2).

De forma ainda menos tolerante (na acepção qualificada de Derrida), qualquer tentativa localizada para reprimir hermeticamente as massas requer, ironicamente, que o espaço cívico urbano seja “primeiro” estruturado, ou reestruturado, em consonância com a inclusão, em vez de exclusão. Como Keyth Hayward explica, “para a vigilância gerir os seus sujeitos desviantes, moldando, dando forma, e assegurando em último lugar conformidade de conduta, aqueles sujeitos devem estar **dentro** do perímetro e não **fora** dele” (Hayward, 2004: 139). Em geral, e seja qual for a razão da interpenetração das barreiras físicas, “para que o processo de polarização social possa ser verificado, temos que analisar tal noção à luz de um escrutínio mais rigoroso da estrutura espacial em causa” (Van Kempen, 1994: 1001).

Neste momento imagino alguns dos leitores a obstarem ao uso da analogia sociotopográfica de isolamento involuntário no caso de periferias degradadas e da visibilidade situada do mundo prisional. De facto, hoje não são apenas o hipergueto e a prisão a caracterizar-se por uma “homologia estrutural”, compreendendo e acomodando os mesmos tipos de relações sociais e padrões de autoridade (i.e., divisões raciais entre subordinados, a cultura supermasculinista da rua, a localização de uma população maioritariamente negra sob a supervisão de brancos). Também estes revelam uma “equivalência funcional”, tendo como missão comum a de purgar os indesejáveis. O modelo prisional parece, a esta luz, ainda mais promissor (Wacquant, 2001). Mas, por muito difícil que seja defender que os muros visíveis da prisão são tão porosos como as fronteiras invisíveis do gueto americano, ou mesmo da *banlieue* parisiense, não deixa de haver fortes razões para um certo cepticismo quanto ao grau de separação comunicacional entre prisioneiros, sugerida por Bauman e Wacquant. Basta dizer que apesar do actual boom da encarceração, práticas barbáricas

de ostracismo e exílio como as da deportação de condenados para colónias penais distantes, ou a imposição sobre os mesmos de trabalho escravo, não pertencem a um passado distante. Abu Ghraib, na periferia de Bagdade no Iraque, Guantanamo, em Cuba, ou mesmo os vários campos e prisões secretas que existem pelo mundo inteiro, continuam a ser excepções perturbantes, até do ponto de vista do próprio excepcionalismo americano<sup>2</sup>. Na verdade, por razões pragmáticas como o transporte de prisioneiros, a procura de um staff adequado, a disponibilidade de vários tipos de bens especializados, materiais, e serviços, o potencial nefasto das prisões reavivarem economias rurais (i.e., em termos de taxas de empregabilidade, receitas financeiras, e comércio regional) leva a que sejam agora situadas na vizinhança das comunidades locais donde provêm os detidos, mais do que em áreas remotas e despovoadas (Farrington, 1992; Murray, 2007; Applegate & Sitren, 2008).

Ora uma vizinhança deste tipo não torna *eo ipso* as fronteiras menos porosas. Num extremo do espectro, a mancha de marginalidade moral que associamos aos menos privilegiados vem a par com a estigmatização territorial e é por esta reproduzida. No caso da França, Les Minguettes e La Courneuve ou o complexo habitacional de Mirail em Toulouse são disso exemplo; nos Estados Unidos, Los Angeles centro-sul, o Bronx e o projecto de Cabrini Green em Chicago; no caso alemão, Duisberg-Marxloh e Berlin-Neuköln; em Inglaterra, os casos de Toxteth em Liverpool, Saint Paul em Bristol ou a propriedade de Meadow Well em Newcastle em Inglaterra; e ainda, na Holanda, os casos de Biljmer e Westlijke Tuinsteden em Amesterdão. Não só estas zonas metropolitanas ficam reservadas aos párias do Primeiro Mundo, argumenta Wacquant, elas “são vistas e reconhecidas publicamente como buracos negros urbanos onde a violência, o vício e o abandono fazem parte do quotidiano” (Wacquant, 2008: 238; ver ainda Girling *et al.*, 2000; Sparks *et al.*, 2001). Passando do ‘encarceramento virtual’ para o seu protótipo, o simbolismo negativo dos muros prisionais de grande perímetro nas áreas residenciais, ou na sua proximidade, parece desencorajar o envolvimento das comunidades, mas também reforçar o que é hoje comum designar por “síndrome NIMBY” (*not-in-my-backyard syndrome*). Como o próprio termo sugere, e apesar do apoio público generalizado ao uso do encarceramento como uma estratégia de controle criminal, a presença de uma prisão numa dada comunidade tende a provocar grande consternação e traz consigo a hostilidade dos bairros mais próximos (quanto mais não seja pelo medo generalizado que a fuga potencial de detidos inspira) e, enquanto corolário potencial de tudo isto, de vitimização criminal futura (Martin e Myers, 2005)<sup>3</sup>. As construções prisionais, assim, desempenham a dupla função psíquica que

a mitologia tradicionalmente reserva a monstros e outras figuras míticas e que esta de acordo com a etimologia binária do termo latino *monstrare*: eles mostram e avisam, lembrando-nos que o ego não é sempre inviolável.

Uma resposta espontânea seria, e em alguns casos foi, a de desenvolver e manter uma rede de prisões de segurança máxima em edifícios do tipo fortaleza que, apesar de situados no campo imediato de visão da comunidade livre, prometem isolar “totalmente” as populações de detidos dentro das suas paredes e mantê-los afastados dos bairros, casas e lojas locais. Os exemplos mais característicos destes fortes, situados na proximidade das comunidades por forma a “manter o inimigo cá dentro em vez de lá fora” (Gresham Sykes, 1958: 3), são o Maryland Correctional Adjustment Centre na baixa de Baltimore, o ADX Florence no Colorado, Attica no estado de Nova Iorque, Belmarsh em Londres, La Santé em Paris, San Vittore em Milão, e o complexo prisional de Korydallos em Atenas, para mencionar apenas alguns. Sem sombra de dúvida, os locais, bem como qualquer pessoa que esteja apenas de passagem, ter-se-iam maravilhado com Andrew Derbyshire (2003: 56) quando afirmou que “os arquitectos tentam cuidadosamente estabelecer um interface público atractivo, procurando, numa arquitectura urbana sensível, um equilíbrio entre a necessidade de o edifício parecer acessível e os necessários símbolos prisionais que inspiram orgulho cívico” (Será Derbyshire da opinião que o betão de tom laranja-rosa, como no trágico caso de San Vittore em Milão, possa alguma vez passar por maravilha da cenografia urbana? Não sabemos.) Mas temos, em vez disso, uma tentativa de inverter, de forma homeopática, o papel que a arquitectura desempenha na gestão das sensibilidades públicas: procura-se compensar a péssima experiência da proximidade geográfica de uma prisão com a presença de uma prisão austera e esta deslocação estética deve portanto inspirar um forte sentimento de segurança. Uma mitigação sublime, mesmo que parcial e temporária, dos medos que os edifícios prisionais servem e animam. *Ibi sunt dracones*, (“ali vivem dragões”) para parafrasear o famoso aviso de Lenox Globe, e ali devem permanecer. O cidadão normal pode agora dormir em paz pois o Estado está a fazer alguma coisa para combater o crime e as inseguranças ontológicas que o crime gera (a acrescentar àquelas que inconscientemente remove)<sup>4</sup>.

Seja como for, Keith Farrington lembra que nem todos os sistemas correctivos podem custear a construção de verdadeiras “instituições totais”, nomeadamente, instituições onde “um grande número de indivíduos, postos à parte da sociedade por um período considerável de tempo, levam uma vida formalmente administrada e fechada” (Goffman, 1961: xiii):

“É um facto bem conhecido que é mais caro construir e manter aquele tipo de infra-estruturas “megaprisionais” de segurança máxima que, no mínimo, tendem para um modelo de instituição total, do que construir e administrar instituições menos seguras, ou alternativas verdadeiramente não-institucionais de encarceramento. Assim, apesar de ambos cidadãos e oficiais de governo serem favoráveis ao encarceramento de alta segurança num contexto institucional total enquanto pedra angular da sua luta contra o crime, esta alternativa pode simplesmente ser uma impossibilidade económica nalguns casos. (...) O encarceramento em massa é um grande negócio, e, eventualmente, há muito dinheiro em jogo. E, quanto mais totais são as instituições em questão, mais dinheiro estará envolvido” (Farrington, 1992: 11).

Esta é a principal razão pela qual, ao tempo deste artigo, o número de estabelecimentos de segurança máxima em Inglaterra e no País de Gales remontava a 8 prisões – uns meros 6 pontos percentuais num total de 139 estabelecimentos. Que os estabelecimentos locais tenham sido historicamente o maior sector do sistema prisional inglês não constitui qualquer surpresa. Como Sparks expressou tão vividamente, “a prisão local geral” (ou então, a “brecha local” “*local nick*”) é o sistema prisional inglês (Sparks, 1971: 90)<sup>5</sup>. A isto podemos acrescentar a expansão recente da reintegração na comunidade e outros programas semelhantes que, apesar de aludirem com frequência a preocupações financeiras e de sobrelotação, ainda assim encurtaram, de alguma forma, a distância entre a prisão e o mundo exterior, ou proporcionando aos prisioneiros a oportunidade de circular mais ou menos livremente entre nós (Cheliotis, 2006)<sup>6</sup> ou exigindo a entrada de falanges de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, voluntários, organizações não-governamentais, advogados, assessores jurídicos, doutores, psiquiatras e criminólogos nas prisões para oferecerem os seus serviços especializados, quaisquer que sejam as suas implicações.

Neste sentido, o meu argumento é o de que a invisibilidade física do microcosmo prisional é menos total e hipostasiada do que o sugerido por Bauman e Wacquant. Mas isso não é tudo.

*E viveram felizes para sempre:  
Faces carentes, 'Histórias tristes' e o despertar da empatia*

“Incapaz de escapar a si próprio: eis o Eu” (Levinas, 1961: 245).

Até aqui, a análise deixa uma margem significativa para optimismo. Podemos supor, como a exclusão espacial pertence a um *Zeitgeist* do pas-

sado, que o que surge – acessibilidade territorial e uma crescente reciprocidade visual – devia normalmente funcionar como um ponto de amparo para a identificação, compaixão e, se necessário, uma intervenção moral mais adequada. Até podemos ir ao extremo de reformular a hipótese *ex positivo*. Isto é, a proximidade física e a visibilidade têm de facto o potencial intrínseco de inspirar mais do que a simples unidade e compaixão, e até mais do que amor. Podem igualmente induzir empatia, ou, posto de outra forma, criar “capacidade de ser afectado pela afectividade do outro” (Vetlesen, 2005: 11) assim ajudando a construir, em terra firme, a ponte entre abismos estereotípicos e a inclusão socio-espacial.

Como oposta à identificação interpessoal, a empatia consiste no “reconhecimento da alteridade de duas pessoas, da sua diferença e carácter distinto enquanto algo que deve ser mantido e não anulado” (Vetlesen, 1994: 204). E, portanto, a empatia está “na retenção, e não no abandono, da posição e identidade do sujeito no seu esforço de reconhecimento do outro enquanto outro” (idem). Da mesma forma, a empatia difere da compaixão (em particular, da ideia de compaixão presente em Schopenhauer): a empatia “ocorre porque a tua dor é tua e não minha, porque nós somos seres humanos individuais e separados; o chamamento pode ser correspondido porque somos todos seres humanos, partilhando, através das nossas faculdades emocionais, da mesma experiência de dor” (ibid.: 207). Para circunscrever todos estes contrastes, a empatia, ao contrário do amor, “pode ser direccionada para pessoas que não nos são especiais e que não amamos. (...) A pessoa com quem crio empatia é olhada como diferente, mas não como única, pelo menos não no sentido mais forte de ser, para mim, insubstituível e impagável” (ibid.: 204)<sup>7</sup>.

Como seria expectável, a função e natureza dual da empatia – orientada para o outro assim como para o próprio reconhecendo e sustentando a alteridade – impõe à performance moral critérios de avaliação mais elevados. Pois o objecto de avaliação moral não é mais aquele que produz uma reacção emocional e cognitiva no sujeito, mas é sim o próprio sujeito. “As minhas atitudes para com os outros reflectem-se nas minhas atitudes para comigo mesmo; para ser capaz de me olhar no espelho como uma pessoa digna, tenho que alcançar um determinado nível nos meus sentimentos, pensamentos e atitudes perante os outros” (ibid.: 160-161). Se, então, e concordando com Vetlesen, a empatia traz consigo um peso moral inter e intra-pessoal maior do que a dos seus parentes mais intangíveis e passageiros (identificação, compaixão, amor), a pergunta que urge fazer é a seguinte: qual é o grau (e quais as condições) de proximidade física e de visibilidade que pode facilitar a sequência em questão?

É pouco provável que atitudes classificatórias e redutoras sejam adoptadas previamente como é pouco provável que sejam abandonadas assim que as pessoas chegam a acordo. É-nos dito frequentemente, por exemplo, que quanto maior o grau de intimidade física e social entre uma pessoa e o detido, menor a probabilidade de o último vir a ser fundamentalmente estigmatizado pelo primeiro (Rubington & Weinberg, 1973; Rock, 1973). Como escreve Richard Ericson, a propósito das múltiplas formas pelas quais os ex-detidos são tratados após a libertação, “pessoas próximas têm mais informação social ao seu dispor sobre o sujeito do que a maioria pessoas mais distantes, informação essa que permite abordar o sujeito tendo em conta vários aspectos da sua identidade social, envolvendo vários papéis sociais” (Ericson, 1977: 17). Não surpreende portanto que “em vez de evitar ser «contaminado» dissociando-se do seu filho (anteriormente detido), é provável que os pais unam esforços com o sujeito estigmatizado, num esforço colectivo de demanda de uma identidade convencional. (...) Entre aqueles que apenas «têm conhecimento do», em vez de «conhecerem o» sujeito (...) há uma diferença abismal de reacção” (ibid.: 22, 23). Apesar da observação de Ericson dizer somente respeito à componente do juízo de valor, não é difícil ver como a intimidade física e social pode potenciar o contacto também por via das emoções. O amor dos pais desempenha um papel tão importante quanto a sua cognição no reconhecer do outro enquanto ser humano, e ainda assim não necessariamente enquanto sujeito totalmente distinto. Para Ericson, o que está em jogo, apesar de tudo, não é a “alteridade” do outro enquanto merecedora do reconhecimento assumido e de direito próprio, mas a apresentação de uma qualquer imagem convencional passível de ser recebida favoravelmente por aqueles que estão do lado de fora. A transição inversa, do “O” maiúsculo do “Outro” para o “o” minúsculo do “outro” constitui pois um longo caminho a percorrer.

É no mesmo terreno analítico que Shadd Maruna e Thomas LeBel admitem a plausibilidade de um modelo de re-entrada baseado na auto-estima (*strengths-based re-entry model*), que vá para além da procura de um remédio para as necessidades dos infractores, e que os encoraje “a fazer remendos, a demonstrar o seu valor e potencial e a experienciar o sucesso em papéis de suporte e liderança” (Maruna e LeBel, 2002: 168). Esta abordagem, sugerem Maruna e LeBel, promove algum grau de “reintegração relacional” com efeitos a longo prazo, pois atribui aos detidos uma tarefa visível e com significado na comunidade (por exemplo, responsabilidade parental activa ou o trabalhos de conservação), resgatando o sujeito da estigmatização aos olhos da sociedade em geral e não apenas aos olhos daqueles que lhes são próximos. Como o significado corrente do termo

sugere, contudo, a reintegração relacional pressupõe que os detidos foram uma vez parte incluída da sociedade em geral, senão no sentido aristotélico de um *eu zen*, pelo menos no sentido mais limitado de lhes ser permitida a partilha do mesmo espaço vivencial com qualquer outro cidadão. Mesmo que aceitemos este apriorismo tácito como verdadeiro (muitos diriam o devaneio), a reintegração moral poderia dificilmente ser completada na prática, isto é, ir para além da mera antropomorfização.

Maruna e LeBel não vão ao extremo de afirmarem que a reintegração relacional por si só serviria para equipar os infractores de oportunidades para uma distinção pessoal, indiferentes face às concepções pré-estabelecidas de bem na sociedade. Pelo contrário, o alerta que pretendo lançar é este: na sua forma actual, e no que respeita à sociedade em geral, o esquema conceptual da reintegração social privilegia a cognição em detrimento das emoções, dá azo a histórias paternalistas de "redenção merecida" em detrimento de "histórias tristes" e desafiantes e prefere um perdão e uma identificação racionalmente calculados à empatia espontânea. A reintegração social, tal como praticada hoje em dia, pode conduzir ao embargo das estruturas sociais de inclusão espacial que reflectam e facilitem uma noção de moralidade mais forte do que aquela que a realidade do dia-a-dia demonstra. A conjugação não-hierárquica e de efeitos normativos entre preocupação (enquanto cortesia do emocional) e respeito (enquanto cortesia do cognitivo-racional) que Vetlesen propõe, é iluminadora a este respeito:

"A preocupação que uma pessoa tem por outra é uma preocupação *com* o outro, uma preocupação na qual o estatuto de Outro, enquanto ser autónomo, é interpelado. Como tal, a preocupação pela outra pessoa, que devemos designar como uma preocupação moral *ipso facto*, contém o respeito pela integridade dessa pessoa, pelo direito inviolável dessa pessoa em decidir por ele ou por ela o que melhor serve os seus objectivos e interesses. Se este preceito não for observado, arriscamo-nos a confundir preocupação com paternalismo" (Vetlesen, 1994: 2).

A que devemos acrescentar que:

"Por difícil que seja conceber preocupação sem respeito, parece igualmente difícil conceber respeito sem preocupação. Acharíamos credíveis aquelas propostas que nos asseguram respeito pelos outros, «respeito» no sentido moral, tendo os mesmos faltado à demonstração de preocupação pela sorte e azar dos outros? Dificilmente. Neste caso, como no primeiro, quando um dos princípios

exclui o outro princípio a sua pretensão de importância moral perde todo o sentido" (Vetlesen, 1994: 2).

No seu livro *Making Good*, Maruna parece aproximar-se de Vetlesen quando escreve que, "no Ocidente, de certa forma, nós exigimos uma "história triste" sobre os desviantes para os tornar perdoáveis" (Maruna, 2000: 145). Mas de novo, as "histórias tristes" que testam a *nossa* moralidade não são do tipo *odeia o pecado, ama o pecador*, onde outros oferecem neutralizações pelos seus actos e demonstram o seu potencial ético. Nem tão pouco são estas histórias que inspiram as nossas tentativas sobranceiras "de encontrar qualquer valor redentor no indivíduo" (ibid.: 142). A preocupação e o respeito vêm ao de cima quando "histórias tristes" sobre os outros fazem tremer a moralidade das nossas próprias biografias até às suas raízes, quando nos confrontam com os nossos próprios pecados, quando, despertando a nossa empatia, a nossa culpa e a nossa vergonha encontram finalmente o seu caminho, em direcção às almas dos verdadeiros pecadores. Ou, como Maruna ele próprio prefere afirmar, quando deixa de ser fácil "desapropriárm-nos das nossas próprias sombras" (Maruna *et al.*, 2004).

A intimidade física e social pode criar uma empatia espontânea e lançar uma luz significativa sobre as condições particularmente difíceis nas quais indivíduos ou grupos tendem a ser mais violentos que outros. O fracasso do outro em levar uma vida de acordo com os princípios do *eu zen* pode ser atribuído ao dado prévio de um *zen* precário, ou então, à redução do outro à "mera existência" (*la nuda vita do homo sacer* de Agamben). Como Levinas (1961) arguiu, o poder da face do Outro reside, paradoxalmente, na sua inconfundível expressão de pobreza e destituição. Ser confrontado com esta face não reforça apenas a interdição "Tu não deves matar"; "O Outro envergonha-me na minha liberdade arbitrária, que é sempre justificada porque apela ao ajuizar do Outro. (...) O juízo dá portanto origem à responsabilidade infinita da Vontade, mesmo que seja a Vontade de seres irredutivelmente distintos" (Alvares, 2006: 273).

A proximidade e a visibilidade promovem a empatia e previnem comportamentos violentos quando potenciam o apercebimento por parte do sujeito do envolvimento, passivo ou activo, involuntário ou deliberado, no sofrimento de outro ser humano. Tal ficou claro, por exemplo, na experiência de Stanley Milgram sobre a obediência e legitimação à autoridade, um exemplo celebrizado pelo contributo que deu para compreendermos melhor o Holocausto. Nesta experiência em que se procura averiguar a forma como a infligência do castigo pode afectar a aprendizagem e a memória, voluntários que desconheciam o facto de participarem numa expe-

riência, foram convidados a entrar num laboratório na Universidade de Yale. Em seguida, foram instruídos por um alegado psicólogo (o “experimentador”) para administrarem, em ritmo crescente, choques eléctricos a estudantes (na realidade, actores) que estavam numa sala ao lado, fora da vista, quando estes cometiam “erros” ao tentarem memorizar sequências de palavras. A verdadeira pergunta de investigação era “até que ponto pode o participante obedecer às instruções do experimentador sem lhes resistir” (Milgram, 1974/2004: 4-5). Em particular, o que nos interessa neste exemplo é um conjunto de três variáveis na experiência inicial, onde as “vítimas” e o seu sofrimento eram dadas a conhecer ao sujeito de forma cada vez mais imediata. Na condição dita de “*feedback* de voz”, os protestos e as queixas das vítimas eram claramente audíveis através das paredes do laboratório; na condição dita de “proximidade”, o sofrimento da vítima ficava situado no mesmo quarto onde permanecia o sujeito, a uma distância audível e visível; e, na condição de “contacto físico”, a aplicação do castigo requeria contacto físico entre os dois lados, com os voluntários a terem eles próprios que pressionar a mão da vítima contra a máquina que emitia choques. Não surpreende que Milgram tenha concluído que “à medida que a vítima se aproximava do voluntário a quem tinha sido ordenado aplicar os choques, um número crescente decidia-se a cortar com a experiência, recusando obedecer. A presença concreta, visível e próxima da vítima actuou no sentido de contrariar o poder do experimentador e de gerar desobediência” (ibid.: 41). De acordo com Milgram, a proximidade física com o sofrimento da vítima não contribui apenas para produzir vantagens cognitivas tais sobre a humanidade das vítimas, ou para compreender a conexão entre as acções ou inacções e os seus efeitos prejudiciais nos outros. “É possível, explica Milgram, que os estímulos visuais que o sofrimento da vítima provoca despertem no voluntário respostas empáticas e lhe transmitam uma imagem mais cabal da experiência da vítima” (1974: 39). E, em virtude da então evocada facilidade de empatia, pode até dar-se o caso em que o sujeito sente que “ele próprio se expôs no campo perceptivo da vítima, consequentemente mais auto-consciente, envergonhado, e inibindo-o de punir a vítima” (ibid.: 40).

Seja qual for o ponto de vista, Zizek sugere que olhemos a face do Outro através de uma lente radicalmente contrária àquela que nos oferece Levinas. O *verdadeiro passo ético*” escreve Zizek, “é aquele que está **para além** da face do outro, é aquele que nos permite suspender o erguer da face, escolher **contra** a face, em favor do **terceiro**” (Zizek, 2006: 183). Ao invés de demonstrar meramente respeito pela face presente do outro, nós devíamos “abstrairmos dela e concentrarmo-nos nos terceiros sem-face

que estão por detrás. Só esta mudança de foco para o terceiro pode efectivamente extirpar a justiça, libertando-a do cordão umbilical contingente que a torna **imbuída** de particularismos” (ibid.: 183-41; ênfase original). A académica Lynne Henderson, especializada em Direito, parece concordar com Zizek quando defende que “a linguagem da emoção e da experiência”, as narrativas pessoais que permitem apreciar os contextos sociais trágicos da conduta quotidiana e criar empatia com o sofrimento de outros companheiros, deveria ser o suplemento à “visão empobrecida da razão e do entendimento que caracteriza os discursos tradicionais de actos legais” (Henderson, 1987: 1575). A empatia é, para esta autora, “uma forma de conhecimento que explode com o conhecimento recebido de estruturas e terminologias legais, que revela problemas morais previamente sublimados através de pretensões racionais e redutoras, e que providencia uma ponte para resultados legais de melhor qualidade normativa” (ibid.: 1577). Em suma, Henderson “recorda a nossa humanidade comum e responsabilidade para com os outros” (ibid.: 1653).

Em suma, o reconhecimento da humanidade do outro pode salvar vidas. Mas viver uma vida assim está dependente de uma forma qualificada de visibilidade, que permita o acesso às emoções e assim o acesso ao mundo do ético. Pode ser que esse acesso só seja possível nos mundos ideais dos laboratórios e dos livros; mas admiti-lo seria contar mais uma triste história.

### *Uma Realidade estilhaçada: O teorema de Merton*

Alguma forma de separação total entre o *self* e o outro, ou aquilo a que a antropóloga americana Nancy Scheper-Hughes (1992: 410), seguindo as pisadas de Maria Piers (1978), se referiu como o estado psicológico de “estranhamento fundamental”, parece-me ser uma pré-condição necessária para praticar actos de exclusão física contra outras classes ou seres, como para os considerar naturais e inevitáveis. Mas o contrário revela-se mais improvável: apesar das aparências a marginalização e a separação comunicativa não são necessariamente pré-condições de estranhamento. Assim como o *continuum* que vai da proximidade espacial à visibilidade física, ao contacto face a face e à familiaridade pode prevenir (à *la* Bauman) “o impacto redutor da lei”, os mesmos podem igualmente dar origem a práticas de exclusão. Ou, nas palavras de Erving Goffman, “não é um adquirido que a familiaridade minimize o desprezo. É frequente acontecer que aqueles que vivem num espaço adjacente às «tribos de estigmatizados» mantenham vivo o preconceito” (Goffman, 1963/1990: 70). E não surpreende que, como a própria origem etimológica do termo pre-

conceito sugere (em inglês, “*prejudice*”: *prae*, pré (antes) + *judicium*, juízo), as raízes da exclusão residam nos juízos decorrentes dos “factos” crus da experiência directa.

No seguimento da apreciação das biografias daqueles que foram responsáveis por resgatar judeus durante a ocupação Nazi da Europa (e também daqueles que optaram por não o fazer), Federico Varese e Meir Yaish (2000) revelam que um pedido directo de ajuda aumentaria substancialmente a probabilidade de vir a ser resgatado, sobretudo se esse pedido fosse solicitado a uma pessoa próxima (por exemplo, amigos ou familiares). Contudo, Varese e Yaish estavam relutantes em fazer pedidos de ajuda directos dado o risco de os próprios despoletarem a empatia necessária para induzir qualquer observador a agir moralmente (ibid.: 328). Neste sentido, optavam por privilegiar os benefícios cognitivos que tais solicitações pudessem suscitar, dando lugar, no longo prazo, a juízos e acções morais. A importância de ser interpelado, concluíam eles, reside no seu potencial prático de fazer corresponder disposições empáticas a casos concretos de pessoas em dificuldades, permitindo ao mesmo tempo avaliar os riscos pessoais e particulares que acções altruístas acarretavam. Daí que a vergonha decorrente da decisão consciente de não agir não devesse ser

“exagerada por uma racionalização *ex post*, baseado na visão, comum no pós-guerra, que ajudar judeus em dificuldade constituía uma acção legítima. Para além disso, mesmo aqueles que não apoiaram as políticas Nazis no que ao genocídio diz respeito, podiam ser compelidos pelo dever de proteger as suas próprias famílias. Nestas circunstâncias, as pessoas podem não ter sentido vergonha em dizer «não» a um pedido de ajuda que, a ser correspondido, poria em perigo iminente a sua família. Apenas aqueles que sentiam o dever de ajudar – sem que na verdade o quisessem fazer – se sentiriam culpados” (ibid.: 322).

Pondo de parte a contabilização dos custos, parece justo afirmar que as conclusões de Milgram relativamente às relações espaciais e o seu pesado efeito sobre os processos psicológicos que medeiam o nosso comportamento perante os outros, seriam fundamentalmente diferentes tivesse Milgram aplicado a variável de desumanização de Abert Bandura (1975) às condições ditas de “proximidade” e de “contacto físico” na sua própria experiência. Trata-se de um pergunta retórica, mas quantos participantes teriam desobedecido à ordem de punir se tivessem tido conhecimento de que as vítimas eram um “bando de animais inúteis”? Ou ainda, quantos se teriam absterido de um comportamento

violento se as vítimas tivessem sido previamente rotuladas de ex-Nazis?

Esta é, de resto, o resultado da prioridade que é dada aos alegados traços desviantes sobre todas os outros processos de identificação – o que Howard Becker, no seguimento de Everett Hughes, designou como *master status* (1963: 33). Eles “atenuam a nossa ânsia em obter (mais) conhecimento (do indivíduo ou do grupo em questão)” (Schur, 1971: 30, citado por Ericson, 1977). Não surpreende portanto que muitos empregadores nos Estados Unidos pré-selecionem, de entre os demais candidatos, aqueles que habitam em guetos (Wacquant, 2008). Ou que detidos libertados temporariamente suscitem nos civis atenção e hostilidade, mesmo que comportamentos problemáticos ou recaídas se verifiquem apenas numa pequena percentagem de casos. Ou que detidos em licença de trabalho tendam a sofrer de exploração alheia e reduções salariais desproporcionadas às condições de habitação e alimentação providenciada por essa licença<sup>8</sup>. Ou, que civis iraquianos detidos sejam atormentados, humilhados e torturados por soldados americanos em Abu Ghraib. Chocante, sim. Surpreendente, não.

Nem os laços de parentesco, bem como a intimidade física e social que lhes é inerente, podem ser tomados à partida como salvaguardas suficientes contra o desenvolvimento do “*master status*” e as respectivas consequências atroz. Em contraste radical com o cenário cor-de-rosa pintado por Ericson, existem sinais abundantes a sugerirem que o estigma do encarceramento desestabiliza as relações matrimoniais e familiares na maioria dos detidos, muitas vezes de forma irremediável (Uggen et al., 2005: 221-227). Podemos até apontar inúmeras histórias de abuso de mulheres que terão pretensamente sido co-responsáveis na sua própria vitimização, ou mencionar os inúmeros casos de pessoas condenadas a uma morte física e social indigna em lares e instituições de acolhimento empobrecidos dos Estados Unidos, vítimas não apenas do cinismo institucional e da indiferença profissional, mas também da “passividade letal” dos seus próprios descendentes (Scheper-Hughes, 2002: 40-4). O antropólogo Anton Blok vai ao ponto de inverter o argumento, sugerindo que a proximidade geográfica é um forte precursor do *master status* na base de comportamentos exclusivistas. Na sua recensão de trabalhos etnográficos sobre as formas de guerra intertribais, que vão desde guerras civis na ex-Jugoslávia e Ruanda à perseguição dos Burakumin no Japão e aos linchamentos que se seguiram à abolição da escravatura na América do Sul, Blok mostra como, *inter alia*, os confrontos ocorrem frequentemente entre bairros vizinhos como resultado da estigmatização. “Como os Mae Enga nas terras altas da Papua Ocidental costumam

dizer: Nós casamo-nos com aqueles contra quem lutamos.” (Blok, 2001: 119)

Sem dúvida que W. I. Thomas estava certo ao fazer notar que “se os homens conceberem as situações como reais, elas tornam-se reais nas suas consequências” (Thomas, 1928: 572). Mas, como Robert Merton contrapõe, o “subjectivismo total” ou a perspectiva segundo a qual a realidade social consiste apenas em definições, percepções, rótulos, crenças, assunções e desejos “acaba por transformar o Teorema de Thomas numa falácia: se os homens não definirem as situações enquanto reais, elas não são reais nas suas consequências” (Merton, 1976: 175, ênfase original). O conselho de Merton é pois o de nunca perder de vista as forças objectivas (demográficas, económicas, ecológicas e outras) que influenciam a acção humana e as suas múltiplas consequências. Na frase do sociólogo Arthur Stinchcombe, que tempera o ênfase subjectivo de W. I. Thomas com o ênfase objectivo de Karl Marx, “se as pessoas definem situações, não as definem como querem?” (ibid.; Stinchcombe, 1975: 15-16). Que situações socialmente induzidas possam ainda regozijar o *Self* actuante não deve ser factor de desnorte; a experiência do prazer individual, que frequentemente implica sofrimento para os outros, não é sempre real na sua definição. “Precisamos então necessariamente deste contrapeso ao Teorema de Thomas: se os homens **não** definirem situações reais como reais, elas terão ainda assim consequências reais. (...) Em sociedade, como noutros domínios, o que tu não sabes (ou não notas) pode magoar-te” (Merton, 1976: 177). Dito ao contrário: se distorcido, o que tu sabes ou notas pode magoar-te. Como a muitos outros.

A necessidade deste salto conceptual é corroborada pelo facto destes conhecimentos classificatórios e definições socialmente estandardizadas existirem e persistirem, não apenas contra a visibilidade do estigma em causa, mas também independentemente desta. Como é que é possível, por exemplo, que ex-detidos assumam um estatuto quase arquetípico de desprezados da comunidade quando tendem, na sua maioria, a esconder de seus conhecidos ou até das pessoas que lhes são mais próximas, esse lado negro da sua identidade pessoal (Murray, 2007)? Em última análise, o que está em causa não pode ser apenas o adágio de que quanto mais virmos uma pessoa, melhor a conheceremos; em causa está, em vez disso, o carácter pluriforme da visibilidade, das suas raízes, ritos, lugares, sujeitos e efeitos. As experiências subjectivas de contacto pessoal e até de familiaridade decorrentes da transgressão das fronteiras espaciais não podem simplesmente ser atribuídas às flutuações históricas e sociais ou às contingências políticas e individuais. Nem tão pouco se manifestam de forma visível e directa nos fluxos humanos que entram e saem de localidades

entrincheiradas. De facto o que se revela paradoxal é que enquanto restringirmos a nossa concepção de contiguidade social a uma “visibilidade situada de co-presença” fortuita, casual e fugidia então seremos levados a exagerar a difusão, a impermeabilidade e a longevidade da separação comunicativa, não conseguindo isolar a causa mais directa da exclusão: a penetração no substrato de estereótipos e simbologias que medeiam e modelam as maneiras de ver, compreender, sentir, julgar e reagir ao mundo exterior.

### *O Poder do Conhecimento e o Conhecimento do Poder: Para além do Panóptico*

“O trabalho das emoções, para emprestar uma expressão feliz de Arlie Hochschild (1979), põe o corpo autoconsciente ao serviço do corpo político” (Scheper-Hughes, 1992: 412). “A conduta”, insiste Vetlesen, “depende da percepção; depende de quem a (outra) pessoa ‘é’ para nós. Na percepção, a variável espacial é ultrapassada por variáveis sociais como a familiaridade e por variáveis extra-individuais tais como estereótipos ideológicos, a burocracia ou a tecnologia” (Vetlesen, 1994: 275). Por outro lado, e é aqui que paradoxalmente Vetlesen parece hesitar, a primazia atribuída à familiaridade é lida como uma premissa inerente ao contacto face-a-face, com efeito, contacto esse que não pode senão mobilizar desempenhos sociais geradores de empatia com o outro conhecido.

“Teria feito alguma diferença do ponto de vista do comportamento do sujeito se lhe tivesse sido dito que a vítima (...) era, de facto, alguém conhecido? O peso emocional que esta variável transporta em si – o conhecimento do outro ausente – teria atenuado a força que emana da variável espacial e inspirado uma crescente relutância no sujeito para continuar a provocar sofrimento” (ibid.: 274; ênfase original).

Por seu lado, “as variáveis extra-individuais como os estereótipos ideológicos, a burocracia e a tecnologia” são encontradas no campo oposto, comprometendo o potencial cognitivo, emocional e moral da noção metafórica de proximidade. Assim, “uma atrocidade de magnitude equivalente à da destruição dos Judeus exigiu, para que fosse concluída, não a mobilização do ódio mas a neutralização de qualquer sentimento” (ibid.: 273). Pois, mesmo que incapaz de distorcer a percepção, negando ao outro a pertença à humanidade, o ódio só

“constitui uma condição suficiente de imoralidade quando exercido à escala menor, num espaço onde a interacção é guiada por

encontros face a face e de proximidade. O ódio, como qualquer outro móbil pessoal ou emocional, tende a tornar-se cada vez mais supérfluo, e cada vez menos letal, quando condições de imoralidade são criadas num contexto de larga escala onde a interacção é despersonalizada, as tarefas são rotinizadas e as atitudes profissionalizadas" (ibid.: 275).

O vilão desta história, irei agora contra-argumentar, é a distorção da familiaridade, ou ainda, a possibilidade do contacto com o outro através da suspensão da nossa própria imoralidade. Donde resulta não apenas o ódio mas um qualquer móbil emocional que se pode tornar fatal quando emana de um grau suficiente de "desumanização" dos outros, alicerçado que está na exclusão cognitiva da *ordem moral* de pertença à espécie humana<sup>9</sup>. O que está em causa então não é a exclusão espacial, mas sim o processo, sempre por concretizar, de inclusão na categoria de pessoa humana – o que Durkheim já antecipava com o conceito de *sacralização* da pessoa (Joas; 2008). De facto, esta sequência de desumanização, emoções cruas, e destruição invertem o rácio social e espacial do lugar físico; quanto maior o lugar físico da exclusão e quanto mais despersonalizada a interacção que nele se dá, maior a "relutância" cognitiva, emocional e moral do sujeito para provocar sofrimento. A nossa concepção da gestão do espaço deve portanto ser repensada pois não há nada que ameace o entusiasmo daqueles que cometem as atrocidades, nem, consequentemente, nada de humanamente imoral em tratar *sub-humanos* de forma desumana. Como Fromm afirma,

"assim como precisamos de armas para travar uma guerra, precisamos dos sentimentos de ódio, indignação, destruição e medo que mobilizem milhões de pessoas para se tornarem assassinos, arriscando as suas vidas. Estes sentimentos são condições necessárias para a condução de uma guerra; não são menos a sua causa do que as armas e as bombas. Muitos observadores comentaram que a guerra nuclear difere a este respeito da guerra tradicional. O homem que carrega no botão lançando mísseis nucleares, um dos quais poderá matar centenas de milhares de pessoas, dificilmente terá tido a experiência de matar alguém tal como um soldado a viveu quando usou da sua baioneta ou metralhadora. Porém, ainda que o lançamento de uma bomba nuclear seja, em consciência, nada mais do que a obediência convicta a uma ordem, permanece a questão se em estratos mais profundos da personalidade existe, senão um impulso destrutivo, pelo menos uma enorme indiferença perante

a vida, para que tais actos sejam possíveis" (Fromm, 1964: 22-23).

Como o próprio Vetlesen vem a admitir no seu mais recente trabalho:

"o contexto no qual o mal levado a cabo pelos Nazis é irredutivelmente triádico, onde a vítima não é perdida de vista, mas ao invés permanece um foco – um foco cujo significado não é nada mais do que o de *deixar o mal à sua auto-legitimação enquanto algo que tem inevitavelmente que ser feito*" (Vetlesen, 2005: 27).

O objectivo do meu trabalho é portanto o de redimensionar o papel das três variáveis extra-individuais – estereótipos, burocracia e tecnologia – que produzem as percepções que temos dos outros e assim legitimam a prática colectiva do mal contra eles<sup>10</sup>. Contudo, no que resta do presente artigo, irei concentrar-me quase exclusivamente na produção colectiva de estereótipos.

Um ponto de partida útil é o trabalho de Michel Foucault sobre os conceitos de "poder", "conhecimento" e "racionalidade", enquanto relacionados com a forma, a cultura, e as práticas do castigo e do controle social modernos e pós-modernos. No seu influente "Vigiar e Punir", Foucault (1979) empresta de Bentham o ideal setecentista do Panóptico prisional, com o seu inspector omnisciente e todo-observador bem escondido na torre central e as suas células expostas a radiarem para todo o perímetro, para descrever o que ele concebe como uma mudança qualitativa fundamental na "microfísica do poder". Esta mudança consiste na passagem de um sistema arcaico de dominação e controle sociais e penais, pressupostos e reforçados pelo espectáculo de subjugação aberta e violenta do corpo na sua forma corpórea, para um aparato não menos tirânico, ainda que certamente mais subtil, tendo em vista o disciplinar do espírito por meio de regras institucionais minuciosamente prescritas, acopladas a uma vigilância constante (ou, pelo menos, à ilusão de uma vigilância constante). Este sistema tem portanto como objectivo a criação de um corpo "auto-controlado" sem que para tal seja preciso recorrer à força física. Os rituais de *pompa magna* de tortura em público, característicos do *ancien régime*, deram lugar, segundo Foucault, ao encarceramento panóptico, uma forma mais discreta de castigo onde o detido, consciente do todo-poderoso olhar das hierarquias superiores, "assume a responsabilidade pelos freios do poder; fá-los operar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si próprio a relação de poder na qual desempenha dois papéis ao mesmo tempo; transforma-se assim no princípio da sua própria sujeição" (ibid.: 202-3).

Na medida em que tornar os corpos dóceis e desta forma manipuláveis nunca deixou de ser o objectivo último das instituições penais (e de todas as outras instituições estatais como escolas, hospitais, e, a esse propósito, o exército), então a vigilância total e o conhecimento atento dos "alvos" em causa evoluíram no sentido de se tornarem, eles próprios, os meios mais eficientes da sua realização.

A visibilidade é portanto uma metáfora do conhecimento, e, como tal, relaciona-se inextricavelmente com o exercício de poder. Posto de outra forma, as assimetrias na visibilidade servem incessantemente para reproduzir as assimetrias de poder/conhecimento das quais são elas próprias um produto. Paradoxalmente, se as assimetrias funcionais de visibilidade forem mantidas, então as assimetrias poder/conhecimento devem permanecer obscuras. Daí que Andrea Brighenti nos fale da necessidade de entender o poder panóptico não apenas em termos de uma *assimetria de visibilidade de primeira ordem* entre observadores e observados num dado espaço físico onde as assimetrias são necessariamente visíveis, mas em termos de um diagrama lógico alargado, consistindo numa "assimetria de visibilidade de segunda ordem, entre aqueles que estão cientes da existência do diagrama e aqueles que não sabem da sua existência" (Brighenti, 2007: 336, ênfase original). Ecoando Gilles Deleuze, a observação de Brighenti permite libertar, por assim dizer, a dialéctica entre o guarda prisional e o detido dos estritos limites da prisão, recolocando-a ao invés no centro de um modelo analítico geral onde o poder e o conhecimento que o invisível sustém acaba sendo directa e subtilmente extrapolado pelo visível, representado ora pelo detido ora pelo guarda, submetidos que estes estão também a alguma forma de vigilância. (Newburn e Hayman, 2002)

Dentro de instantes voltarei às formas específicas pelas quais as assimetrias de visibilidade de segunda ordem podem ser reproduzidas a diferentes níveis sociais. Como preliminar geral para tais considerações, contudo, podemos pôr em questão o argumento de Foucault sobre o papel crucial de formações discursivas estratégicas na relativização da verdade cosmológica e na reprodução de poder. Na *Arqueologia do Saber*, Foucault (1972) distingue entre o "visível" e o "articulável", sendo o primeiro o estético visível e o último o semiótico que dá ao estético a sua forma e conteúdo. Foucault associa, em grande parte, o articulável com o discursivo, ou por outra, com um conjunto particular de afirmações já disponíveis para fazer sentido do mundo exterior num dado momento histórico. Na medida em que as "coisas" adquirem significado no contexto de um discurso – e Foucault, na sua fase inicial, como é sabido, vai ao ponto de sugerir que nada tem significado fora do discurso –, não é por acaso que o poder procure regular, antes de mais, as informações

discursivas através das quais nós interpretamos seja o que nos for permitido ou proibido observar. Que o poder também tente estabelecer os limites do visível (quem vê o quê e em que termos) só justifica o primado do articulável, pois o objectivo latente aqui não é outro que não o de fazer com que o primeiro se integre no último e o reforce<sup>11</sup> (Hallsworth e Young, 2008). Em último lugar, como o próprio Foucault reconhecerá mais tarde na sua fase pós-epistemológica, a tarefa do genealogista é a de desvendar as linhas de continuidade entre significados idênticos e díspares, não como relações logocêntricas de significado, mas como relações de poder significativas. O que autoriza o genealogista a traçar a história das relações humanas não é a sua relação ao nível da linguística, mas "a inteligibilidade de lutas, estratégias e tácticas" (Foucault, 1980: 114). Ou, para emprestar os termos de Wacquant, o que precisamos é de dissecar visões e divisões, os imbricados mecanismos simbólicos e materiais que inscrevem "fronteiras na objectividade do espaço social e na subjectividade do espaço mental" (Wacquant, 1997: 225).

Na medida que a luta pelo poder é simbólica na sua base, o discurso é ao mesmo tempo um campo de batalha e uma arma. Uma estrutura "estruturante" e "estruturada" que providencia os meios para entender o mundo assim como constitui o *medium* através do qual mundividências são comunicadas e difundidas (Bourdieu, 1991: 164-166). Daí que o processo da produção, reprodução e apropriação de certas visões do mundo social permitam às pessoas não apenas a representação mas a sua própria constituição como grupos distintamente identificáveis face a outros. O que conta como distintivo das classes até então formadas não é a posse ou a privação dos meios de produção, nem mesmo alguma forma de consciência colectiva, pelo menos não no sentido marxista tradicional. As classes, como sustenta Bourdieu, são conjuntos de agentes que partilham um sentido de pertença inconsciente, isto é, disposições perceptivas similares resultantes da sua posição no espaço social, precisamente porque ocupam nele posições semelhantes ou vizinhas (ibid.: 235). Acresce ainda o facto das disposições consolidarem as posições que expressam ficando assim completo o círculo de *violência simbólica*.

"Se o mundo social tende a ser olhado como evidente e "a ser captado", para usar os termos de Husserl (1913/1983), "numa modalidade dóxica", isso acontece porque as disposições dos agentes, o seu *habitus*, isto é, as suas estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são essencialmente o produto da internalização de estruturas próprias desse mundo. À medida que as disposições perceptivas tendem a

ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a olhar o mundo como natural e a aceitá-lo muito mais facilmente do que se possa pensar – especialmente quando olhamos para a situação do dominado pelos olhos sociais do dominador” (Bourdieu, 1989: 18).

Mas ainda assim:

“As diferenças socialmente conhecidas e reconhecidas existem apenas para um sujeito capaz não apenas de reparar nas diferenças, mas sobretudo de as reconhecer como significativas e interessantes, isto é, existem apenas para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação para *estabelecer* as diferenças que são consideradas significativas no mundo social em apreço” (Bourdieu, 1991: 237).

Na medida em que “a autoridade é trazida para a linguagem a partir de fora, como Benveniste (1969: 30-37) nos recorda na sua análise do *skeptron* entregue, de acordo com Homero, ao orador que se prepara para iniciar um discurso” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 147), não é de admirar que o poder para inculcar e difundir uma visão das divisões sociais seja directamente análogo ao capital simbólico. Isto é, “o poder que é assegurado àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para estar numa posição a partir da qual podem impor o reconhecimento alheio” (ibid.: 23). Ainda para mais em situações de crise, quando o significado do mundo deixou de ser claro, como nos tradicionais Kabylia, onde o trabalho da produção simbólica conferiu aos poetas funções políticas mais elevadas como as de senhor de guerra ou embaixador (Bourdieu, 1991). Enfim, a tarefa do genealogista é a de desvendar os processos através dos quais a propriedade dos meios de produção cultural ganha efeito, a eterna “luta simbólica pela produção de senso comum e, mais precisamente, pelo monopólio do nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social” (ibid.: 239, ênfase original). E, “para dar conta desta acção à distância, esta transformação real efectuada sem contacto físico, nós devemos, como por magia (Marcel Mauss (1902-3/1950)), reconstruir a totalidade do espaço social no qual são engendradas as disposições e crenças que tornam a eficácia da magia da linguagem possível” (Bourdieu e Wacquant, 1992: 148).

Ao sublinhar o papel regenerativo do discurso e a corpos formalizados de conhecimento, assim vindicando uma verdade absoluta, Bourdieu, ao contrário de Foucault, não irá porém tão longe ao ponto de apontar categorias subalternas tais como a do criminoso e do doente mental, limitando-se a

casos gerais como o aparelho de estado, as suas agências, funcionários e acções (Wacquant, 2005). Nem, em qualquer circunstância, presta Bourdieu atenção suficiente a instâncias de violência física directa, preferindo tratar tais instâncias como modos de dominação anti-económicos, desnecessários, menos eficientes, e certamente menos legítimos, desta feita juntamente com Foucault. Com base na noção iluminadora de Franco Basaglia de ‘crimes de paz’ (*crimini di pace*), o antropólogo Nancy Scheper-Hughes descreve, ao invés, “um tipo de continuum genocidário, composto de uma multitude de “pequenas guerras e genocídios invisíveis” conduzidos, e legalmente previstos, em espaços sociais normais: escolas públicas, clínicas, salas de emergência, casas de repouso, sanatórios, instituições penais, prisões e morgues públicas” (Scheper-Hughes, 2002: 32). A tentativa desta antropóloga revela-se ambiciosa na medida em que procura expandir a observação feita com extremo cuidado por teóricos do estado para quem a violência não é reconhecida por causa da sua própria familiaridade, assim descurando formas explícitas de poder nu e violento. Com esse fito, Scheper-Hughes associa a naturalização da violência genocida a processos discursivos prévios de desumanização das vítimas e a várias pré condições emocionais e morais do mal deste modo formados, desde a mera indiferença do efeito observador ao ódio ardente, assim justificado. “As pequenas guerras e os genocídios invisíveis (...) são invisíveis não porque sejam mantidos em segredo ou escondidos do olhar público, mas pelas razões contrárias. Como observou Wittgenstein, as coisas mais difíceis de compreender são aquelas que estão diante dos nossos olhos, e são, como tal, tomadas como certas” (ibid.: 37).

Se, como Marx defendia, “a crítica da religião é o pré-requisito de toda a crítica” (Marx, 1844), parece adequado ao propósito deste artigo tomar o exemplo de Deus como um produto do estruturalismo linguístico. “Deuses” escreve Kearney, “são os nomes dados pela maior parte das mitologias e religiões àqueles seres cujo poder espiritual e misteriosidade extravasam a nossa compreensão e nos convidam a ajoelhar e a venerar. Às vezes são benignos, outras vezes cruéis e caprichosos. Por vezes, prossegue Kearney, confusos, apressamo-nos a fazer do outro um monstro e um Deus (...) As mutações de Zeus, desde o touro rapace ao cisne voraz epitomizam este paradoxo” (Kearney, 2003: 4-5). No impressionante estudo etnográfico sobre (*m*)othering que Scheper-Hughes desenvolveu no Nordeste Brasileiro, somos confrontados com a realidade de crianças tremendamente doentes e famintas que são deixadas morrer prematuramente “por negligência” (*à mingua*) pelas suas mães desesperadas. De acordo com as próprias mães, apesar de “enviadas por Deus”, as crianças “tinham de ser”, e de facto “desejavam

ser”, devolvidas ao céu e santificadas, para nessa condição contribuírem para o bem-estar do seu lar. Tal era a imagem consciente ou inconscientemente construída e difundida de uma vontade divina supramundana donde resultava o papel ambivalente das crianças, ora “condenadas”, ora “anjinhos”. Uma destas mulheres afirmava que,

“Deus leva-as (as crianças) para nos salvar do sofrimento... Deus conhece o futuro melhor do que eu ou do que tu. Se o neném continuasse vivo iria provocar muito sofrimento à mãe. Podia tornar-se um ladrão, um assassino, um cabo safado, um Zé-ninguém. E é por isso que eles morrem ainda nenéns, para nos poupar de toda a dor e sofrimento, não para nos fazer sofrer” (Scheper-Hughes, 1992: 394).

O eco do discurso hegemónico empregue pela própria Igreja Católica Romana e aqui bem audível, seja na forma antiga e convencional de apologia da “paciência e resignação face à morte de crianças e a outras tragédias domésticas, ditas reveladoras dos trabalhos imponderáveis da vontade de Deus”, ou, sob a nova máscara da teologia da libertação, mantendo-se mudo face à sua própria contribuição histórica para a morte dos infantes, “qual culatra ensanguentada em ruptura flagrante com os ensinamentos pró-vida e pró-natalistas da hierarquia” (ibid.: 419). A triste ironia não consiste tanto no papel proteico atribuído a Deus enquanto criador benevolente e cínico reivindicador de vidas, nem tão pouco no sacrifício que representa abandonar crianças “à sua sorte” (ou melhor, morte) ao abrigo de uma teodiceia muito oportuna na qual o nascimento das crianças é lido como um sinal da graça divina, mas cuja pavorosa sobrevivência pode até contradizer a Sua grandiosa Vontade. Antes, dando valor moral ao estoicismo aparente das mulheres, ela está na conjugação do sagrado com o profano que ajuda a reproduzir “a indiferença social e política face à sobrevivência e bem-estar de mães e crianças das favelas brasileiras” (ibid.: 412), ficando essa indiferença por desafiar.

Não que os pobres e doentes de Palo Alto sejam invariavelmente levados por valores religiosos que justifiquem a subordinação e a miséria – uma situação que James Scott (1990: 72) designaria como uma “forma espessa” de falsa consciência. Em última análise, contudo, “permanecem cépticos face a propostas radicais e revolucionárias, e dão o seu melhor para sobreviver em face das dificuldades da vida quotidiana e aproveitando ao máximo as oportunidades que lhes sobram (...) sob a sombra de uma impotência consciente” (Scheper-Hughes; 1992: 508). Contudo, desde que o seu objectivo seja apenas a existência, e não a resistência, as pessoas do Alto são ditas sofrerem de uma forma

“estreita” de consciência falsa (também), onde “a ideologia dominante cultiva a aquiescência dos grupos subordinados, persuadindo-os de que a ordem social na qual vivem é natural e inevitável” (Scott, 1990: 72). E, se John Gaventa estiver correcto, a instilação prévia de consenso e de fatalismo nas massas “pode permitir (às elites) maior poder para investir no desenvolvimento de imagens dominantes, de legitimações, ou de crenças acerca do (seu) poder pelo controle, por exemplo, dos media ou de outras instituições de socialização” (Gaventa, 1980: 22). “Talvez seja esta a razão pela qual práticas maternas de uma estóica ‘negligência mortal’ tais como as do racionamento da comida das crianças enfermas e ‘condenadas’ com o objectivo de fazer acelerar a sua morte não exclui uma boa dose de contacto físico com as pequenas e pobres ‘criaturas’ ou a expressão de piedade pelas mesmas” (Scheper-Hughes, 1992: 410).

A confortável conjugação do sagrado com as mundanidades brutais do dia-a-dia podem igualmente manifesta-se a um nível mais acessível para o estudioso (ainda que permanecendo igualmente no inconsciente das massas), lá onde um conjunto de emoções agressivas que parecem justas se combina para assim legitimar atrocidades ainda maiores. Para tomar o exemplo mais conhecido de todos, tão cedo nos deixamos impregnar da retórica política que rodeia a corrente “guerra contra o terrorismo”, que logo somos confrontados com complicações de ordem cósmica ou metafísica ou com o perigo iminente dos dogmas religiosos do Islão (o mesmo, claro está, pode ser dito da Jihad da Al Qaeda contra o Ocidente). O mesmo se passa com a religião ateuísta pós-cristã do humanismo (Coker, 2001: 148). Como Mitchell Dean escreve, na sua crítica à tese de Agamben de que o excepcionalismo sem normas tende crescentemente a surgir como o paradigma dominante da política de guerra ocidental, “a guerra contra o terrorismo (...) não conhece limites legais por causa da sua vilificação do inimigo em inimigo absoluto”, isto é, “um novo e pérfido inimigo não-estatal que pelas suas acções tem vindo a conduzir uma guerra não-declarada, uma guerra agressiva, contra a humanidade civilizada” (Dean, 2007: 171). Relembremos a este propósito a observação de Jean Baudrillard que cada poder necessita de um poder rival para que alcance um “equilíbrio de terror” sob a forma de uma “oposição regulada” (Kearney, 2003). Não é que, numa guerra apresentada como justa, estejamos perante o “vale-tudo”, mas aos olhos do Ocidente “pode ser necessário suspender os valores liberais para assim os defender” (Dean, 2007: 172; Schmitt, 1950/2003). Donde a referência de Edward Said a um mundo caricatural onde Popeye e Bluto se golpeiam mútua e impiedosamente e onde o pugilista mais virtuoso acaba sempre por dominar o adversário (Said, 2001; citado por Kearney, 2003).

Mas voltemos de novo ao paradoxo: para manter as aparências da moralidade, a mediação triunfa sobre a aniquilação enquanto experiência social. “À medida que se torna mais tecnológica”, diz-nos Christopher Coker, “a guerra distancia a opinião pública das acções do soldado, e estas das consequências daquela. Assim conduz inevitavelmente àquilo a que os psicólogos dão o nome de dissociação, cessando portanto de ser uma experiência intersubjectiva (e como tal ética)” (Coker, 2001: 149). Enquanto Coker, como Bauman e Vetlesen, traça inicialmente uma mudança de paradigma desde o (i)moral ao amoral, o seu instanciar da distância na guerra do Golfo revela o contrário. Que as câmaras instaladas nas bombas raramente captem o momento do impacte e os seus efeitos atrozes opera no sentido da representação (ou da semi-representação) da experiência imoral como experiência moral, transformando uma guerra desumana numa guerra aparentemente humana. Assim como, de facto, o uso conhecido das chamadas “smart-bombs”, isto é, de bombas inteligentes com o fim suposto de minimizar “danos colaterais”. “Pois uma Guerra é humana não só quando aparece nas televisões, mas quando suscita o interesse da sociedade de um modo humano”. A distância de segurança assegura portanto o distanciamento moral não pelo adormecer das emoções e das questões sobre o que está certo ou errado, mas porque faz das emoções e dos males morais meros pormenores discursivos, limitando o campo de alternativas possíveis. Assim, é fácil “dar-mos connosco a fazer um uso impune da violência, sem capacidade para um juízo crítico. Deixaremos então de prestar atenção aos detalhes das questões éticas que todas as guerras (mesmo as mais justas) levantam” (Coker, 2001: 149-50).

Kearney pergunta-se (e responde) se ainda assim “não estaremos nós de tal forma presos a sistemas binários de pensamento que se torna inconcebível sair deste **matrix** labiríntico? Se tal for o caso, não há resposta para a questão sobre o que é que deve ser feito? E isso é inaceitável” (Kearney, 2003: 128). De facto, a teologia deve abrir avenidas discursivas à resistência contra a opressão. Kearney, por exemplo, sugere que, enquanto a instrumentalização da religião é o que está na base da “guerra contra o terrorismo”, uma reavivar da visão da não-violência em diversas “tradições de sabedoria religiosa podem ser um antídoto” (Kearney, 2005). De forma não muito diferente, John O’Neil fala da necessidade de ler o imperativo categórico (no sentido kantiano de obrigação moral última guiando a acção humana) em termos da teologia política bíblica que subscreve a resistência ao *self* como fonte de reificação do outro (“a firmeza do sentir/do olhar/do ouvir” O’Neil, 2009). Mas voltemo-nos agora para as conclusões metodológicas que podemos tirar com vista ao exercício genealógico sobre fenómenos menos pacíficos e mais concretos.

## O Outro e a universalidade do Particular

Em tempos tão essencialistas como os que vivemos, onde a exclusão socio-espacial da Alteridade conhece uma expansão ilimitada em inúmeros âmbitos, não é uma surpresa que até os especialistas (com ou sem aspas) ignorem a diversidade de mecanismos simbólicos e materiais pelos quais diferentes aspectos das divisões sociais são forjadas, reforçadas e desafiadas ao longo de horizontes temporais e geográficos variáveis. Sem dúvida que Bourdieu e Wacquant nos convidariam a inverter esta consideração, considerando tal desleixo académico ou semi-académico, não como fruto do acaso, mas precisamente como mais um exemplo de um poderoso mecanismo simbólico tão convenientemente esquecido. O mesmo é dizer que, ora empurrado por intenções nobres destituídas de reflexividade, ora levado pela vaidade do intelectualismo académico, ou ainda pela mera subserviência a *diktats* políticos e económicos, muitos autores se auto-situam na “lógica mono-dimensional do tribunal científico da *prova*”, transformando conceitos analíticos próprios desta ou daquela sociedade, instituição ou grupo em instrumentos de uma condenação moralista indiscriminada. Para tomar o exemplo do “racismo”,

“a maioria da investigação mais recente sobre desigualdade etno-racial no Brasil insiste em provar que, contrariamente à imagem que os brasileiros têm da sua própria pátria, o país das “três tristes raças” (povos indígenas, negros descendentes de escravos e brancos que ficaram da colonização e das ondas de emigração europeia) não é menos “racista” que os outros, e que os “brancos” brasileiros não têm que sentir ciúme dos seus primos norte americanos a esse respeito. Pior ainda, o *racismo mascarado* brasileiro devia por definição ser olhado como algo de mais perverso precisamente por ser dissimulado e renunciado” (Bourdieu e Wacquant, 1999: 44).

“A investigação histórica é desta forma aproveitada para a empresa colectiva de expiação intelectual onde a mancha da sujeição racial é simbolicamente lavada do corpo académico. O problema é que tal expiação contribui pouco, antes pelo contrário, para nos aproximarmos do fenómeno em causa e penetrarmos na sua composição” (Wacquant, 1997: 225).

Os particularismos, por outro lado, não deveriam levar-nos a renunciar desde logo à utilidade de cada uma das estruturas analíticas “universais”, ou pelo menos não na medida em que os seguintes critérios epistemológicos forem rigorosamente

observados: 1. delimitação das dimensões cognitivas, emocionais e morais e das modalidades do ser humano, sem nunca perder de vista as suas interligações maleáveis e funcionais; 2. separação entre “lugares-comuns” e noções analíticas, problematizando sempre os primeiros à luz das segundas; 3. distinção entre questões de motivo, de causa e de efeito; 4. diferenciação entre níveis de exegese dentro, e através, das várias constelações sociais de poder próprias de cada sociedade; 5. escrutínio das origens estruturais dos fenómenos bem como da responsabilidade dos seus agentes<sup>12</sup>.

Em jeito de conclusão, se pretendermos descrever de forma completa e também ajudar a entrar fenômenos de exclusão, então precisamos de dar um passo atrás e trazer para debaixo da nossa lupa os processos sociais levados a cabo pela mão humana e através dos quais as percepções das massas, as suas emoções e juízos morais são formados, substanciados e orientados em sentidos reaccionários. Para muitos, esta nota deve ser óbvia. Mas elaborar uma teoria que seja adequada às complexidades do fenómeno da exclusão social constitui um desafio que tem que ser confrontado de uma vez por todas.

## Notas

- 1 Os meus agradecimentos ao meu ex-colega e amigo Guilherme Marques Pedro pela tradução deste artigo.
- 2 Sobre as prisões secretas ver Stafford Smith (2007); sobre o “excepcionalismo” americano, ver Tonry (2004).
- 3 Outras objecções que a prisão transporta consigo incluem: o provável fluxo de familiares dos detidos, que podem criar problemas ao sistema de assistência social presente na comunidade local, integrar actividades criminosas, contribuir para o abuso e tráfico de drogas, e causar uma série de outros problemas à comunidade; o medo que os detidos não originários da comunidade anfitriã, possam, uma vez libertados, optar por nela se estabelecerem, assim comprometendo a segurança pública; o baixo nível de ‘orgulho cívico’, e o receio de o valor da propriedade e do investimento venha a diminuir como resultado da localização da prisão; o receio de uma dependência económica e política dos assuntos internos cada vez maior face ao exterior; e, no caso particular das regiões locais, os potenciais danos ambientais (Farrington, 1992; Krause, 1992; Murray, 2007; Shichor, 1992). Relativamente a este aspecto, estudos recentes apresentam dúvidas face à possibilidade de as prisões irem de encontro aos objectivos económicos nas áreas rurais mais empobrecidas. Por exemplo, na sua análise da prisão rural no estado de Nova Iorque, desde 1977 a 2000, King *et al.* (2003) não encontraram nenhum impacto significativo das prisões nas taxas de desemprego e nos salários per capita das comunidades anfitriãs.
- 4 Baseio-me aqui no estudo fascinante levado a cabo por Richard Kearney (2003) sobre como os medos e as ansiedades que residem nas profundezas do *Self* encontram refúgio no misterioso triumvirato mitológico de estranhos, deuses e monstros. Ironicamente, no preciso dia em que escrevia estas linhas (4 de Junho de 2006) um helicóptero foi desviado e aterrou no quintal da prisão de Korydallos em Atenas, resgatando dois detidos e levantando voo em seguida numa cena hollywoodesca que deixou as autoridades estupefactas. Quatro dias depois, e durante a frenética cobertura mediática do incidente, os inquietados residentes locais organizaram uma manifestação de protesto, reclamando a deslocalização das infra-estruturas prisionais para longe da cidade. No mesmo tom, O presidente da câmara municipal prestou a seguinte declaração à imprensa: “De novo fica provado que a presença de prisões na cidade dificilmente torna mais seguro quer o sistema correctivo, quer as centenas de cidadãos inocentes e crianças que vivem e circulam diariamente a poucos metros de distância dos estabelecimentos em causa. Este escape cinematográfico traz, uma vez mais à superfície a questão da realocação das prisões. A paciência desta cidade esgotou-se. Apelamos às autoridades, ao Ministro da Justiça e a todos os partidos políticos que assumam as suas responsabilidades” (*Ta Nea*, 5 de Junho de 2006). É bom recordar que, apesar das garantias oficiais no sentido contrário, o complexo prisional de Korydallos ainda não foi realocado, devido sobretudo às preocupações financeiras que têm que ver com a construção de prisões novas fora de Atenas.
- 5 Para aqueles que não estão familiarizados com os vários tipos de estabelecimentos prisionais em Inglaterra e no País de Gales, devemos notar que, na sua maioria, as prisões locais servem para manter os detidos à espera de julgamento num tribunal próximo. Também podem deter condenados cuja pena é de curta duração, assim como condenados com penas mais pesadas e que acabaram de ser julgados estando ainda por determinar a sua classificação de segurança e consequente alojamento noutra prisão. Não é infrequente que detidos de longa data retornem às condições locais, ou para cumprir as respectivas sentenças, ou para serem realojados, ou quando a transferência temporária da “prisão-mãe” seja considerada necessária “por motivos de ordem e disciplina.”
- 6 Ver também para efeito do mesmo autor, aprovado pelo conselho editorial e pendente de publicação, Cheliotis, L. K. (2008a) “Before the Next Storm: Some Evidence-based Reminders about Temporary Release”, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*.
- 7 Ver também para efeito do mesmo autor, aprovado pelo conselho editorial e pendente de publicação, Cheliotis, L. K. (2008b) *Governing through the Looking-Glass: Perception, Morality and Neoliberal Penalty*, Ph.D. dissertation, Institute of Criminology, University of Cambridge.
- 8 Ver também para efeito do mesmo autor, aprovado pelo conselho editorial e pendente de publicação, Cheliotis, L. K. (2008a) ‘Before the Next Storm: Some Evidence-based Reminders about Temporary Release’, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*.
- 9 Para os mais atentos à origem linguística, não são coincidências que a palavra ‘território’ e a sua raiz latina *territorium* são supostos derivativos de *terrere*, que significa ‘assustar’, ‘aterrorizar’, ‘afugentar’.
- 10 Ver também para efeito do mesmo autor, aprovado pelo conselho editorial e pendente de publicação, Cheliotis, L. K. (2008b).
- 11 Para efeito comparar ainda a Brighenti, A. (2007) ‘Visibility: A Category for the Social Sciences’, *Current Sociology* 55 (3): 323-342.

<sup>12</sup> Contornarmos a concepção *l'art pour l'art* de academismo é evadirmo-nos da falsa reivindicação de neutralidade moral, mas não necessariamente cair na armadilha da "lógica do tribunal científico" – um assunto bicudo que não posso analisar por motivos de espaço).

### Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, G. (1998), *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*, Stanford, Stanford University Press.
- ALVARES, C. (2006), *Humanism after Colonialism*, Oxford, Peter Lang.
- ARENDT, H. (1964), *Eichmann in Jerusalem*, New York, Viking Press.
- BANDURA, A., B. Underwood e M. E. Fromson (1975), "Disinhibition of Aggression through Diffusion of Responsibility and Dehumanisation of Victims", *Journal of Research in Personality*, 9 (4), pp. 253-269.
- BAUMAN, Z. (2000), "Social Uses of Law and Order", in D. Garland e R. Sparks (eds.), *Criminology and Social Theory*, Oxford, Oxford University Press, pp. 23-45.
- BAUMAN, Z. (1998), *Globalization*, Cambridge, Polity Press.
- BAUMAN, Z. (1989), *Modernity and the Holocaust*, Cambridge, Polity Press.
- BECKER, H. (1963), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, Glencoe, Free Press.
- BLOK, A. (2001), *Honour and Violence*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, P. e L. Wacquant (1999), "On the Cunning of Imperialist Reason", *Theory, Culture & Society*, 16 (1), pp. 41-58.
- BOURDIEU, P. e L. Wacquant (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, P. (1991), *Language & Symbolic Power*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, P. (1989), "Social Space and Symbolic Power", *Sociological Theory* 7 (1), pp. 18-26.
- CERF, B. (1952), *Good for a Laugh*, New York, Hanover House.
- CHELIOTIS, L. K. (2006), "Demystifying Risk Management: A Process Evaluation of the Prisoners' Home Leave Scheme in Greece", *Criminology & Criminal Justice: An International Journal*, 6 (2), pp. 163-195.
- COKER, C. (2001), *Humane Warfare*, London, Routledge.
- DERBYSHIRE, A. (2003). "Architects and the Prison", in L. Fairweather e S. McConville (eds.), *Prison Architecture: Policy, Design and Experience*, Oxford, Architectural Press, pp. 55-60.
- ERICSON, R. (1977), "Social Distance and Reaction to Criminality", *British Journal of Criminology*, 17 (1), pp. 16-29.
- FARRINGTON, K. (1992), "The Modern Prison as Total Institution? Public Perception Versus Objective Reality", *Crime & Delinquency*, 38 (1), pp.6-26.
- FOUCAULT, M. (1980), *Power/Knowledge*, New York, Pantheon.
- FOUCAULT, M. (1979), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, London, Allen Lane.
- FOUCAULT, M. (1972), *The Archaeology of Knowledge*, London, Routledge.
- FROMM, E. (1964), *The Heart of Man: Its Genius for Good and Evil*, New York, Harper & Row.
- GAVENTA, J. (1980), *Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*, Urbana, University of Illinois Press.
- GIRLING, E., I. Loader e R. Sparks (2000), *Crime, Law, and Social Change in Middle England: Questions of Order in an English Town*, London, Routledge.
- GOFFMAN, E. (1963/1990), *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, London, Penguin Books.
- GOFFMAN, E. (1961), *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*, Garden City, NY, Anchor Books.
- HAYWARD, K. (2004), *City Limits: Crime, Consumer Culture and the Urban Experience*, London, Glas-house Press.
- HENDERSON, L. N. (1987), "Legality and Empathy", *Michigan Law Review*, 85, pp. 1574-1653.
- HERZFELD, M. (2004), *The Body Impolitic: Artisans and Artifice in the Global Hierarchy of Value*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- HUSSERL, E. (1913/1983), *Ideas Pertaining to a Pure Phenomenology and to a Phenomenological Philosophy, First Book; General Introduction to a Pure Phenomenology*, The Hague, Martinus Nijhoff.
- KEARNEY, R. (2005), "Thinking After Terror: An Interreligious Challenge", *Journal of the Interdisciplinary Crossroads*, 2 (1), pp. 1-24.
- KEARNEY, R. (2003), *Strangers, Gods and Monsters: Interpreting Otherness*, London, Routledge.
- KING, R. S., M. Mauer e T. Huling (2003), *Big Prisons, Small Towns: Prison Economics in Rural America*. Washington DC, The Sentencing Project.
- KRAUSE, J. D. (1992), "The Effects of Prison Siting Practices on Community Status Arrangements: A Framework Applied to the Siting of California State Prisons", *Crime and Delinquency*, 38 (1), pp. 27-55.
- LEVINAS, E. (1961), *Totality and Infinity: An Essay on Exteriority*, Pittsburgh, Duquesne University Press.
- MARTIN, R. e D. L. Myers (1992), "Public Response to Prison Siting: Perceptions of Impact on Crime and Safety", *Criminal Justice and Behavior*, 33 (2), pp. 143-171.
- MARUNA, S., A. Matravers e A. King (2004), "Disowning our Shadow: A Psychoanalytic Approach to

- Understanding Punitive Public Attitudes", *Deviant Behavior*, 25 (3), pp. 277-299.
- MARUNA, S. e T. LeBel (2002), "Revisiting Ex-prisoner Re-entry: A buzzword in Search of a Narrative", in S. Rex e M. Tonry (eds.), *Reform and Punishment: The Future of Sentencing*, Devon, Willan, pp. 158-180.
- MARUNA, S. (2001), *Making Good: How Ex-Convicts Reform and Rebuild their Lives*, Washington DC, American Psychological Association.
- MAUSS, M. (1902-3/1950), "Esquisse d'une théorie générale de la magie", in *Sociologie et Anthropologie*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 1-141.
- MERTON, R. K. (1976), *Sociological Ambivalence and Other Essays*, New York, The Free Press.
- MILGRAM, S. (1974/2004), *Obedience to Authority: An Experimental View*, New York, Harper and Row.
- MOONEY, G. e M. Danson (1997), "Beyond «Culture City»: Glasgow as a «Dual City»", in N. Jewson e S. MacGregor (eds.), *Transforming Cities*, London, Routledge, pp. 73-87.
- MURRAY, J. (2007), "The Cycle of Punishment: Social Exclusion of Parents and their Children", *Criminology & Criminal Justice*, 7 (1), pp. 55-81.
- NEWBURN, T. e S. Hayman (2002), *Policing, Surveillance and Social Control*, Devon, Willan.
- O'NEILL, J. (2009), "Ecce Homo: On the Political Theology of Good and Evil", in L. K. Cheliotis (ed.), *Roots, Rites and Sites of Resistance: The Banality of Good*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- PIERS, M. W. (1978), *Infanticide*, New York, W. W. Norton.
- ROCK, P. (1973), *Deviant Behaviour*, London, Hutchinson.
- RUBINGTON, E. e M. Weinberg (1973), *Deviance: The Interactionist Perspective*, New York, MacMillan.
- SACK, R. D. (1983), "Human Territoriality: A Theory", *Annals of the Association of American Geographers*, 73 (1), pp. 55-74.
- SCHEPER-HUGHES, N. (1992), *Death without Weeping: the Violence of Everyday Life in Brazil*, Berkeley, University of California Press.
- SCHUR, E. (1971), *Labeling Deviant Behaviour: Its Sociological Implications*, New York, Harper and Row.
- SCOTT, J.C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven, Yale University Press.
- SHICHOR, D. (1992), "Myths and Realities in Prison Sitting", *Crime and Delinquency*, 38 (1), pp. 70-87.
- SPARKS, R., E. Girling e I. Loader (2001), "Fear and Everyday Lives", *Urban Studies*, 38 (5-6), pp. 885-898.
- SPARKS, R. (1996), "Penal Austerity: The Doctrine of Less Eligibility Reborn?", in R. Matthews e P. Francis (eds.), *Prisons 2000*, London, Macmillan.
- SPARKS, R. (1971), *Local Prisons: The Crisis in the English Penal System*, London, Heinemann.
- STINCHCOMBE, A. L. (1975), "Merton's Theory of Social Structure", in L. A. Coser (ed.), *The Idea of Social Structure*, New York, Harcourt Brace Jovanovich, pp. 11-33.
- SYKES, G. M. (1958), *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*, Princeton, Princeton University Press.
- THOMAS, W. I. e D. S. Thomas (1928), *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, New York, Knopf.
- THOMPSON, J. (2005), "The New Visibility", *Theory, Culture & Society*, 22 (6), pp. 31-51.
- TONRY, M. (2004), *Thinking about Crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*, New York, Oxford University Press.
- UGGEN, C., S. Wakefield e B. Western (2005), "Work and Family Perspectives on Reentry", in J. Travis e C. Visser (eds.), *Prisoner Reentry and Public Safety in America*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 209-243.
- VAN KEMPEN, E. T. (1994), "The Dual City and the Poor: Social Polarisation, Social Segregation and Life Chances", *Urban Studies*, 31 (7), pp. 995-1015.
- VARESE, F. e M. Yeish (2000), "The Importance of Being Asked: The Rescue of Jews in Nazi Europe", *Rationality and Society*, 12 (3), pp. 307-334.
- VETLESEN, A. J. (2005), *Evil and Human Agency: Understanding Collective Evildoing*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VETLESEN, A. J. (1994), *Perception, Empathy, and Judgment: An Inquiry into the Preconditions of Moral Performance*, University Park, Penn State Press.
- WACQUANT, L. (2005), "Symbolic Power in the Rule of the «State Nobility»", in L. Wacquant (ed.), *Pierre Bourdieu and Democratic Politics: The Mystery of Ministry*, Cambridge, Polity Press, pp. 133-150.
- WACQUANT, L. (2001), "Deadly Symbiosis: When Ghetto and Prison Meet and Mesh", *Punishment & Society* 3 (1), pp. 95-134.
- WACQUANT, L. (1999), "Urban Marginality in the Coming Millennium", *Urban Studies*, 36 (10), pp. 1639-1647.
- WACQUANT, L. (1997), "For an Analytic of Racial Domination", *Political Power and Social Theory*, 11, pp. 221-234.
- WACQUANT, L. (1996), "The Rise of Advanced Marginality: Notes on its Nature and Implications", *Acta Sociologica*, 39 (2), pp. 121-139.
- YOUNG, J. (1999), *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity*, London, Sage.
- ŽIŽEK, S. (2006), *How to Read Lacan*, London, Granta Books.
- ŽIŽEK, S. (1992/2008), *Enjoy your Symptom!*, New York, Routledge.



## Normas para apresentação de originais

---

A revista *Forum Sociológico* publica artigos originais, entrevistas, resenhas críticas e documentos. Todos os originais propostos para publicação na revista Fórum Sociológico devem ser enviados por e-mail para o endereço electrónico da revista (*forum@fcsch.unl.pt*).

Os artigos originais têm que ser inéditos e não podem estar a ser submetidos para publicação em outras revistas nacionais. Devem ter no máximo 40 000 caracteres (incluindo espaços, resumos, notas de rodapé, bibliografia, quadros, gráficos e figuras, o que perfaz cerca de 18 páginas) e podem integrar-se nos dossiês temáticos ou ser publicados na secção "Outros Artigos". Os artigos propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas em regime de anonimato. A decisão final da publicação é da responsabilidade do Conselho de Redacção. Cada texto deve iniciar-se com um resumo, em português e inglês, com um máximo de 1000 caracteres (10 linhas), seguidos de 3 ou 4 palavras-chave nesses mesmos idiomas.

Também se publicam entrevistas a especialistas sobre temas relevantes no âmbito das Ciências Sociais, bem como resenhas críticas, cujas temáticas sejam pertinentes no âmbito das Ciências Sociais. Serão também aceites documentos, notas analíticas e conclusivas resultantes de trabalhos de investigação, e outros documentos considerados relevantes que não se enquadram no formato previsto para os artigos. Tais documentos (projectos, materiais sociográficos, documentos, resenhas) deverão observar os seguintes limites de páginas: no caso de entrevistas, uma a duas páginas; para outros documentos, até cinco páginas.

Os textos devem ser apresentados em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para a bibliografia), em tipo de letra "Times New Roman", tamanho 12 com as margens superior, inferior, esquerda e direita a 2 cm. Os quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, em numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos (Quadro 1; Gráfico 1; Figura 1).

Adoptamos a norma de citação anglo-saxónica: autor, ano de edição, página. Ex.: (Elias, 1983: 5). Quando as transcrições ultrapassarem as 5 linhas de texto, devem vir destacadas do corpo do texto

em letra tamanho 11 e margens laterais de 1 cm. Para as transcrições de menor dimensão, deverão ser utilizadas as aspas duplas ("..."); para citações secundárias (dentro da própria transcrição), deverão utilizar-se as aspas francesas («...»); o itálico deverá ser utilizado apenas no caso de se tratar de uma citação destacada em língua estrangeira.

As referências bibliográficas, em que se incluem somente as que surgem no texto e/ou notas, são apresentadas de forma alfabeticamente ordenada por último nome do primeiro autor no final do artigo. Deverão obedecer às seguintes regras: o último nome do primeiro autor, primeiros nomes do primeiro autor; no caso de haver mais do que um autor, os seus nomes aparecem pela ordem normal, seguido do ano de edição (e o ano de edição original caso se conheça), o título da obra, a localidade, editora; os títulos de livros e revistas aparecem em itálico e os títulos dos textos ou artigos entre aspas. No caso dos autores serem múltiplos, pode identificar-se o primeiro autor, ou os dois primeiros, seguido de "et al.". Caso se conheçam, devem ser assinalados os autores quando organizadores da obra ou quando responsáveis pela sua edição. Essa informação deve ser colocada entre parêntesis, logo após os nomes a que dizem respeito: (org.) ou (orgs.), (ed.) ou (eds.).

### Exemplos:

BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Éditions Gallimard.

COWAN, P. A. e M. Hetherington (orgs.) (1991), *Family Transitions*, Nova Jérsea, Erlbaum.

DODIER, N. (1989), "Le travail d'accommodation des inspecteurs du travail en matière de sécurité", in L. Boltanski e L. Thévenot (eds.), *Justesse et justice dans le travail*, Paris, CEE – PUF, pp. 91-114.

DURKHEIM, E. (1960), *Le Suicide*, Paris, PUF.

KRIEGER, N.; D. Rowley, et al. (1993), "Racism, Sexism, and Social Class: Implications for Studies of Health, Disease and Well Being", *American Journal of Preventive Medicine*, 9 (3), pp. 82-122.

REVEL, J. (1986), "Les usages de la civilité", in P. Ariès e G. Duby, *Histoire de la vie privée*, vol. 3, Paris, Seuil.

## PROCESSO DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA

- A qualidade científica dos artigos publicados na Revista *Forum Sociológico* é assegurada por um processo de arbitragem anónimo.
- Os artigos propostos são submetidos a uma primeira análise por parte do Conselho de Redacção.
- Os artigos que se integrem no âmbito disciplinar da revista são posteriormente submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas (*referees*), num mínimo de 2, em regime de anonimato.
- Os *referees* serão escolhidos de entre os membros do Conselho Editorial, recorrendo-se também a outros reputados especialistas no domínio das propostas de publicação.
- A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redacção, com base nos pareceres emitidos pelos *referees*.
- Os pareceres dos *referees* são enviados aos autores de forma anónima, acompanhados de uma carta do Director sugerindo a realização das alterações ou correcções propostas nos referidos pareceres.

- No caso de serem sugeridas aos autores alterações ou correcções, o Conselho de Redacção zelarà pela efectiva introdução das mesmas.
- Os artigos a integrar os *Dossiês Temáticos* serão publicados segundo os critérios acima enunciados. Em complemento, poderão os organizadores do *Dossiê* fazer convites de publicação a especialistas no domínio em causa, os quais ficam sujeitos à aprovação do Conselho de Redacção
- A lista de *referees* será publicada periodicamente na própria revista, sem no entanto se identificarem os artigos analisados por cada um.

### Revista *Forum Sociológico*

CesNova – Centro de Estudos de Sociologia  
da Universidade Nova de Lisboa  
Edifício I&D, Avenida de Berna, 26  
1069-061 Lisboa

## ASSINATURAS

Todos os números da Revista *Forum Sociológico* podem ser adquiridos presencialmente ou encomendados.

### Morada:

Revista *Forum Sociológico*  
CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa  
Edifício I&D, Avenida de Berna, 26 – 1069-061 Lisboa

**E-mail:** [forum@fcsn.unl.pt](mailto:forum@fcsn.unl.pt)

**Telefone:** 00351 21 790 83 00 (ext. 1488)

**Preço por exemplar:** €10,50 (c/IVA)